P. W. DE BRITO ARANHA

MEMORIAS HISTORICO-ESTATISTICAS

DE ALGUMAS VILLAS E POVOAÇÕES DE PORTUGAL

COM DOCUMENTOS INEDITOS

SEGUNDA EDIÇÃO

Povoa de Varzim — Louzã — Marinha Grande
Peso da Regoa — Mossamedes — Vista-Alegre.

LISBOA
LIVRARIA DE A. M. PEREIRA, EDITOR
50, Rua Augusta, 52
1883

MEMORIAS
HISTORICO-ESTATISTICAS
DE ALGUMAS VILLAS E POVOAÇÕES DE PORTUGAL

P. W. DE BRITO ARANHA

MEMORIAS
HISTORICO-ESTATISTICAS

DE ALGUMAS VILLAS E POVOAÇÕES DE PORTUGAL

COM DOCUMENTOS INEDITOS

SEGUNDA EDIÇÃO

Povoa de Varzim—Louzã—Marinha Grande
Peso da Regoa—Mossamedes—Vista-Alegre.

LISBOA
LIVRARIA DE A. M. PEREIRA, EDITOR
50, Rua Augusta, 52
1883

CARTA AO EDITOR

Meu prezado amigo sr. Pereira:

Se não me falha a memoria, que os gelos de sessenta hynvernos vão tornando de dia em dia mais inerte e escorregadiça, bons nove ou dez mezes serão passados depois que em certa manhã e na sua casa, mal poderei recordar-me se por v. , se pelo nosso estimavel Brito Aranha, me foram mostrados uns prospectos já impressos, e promptos a correr mundo. Ahi vi pela primeira vez annunciadas em nome d'aquelle nosso commum amigo, umas memorias historico-estatisticas acerca de diversas villas e povoações de portugal, de cuja publicação seria v. o editor, e ellas precedidas de uma *introducção relativa aos estudos historicos*, amanhada por este seu humilde e devotado servo!!—Doeu-me, é

força dizel-o, que tal promettimento se fizesse sem que para elle fosse eu previamente ouvido ou consultado; porém sou de boa avença, e não uso desmanchar prazeres. Olhando ainda a que o desempenho da promessa vinha longe, e entretido por aquelle tempo com a impressão do volume IX do *Diccionario Bibliographico* que trazia entre mãos, não declinei o encargo, e na falta de reclamação como que tacitamente me obriguei ao desempenho d'elle.

Sou agora instado por esse desempenho; e justamente no tempo em que menos apto me julgo para dar de mim conta, não direi satisfatoria, mas nem sequer toleravel. Occorreram no intervallo mudanças e circumstancias, umas de todo o ponto imprevistas, outras que, sem o serem, trouxeram consequencias muito além do que fôra dado suppôr. Não as ignora de certo v.   , pois que todas por vezes nos têem servido de assumpto a largas e repetidas conversas.

Accrescimos de trabalho e responsabilidade, por effeitos da nova e melhorada collocação havida em fim (á falta de homens!) na repartição publica, da qual recolho ha trinta e tantos annos os parcos recursos para o pão quotidiano:—padecimentos physicos, crescentes com a edade, e mais ainda exacerbados por inquietações d'espirito, a que recentemente deram causa mesquinhos despeitos e rancores atrabiliarios:—tudo me persuade a que é chegado o tempo de divorciar-me de todo com as lettras, se

pretender levar em paz socegada esses curtos restos de vida, que nos decretos da providencia me estiverem acaso reservados.

Em tão desfavoraveis disposições, como traçar por modo supportavel a promettida introducção ás *Memorias historicas?* Onde desencantar idéas novas e brilhantes, rasgos apparatosos, fluente exposição, cousas emfim que captassem a attenção e complacencia dos leitores, forrando-os ao desgosto de pôr o volume de parte logo á volta da primeira pagina, ou de perpassar depressa o prologo, para não terem de bocejar de continuo, e adormecer talvez antes de ver-lhe o fim?

Confesso-lhe por verdade, meu amigo, que não sabia meio de livrar-me sem desaire da embaraçosa e mais que difficil situação em que me puzeram!

Felizmente a fortuna quiz n'este aperto soccorrerme. Trouxe-me a ponto as folhas impressas do livro, que tenho agora sobre a meza por mercê do auctor. Correndo-as á pressa, e com a mão na consciencia affigura-se-me que a falta da *introducção* mal póde prejudicar, nem ainda levemente, á extracção e apreço da obra, seja qual fôr o aspecto sob que esta se considere. E se não vejamos.

Ao que nos aconselha a boa razão, cujos dictames achamos confirmados na auctoridade practica de seguros e repetidissimos exemplos, creio que o meu amigo concordará de boamente em que n'esta especie de prolegomenos teriamos em primeiro logar

de deter-nos nas considerações geraes suscitadas pela indole e natureza do genero historico, expondo a sua importancia, indicando os seus preceitos, e persuadindo a sua utilidade. Passar depois ao exame especial e comparativo da obra subjeita, investigar-lhe a fórma, insistir nas bellezas, aprecial-a em fim sob os diversos pontos de vista que possa offerecer-nos a sua elaboração. E por ultimo recommendar o auctor como digno da benevolencia publica, tecendo á sua pessoa e ao seu trabalho os elogios de que o julgassemos credor.

Ora tudo isto me parece na conjunctura actual não só desnecessario, mas ainda superfluo.

Para entrar sem mais divagações na primeira parte do thema, tenho por assentado e inquestionavel, que só algum a quem caibam de juro e herdade as qualificações de ignorante e analphabeto poderá hoje duvidar entre nós da alta importancia dos trabalhos historicos, desconhecer-lhes o valor, ou menoscabar a sua utilidade. E isso quer elles tenham por assumpto a exposição complexa e grandiosa dos factos da historia politica, economica e social de todo o paiz, nas suas variadas e successivas phases, quer se limitem circumscriptos em proporções mais restrictas á parte descriptiva, topographica e estatistica de uma ou outra povoação, e ás vezes de simples logarejos. Essas monographias, quando elaboradas por individuos competentes, á custa de severas e bem dirigidas investigações, como que constituem outros tan-

tos elementos preciosos para a completa descripção de todo o reino, tal como a requerem as exigencias da epocha, e o estado presente das luzes: trabalho de que (seja dito com magoa) ainda carecêmos, e que cumprira emprehender por honra e credito nacional; pois que tudo o que possuimos, como escripto em tempos antiquados e com pouca averiguação, está longe de satisfazer aos preceitos e aspirações da critica moderna.

Se porém faltou até hoje artifice dotado de vontade corajosa e perseverante para levar a effeito essa obra monumental, não é de certo porque se não sinta e aprecie a sua necessidade; as causas são outras, e mui obvias para que devamos entrar aqui na enumeração d'ellas.

Desde muito que a necessidade e conveniencia de taes estudos começaram a calar no animo de todos, e o seu incremento entre nós nos ultimos trinta annos é patente e incontestavel. Nada tão facil como proval-o. Foi em 1850 que um nosso patricio, diligente e zeloso cultor das lettras uteis, o sr. Jorge Cesar de Figaniere deu á luz em proveito de estudiosos, e com applauso do publico illustrado a sua *Bibliographia historica de Portugal*, inventario methodico de uma parte das nossas riquezas litterarias, e soccorro prestante para os que pretendessem entranhar-se no emaranhado labyrintho da historia patria em suas diversas ramificações. Mas ainda que publicada no referido anno, o auctor não julgou de-

ver avançar em sua lucubração além do de 1842. Reportando-se pois a este, chegarão escassamente ao numero de cem os trabalhos de maior ou menor extensão e valia, impressos até aquella epocha, e apontados na divisão 2.ª titulo 1.º da *Bibliographia*, como concernentes á descripção geographica, historica e topographica de Portugal e ilhas adjacentes; comprehendidos esses trabalhos não só em livros e opusculos soltos, mas ainda em memorias e artigos insertos ou intercalados em outras obras, ou nos periodicos litterarios de mais antiga data. Hoje porém, se tractarmos de reunir as publicações congeneres vindas a lume d'então para cá (sabe-o sem duvida o amigo tão bem como eu, por dever da sua profissão) acharemos aquelle numero quando menos triplicado, avultando entre ellas não poucas, escriptas com assizada critica e miuda investigação; e de todas poder-se-hia tecer aqui amplissimo catalogo, se o requeresse o nosso proposito.

A estas vem hoje ajuntar-se em condigna e decente companhia o livro de Brito Aranha. Venha embhora, e bem chegado seja, pois que, por sympathica e attrahente, á sua leitura não faltará de certo o amigavel acolhimento, quando menos da parte dos que preferem os fructos conscienciosos do estudo sobre assumptos uteis ás florescencias momentaneas da imaginação deslumbrante, e ás vezes nociva!

Nos seis troços ou largos capitulos que formam o todo das *Memorias historicas*, reune-se em apra-

zivel conjuncto ao interesse a curiosidade. Manifestam-se a cada pagina provas evidentes de que o auctor possuido do assumpto que escolhera, não poupou as diligencias e meios ao seu alcance para bem desempenhal-o. Não contente de compulsar os volumes impressos, que podiam fornecer-lhe subsidios para o seu trabalho, e de folhear numerosos documentos, muitos d'elles ainda ineditos, e outros pouco vulgarisados, consultou pessoas entendidas, para descriminar a verdade em pontos duvidosos. Ainda fez mais, para certificar-nos da exactidão das suas descripções. A expensas proprias, sem o menor auxilio ou subvenção dos cofres publicos, visitou pessoalmente algumas das localidades que se propunha descrever, taes como a Marinha-grande, Louzã e Vista-alegre. Foi ahi que tractou de perscrutar por si a veracidade dos factos, em vez de romanceal-os (como outros fazem) recolhendo em fontes genuinas as informações de que necessitava.

Estas *Memorias* constituem pois um corpo de noticias historicas, archeologicas e estatisticas merecedoras de inteiro credito, e que certamente se não encontrarão reunidas em outra parte: devendo especialisar-se o que diz respeito á fundação e progressos da colonia de Mossamedes, de cujas particularidades só havia até agora ao alcance do publico fracas e deficientes noções. E tudo exposto em estylo adequado, com phrase correcta, e amenisado a espaços por anecdotas e tradições locaes, que pre-

munem contra o fastio, divertindo e recreando o espirito do leitor.

É possivel, ainda assim e com taes predicados, que o livro desagrade a alguns hypercriticos, que se habituaram a esquadrinhar defeitos, e taxam de frandulage tudo o que não é parto de seus sapientissimos bestuntos. Tenho porém por indubitavel, que elle obterá conciliar a attenção e estima dos cordatos, e achará, tão depressa como fôr conhecido, numero de leitores mais que sufficiente para que se esgotem em breve os exemplares d'esta obra, no meu humilde conceito uma das melhores e mais prestadias entre as muitas com que, no periodo já não curto da sua profissão de livreiro-editor, o meu amigo tem abastecido o nosso mercado litterario. Perante os que por ventura discordarem d'esta minha opinião, valha-me para a justificar a franqueza e lealdade com que a emitto. O amigo e os que de perto me tractam, sabem por experiencia que eu não achaco de lisonjeiro.

Tão pouco poderia ser julgado tal, se em abono do prognostico que me afouto a aventurar, produzisse para mais fundamental-o a estimação de que merecidamente goza o auctor das *Memorias*. É Brito Aranha um nome agradavel e bemquisto a todos que n'este retalho do mundo chamado Portugal cultivam ou prezam lettras. Entrado nas lides da imprensa pouco depois do alvorecer da vida, n'ellas moureja incessantemente ha mais de quatorze não interrom-

pidos annos, antes crescido em honra que avantajado em lucros. Escassearam-lhe até hoje os bafejos da fortuna, que em larga copia os vai, como de costume, despensando a outros por ventura menos dignos.

Temol-o visto durante esse intervallo tomar parte mais ou menos importante nas redacções e emprezas de diversas folhas periodicas, ligado á estricta observancia dos seus compromissos, e sem que deslizasse jámais dos principios de decencia e moralidade que devem servir de norma ao escriptor publico e ao homem pundonoroso. Modesto, estudioso, serviçal e benevolente para com todos, moderado nos louvores e brando nas censuras, nunca o vimos descambar nas chocarrices, nos apodos satyricos, nas polemicas injuriosas a que em mal se mostram propensos alguns seus collegas, que infelizmente falseam e desacreditam a missão civilisadora da imprensa, e o sacerdocio das lettras. D'ahi lhe provêm (e já não é pouco n'este soalheiro d'enredos e malquerenças) a gloria de não ter adversarios; e de que para os seus muitos amigos e affeiçoados será dia de verdadeiro jubilo aquelle em que o souberem collocado em posição de menos instabilidade, e mais propria para fazer sobresahir o seu indisputavel merito.

Mas agora reparo, meu amigo, no muito que se vai alongando esta missiva, a que de principio tencionei dar proporções bem mais exiguas. Aqui a troncarei pois, deixando-lhe a liberdade de fazer

d'ella o uso que entender, certo de que tudo o que digo é o que em verdade sinto, e de que sou e serei sempre por dever e sympathia

Seu amigo affectuoso e obrigado

INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA.

Rua da Procissão, n.º 91—31 de Dezembro de 1870.

O auctor d'estas *Memorias* foi, durante a impressão, obsequiado por muitos cavalheiros, que ou benevolamente o attenderam com informações verbaes ou lhe prestaram valioso serviço com esclarecimentos manuscriptos e subsidios impressos. Querendo dar-lhes um solemne testemunho do seu eterno reconhecimento, o auctor pede licença a todos para deixar aqui os seus nomes com esta homenagem que lhes é devida:

Alexandre Augusto Barbosa
Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos
Conselheiro D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo
Antonio Joaquim Sabino da Silva
Antonio Maria Pereira Carrilho
Antonio da Silva Tullio
Augusto Filippe Simões (de Evora)
Caetano Alberto
Domingos Ferreira Pinto Basto (da Vista Alegre)
Conselheiro Ernesto de Faria

Coronel Fernando da Costa Leal (antigo governador do districto de Mossamedes, fallecido em Moçambique aos 29 de dezembro 1869)

Francisco Antonio Monteiro (do Peso da Regoa)

Francisco Gomes de Amorim.

Francisco de Salles Lencastre (antigo director da alfandega de S. Tiago de Cabo-Verde)

Ignacio de Vilhena Barbosa

Innocencio Francisco da Silva

João Chrysostomo Melicio

João Pedro Fernandes Thomaz Pippa (da Louzã)

Conselheiro Joaquim Henriques Fradesso da Silveira

Major Joaquim José da Graça (antigo governador do districto de Mossamedes)

Joaquim Martins de Carvalho (de Coimbra)

Padre José Daniel de Carvalho Monte-Negro (da Louzã)

José Maria da Fonseca

José Taibner Crespo de Moraes (da Marinha Grande)

José de Torres

Luiz Augusto Palmeirim

Manuel Loforte

D. Miguel de Sotto-Mayor (de Baião)

Olympio de Sampaio Leite

Manuel Luiz Monteiro Junior (da Povoa de Varzim)

Tito Augusto de Carvalho Junior

Viriato Luiz Nogueira

Visconde da Azarujinha

I

POVOA DE VARZIM

I

Apesar das differentes opiniões que tem apparecido relativamente ao nome de *Varzim* dado a esta povoação, o que parece fóra de dúvida é que tal denominação lhe veio da varzea em que está assénte, pois suppondo-se que, no tempo do conde D. Henrique, pae do fundador da monarchia, D. Affonso Henriques, existíra alli a freguezia de Argivae, no logar da Varzinha, é bem de crer que já fosse este nome uma derivação do de *Varazim de Jusão*, que tambem teve, e d'ahi, com o andar dos tempos, o povo encurtasse e adoçasse o titulo até ficar com o unico nome que tem conservado até os nossos dias.

Não se encontra, comtudo, em documento algum, posto se hajam feito muitas e sérias investigações a este respeito, a data em que principiou a dar-se á Varzinha o nome de Povoa de Varzim; sabe-se apenas que em umas cartas datadas de 3 de janeiro de 1305, e endereçadas por D. Diniz ás religiosas de Villa do Conde, em cujo convento devem ainda exis-

tir [1], o rei lavrador chamava-lhe *Varazim de Jusão;* e na carta de doação passada a favor de seu filho bastardo Affonso Sanches, na mesma data, confirma aquelle titulo.

Em o *Nobiliario* vimos que o conde D. Pedro lhe chama *porto de Varazim,* o que parece indicar que n'aquella epocha tambem assim era conhecida a povoação, e que já tinha importancia, embora pertencesse ao senhorio e jurisdicção de Villa do Conde, de que só no seculo XVII veio inteiramente a separar-se.

II

Quando o conde D. Henrique, atravessando as Hespanhas, veio servir Affonso de Castella, trouxe em sua companhia cavalleiros, amigos e aventureiros que quizeram participar com elle dos perigos, azares e venturas da guerra; e entre esses cavalleiros, dizem as chronicas, se contava um tal D. Guterre, natural da Gascunha, antigo paiz da França, hoje dividido n'este imperio entre as provincias dos Altos e Baixos Pyreneos.

Conquistada uma parte da Lusitania pelos esforços de D. Henrique, e sendo este possuidor já dos terrenos que então governava como conde, ou consul, pelo dote que lhe trouxera D. Theresa [2], quiz recompensar a fidelidade e o valor dos seus companheiros d'armas, e a D. Guterre, como especial testimunho de reconhecimento pelos assignalados ser-

[1] Vid. *Memorias historicas da villa da Povoa de Varzim,* pag. 8.

[2] Veja-se o que a este respeito diz o sr. Alexandre Herculano na instructiva nota que poz no fim do tomo I da *Historia de Portugal,* pag. 454.

viços que lhe prestára, deu-lhe herdades e terrenos entre Guimarães e Braga, comprehendendo-se em tal e tão valiosa mercê a Povoa de Varzim.

D'este D. Guterre provém a nobre familia dos Cunhas [1], cujo senhorio foi, como se sabe, n'aquellas terras até o reinado de D. Diniz [2]; e sendo no começo do seculo XIV encorporado este senhorio, ou parte d'elle, na coroa, foi então que Affonso Sanches recebeu a doação do senhorio da Villa do Conde, em que se incluia *Varazim de Jusão* [3].

Era filho bastardo, como se disse, del-rei D. Diniz e de D. Aldonça Rodrigues Telha, ou de Souza, aquelle Affonso Sanches, o qual casou com D. Theresa (Tareja) Martins de Menezes, filha do primeiro conde de Barcellos, D. João Affonso Tello de Menezes e Albuquerque [4].

[1] E tanto assim é, que ainda hoje o primogenito dos srs. condes da Cunha tem o nome de D. Guterre, como em lembrança do primeiro varão que em Portugal fundou o solar da sua familia.

Na *Nobiliarchia portugueza*, pag. 271, lê-se:—«Procedem (os Cunhas) de D. Guterre, companheiro do conde D. Henrique, a quem elle fez mercê da Povoa de Varzim e outras terras, no districto de Guimarães, Braga e Barcellos. Entende-se ser seu solar a terra de Cunha-a-Velha, do termo de Guimarães, por ser antiga nos fidalgos d'este appellido.»

Em o *Nobiliario* do conde D. Pedro, pag. 310, lê-se:—«O primeiro (Cunha) foi D. Guterre, que foi natural da Gascunha; veiu a Portugal com o conde D. Henrique, sendo cavalleiro bom e velho, e de grande entendimento, e fiava o conde d'elle, e chamava-o a seus conselhos, e deu-lhe o conde muitas herdades e possessões em terra de Guimarães e de Braga, e deu-lhe o *porto de Varazim*.»

[2] Vid. *Memorias historicas da villa da Povoa de Varzim*, pag. 9.

[3] Vid. pag. 365 do vol. IV do *Archivo Pittoresco*.

[4] Vid. *Chorographia portugueza* do padre Antonio de Carvalho da Costa, tomo I, pag. 348.

III

São conhecidas as desintelligencias que se deram na corte del-rei D. Diniz, entre o principe Affonso o Bravo, seu filho legitimo e herdeiro do throno, e o bastardo Affonso Sanches, as quaes, felizmente, terminaram pela sensata intervenção da piedosa rainha D. Isabel. Não nos cumpre averiguar agora este ponto da historia patria, nem queremos tratar d'elle por menor [1].

Pouco depois de Affonso Sanches estabelecer com sua mulher residencia no senhorio doado pelo rei lavrador, o conde D. Martim Gil com sua mulher, D. Violante, quizeram disputar-lhes a posse, allegando que a Villa do Conde e dominios eram herança dos seus antepassados. D'ahi se originou um grave litigio, em que foi mister intervir a auctoridade real, como era de uso, e o rei mandou declarar que se fizesse boa a posse de seu filho [2], exonerando o conde D. Martim Gil do dito senhorio, e confirmando a sentença com a carta de doação. N'essa mesma epocha, ou decorrido pouco tempo, a Povoa foi elevada á cathegoria de villa.

Affonso Sanches teve de sua mulher, D. Theresa, dois filhos, que morreram na infancia; e D. João Affonso, que foi o herdeiro de seus bens, senhor de Albuquerque, Medelhim e outras terras, exerceu as funcções de alferes-mór de D. Affonso XI, rei de

[1] Vid. pag. 348 do vol. v do *Archivo Pittoresco*.

[2] Segundo o auctor das *Memorias historicas*, já citadas, na decisão do rei D. Diniz se lia: «Que Varazim de Jusão e Touguião a par de Villa do Conde, com outras mais terras e igrejeiros ficassem com D. Thareja, sua mulher.»

Castella. D. João Affonso, a quem chamavam o do *Ataude*, porque em tempos de guerra trazia um ataude atraz de si, casou com D. Isabel de Menezes, da qual não teve filhos, mas deixou muitos bastardos reconhecidos.

Tendo feito testamento com piedoso intuito, Affonso Sanches e D. Theresa dispozeram n'elle que o castello de Villa do Conde, em que tinham vivido, fosse entregue ás religiosas franciscanas de Santa Clara [1], conforme consta das *Provas da historia genealogica da casa real portugueza*, accrescentando-se que esta doação é datada do anno 1318, uns onze annos antes do fallecimento de Affonso Sanches, o que é provavel se désse por 1329. Para assegurar a necessaria decencia e o sustento das ditas religiosas, os devotos fundadores deixaram-lhe tambem o rendimento de varias terras, em que se incluia Povoa de Varzim [2].

Instituido o mosteiro, a abbadessa gozou de taes isenções e regalias, que até as jurisdicções civil e criminal lhe pertenciam; como era natural, a justiça não se exercitava com rectidão nem com imparcialidade, e os povos mais queixosos dos abusos do poder foram os da Povoa de Varzim, a ponto que o sr. rei D. Manuel, a cujo conhecimento chegaram não só essas queixas e contendas, mas tambem os fundamentos d'ellas, entendeu que devia abolir o estado que se arrogara a abbadessa, com detrimento do real poder, e outorgou á villa novo foral, confirmando o do rei lavrador. Com este foral terminou o direito do mosteiro das franciscanas de Villa do

[1] Vid. pag. 365 do vol. IV e 321 do vol. VI do *Archivo Pittoresco*. N'este ultimo numero vem uma gravura representando o convento de Santa Clara.

[2] Vid. *Memorias* citadas, pag. 12 e 13.

Conde [1], e deu-se á Povoa a isenção de eleger juiz, mordomo e chegador, collocando assim aquelle povo nas condições em que então se achavam as principaes villas do reino.

O mosteiro não perdeu, todavia, em rendimento; porque, ao passo que D. Manuel dava consideração de municipio á Povoa de Varzim, estabelecia para as freiras franciscanas, a titulo de compensação, uma tença de duzentas libras, e todo o solho e peixe real que viesse á praia, o que todavia só foi executado depois do fallecimento do venturoso rei.

IV

Infere-se, pois, do que fica posto, que a regeneração, ou antes a emancipação, como diz o auctor das *Memorias historicas*, da villa da Povoa de Varzim, antiga *Varazim de Jusão*, data do reinado do sr. rei D. Manuel. Desde então, os habitantes da villa regenerada, posto que tivessem de luctar por muito tempo contra a má vontade das religiosas de Villa do Conde e das pessoas graúdas que as protegiam, e contra as difficuldades que d'ahi naturalmente resultavam, começaram a prosperar, e a ver que eram abençoados os fructos do seu trabalho.

Este desenvolvimento tornou-se tão notavel quasi meiado o seculo XVI, que o governador do arcebispado, o provisor Antonio Velho, designou a capella

[1] No § 2.º do foral do sr. rei D. Manuel lê-se o seguinte: «Que não vendessem a dita terra, nem dessem, nem empenhassem, nem direitos della a cavalleiro, nem a dona, nem a clerigo, nem a pessoa religiosa; mas que fosse tal que fizessem ao dito rei, e avós, e a todos nossos successores o dito fôro livremente.»

da Madre de Deus para n'ella se conservar o sacrario; e no primeiro quartel do seculo seguinte, a freguezia de Argivae ficou inteiramente desmembrada da Povoa, passando o parocho, que era de ambas, a ter só residencia na segunda das povoações, satisfazendo-se d'este modo as repetidas instancias dos moradores, que se queixavam de nem sequer terem missa no dia do seu orago [1].

A capella da Madre de Deus estava situada ao poente do adro da actual matriz, e era separada d'elle por uma rua. Fôra a escolhida por ser mais central. No principio do seculo XVIII, o sacrario foi transferido para a egreja da misericordia, que então servia de matriz e se achava restaurada havia annos.

Os fundadores da capella da Madre de Deus foram o cavalleiro João Martins e sua mulher, Maria Affonso, no anno de 1542, conforme consta dos titulos que possuia o sr. Bento Pereira de Faria Gajo, de Villa do Conde [2].

Estabelecida a villa, e accrescentada a industria da pesca por essa mesma razão, no começo do seculo XVI, salvo erro, o vigario da Povoa quiz augmentar a sua congrua mandando pedir na praia uma esmola de peixe para o seu sustento; ao que os bons pescadores se não oppozeram, e, como exemplares parochianos, não deixaram nunca o seu pastor sem esmola avultada.

[1] O orago da villa era S. Miguel. Hoje é padroeira Nossa Senhora da Conceição.

[2] Segundo nos diz o sr. Manuel Luiz Monteiro Junior, a quem devemos muitos e mui interessantes esclarecimentos para esta serie de noticias, os actuaes possuidores da capella e vinculo são a filha mais velha do fallecido sr. Gajo, a sr.ª D. Maria Christina Pereira Gajo de Noronha, e seu marido, o sr. Manuel de Magalhães de Araujo Pimentel.

Deu isto, porém, origem a que as necessidades, verdadeiras ou apparentes, do cabido de Braga, que ahi via meio de se saciar, se entremostrasse, primeiro timidamente, depois com desassombro, convertendo aquelle onus voluntario em pesado dizimo sobre o pescado, que os pobres pescadores de Varzim, apesar de terem demonstrado que era em demasia injusto, pagaram na importancia de centenas de contos de réis, e por certo ainda hoje pagariam, se em 1834 não se conseguisse firmar o throno constitucional da sr.ª D. Maria II e abolir os dizimos com que os povos eram vexados.

V

Assenta a villa da Povoa de Varzim em uma planicie nas margens do Oceano, e na altura de 41 graus, pouco mais ou menos, ao norte do equador. A povoação tomou a fórma triangular, e está distante da cidade do Porto uns 30 kilometros. Á vista de documentos officiaes, póde-se assegurar que a Povoa de Varzim é, depois da capital da provincia do Minho, a primeira terra em população n'essa provincia, apresentando-se aos olhos do viajante, quer vendo-a do mar, quer da terra, em magnifico panorama.

A Povoa de Varzim tem boas ruas, algumas bem alinhadas, e excellentes edificações.

A maioria da população, que é muito laboriosa, dedica-se á pesca, e com este commercio especial alimenta a Povoa de Varzim contínuas e importantes relações com toda a provincia do Minho, com a de Traz-os-Montes, e até com a Beira Alta. Outra parte da população vae tripular as embarcações que navegam n'aquella extensa costa, ou que demandam

paragens mais longinquas, ao que vulgarmente se chama viagem de longo curso; e a parte não maritima, como ao diante se verá, em que entram os proprietarios, funccionarios publicos e pessoas abastadas e instruidas, entrega-se ao grangeio das terras, ás especulações do commercio e da industria, e ao cultivo das artes.

Nos ultimos annos, posto que os pobres pescadores não possam gabar-se de terem os poderes publicos attendido á sua precaria situação em todas as partes do paiz onde elles se acham congregados pela natureza do terreno; nos ultimos annos, dizemos, a população augmentou extraordinariamente, como vamos demonstrar.

O recenseamento da Povoa de Varzim, concluido em 1850, dava a esta povoação 2:224 fogos e 8:758 habitantes; em 1864 estes algarismos elevam-se a 2:352 fogos e 10:110 habitantes [1]; e no principio do anno 1867 (data de um mappa estatistico que temos presente) contavam-se alli 2:381 fogos e 10:577 almas, havendo, no transcurso do anno 1866, 77 casamentos, 385 nascimentos e 248 obitos.

Para apreciar a população d'este ultimo recenseamento classifical-a-hemos do seguinte modo:

[1] Na estatistica official de 1864 vem os seguintes algarismos, com relação á villa:

Solteiros, 2831 — casados, 1643 — viuvos, 185 — solteiras, 3422 — casadas, 1598 — viuvas, 431 — Total, 10:110.

O concelho da Povoa de Varzim tinha a população legal de 18:704 habitantes, divididos pelas freguezias de Amorim, Argivae, Balazar, Beiriz, Estella, Lanudos, Navaes, Povoa, Rates e Terroso.

No seu *Dicc. corogr.*, publicado este anno 1870, o sr. Bettencourt deu á villa da Povoa de Varzim a população de 10:012 almas.

OFFICIOS, INDUSTRIAS OU PROFISSÕES	HOMENS	MULHERES
Advogados por provisão	1	—
Agentes de causas, legalmente habilitados	3	—
Alfaiates	35	—
Almocreves	10	—
Assedadeiras	—	10
Bachareis formados em direito	2	—
Bachareis formados em medicina	1	—
Barbeiros	24	—
Caiadores	50	—
Calafates	6	—
Carpinteiros	64	—
Cereeiros	2	—
Cesteiros	1	—
Cirurgiões pela antiga escóla	2	—
Cirurgiões pela nova escóla	2	—
Cordoeiros	18	—
Costureiras	—	70
Doceiras	—	3
Ecclesiasticos	18	—
Emprezarios de açougues e marchantes	9	—
Ensambladores	4	—
Estucadores	3	—
Ferradores	5	—
Ferreiros	7	—
Fogueteiros	2	—
Funileiros	3	—
Latoeiros	1	—
Mercadores de loiças	7	—
Pedreiros	19	—
Pessoas empregadas na pesca	3:290	—
Pessoas empregadas na pesca, feitura e concerto de redes, etc	7:930	—
Pharmaceuticos	4	—
Pilotos de navios	6	—
Pintores	5	—
Sapateiros	11	—
Sebeiros	1	—
Tamanqueiros	11	—
Tanoeiros	4	—
Tecedeiras	—	7

INDUSTRIAS E ESTABELECIMENTOS	NUMERO
Botequins com bilhares	3
Botequins sem bilhares	2
Estalagens e hospedarias	5
Fabricas de chapeus	2
Lojas de fazendas de algodão e lã, mercearias, tavernas, etc	188
Padarias	29
Pharmacias	4

Os esclarecimentos ácerca da industria da pesca, cujo pessoal numerosissimo fica indicado na tabella acima transcripta, farão objecto de um capitulo á parte, por serem na verdade muito curiosos e muito importantes.

Na villa encontram-se 13 vehiculos de quatro rodas. Ha 4 diligencias diarias, com horario determinado, entre a Povoa de Varzim e o Porto; e 3 que, fazendo viagens regulares de Barcellos e Vianna do Castello, em transito pela Povoa, para o Porto, recebem passageiros n'aquella villa.

Além d'estas diligencias diarias, ha, durante a estação dos banhos, outras para Barcellos, Braga, Guimarães, Fafe, Lameira, Cerdeira e Porto, as quaes diligencias trazem ás praias da Povoa de Varzim, aproximadamente, 20:000 banhistas.

O movimento commercial póde-se calcular bem, sabendo que o numero de carros e cargas de fazendas e vinhos que vem do Porto annualmente para a Povoa é de 2:600; e de diversas terras, em generos de primeira necessidade para abastecimento dos povoenses, ou *póveiros*, como se lhes chama em todo o Minho, entram na villa mais de 30:000 carros e 24:000 cargas.

A villa está dividida em tres bairros, correspon-

dendo a denominação de cada um á da egreja que fica situada no respectivo angulo; isto é, onde está o templo da Conceição, chama-se bairro da Conceição; onde se acha a egreja de S. José, denomina-se bairro de S. José; e onde se vê a capella da Lapa, tem o nome de bairro da Lapa. Esta divisão foi feita ha poucos annos pelo administrador do concelho, com approvação da municipalidade.

Todos sabem, digamol-o mais uma vez com sincero pezar e como novo protesto contra tal incuria, que em o nosso paiz a instrucção publica anda, coitada! tão desamparada de bons esteios, que não é raro verem-se localidades sem o numero nem a especie de escólas necessarias á sua população. Estava, e está, n'este caso a villa da Povoa de Varzim. Em 1851 contava apenas uma escóla de instrucção primaria para o sexo masculino, e, segundo affirma o auctor das *Memorias historicas*, não se conhecia então alli nenhum outro estabelecimento de instrucção, e a mocidade, tanto de um como de outro sexo, vivia em quasi completa escuridão. Hoje tem só duas escólas primarias para o sexo masculino e uma para o sexo feminino. Mas não é bastante. A Povoa de Varzim, pelo numero e qualidade de seus habitantes, e pela posição em que se acha, como villa maritima, podia bem ser lembrada para uma escóla secundaria, ou para uma escóla de pilotagem, e com isto por certo que se lhe daria novo impulso, e se mostraria que não se negavam aos povoenses nem as luzes da civilisação, nem os meios de se engrandecerem e prosperarem.

Reconhecendo tão urgente necessidade, a junta geral do districto do Porto, na consulta que subiu ao governo no anno 1864, instou pela creação da escóla de pilotagem nos termos seguintes:

«Pede esta junta o estabelecimento de uma escóla de pilotagem na Povoa de Varzim, terra que vive do mar e quasi no mar. É claro que n'essa escóla, além dos conhecimentos technicos, mais empiricos que philosophicos, se devem dar as indispensaveis noções de geographia commercial, organisando-se os programmas de modo que esta escóla não venha a degenerar em apparatos scientificos, que são a morte de estabelecimentos d'esta ordem.»

Cremos que a junta geral do districto do Porto não foi attendida n'este seu patriotico empenho. Pois devia sel-o.

VI

Vimos no capitulo antecedente que a população da Povoa de Varzim é de quasi 11:000 habitantes, e que a parte que se dedica á industria da pesca e aos mesteres correlativos d'esta industria se eleva a 8:000 almas. Isto não admira tanto como os algarismos que se referem aos meios da producção e á producção piscatoria, cujo mappa, que temos presente, com relação ao anno 1866, desenvolveremos do seguinte modo:

Contava no dito anno a Povoa de Varzim 363 barcos de pesca (64 lanchas, 75 bateis e 224 catraios), os quaes tinham em acção, pouco mais ou menos, 25:600 redes e 3:000 linhas de anzoes, sendo o valor das redes de 204:795$000 réis e o das linhas de 720$000 réis. [1]

O producto das transacções realisadas na villa,

[1] Para que não pareça exagerada tal indicação, remettemos o leitor para o documento n.º 1 que vae no fim desta Memoria.

tanto pelos pescadores directamente, como pelas pessoas que negoceiam com o pescado, elevava-se a réis 230:000$000; e o producto das pescarias vendidas pelos pescadores povoenses desde Caminha até á Figueira fôra calculado em 180:000$000 réis. O imposto pago na estação fiscal pelo pescado vendido na villa em 1866 fôra de 5:000$000 réis.

Saem annualmente para a cidade do Porto não menos de 1:600 barricas com sardinha, e, sem exageração, mais de 3:000 cargas de peixe.

O numero das cargas de peixe que da Povoa de Varzim sae para as provincias do Minho, Traz-os-Montes e Beira Alta é, porém, incalculavel. Asseguram os conhecedores da Povoa que se, em qualquer mappa estatistico, podesse figurar com verdade a importancia da exportação do peixe para aquellas provincias, poucas pessoas o acreditariam, por se lhes figurar maravilhoso. Não ha alli, todavia, multiplicação milagrosa, porque tudo é devido ao esforço, que se poderá chamar sobrehumano, dos ousados pescadores.

As especies de pescado que se vendem na villa constam da seguinte nota: agulha, airoga, alecrim, anjo, azevia, badejo, bebedo, boca-torta, podião, boga, bonito, bôto, brêta, brota, bruxa, cabra, cação, cachorra, camarão, cão, capatão, carangueja, caranguejo, cascarra, cavalla, cherne, chicharro, chôco, choupo, congro, corvina, dentilha, enxôva, espada, faneca, fanêco, ferreta, gallo (ou alfaquim), gato, goraz, judeu, lagosta, lavagante, linguado, litão, lixa, lula, lulão, marachomba, maragota, melga, mello, moreia, navalheira, olho branco, olho verde, orelhão, páo, pachão, panadeira, papoula, patello, pescada, polvo, prego, raia, ratão, rei, roballo, rodovalho, rouco, ruivo, salmonete, sant'antonio, sapo (ou tamboril), sardinha, sargo, savel, savelha, serra, serrão,

solha, tainha, toninha, tintureira, tremedeira (ou tremelga), urze, vesugo, viuva.

D'estas especies as mais saborosas e estimadas são: agulha, azevia, bonito, cachorra, camarão, congro, corvina, enxova, espada, gallo, lagosta, linguado, mello, moreia, pescada, rei, roballo, rodovalho, ruivo, salmonete, sargo, savel, savelha, solha e tainha.

VII

Tem a Povoa de Varzim diversas egrejas e capellas, e taes são a da Misericordia, a de Nossa Senhora da Conceição, a de Nossa Senhora da Lapa, a das Dores, a de S. Roque, a da Madre de Deus, a de Nossa Senhora de Belem e a de S. José.

A egreja da Misericordia, que serviu de matriz até a separação de Argivae, como já dissemos, data do seculo XVI. Parece que indo no termo o seculo seguinte, e tratando-se de ampliar a egreja, ahi se descobriram vestigios de uma capella que devia existir em epocha remota, e se julga que estava sob a protecção de S. Thiago, pois a imagem d'este venerando apostolo ainda se conserva em um dos altares.

Não podendo sustentar-se esta egreja, quando se fundou a nova matriz, uma piedosa mulher, por nome Maria Fernandes, do logar da Villa Velha, quiz no começo do seculo XVIII, deixar-lhe uma parte de seus bens, para que se applicasse á sustentação da irmandade da Misericordia (instituida pelo sr. rei D. Manuel), declarando, porém, no testamento que então fez, que, se não tivesse a applicação desejada, sería o producto de seus haveres destinado a outras obras pias. E, de accordo com o senado da villa, se organisou regularmente a irmandade da Misericor-

dia, que mais tarde tomou posse da egreja, aggregando-se á irmandade dos Passos, cujos fundos tambem reuniu no mesmo cofre.

A fabrica da egreja da Misericordia não se recommenda, quer no exterior, quer interiormente, por bellezas architectonicas, nem contém monumento algum digno de commemoração especial. Depois que foi reparada, tem-n'a conservada com aceio.

Contiguo ao templo está o cemiterio da irmandade com uma pequena capella. N'este cemiterio ha o espaço sufficiente para o enterramento dos irmãos que vão fallecendo, bem como para o das pessoas que morrem no hospital. Tambem não sevêem alli construcções que devam especialisar-se.

A actual egreja matriz, oude Nossa Senhora da Conceição, teve principio no anno 1743, em virtude de uma solicitação do senado, e por provisão do sr. rei D. João v, datada de 1736, na qual concedia para esta obra as sobras das sizas e a contribuição de um real na carne e no vinho, concessão que durou, prorogada, por espaço de vinte e tres annos, ou até 1759.

Não obstante a boa vontade com que muitos dos principaes cavalheiros povoenses, coadjuvados pelo reverendo José Carvalho da Cunha, pozeram hombros a esta santa empreza, a edificação da matriz foi tão demorada, que só passados quatorze annos (6 de janeiro 1757) é que pôde effeituar-se a benção solemne, ceremonia a que se deu a necessaria e condigna pompa para maior regozijo de toda a povoação. Foi primeiro parocho d'esta freguezia o já mencionado reverendo padre Cunha, que prestou sempre bons serviços; porém não teve a felicidade de ver acabada a sua egreja, porque a morte o roubára ao seu rebanho. A tão bemquisto pastor suc-

cedeu o reverendo reitor Diogo Ferreira, que foi, conforme o auctor das *Memorias*, a quem coube officiar na solemnidade da inauguração do novo templo.

A egreja matriz de Nossa Senhora da Conceição é de mui regular construcção e de uma só nave. Tem a simplicidade que em geral se observa em os nossos templos, onde se seguiram os preceitos da architectura da ordem toscana.

A fundação da capella da Lapa devem-n'a os povoenses a missionarios hespanhoes. Correndo o terceiro quartel do seculo XVIII, estiveram na Povoa de Varzim, bem como em outras terras do reino, uns padres franciscanos em missão, com licença do arcebispo primaz, e ahi conseguiram que alguns maritimos se associassem para erigir uma capella a Nossa Senhora da Lapa, sob cuja protecção e invocação missionavam os ditos padres. Obtida a necessaria permissão do prelado, no dia 9 de dezembro 1770 lançou-se a primeira pedra, em conformidade com o estabelecido no ritual romano; e dois annos depois (15 de agosto 1772), estando concluidos todos os trabalhos, recebeu a capella a benção solemne [1].

Para este fim, os fundadores da capella se congregaram em confraria ou irmandade, cujo estatuto foi confirmado pela sr.ª rainha D. Maria I, por alvará de 1791, em que esta soberana mostrava ao mesmo tempo a sua piedade e magnanimidade, declarando-se real protectora da confraria [2].

A capella da Lapa está proxima do mar. É de uma só nave, e conserva-se com limpeza, porém não se recommenda ao visitante considerada pelo lado

1 Vid. *Memorias historicas*, pag. 35.
2 *Loc. cit.*, pag. 36 e 37.

artistico. Os povoenses, ou poveiros, tem grande devoção com este pequeno templo, e tanta que, á custa da irmandade, alli fizeram construir um bom pharol de duas luzes de petroleo, com movimentos regulares, já para o norte, já para o sul. Serve este pharol de guia aos navegantes, e muito especialmente aos pescadores, os quaes, ou por findarem a lucta da pesca, alta noite, ou por se ter levantado o mar, tem precisão de procurar os abrigos da costa.

De todos os templos que existem na Povoa de Varzim, o que mais se recommenda ainda hoje, pela situação e pela architectura, é o que se conhece, no ponto mais alto da villa, sob a invocação de Nossa Senhora das Dores.

A fundação d'esta capella é de 1768, e erigiu-se no mesmo sitio em que antigamente se via uma pequena ermida dedicada ao Senhor Jesus do Monte, com o qual os povoenses tinham muita devoção. Entre os seus mais solicitos e desvelados fundadores e mantenedores, contam-se os reverendos José Pedro Baptista, João Rodrigues de Sá Vieira e Thomaz Rodrigues de Sá Vieira.

A capella das Dores é tambem concorrida, e tem irmandade com estatuto approvado desde 1769. A ornamentação e as pinturas d'esta capella estão em harmonia com o plano adoptado para toda a fabrica. Foi dotada com orgão. Tem uma elegante e agigantada torre, que se avista a grande distancia no mar, e que serve, no dizer do auctor das *Memorias*, «de balisa aos mareantes quando querem aportar na praia do seu desembarque.»

A capella de S. Roque está situada proxima da rua da Junqueira, e foi fundada, correndo o anno de 1596, por Diogo Peres de S. Pedro e sua mulher, Maria Fernandes de Faria, a qual, enviuvando

em 1627, vinculou os seus bens n'esta capella, passando assim aos seus descendentes [1].

Da capella da Madre de Deus, que se erigiu na rua do mesmo nome (actualmente rua da Egreja) quasi meiado o seculo XVI, já fallámos em um capitulo anterior, e ahi deixámos indicados os nomes de seus fundadores.

A capella de Nossa Senhora de Belem foi edificada em 1826 no logar da Giesteira, e na área em outro tempo occupada por uma ermida, que se demoliu para esse fim. A benção solemne d'esta capella effeituou-se no dia 13 de agosto do mencionado anno, devendo-se tudo aos donativos e esmolas dos devotos do mesmo logar.

A mais moderna das egrejas e capellas da Povoa é a de S. José, porque data quasi do fim da primeira metade do seculo que vae decorrendo. Está situada no largo de S. José, onde outr'ora existia a rua da Ariosa, e proxima do caes ou paredão.

Foi esta edificação causa de divergencias com a irmandade da Lapa, mas que se aplanaram pela prudencia com que andou a commissão encarregada das obras, entre cujos membros se contou, ainda na primeira fileira e com o mesmo zelo e solicitude que se notára na decoração da capella das Dores, o reverendo Thomaz Rodrigues de Sá Vieira, então mui entrado em annos. Vendo este exemplar sacerdote que a capella era já pequena para os fieis que alli se afreguezavam, tratou pouco depois de lançar os fundamentos de outro templo mais vasto, contiguo á primeira capella, o que com effeito conseguiu com diversas esmolas e pouca despeza; porém os seus esforços foram em parte infructiferos, pois que, ten-

[1] Vid. *Memorias* citadas, pag. 39.

do-se finado em começo das novas obras, e morrendo tambem ou desanimando os demais vogaes da commissão, os trabalhos estiveram interrompidos por muito tempo, até que a irmandade de S. José tomou a si o encargo, e as obras continuaram, mas com morosidade. Julga-se geralmente na Povoa que, se não apparecer outro varão tão cuidadoso e diligente como fôra o padre Thomaz de Sá Vieira, as obras, por certo, difficilmente chegarão ao seu termo.

Na rua da Praça existe ainda uma capella, porém profanada. Ignora-se quem fosse seu fundador, nem se sabe a epocha da fundação. Os bens que constituiam o patrimonio d'esta capella são actualmente possuidos pela sr.ª D. Joanna Carlota de Barbosa Leite Paulet.

VIII

Um dos edificios que para logo captivam a attenção do viajante, ao entrar na villa, é, sem dúvida, o dos paços do concelho. Está situado em uma bella praça, denominada *do Almada,* no centro da villa, e tem magestosa apparencia.

Foi fundado pelo honrado cidadão Francisco de Almada e Mendonça, no reinado da sr.ª D. Maria I, a qual mandou lavrar a necessaria provisão para esta obra aos 21 de fevereiro 1791, não só em attenção ao requerimento que lhe fizera o alludido Almada, senão tambem porque era notorio que, com o consideravel augmento da população, as diversas repartições municipaes e outras da villa não podiam já funccionar nos antigos paços, que eram em edificio pobre e acanhado, e de fundação do começo do seculo XVI.

O edificio dos paços do concelho, devido á inicia-

tiva e ao patriotismo de Francisco de Almada, é de fórma quadrilonga, e de construcção mui custosa, se attendermos á epocha e ao local em que se foi levantando, pois que com elle se consumiram, approximadamente, trinta contos de réis: mas tem muitas accommodações. Consta de um andar nobre, com muitas janellas bem rasgadas sobre outros tantos arcos de cantaria, que lhe servem como de peristyllo, e dão entrada para os diversos compartimentos terreos. Nas aguas-furtadas póde-se dizer que corre outro andar com bastante pé direito e numerosas divisões, que se podiam ainda aproveitar, e tem por vezes aproveitado em dependencias das officinas publicas.

Por cima da janella principal d'este edificio, e levantadas na cimalha, estão as armas reaes.

Não havendo na Povoa de Varzim o foral do sr. rei D. Diniz, nem tratando do brazão da villa o do sr. rei D. Manuel, nem existindo outra memoria além do escudo, toscamente acabado, entre os que adornavam a fachada da egreja matriz de Villa do Conde, e representavam as armas d'esta villa, e as de Azuzara e Povoa, é claro que os que transplantassem o brazão da Villa do Conde para a Povoa podiam acaso tornal-o mais perfeito e completo, mas por fórma alguma alterar-lhe o padrão. Foi o que succedeu. O brazão d'armas que a camara municipal tem pintado no tecto da sala das audiencias e bordado no estandarte de que usa nas festividades publicas, desde tempos remotos, só se parece com o que ainda deve existir na egreja matriz de Villa do Conde em ter uma ancora, um rosario, o sol e a lua, pouco mais ou menos em egual disposição. Com effeito, as armas da Povoa de Varzim, conforme a bordadura do estandarte municipal, tem por

timbre, em campo azul, um rosario branco enfiado em cordão vermelho, com uma cruz de oiro, que serve de hastea a uma ancora de prata. No oval do escudo, e junto dos braços da cruz, vê-se do lado direito a figura do sol, e do esquerdo a da lua, sendo esta prateada e aquelle doirado [1]. O brazão é rematado por uma coroa ducal.

Funccionam actualmente no edificio dos paços do concelho, de que tratâmos, as repartições da camara municipal, da administração do concelho e da fazenda; a recebedoria do concelho; as audiencias; e uma das aulas de ensino primario para o sexo masculino. A sala em que está a aula é mui vasta, e n'ella tem alguns curiosos povoenses, com a devida auctorisação, composto um theatrinho para as suas récitas, a que concorrem as principaes familias da villa. No mesmo edificio tambem está a cadeia do concelho.

Tem a villa uma fortaleza, que servia para defensa da enseada, e se construiu em logar de um fortim que no principio do seculo XVIII estava bem defendido por dois artilheiros e um tenente!

Esta obra, começada no reinado do sr. rei D. Pedro II, por instancias do governador das armas do districto do Porto, o mestre de campo Pedro de Vasconcellos e Sousa [2], só veio a concluir-se quasi no fim do reinado do sr. rei D. João V, estando, todavia, as obras interrompidas por espaço de trinta e cinco annos (1703-1738). O que parece bem averiguado é que, tendo chegado ao conhecimento do sr. D. João V que o porto da Povoa de Varzim não tinha segurança, e que os trabalhos da indicada fortificação estavam havia muitos annos paralysados

1 Vid. *Memorias historicas*, já cit., pag. 23.
2 Vid. *Memorias historicas* já cit., pag. 42.

por falta absoluta de dinheiro, ordenou terminantemente (como então o fazia com relação a outras obras publicas de grandissima importancia, que serão de eterna gloria para o seu esplendido reinado) que se continuassem, o que se executou sob a direcção do governador das armas do districto do Porto, general D. Diogo de Sousa, o qual, para commemorar este facto, e por certo a sua solicitude no exacto cumprimento das reaes ordens, e os serviços patrioticos da sua familia, mandou que o brazão d'armas de que esta usava fosse levantado, como alli se vê, sobre a entrada principal da fortaleza.

No dia em que o sr. D. João v contava cincoenta e um annos, isto é, a 22 de outubro de 1740, verificou-se a ceremonia da inauguração da fortaleza, com as formalidades da ordenança, estando presentes o general das armas, outras auctoridades militares e civis, e o primeiro governador da fortaleza, n'aquella occasião nomeado interinamente, F. Felix Henriques da Veiga Leal [1], que só em 1752, não sabemos por quaes circunstancias ou razões, recebeu a sua confirmação em diploma já assignado do punho do sr. rei D. José.

Consta a fortaleza de quatro baluartes com as necessarias cortinas: dois d'estes baluartes tem frente para o mar, e denominam-se *da Conceição* e *de S. Francisco de Borja;* e os outros dois dão para a terra, e receberam os nomes de *S. José*, e *S. Filippe e Diogo*. Dos flancos dos primeiros seguem dois lanços de muralha de 33 metros de comprimento, os quaes se juntam em angulo saliente para o mar, e assim formam uma bateria de 7 metros de largura e mais de 60 de extensão.

[1] *Loc. cit.*, pag. 43.

O estado d'esta fortaleza é hoje como o da maior parte das fortificações do reino, digamol-o com pezar. Não tem artilheria, e consideram-n'a ha annos com tão limitada importancia, que já se construiram casas na esplanada, contra o que, se não errâmos, se acha determinado em varias ordens do exercito.

Tem a fortaleza uma pequena capella, que foi construida á custa do erario e pertenceu a uma irmandade do Santissimo Coração de Jesus, a qual, segundo umas memorias ineditas, contou em tempo mais de dois mil irmãos da villa e povos circumvizinhos. [1]

IX

Das edificações ou obras chamadas publicas, que existem na villa da Povoa de Varzim, ainda nos resta fallar do hospital e do cemiterio; e não os juntâmos n'este capitulo por ligarmos, como epigramma pungente, á santa idéa de um a lugubre idéa do outro, senão porque, philosophicamente, andam bem ao par a miseria do hospital e a miseria do tumulo.

Deram origem ao hospital duas calamidades occorridas nos primeiros annos do presente seculo: a fome padecida pelos desgraçados pescadores em 1811, por effeito de continuada e horrorosa invernada, e a epidemia que se lhe seguiu.

[1] A capella está hoje muito arruinada. Nem já tem irmandade, nem d'ella sae a procissão do *Corpus Christi*, nem tem exposição do Santissimo, e a festa da padroeira, que era costume celebrar-se annualmente, deixou de fazer-se alí com solemnidade.

Ácerca das particularidades da construcção da fortaleza e da capella, veja-se o documento n.º 2, copia de umas memorias ineditas.

Sendo impossivel acudir a tamanha desgraça e a tão crescido numero de enfermos com um facultativo de partído, que a municipalidade nomeára havia tres annos, e convindo separar os que iam caíndo fulminados pela epidemia em logar apropriado para limitar o desenvolvimento da doença, a camara pediu e obteve licença para estabelecer um hospital provisorio, cedendo para isso, por não ter outra casa, uma parte do edificio em que funccionava. Effectivamente, o primeiro hospital da Povoa de Varzim foi o que se instituiu em todo o segundo andar dos paços do concelho, de que tratámos no capitulo anterior.

N'esse local, não podia, comtudo, subsistir um estabelecimento pio em condições regulares; por isso a camara municipal tratou para logo de representar ao governo ácerca da conveniencia de estabelecer definitivamente um hospital na villa, e de examinar terreno para esse fim. A representação foi bem acolhida, e em pouco tempo desceu ordem para se começarem as obras; mas, sendo esta lavrada em 1819, só passados sete annos é que se inauguraram os trabalhos, e isto mesmo foi devido ao zelo do benemerito povoense José Antonio Alves Anjo, que o auctor das *Memorias historicas* cita com particular consideração, porque, para se conseguir o acabamento do hospital, tambem dispendeu alguma coisa dos proprios bens.

Começado o hospital em 1826 no local em que hoje o vemos, a solemnidade da abertura verificou-se, a final, em 29 de junho 1835, passando n'esse dia para o novo edificio os enfermos que existiam no hospital provisorio da camara municipal.

A administração do hospital pertence á irmandade da Misericordia da Povoa de Varzim, e, em con-

formidade com a provisão de 1826, teve como adjuntos dois vereadores do mesmo concelho; mas em 1867, quando se redigiram os estatutos, approvados por carta regia de outubro d'aquelle anno, ali ficou expresso que a gerencia da Misericordia pertencesse exclusivamente á mencionada irmandade.

Além do referido Alves Anjo, muito contribuiram para a fundação do hospital os prestantes cidadãos João Francisco Nunes e Bernardo José da Silva, que alli empregaram esforços e cabedaes. [1]

O edificio do hospital é de regular construcção. Tinha seis enfermarias espaçosas, bem ventiladas e bastante aceiadas; mas, ainda não ha muitos annos, estabeleceu-se mais outra, sob o titulo de S. João, e a expensas de um caridoso bemfeitor, o sr. João Antunes Guimarães, natural da freguezia de S. Salvador de Donim, do concelho de Guimarães. Este philantropico cidadão mandou preparar convenientemente a dita enfermaria, e contigua a ella destinou uma pequena sala para se recolherem os enfermos particulares que, mediante o preço estabelecido no regulamento do hospital, por falta de familia ou por qualquer necessidade da doença, alli fossem procurar abrigo para se tratarem. Depois d'estes importantissimos melhoramentos, realisados, como dissemos, á sua custa, o mesmo sr. Guimarães presenteou o hospital com doze cadeiras de mogno, doze camas de ferro, doze biombos, doze mesas de cabeceira, uma pequena commoda de mogno, quatro globos de vidro para luzes, e um altar, ou oratorio, com crucifixo e quatro castiçaes grandes de madeira.

Está situado o cemiterio publico, ha pouco tem-

[1] Veja-se o documento n.º 3, copia de um manuscripto inedito.

po concluido por conta da camara municipal, a léste do hospital, e separado d'este pio estabelecimento pela nova estrada que segue da Povoa de Varzim para Barcellos.

A escolha do terreno para o eterno repoiso dos que se vão finando parece que não foi acertada, pois ha quem supponha, sem dúvida com bons fundamentos, que sería mais apropriado e conveniente que se tivesse procurado local, como prevenção hygienica, mais distante do hospital e fóra da correnteza do vento norte, predominante na villa. Ao nascente da povoação, onde não faltam bons terrenos, de certo que a escolha sería mais conforme com os preceitos sanitarios; e o local em que está hoje o cemiterio devia antes ser destinado para um passeio publico, com o que, sobre tudo, se alegrariam os miseros habitadores do hospital, que, de outro modo, tem, para assim dizel-o, constantemente diante dos olhos o tristissimo espectaculo da morte.

O cemiterio fórma um quadrilongo com a superficie de 4:536 metros quadrados. Deixando por este melhoramento de ser enterrados os cadaveres nas egrejas da villa, as principaes e mais abastadas familias fizeram alli acquisição de terrenos para construirem jazigos, dos quaes se contam sete já acabados (sendo quatro de marmore e tres de granito) e quatorze em via de construcção.

Tem o cemiterio cinco marcos fontenarios, que recebem agua do chafariz que lhe fica proximo. E no largo, onde fica a entrada do cemiterio e o chafariz, a municipalidade resolveu que se formasse uma lameda, cujos trabalhos de terraplanamento começaram em 1866.

O primeiro enterramento que se fez no cemiterio publico foi a 11 de setembro d'aquelle anno, dando-se

á terra o cadaver de José Antonio Fernandes Campos, proprietario, capitalista, cavalleiro da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo e antigo substituto do administrador do concelho da Povoa do Varzim. Segundo o nosso zeloso informador [1], o dito sr. Fernandes Campos declarára em sua vida «que queria, quando fallecesse, ser enterrado em cemiterio sagrado; e assim succedeu, desapparecendo com este exemplo o pernicioso costume dos enterramentos nos templos da villa.»

Desde o indicado dia até 11 de dezembro 1867, ou no lapso de quinze mezes completos, sepultaram-se 77 cadaveres de pessoas maiores e 218 de menores edades.

Visto que nos referimos ao chafariz que existe junto do cemiterio, no largo chamado das Dores, cuja capella ahi está situada, não concluiremos este capitulo sem dizer que a villa da Povoa conta já hoje, além d'aquelle, mais tres chafarizes, os quaes são: um na praça do Almada, outro no largo de S. Roque e outro na rua do Bandeira [2]. Attendendo, porém, ao extraordinario desenvolvimento da população, que fica antecedentemente notado, é natural que alguma camara municipal se lembre das necessidades dos seus municipes, mandando construir mais dois chafarizes, um ao sul, proximo da

[1] O sr. Manuel Luiz Monteiro Junior, já citado.

[2] Em 1852, o auctor das *Memorias historicas* citadas, mencionando a existencia de um só chafariz n'aquella epocha, lastimava não se ter aproveitado a agua que se ia buscar a alguns centos de metros de distancia, em logar onde ella corria abundante e de boa qualidade. Vê-se, porém, pelo que deixamos escripto no texto, que as municipalidades, depois de 1852, não se esqueceram de tão urgente necessidade do povo, e acudiram-lhe como puderam.

egreja da Lapa, e outro a oeste, junto da capella de S. José.

X

Em um manuscripto inédito do seculo passado [1], e de que possuimos cópia por favor do sr. Monteiro Junior, depara-se-nos a seguinte curiosissima pagina com relação á enseada da Povoa de Varzim.

«Ha n'esta villa uma das melhores enseadas d'este reino; a natureza, por disposição do Auctor d'ella, a formou, e se a arte, por mandato do rei e senhor, a aperfeiçoasse, sería uma maravilha da Europa: forma-se esta enseada pela parte do norte ao noroeste por uma natural subsequente carreira de penedos, que tem varias denominações, chamando-se as que topam na areia *Pedra do Canto dos Barcos*, e seguem-se para o mar a *Curva Grande, Curva Pequena, Insua Grande, Insua Pequena;* e é a ultima que por esta parte fica descoberta ao pé da boca da entrada, a que os nacionaes chamam *barra:* pela parte do sul tem outra similhante carreira de salitrosos penedos, tambem variamente chamados: os primeiros, do pé da areia, *Pedras do Cabedello,* e d'elle para o mar *Movelha,* e um grande lagido chamado *Extramundes,* que fica alguma coisa para o sul da dita Movelha, da qual até a Insua Pequena sobredita é a boca chamada *barra.*

«Tem esta barra um baixo de pedras, chamadas

[1] Este manuscripto do qual extrahimos já dois dos documentos que ao deante se lerão, existe em poder do reverendo padre Sebastião de S. Luiz, da villa da Povoa de Varzim, e d'elle se serviu tambem o reverendo padre Giesteira para as suas *Memorias historicas,* segundo a noticia que ultimamente recebemos.

Leixão, que nunca descobrem, e d'ellas para a dita Insua Pequena está um caneiro, ou barrete, porque algumas vezes, com o mar tranquillo, entram e saem os barcos ou lanchas d'este porto: do dito baixo de Leixão até a pedra de Movelha é a rigorosa e verdadeira barra da entrada, a qual tem de largo 48 braças da marinha [1], e cinco de alto, sem baixo ou banco algum: tem de alto a dita enseada até o meio as mesmas 5 braças [2], e ao terço da largura, contando da barra, faz 2½ braças [3], e assim vem diminuindo até acabar na areia.

«Tem no meio da enseada, da areia até a barra, de léste a oeste, 260 braças da marinha [4]. As duas sobreditas correntes de penedos, a de noroeste mette no mar a ponta para o sul, e vem inclinada para o norte a topar em terra: a do sul, começando em terra, inclina até a ponta do mar para o noroeste, com cuja figura vem a fazer um bolso, que na areia faz quasi como meio circulo; e tem da pedra dos Barcos ás do Cabedello 370 braças da marinha [5] de comprido pela areia a borda da agua; e por esta ajustada sonda, que se diz, e se lhe tomou, se inferirá as embarcações de alto bordo que póde admittir; assim tivera formados sobre os naturaes alicerces uns artificiaes impeditivos de que quebrasse o mar no bolso da enseada, dentro da qual tem só ao pé da areia, ao meio da distancía sobredita de 370 braças [6], umas pedras a que chamam a *Caverneira*, e logo no pé para o sul outra chamada o *Seixo*.

[1] Aproximadamente 105 metros.
[2] 11 metros.
[3] 5,5 metros.
[4] 572 metros.
[5] 814 metros.
[6] 814 metros.

«Ao pé da carreira de penedos que ficam da parte do norte se acham seguindo mais pela areia outros penedos, como: *Lagido, Lava Tripas, Furado pequeno, Furado Grande*, e as *Madres*, que são duas pedras, em uma das quaes, que é a da parte do sul, está uma marca para signal que alli acaba o termo d'esta villa, e com elle a jurisdicção do governo das armas e corregedor da comarca do Porto: e na outra, que é a do norte, está a marca do termo de Barcellos, que alli principia, e com a sua comarca o governo do general do Minho.

«N'esta enseada se fez a nau da invocação de *Nossa Senhora de Guadalupe*, que foi a nau de guerra na recuperação de Pernambuco, como se expõe na resposta decima oitava [1]. Na mesma enseada entravam e saíam antigamente navios. Pelo anno de 1547 achâmos visitas feitas n'esta enseada em navios pelo guarda-mór Gonçalo Annes Cadilhe, especialmente em um vindo de Inglaterra. Consta de papeis, que vimos em poder de particulares d'esta villa, que a nau sobredita *Nossa Senhora de Guadalupe*, vindo de commerciar em Angola, aportára n'esta enseada.»

O que deixâmos posto é de umas memorias do principio da segunda metade do seculo XVIII. Indo quasi no fim este seculo, o prestante cidadão Francisco de Almada e Mendonça, de quem fallámos a pag. 22, quando nos referimos ao edificio da camara municipal, e sem que estas obras lhe causassem es-

[1] A resposta 18.ª, no manuscripto d'onde se extrahiu esta cópia, diz assim: «Floresceu n'esta villa o capitão Antonio Cardia, piloto mór da real armada, que foi a restauração da Bahia, e saiu de Lisboa a 22 de novembro de 1824, sendo general D. Manuel de Menezes, e assim se vê escripto na pedra da sua sepultura, que está na misericordia d'esta villa, do tempo em que era matriz.»

torvo, conseguiu tambem do governo da sr.ª D. Maria I que se fizesse um paredão que devia servir para a projectada doca, pois era muito natural que, em beneficio da população e em prol de seus interesses, se désse a tão importante obra a attenção que ella requeria.

Não sabemos, todavia, por quaes circumstancias, para não lançar isto á conta da incuria com que se tem tratado certas coisas da administração publica em o nosso paiz, as obras da doca projectada não foram além do paredão construido nos fins do seculo passado; e, apesar de repetidas instancias, nada mais se conseguiu até hoje.

No anno 1867, em uma visita que fez a diversas terras do reino, o então ministro das obras publica, sr. João de Andrade Corvo, teve occasião de ver as condições da enseada da Povoa de Varzim, e conhecer que era ainda facil transformar aquelle porto em uma doca de abrigo, e far-lhe-hemos a justiça devida se dissermos que no seu animo calou a idéa de que era mister acudir com providencias acertadas ao mal que víra e apreciára.

Julgam os póveiros, talvez com bons fundamentos, que a construcção da doca attrahiria alli os navios que em occasiões de temporal demandam o porto de Vigo, e assim viria para o concelho a receita que n'essas occasiões entra no porto da Hespanha; além d'isso, os pescadores não seriam obrigados a conduzir ás costas os seus barcos, tanto da terra para o mar como do mar para a terra.

Sendo ministro da marinha o sr. José da Silva Mendes Leal, ordenou s. ex.ª que fosse para a Povoa de Varzim um barco salva-vidas, o qual já tem sido muito util, quando a furia das vagas põe em risco a vida dos navegantes ou dos pescadores.

XI

Não tem a Povoa de Varzim propriamente sociedades de credito ou companhias de seguros, mas ali estabeleceram suas delegações e agencias o *Banco União*, do Porto; a agencia geral de emprestimos hypothecarios sobre o banco da *Companhia geral do credito predial portuguez;* a companhia de seguros *Garantia*, do Porto; e a companhia de seguros hespanhola *El Fenix*. A agencia de emprestimos hypothecarios realisa as suas transacções sob a firma commercial de Pacheco & C.ª

Em 1863 foi approvada, por alvará de 10 de junho, a creação do *Monte-pio da associação dos pescadores, artistas e agricultores da Povoa de Varzim*, para cuja realisação tinham trabalhado com incançavel esforço e louvavel perseverança os cidadãos Francisco José da Nova, conhecido na villa pela alcunha de *Capitão da Nova*, José Soares Modesto (já fallecidos), João José da Nova e Manuel de Sousa Guerra. Em 1 de março 1864 verificou-se a installação definitiva e legal d'este monte-pio, sendo por então ou pouco depois eleitos presidente o sr. Francisco Fernandes de Castro, e thesoureiro o sr. Gaspar Fernandes do Nascimento; e taes e tão importantes foram os serviços prestados por estes benemeritos povoenses á associação e á sua terra, que o proprio governo se julgou obrigado a galardoar os do primeiro, concedendo-lhe a commenda da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo.

Compõe-se o monte-pio de socios nacionaes e estrangeiros, com residencia na villa da Povoa de Varzim ou nas freguezias annexas ao concelho, quer el-

les se dediquem á pescaria, quer se empreguem na agricultura, ou em qualquer industria, profissão, arte ou officio; e o seu fim unico é «soccorrer os socios no transe de suas vidas, procurar os melhoramentos das classes e tratar do livramento de seus filhos quando sejam apurados para o recrutamento militar», em harmonia com as leis do paiz. Para este fim admitte por socios bemfeitores os proprietarios e as pessoas abastadas, que se prestem com actos de philantropria e rasgos de dedicação humanitaria a auxiliar tão benefico instituto [1].

Com relação ás vantagens de que gozam os socios pescadores, dizem os estatusos:

«Quanto aos socios pescadores:

«1.º O socio pescador que não puder continuar no uso de sua arte, quer seja por doença incuravel e avançada edade, quer por necessidade reconhecida, perceberá d'esta associação uma diaria de 100 réis, que lhe será entregue no fim de cada semana pelo fiscal.

«2.º O socio pescador que em serviço da pescaria tenha a infelicidade de arribar a qualquer porto do nosso ou do reino visinho, receberá pelos fiscaes ou agentes d'esta associação uma diaria de 100 réis até o seu regresso.

«3.º O socio pescador que por naufragio ou sinistro soffrer prejuizo total no seu barco de pescaria receberá uma quarta parte proporcional em que for avaliado o prejuizo, como auxilio d'esta associação, e poderá requerer á direcção para lhe ser confiado o restante preciso para a compra do novo barco, ficando este hypothecado e pagando d'essa quantia o juro de 3 por cento [2]».

[1] *Estatutos do monte-pio*, art. 1.º, 2.º e 3.º
[2] Idem, art. 8.º

Além d'estas vantagens, trouxe esta associação ás classes laboriosas da villa da Povoa de Varzim uma que sobresaíu a todas pela sua importancia real, e foi livrar, sobre tudo os desventurados pescadores, das garras da usura.

Obtendo em outro tempo, e nas diversas crises que padecem os pescadores, dinheiro na razão de 50 por cento ao anno, como é sabido, depois da fundação do monte-pio não só esta classe encontrou o capital prompto e disponivel para acudir ás urgencias da vida, que são tanto mais criticas quanto menos abundante é a pesca, mas tambem a melhor vontade dos funccionarios e bemfeitores da associação, e o modicissimo juro de 5 por cento ao anno.

Foi em uma d'essas crises espantosas, que atravessam as povoações do litoral, e contristam os corações mais frios e duros para attenuar os effeitos das quaes se carece por vezes dos esforços e da abnegação de muitos; foi em uma d'essas crises, repetimos, que o digno presidente do monte-pio, o sr. Francisco Fernandes de Castro, acudiu a este piedoso instituto, emprestando gratuitamente a importante quantia de 9:024$240 réis, segundo se vê das notas que temos presente, sendo tambem parte d'esta somma applicada para a compra de um palacete, onde existe hoje o monte-pio, na rua do Bandeira, com frente para a rua da Lapa. Para amortisar o valioso emprestimo do seu presidente, o cofre social pagou já diversas prestações, na importancia de 5:449$000 réis.

A nota dos penhores effeituados desde a fundação do monte-pio é a seguinte:

1864...1:188 penhores...2:619$435 réis
1865...2:673 » ...4:713$285 »

1866...1:863 penhores...2:841$385 réis
1867...1:352 » ...2:009$765 »

Os fundadores do monte-pio, para mostrarem o seu entranhado patriotismo e o respeitoso affecto que consagram á dynastia de Bragança, pozeram nos estatutos um artigo, que deixâmos aqui registado como sincera homenagem aos louvaveis sentimentos que o dictaram. É o seguinte:

«Esta associação mandará celebrar uma missa pelo eterno descanço de todas as pessoas reaes fallecidas, pertencentes á dynastia de Bragança, nos dias de seus anniversarios [1].»

XII

Não é pequena a lista dos varões illustres nas letras e nas armas, que a Povoa de Varzim se ufana de contar entre os seus benemeritos filhos.

Ponhamos na primeira linha a D. Fr. Manuel da Resurreição, que foi bispo de S. Paulo [2], em cuja diocese deu repetidos testimunhos dos elevados dotes da sua intelligencia e do seu caracter. Era este prelado o ultimo descendente da familia dos Cortezes, de quem soube honrar a memoria.

O piloto-mór da armada que foi, no fim do primeiro quartel do seculo XVII, livrar a Bahia do cruel dominio dos hollandezes, o capitão Antonio Cardia, era natural da Povoa de Varzim; assim como seu irmão, Diogo Dias de S. Pedro, commandante da nau *Nossa Senhora de Guadalupe*, que, no começo

[1] *Estatutos*, art. 31.º
[2] Tomou posse em 19 de março de 1774, e falleceu em 21 de outubro de 1789.

do segundo quartel do mesmo seculo, tambem representou nas admiraveis epopéas brasileiras, entrando na esquadra saída de Lisboa para restaurar Pernambuco, que os hollandezes tinham occupado desde 1630, como a Bahia desde 1624, invadindo repetidas vezes e assolando as riquissimas possessões do Brasil pelo espaço de trinta annos [1].

Quando tratámos da enseada da Povoa de Varzim, vimos que alli se fizera a nau *Nossa Senhora de Guadalupe;* porém devemos n'esta occasião accrescentar que tal embarcação foi construida, segundo consta de memorias escriptas, pelos commerciantes da villa, que n'isso mostraram o acrisolado patriotismo que sempre nobilitou e engrandeceu os actos dos póveiros.

O capitão Diogo Dias, na indicada expedição, portou-se com inexcedivel bizarria, pois não só não quiz acceitar gratificações do governo, mas ainda pagou da sua bolsa aos tripulantes da nau, que o seguiram com fidelidade e presenciaram a sua dedicação e coragem. Dizem que estes actos de heroicidade e fidalguia se encontram registados em documentos que conservam os descendentes de Diogo Dias.

Além d'estes e de outros que mencionámos no decurso dos apontamentos que se tem lido ácerca da Povoa de Varzim, são ainda hoje de grata recor-

[1] Como é sabido, o Brasil voltou ao dominio de Portugal, reinando o sr. rei D. João IV, pela capitulação assignada em 1654 entre portuguezes e hollandezes na cidade do Recife, representando o nosso governo o mestre de campo general Francisco Barreto e Menezes.

A heroica defensa n'esta epocha do forte de S. Jorge (no Recife), o animo do capitão-mór Mathias de Albuquerque, os esforços inauditos do capitão Antonio de Lima, a audacia de Fernandes Vieira e a traição de Calabar, serviram de assumpto para o bello romance *Calabar,* do sr. Mendes Leal.

dação aos naturaes d'este concelho os doutores João de Sousa Magalhães, Domingos Ribeiro Pontes, Antonio Dias Camello, fr. Manuel de Jesus Maria, João Bernardino Leite, D. Lourenço da Purificação e Antonio Baptista de Almeida, dos quaes o auctor das *Memorias historicas* faz honrosa menção. D'este ultimo nos diz elle:

«Outro cidadão não menos prestante foi Antonio Baptista de Almeida [1], cujo nome será sempre caro aos habitantes d'esta villa, pelos serviços relevantes que lhes prestou nas diversas epochas em que os seus talentos e virtudes eram necessarios ao bem publico. Ainda ha poucos annos era um proverbio entre os velhos:—Morreu um Almeida, não apparecerá tão cedo outro [2]».

Ainda ultimamente se fallava na Povoa, com o devido respeito á sua illustração e aos seus serviços (a que os compatricios se mostraram reconhecidos, elegendo-o por diversas vezes para representar o concelho) de Luiz Antonio Pereira da Silva, bacharel em mathematica e philosophia, e formado em medicina pela universidade de Coimbra, que foi provedor do concelho da Povoa de Varzim em 1834, medico do hospital da Trindade da cidade do Porto, secretario da sociedade agricola da mesma cidade, lente da 2.ª cadeira de physiologia na eschola medico-cirurgica da mesma cidade, commissario dos estudos do districto do Porto e reitor do lyceu, vogal do conselho do districto do Porto, e procurador á junta geral do mesmo districto pelos concelhos da Povoa de Varzim e Villa do Conde.

[1] *Almada* escreve o auctor das *Memorias*, mas deve ler-se *Almeida*.

[2] Vid. *Memorias* cit., pag. 54.

Este distincto funccionario morreu a 10 de fevereiro de 1862, contando 54 annos.

Não devemos esquecer tambem que Francisco Gomes de Amorim, o auctor dos *Cantos matutinos* e dos *Ephemeros*, o discipulo e amigo de Almeida Garrett, teve alli o seu berço, e alli passou os primeiros annos da sua vida, antes de se partir para o Brasil, como o illustre poeta o diz no prologo dos *Cantos Matutinos* [1].

XIII

Foi bom não esquecer o nome de Gomes de Amorim, e não seriamos nós que nos esquecessemos do illustre poeta, a quem estimâmos e veneramos ha muitos annos, para que o nosso amigo pudesse honrar estas paginas escrevendo alguma coisa ácerca da terra que o viu nascer e onde lhe correram quiçá tempestuosos os annos da puericia.

Agradecemos-lhe profundamente a singela e elegante carta, que veio illustrar e enriquecer o nosso humilde trabalho; e sinceramente nos alegrou a certesa de poder assim dar mais esta prova de consideração á Povoa de Varzim e aos amigos que ali contâmos.

Eis a carta de Gomes de Amorim:

Meu presado amigo.—Tenho grandes desejos de satisfazer o seu pedido, mas acho-me tão peior dos meus padecimentos que até vou sair de Lisboa para

[1] Gomes de Amorim nasceu em Avelomar aos 13 de agosto de 1827. Avelomar, ou A-ver-o-mar, é uma aldeia na margem do Oceano, pouco distante da Povoa de Varzim e dependente d'este concelho.

a quinta das Larangeiras. É a ultima tentativa que faço, indo pedir á fresca sombra d'aquelles arvoredos magnificos um pouco de animo para poder esperar resignado a terminação do meu drama doloroso.

Em vista pois do meu estado, pouco lhe posso dizer da aldeia onde nasci. Aqui vão estas linhas, escriptas a correr, que não me satisfazem, nem a v. mas é o mais a que posso chegar presentemente.

Avelomar é uma aldeia sentada á beira do oceano, em formosa e extensa planicie, meia legoa ao norte da Povoa de Varzim. Creio que terá hoje uns dois mil habitantes, pouco mais ou menos, e pertence á freguezia de Santiago d'Amorim.

São ferteis os seus campos, cortados de muitos riachos, e povoados de numerosas fontes, que com suas aguas puras facilitam as regas dos milhos, quando a secca não inutilisa tudo, como aconteceu este anno. A gente da terra é laboriosa, sobria, de optimos costumes e sentimentos; os crimes são ali tão raros, que eu tive verdadeiro espanto lendo ha dias n'um jornal, que no logar de Cadilhe, proximo de Avelomar, tinha sido morto um rapaz pelo dono de um jumento em que elle montára! A cultura das terras occupa, em geral, a população da aldeia; ha, comtudo, alguns habitantes que se dedicam aos trabalhos do mar: pesca, viagens commerciaes, e apanha do argaço ou sargaço — planta marinha de muitas variedades, que desde tempos immemoriaes se applica á engorda dos campos de todo o baixo Minho e que os jornaes de Lisboa noticiaram, no anno passado, ter sido descoberto por um sabio francez moderno o emprego d'este estrume!

Não é raro aventurarem-se os avelomarenses ás viagens mais longinquas; e muitos vão morrer ao

Brasil e á India, em busca das riquezas, que poucas vezes encontram. Alguns, poucos, teem voltado com sufficientes meios para melhorarem as casas em que nasceram; mas, quando chegam, encontram já mortos pae, mãe, e os principaes parentes, de modo que ou tornam para os paizes donde vieram ricos ou vão edificar casas na Povoa ou no Porto. Comtudo, apesar de pouco ter progredido, a aldeia possue já algumas casas soffriveis, um palacete, e houve um habitante assaz arrojado para deitar carrinho! A estrada da Povoa para Avelomar é péssima; projecta-se porém fazer outra, que vá até Vianna, e que dará á localidade uma vida nova.

Na aldeia ha uma capella sob a invocação de Nossa Senhora das Neves, e outra, ao norte da povoação, situada n'um areial e dedicada a Santo André.

Não posso dizer-lhe em que tempo foi fundada a aldeia, porque o P.e Cardoso, unico auctor, que eu saiba, que se refere a ella no seu Diccionario, nada diz a tal respeito. É de presumir que seja de antiga fundação, pelo nome que tem, e por outros de varios logares circumvisinhos; e até pelos de alguns sitios da mesma aldeia, taes como *Finisterra*, que o vulgo converteu em *Fisterra* ou *Finsterra*, Perolinha, Largo do Paço, Cavalleira etc. etc. Estas denominações parecem dar-lhe fóros de fidalga e incontestavel antiguidade; nunca pude averiguar donde lhe provinham, mas penso que devem ter relação com a historia de um fidalgo gallego, que em tempo de D. João I se passou a Portugal e foi, por serviços feitos ao rei e ao reino, creado conde de Amorim, que era o seu appellido.

É provavel que sendo Avelomar um dos mais formosos logares da freguezia de Amorim, merecesse então as honras de que o novo fidalgo edificasse n'el-

la o seu solar e ali residisse. Não sei se estas conjecturas terão algum valor?... Em historia, não se podem admittir probabilidades; e eu não quero arriscar-me a fazer um romance ridiculo, com o fim de ennobrecer a minha terra. Sei que as casas da Louzã ou de Cavalleiros teem por ali muitos fóros e não me occorreu nunca averiguar se ellas teriam parentesco com os antigos condes de Amorim, mas penso que não, porque esta familia se extinguiu, e o titulo acabou ha muito, segundo creio. Pela minha parte parece-me poder affirmar, que, apesar do meu appellido, usado tambem por meu pae e meu avô paterno, que o herdou não sei de quem nem como, não tenho a honra de descender dos illustres condes de Amorim, pela simples razão de que não tenho solar nem dinheiro para o fazer.

Desculpe-me tomar-lhe tanto tempo para dizer tão pouco. Avelomar daria um soffrivel artigo a quem estivesse em melhores circumstancias de saude do que estou, e por isso vou concluir.

O milho, o centeio e o linho, são as principaes culturas a que se entregam os habitantes. Ha ali magnificas pastagens e já lá chegou tambem a industria de engordar bois para vender aos inglezes. As arvores de fructa são raras, porque se não cuida em as cultivar; apenas se encontram algumas figueiras, pereiras e macieiras nos quintaes; ha odio ás arvores de sombra, porque todo o sol parece pouco áquelles povos para lhes puchar pelas sementeiras! e parece-me que é Avelomar a aldeia do Minho menos arborisada de todas! Em compensação tem o mar á porta e mettem-se a elle de verão e de inverno, tirando de lá a maior parte do seu alimento, em peixe, e quasi todo o alimento dos seus campos em argaço.

Eis o que posso dizer-lhe de Avelomar e acrescento que sou deveras de v. amigo, etc.

S. C. Lisboa 26 de julho
de 1870.

F. Gomes de Amorim.

XIV

Á pessoa que de futuro queria escrever uma historia desenvolvida da villa da Povoa de Varzim, utilisando-se porventura dos apontamentos que temos deixado registados n'estas paginas, indicaremos mais dois factos, para os fastos da sua terra natal:

Durante as luctas civis do principio do segundo seculo, o general Saldanha (hoje duque e marechal do exercito), tendo ido á Povoa de Varzim, ou passado n'esta povoação por necessidade de serviço, alli encontrou agasalho em casa de Manuel Luiz Monteiro, por alcunha *Manuel da Rita*, e dizem que tal foi a dedicação d'este bom homem pelo general, que até lhe poz ás ordens um de seus barcos de pesca, tripulado por pescadores de inteira confiança e provada coragem. [1]

[1] Com o desejo de averiguar a verdade, porque repetidas cartas da Povoa de Varzim nos asseguravam que este facto se dera com o sr. duque de Saldanha, e porque sempre julgámos que tudo quanto se refere a um personagem que tem figurado tanto em o nosso paiz, ha mais de cincoenta annos, interessa á historia e vale bem todas as investigações, pedimos ao marechal (estava então s. ex.ª na embaixada de Paris) que nos esclarecesse tal ponto, e s. ex.ª teve a bondade de nos mandar dizer que nos entendessemos com o sr. visconde de Pinheiro, seu antigo companheiro, pois se o sr. visconde se não recordasse, elle, marechal, pouco mais adeantaria, porque com verdade não se lembrava de ter, durante as nossas luctas politi-

No dia 18 de abril de 1849, pela volta da quatro horas da tarde, chegou a esta villa o ex-rei da Sardenha, Carlos Alberto, depois de ter perdido a batalha de Novara e abdicado a coroa d'esse reino a favor do principe real, hoje rei da Italia, Victor Manuel. Foi hospedar-se, com os personagens que o acompanhavam, em numero de quatro, trajando singelamente, na hospedaria do padre Antonio José de Araujo, na rua da Amadinha, hoje rua de Carlos Alberto, e ahi lhe foram logo tributar homenagem da alta consideração que merecia a todos o preclaro principe as auctoridades e pessoas notaveis da villa; o que elle agradeceu com delicadeza e affabilidade.

Na manhã do dia seguinte, 19, depois do almoço, o rei Carlos Alberto marchou a cavallo, conforme tinha entrado, acompanhado dos mesmos personagens, para a cidade do Porto. Soube-se depois que um dos da comitiva de sua magestade brindára e gratificára generosamente os criados da estalagem, porque o dito padre Antonio não quizera acceitar a importancia das despezas feitas no seu estabelecimento.

XV

Suppoz-se por muito tempo no Minho, e appareceu algures impresso, que os pescadores da Povoa

cas, pedido e obtido a protecção de algum homem bom e dedicado da Povoa de Varzim.

O sr. visconde de Pinheiro nada com effeito esclareceu.

Pomos isto, para que se veja que empregámos os necessarios esforços para apurar a verdade, e que, se para elucidar a historia contemporanea, se encontram tantas difficuldades, o que não succederá aos que se embrenham na averiguação da historia antiga!

de Varzim eram tão supersticiosos, que as mulheres nas occasiões de temporal, querendo implorar o auxilio do santo ou dos santos de suas devoções, para livrar os barcos dos maridos da voragem do Oceano, dirigiam imprecações absurdas e extravagantes, como um povo selvagem poderia fazel-o ante os mais ridiculos idolos.

Por esta razão se contava que as mulheres do povo, em taes apuros, se encaminhavam para a capella de S. José, e ahi, apedrejando ao mesmo tempo este santo, de tanta devoção para ellas, diziam: «Acorda, S. José acorda! Santo de... Dá-me conta do meu homem, ou do meu filho, S. José!» E outras coisas.

Não é assim, todavia. O que é certo é que não só as mulheres do bairro de S. José, mas tambem as do bairro da Lapa (cuja capella está na entrada da barra, como acima dissémos), nos momentos de suprema angustia, quando as vagas iradas e espumantes parece atirarem á praia em cada rôlo um cadaver; n'esses momentos, dizemos, as pobres mulheres revelam a afflicção que as atormenta povoando as areias e o Oceano com tristes exclamações e dolorosas preces.

E isto é natural.

Ai das mães, das esposas, das filhas ou das amantes, que não estremeçam, e ás quaes não assomem lagrimas aos olhos, quando entrevejam os filhos, os maridos, os paes ou os amantes, n'um perigo imminente em lucta com a procella!

A este respeito transcreveremos o periodo de uma carta do sr. Monteiro Junior, em que elle nos refere o seguinte:

«Ácerca das imprecações das mulheres do povo, por occasião de temporal, em que se tem fallado e

não é exacto, direi que a verdade é que em similhantes occasiões as mulheres dos pescadores invocam os santos da sua devoção. As do bairro de S. José vão para a porta da capella d'este santo, dizendo: «S. José, governae-os! S. José, ponde-vos ao leme! S. José, conduzi-os para terra a salvamento!» As do bairro da Lapa, defronte da entrada da barra, onde então o perigo é mais imminente, dizem: «Senhora da Lapa de Fóra (cuja imagem está em frente do mar no exterior do templo da Lapa ou Assumpção), trazei-os em boa hora! Senhora da Lapa de Dentro (imagem que está de um dos lados do altar-môr), trazei-os a salvamento! Mãe de Deus, soccorrei-os! Mãe de Deus, valei-lhes! Chagas abertas, coração ferido, sangue do meu Senhor Jesus Christo, pondevos entre elles e o perigo!» [1]

XVI

As festas a Santo Antonio, a S. João e a S. Pedro são, como em outra parte dissemos, geraes e populares em todo o reino. Quem vive aqui em Lisboa e nunca visitou essas provincias portuguezas, mal sabe o que vae por ellas, e não está no caso de bem conhecer e apreciar o grau de enthusiasmo com que o povo celebra os ditos santos, ou, antes, mal póde avaliar a singularidade com que em algumas terras de Portugal se exercitam em certas praticas, porque é bem certo que cada terra tem o seu uso...

[1] No *Almanach de lembranças* para o anno de 1859, encontram-se nas pag. 332 e 333, tres documentos concernentes ao facto que referimos no texto.
Vid. o documento n.º 4.

Fallâmos como testemunha de vista. O que se presenceia nas Beiras e no Minho, em certos dias festivos, em que o povo ri, dansa e canta á vontade, em que as familias se reunem e congraçam, e em que os rapazes e as raparigas se abraçam e osculam, não ha téla em que se pinte, nem papel em que se descreva.

Dar idéa dos usos ou costumes populares não será difficilimo, e muitos o tem feito plausivelmente; patentear, porém, com as mais vivas côres esses usos, dal-os com o necessario realce, mostral-os com a ingenita poesia que os caracterisa, é coisa, em o nosso humilde entender, que se não póde fazer com os mais habeis pinceis, nem com a mais bem aparada penna.

Vê-se e sente-se a poesia do povo, mas com difficuldade se representa.

N'este presupposto, não podemos descrever, como desejáramos, os folguedos populares na Povoa de Varzim, quando a folhinha reza dos queridos santos Antonio, João e Pedro; porém, como fieis chronistas, daremos singelamente uma noticia d'esses festejos, e os que possam ou queiram venham depois dar-lhe, porventura, lustre e relevo com estilo elevado, que não temos, ou com guindada escriptura, que não nos apraz imitar.

Apesar de ser Santo Antonio o que primeiro vem no mez de junho, e apesar de ser o desejado pelos rapazes e raparigas, que o tomam por desvelado protector de casamentos, succede que o mais enthusiasticamente celebrado em todo o reino — e não sabemos por que motivo — é o S. João.

Na Povoa de Varzim, não obstante ser terra de pescadores, que deviam dar a primazia a S. Pedro, acontece outro tanto. Os tres santos populares alli

tem, com effeito, fervorosos devotos, e abundancia de alegrias e folgares, mas o preferido é o S. João.

N'esse dia todas as classes se divertem. Nas lojas arma-se um throno com a imagem do santo, e na vespera á noite accendem-se fogueiras em frente das portas.

Vão, todavia, mais adiante os pescadores. Defronte das suas casas levantam um pinheiro verde, cujos ramos, presos ás janellas visinhas, são vistosamente embandeirados com bandeiras e lenços de côres. A este uso se refere a seguinte quadra que alli se canta:

> Sentemo-nos, raparigas,
> Á sombra d'este pinheiro;
> Ha um anno já que esp'ramos
> O S. João verdadeiro.

A pequena distancia do pinheiro accende-se uma fogueira, e em volta se compõe uma dansa, que não sabemos que exista em outra terra do Minho. Chama-se a esta dansa *dos solteiros*, porque n'ella só entram rapazes e raparigas, em numero de trinta ou quarenta, formando quinze ou vinte pares. Os que tem de entrar na dansa vem uniformisados, assim de um como de outro sexo, e os trajos são originaes. As raparigas trazem collete encarnado e camisa branca, sem jaqueta nem roupinhas, e sáia branca; na cabeça e nos hombros lenço branco; e ou vem descalças, ou resguardam os pés em pequenas chinellas de cabedal preto. Os rapazes trajam tambem collete encarnado sobre camisa branca, calça branca, faxa encarnada a tiracollo da direita para a esquerda, cinta encarnada (e isto é para os mais garridos), chapeo de palha ou barrete vermelho posto a direito (como ás vezes se vê nos campinos do Ribatejo), e tendo enrolado um lenço branco em fórma de fita; e chinellas de cabedal amarello, quando

não trazem os pés nus como as suas interessantes companheiras.

Figurae agora estes trinta ou quarenta pares em duas linhas separadas, os do sexo feminino defronte dos do masculino, avançando, pulando ora n'um, ora n'outro pé, recuando, tornando a avançar, e entoando quadras em que mostram desejos de que se encapelle o mar para que não afaste d'aquelles folguedos os rapazes da villa:

Ó meu S. João Baptista,
Dae sardinha em demasia,
Mas ao vir a vossa vespera,
Mandae ao mar maresia;

ou em que procuram exaltar o santo do dia:

Alegrae-vos, raparigas,
E mais toda a nossa gente,
Que S. João está no ceo
Gozando gloria eminente.
Raparigas, cantae a victoria,
Pois S. João está na gloria;

ou outros versos allegoricos, cujos estribilhos são repetidos em côro quando as linhas dos dansantes avançam ou recuam; e tereis feito idéa d'este singular uso dos póveiros.

O acompanhamento para taes dansas e descantes compõe-se de violas, rebecas e pandeiros; e, diga-se com verdade, pelo que respeita a harmonia, nem sempre se presta culto á deusa Euterpe.

Nas vesperas de Santo Antonio e S. Pedro as festas são mais limitadas; nem d'ellas participam todas as classes, nem se fórma a dansa dos solteiros, nem se levanta e embandeira o pinheiro verde, nem se accende numero tão abundante de fogueiras.

A alegria, no entretanto, reina desafogadamente; os rapazes e as raparigas dansam e cantam ao som rouco de uma coisa a que chamam tamboril (instrumento feito de pelle de peixe esticada na boca de algum cantaro quebrado!), para testimunharem que tanto lhes valia pularem nas areias da Povoa de Varzim como nas margens de Biscaya, e que seria indifferente exaltar as virtudes de Santo Antonio na lingua dos lusos ou no idioma vasconso.

Quereis cantar, raparigas,
Uni-vos ao regimento;
P'ra festejar Santo Antonio
Não falta divertimento.
  Festejemos com alegria
  Santo Antonio n'este dia.

Ó meu padre Santo Antonio
Com Deus Menino ao peito,
Pedi ao vosso Menino
Que nos livre do mal feito.
  Festejemos com alegria
  Santo Antonio n'este dia.

Isto é ao santo casamenteiro. Na vespera e no dia de S. Pedro ha mais enthusiasmo, sobre tudo entre os pescadores, mas ainda não é esta a festa religiosa d'elles. A sua piedade e devoção reserva-se mais particularmente para Aquella, cuja protecção imploram no momento do perigo todos os mareantes, e que a egreja celebra no dia 15 de agosto.

Posto que se não reproduzam, como dissemos, os folguedos e divertimentos da vespera de S. João, devemos notar a circunstancia de que as quadras que se cantam na vespera de S. Pedro são, para nós, mais engraçadas. Quasi todas alludem aos labores da pesca, como as seguintes que damos para amostra:

Nas praias da Galiléa
Andava o nosso S. Pedro
A lançar a rede ao mar,
Sem ter confusão nem medo.
Vêde, raparigas, vêde
Como o santo lança a rede.

Andava o nosso S. Pedro
E os mais da companhia,
Já meio descoroçoados
Pela pouca pescaria.
O peixe que a rede dava
Nem só p'ra elles chegava.

Appareceu o Senhor
Áquella sociedade,
Mandou-lhes lançar a rede
Á direita de Deus Padre.
Á mão direita a lançaram
E muito peixe caçaram.

Foram-se a alar as redes,
E tanto peixe malhou,
Que só metade da rede
O barquinho carregou.
Torce rede, eia safar,
E a terra descarregar.

S. Pedro desde pequeno
Foi marinheiro do mar,
E agora já tem as chaves
Do paraiso real.

A quem daremos as chaves
Da nossa embarcação?
Dal-as-hemos a S. Pedro,
Que nol-as traga na mão.
Festejemos com alegria
A S. Pedro n'este dia.

XVII

Concluâmos ainda com um facto digno com verdade de registar-se.

Estamos a 15 de agosto. N'este dia celebra-se com pompa a festividade de Nossa Senhora da Assumpção, sob cuja invocação os pescadores compozeram a sua irmandade, conforme dissemos acima, quando tratámos da capella da Lapa.

A irmandade dos pescadores, além da solemnidade da manhã, sáe á tarde em procissão de triumpho com diversos andores muito vistosos e bem adornados, sendo o ultimo aquelle em que se apresenta a bella imagem da indicada Senhora da Assumpção.

Os pescadores moços, pela maior parte solteiros, que tem que ir na procissão, trazem n'esse dia ao peito, como elles dizem, «em signal de luxo e consideração», um raminho de odorifera alfavaca, symbolo, conforme alguns, de tristeza e misanthropia.

Ora a procissão, no seu regresso, vae pela beiramar; e, quando tem de descançar os que levam os andores, voltam estes com a frente para o Oceano, como se quizessem supplicar aos santos, cujas imagens alli conduzem em triumpho, que intercedessem por elles para que as aguas fossem menos perigosas e mais copiosas em peixes.

No transito d'esta procissão pela praia vêem-se os barcos na maior parte enfeitados com bandeiras, e lenços de variadas côres; e, quando passa a imagem de Nossa Senhora, os pescadores lançam de dentro d'elles foguetes de muitas respostas, e em

alguns tambem ardem rodas de fogo, que parece formarem na atmosphera um circulo de estrellinhas.

Ha annos em que é tal a quantidade dos foguetes por occasião da festa de 15 de agosto, que o continuado estallido das bombas de artificio se nos figura uma prolongada batalha; porém isto se presenceia com o mais notavel enthusiasmo nas épocas em que a pescaria foi abundantissima. Os pobres pescadores julgam assim patentear á Senhora a sua gratidão pelos beneficios recebidos.

Se, pelo contrario, a pescaria escasseou, o numero de foguetes tambem diminuiu consideravelmente; o que prova então o desgosto dos pescadores porque o Oceano não os favoreceu, ou porque o mau tempo afastou o peixe d'aquella costa.

DOCUMENTOS

N.º 1

(Vide pag. 15.)

Copia de uma consulta dirigida ao governador civil do Porto

Ex.^mo sr.—Por alvará de v. ex.ª, com data de 25 de maio de 1868, tiveram os abaixo assignados a honra de serem nomeados para constituirem uma commissão encarregada: 1.º de enviar a v. ex.ª todos os documentos concernentes á administração e policia da pescaria, incluindo compromissos de monte-pios, e d'outras instituições de soccorros mutuos ou de beneficencia e piedade; 2.º de enviar egualmente quaesquer noticias ou memorias, pelas quaes se possa ajuizar do estado geral das pescarias e particularmente do numero de barcos e pessoas que n'elles se empregam, e dos processos e apparelhos da pesca, preparação, preços e destinos do pescado, habitos e costumes e meios de vida dos pescadores; e 3.º de consultar os meios de melhorar a industria da pesca e a sorte dos pescadores.

Os abaixo assignados satisfizeram, quanto coube em suas forças, á 1.ª e 2.ª incumbencia colligindo os quinze documentos juntos, que tem a honra de pôr nas mãos de v. ex.ª São elles inteiramente deficientes de esclarecimentos sobre processos e apparelhos da pesca, preços, preparações e destino do pescado, e circumstancias pessoaes dos pescadores; e por isso os abaixo assigna-

dos procuraram informar-se sobre esses pontos, e vão compendiar o resultado colhido d'essas informações.

A pescaria da Povoa de Varzim tem alta antiguidade, pois que já as Memorias de D. João I fazem menção d'ella. Todavia o seu maior desenvolvimento data do fim do seculo passado, como se manifesta do grande augmento de edificação moderna que se encontra na villa. Hoje 3:200 pessoas ou mais occupam-se na pesca, e a industria das redes e preparação, transporte e venda do peixe não occupam menos de 4:730. Juntando a essas pessoas da villa as que de fóra vem alli buscar peixe para o transportarem em barricas e cargas ao interior da provincia do Minho e até ás de Traz-os-Montes e Beira Alta, é muito modesto dizer-se que mais de 10:000 pessoas tiram a sua subsistencia d'aquella pescaria, outr'ora privilegiada pelos monarchas. E isto mesmo se infere de andarem empregados na pesca 363 barcos, 25:600 redes, e 3:000 linhas d'anzoes, como mostra o mappa sob o n.º 16.

O peixe que mais abunda é a sardinha, a pescada, o congro, o ruivo, a raia, o cação, e a faneca. A ultima especie é vendida em fresco. As outras, além da venda em fresco, são salgadas em barricas, ou seccas, vendendo-se depois a maior parte no paiz, e sendo tambem uma grande quantidade exportada para o Brasil.

Essa grande riqueza proveniente da pesca passa pelas mãos dos pescadores como a onda pelos seus bateis, deixando-lhes apenas o necessario para prolongarem uma vida miseravel. Partem para a pesca e em terra ficam os credores dos seus barcos e redes, preparando-se para absorverem em juros e amortisação do capital uma boa parte dos lucros. Voltam, o estado começa por lhes levar 6 % do peixe que trazem, sem se importar com as vezes em que elles vieram com as mãos vazias, fugindo ao vendaval para salvarem as vidas. Depois do estado vem aquelles credores levar ainda grande parte do producto da pesca. Segue-se a irmandade da Assumpção (apesar d'ella não cumprir o seu compromisso na parte que mais util era para elles e suas familias). E

ultimamente o monte-pio, posto que d'este estabelecimento colham algum beneficio na conformidade de seu estatuto; e felizes os pescadores quando depois d'essa dizima e redizima lhes sobeja com que ampararem a vida a si e a sua familia.

E ainda as cousas se passam pelo melhor, quando os pescadores voltam sem perda d'apparelhos nem de vidas. Mas quantas vezes a procella os obriga a largar-lhe as redes e perderem assim um avultado capital? Quantas o mar lhes é sepultura a elles e a seus barcos? E o mais lastimoso é, que não raro acontece, que vindo os barcos batidos da tempestade e já aproando á enseada, a furia do mar os arremessa contra os cachopos que circundam a enseada, dando a morte a muitas pessoas á vista das suas proprias familias.

N'estas circumstancias era da maior justiça abolir aquelle imposto de 6 % para o estado, substituindo-o por uma pequena taxa industrial, lançada a cada barco de pesca,—ou empregar uma parte d'aquelle imposto em beneficio d'aquella pescaria. As outras industrias não chegam a contribuir para o estado com 6 % dos lucros liquidos; e todavia exercitam-se livres dos riscos que correm os pescadores e que n'uma hora lhes annullam os lucros de mezes. A ellas dá-lhes o estado em segurança e protecção muito mais do que recebe, em quanto que os pescadores só Deus lhes póde dar a segurança, abonançando-lhe o mar.

Por isso pagar a industria da pesca 6 % do producto bruto, é iniquo relativamente ás outras industrias, que nem tanto pagam do producto liquido.

Mas quando subsista essa desigualdade, procure ao menos o Estado compensal-a em segurança e protecção. Tem a Povoa de Varzim uma enseada talhada pela natureza; e por mais d'uma vez tem sido lembrada a conveniencia de melhorar essa enseada, levantando sobre os rochedos que a cercam do lado do mar uma doca, ao abrigo da qual, pudessem acolher-se seguros os barcos da pesca. Essa dóca está porém por fazer, se bem que principiada por meio d'um paredão do lado do nor-

te, que se acha arruinado, e por falta d'ella aquelles rochedos tem sido, não poucas vezes, instrumento de morte para os pescadores acossados pela tempestade.

São estas as providencias que os abaixo assignados julgam poder o estado tomar a beneficio da pescaria da Povoa de Varzim: abolir o imposto do pescado substituindo-o por uma pequena taxa industrial lançada a cada um barco de pesca, segundo a sua lotação — e empregar uma parte d'essa receita publica na construcção d'uma dóca sobre os rochedos que bordam a enseada. Outras providencias, como companhias de seguros, caixas de soccorros, asylos d'invalidos, não as esperam os abaixo assignados da acção do governo, mas sim da iniciativa individual, como a já dada com o monte-pio, quando esclarecida pela instrucção.

Deus guarde a v. ex.ª Povoa de Varzim 18 de junho de 1868.—Francisco Fernandes de Castro.—Placido Luiz Monteiro.—José Caetano Calafate.

NOTA DOS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHARAM, POR COPIA, A CONSULTA

N.º 1—Licença do prelado ordenando que o parocho conceda licença aos pescadores para que nos domingos ou dias santificados, depois de ouvida a missa, possam ir pescar, tirar argaço, ou redes, havendo arribação de peixe. Passada a 35 de fevereiro de 1791. (Existe no archivo da Lapa.)

N.ºs 2 e 3—Provisões de D. João V com data de 12 de setembro de 1736, concedendo a isenção dos recrutamentos da armada e exercito aos pescadores d'esta villa; e de D. José I com data de 27 de junho de 1758, concedendo egual isenção, com referencia a outra provisão de D. João I. (Existe no archivo da Lapa.)

N.º 4—Provisão de D. João VI com data de 17 de janeiro de 1826, concedendo aos pescadores o tirar um peixe ou um cento de sardinha cada individuo, a que se dava o titulo de conducto, para seu sustento e familia, sem onus algum. (Existe no archivo da Lapa.)

N.º 5—Dois editaes do delegado da administração geral do pescado do reino, passados na Povoa de Varzim, um em 15 de outubro de 1849, prohibindo aos pescadores a venda de qualquer porção de sardinha, sem que se faça primeiramente a competente avaliação; e outro em 3 de janeiro de 1850, que obriga os pescadores a aportar com pescarias sómente em frente da delegação da alfandega. (Existe no archivo da Lapa.)

N.º 6—Alvará regio, com data de 15 de junho de 1825, com referencia aos alvarás de 3 de junho de 1815, e de 18 de junho de 1787, e decreto de 3 de março de 1797, isentando do pagamento de direitos, por tempo de dez annos, o peixe secco e salgado. (Existe no archivo da Lapa.)

N.º 7—Provisão de D. João VI com data de 14 de novembro de 1825, concedendo á camara municipal da Povoa de Varzim, a arrematação de terrenos para varaes de secca de redes. (Existe no archivo da Lapa.)

N.º 8—Certidão do edital do administrador geral do pescado, de 4 de janeiro de 1844, declarando que os 6 % sobre o lucro dos pescadores, seria pago deduzindo para esse fim das quotas ou quinhões que os mesmos entre si repartirem, com exclusão do que for destinado ás suas comedorias, caldeiradas, restomengas e carnadas. (Existe no archivo da Lapa.)

N.º 9—Mappa da delegação fiscal da Povoa de Varzim, com data de 9 de junho de 1868, declarando o rendimento do imposto de 6 % sobre o pescado nos ultimos cinco annos, numero de barcos e pessoas empregadas. (Existe no monte-pio.)

N.º 10—Compromisso do Monte de Piedade ou corporação de Nossa Senhora da Assumpção, d'esta villa, approvado em 6 de maio de 1791. (Existe no archivo da Lapa.)

N.º 11—Estatutos do hospital d'esta villa, com provisões de 28 de julho de 1819, e do 1.º de abril de 1826. (Existe no archivo da misericordia.)

N.º 12—Compromisso da santa casa da misericordia e hospital, approvado em 8 de outubro de 1867. (Existe no archivo da misericordia.)

N.º 13—Estatutos do monte-pio.

N.º 14—Copia de um projecto de lei apresentado na camara dos deputados em 11 de fevereiro de 1865 sobre a abolição do imposto do pescado.

N.º 15—Parte da consulta geral sobre as necessidades do districto do Porto dirigida ao governo pela junta geral do mesmo districto em 1864, só no que diz respeito á dóca na Povoa de Varzim.

N.º 16—Mappa estatistico da pescaria da Povoa de Varzim.

N.º 2

(Vide pag. 26.)

FORTALEZA.—Não é esta villa murada, nem praça d'armas; ha n'ella uma fortaleza, que a defende e cobre com sua artilheria, não só a enseada d'esta villa, mas as outras enseadas e calhetas, que ficam debaixo do seu alcance ou por tiro de pontaria, ou pelo de elevação. Tem quatro baluartes, dois para o mar, chamados da *Conceição* e de *S. Francisco;* e dois para a terra com a invocação de *S. José*, e *S. Filippe e Diogo;* e entre elles as tres necessarias cortinas; dos dois baluartes do mar nascem de seus flancos dois ramaes, cada um de 150 palmos de comprido, os quaes juntando-se em um angulo saliente ao mar formam uma plataforma ou bateria de 56 palmos de largo e 300 de comprido. Está municiada com 28 peças de artilheria; 8 de calibre de dezoito, 10 de calibre doze, 2 de calibre de dezeseis, e 8 de um, até seis libras de bala. Tem um governador por el-rei, um capellão com 160 réis de soldo cada dia sem obrigação de tenção de missa; um condestavel; um sargento; quinze soldados da artilheria com um cabo de esquadra d'ella, tudo de pé de lista; vem-lhe destacados pelo tempo que determina o governador das armas do Porto, que ordinariamente é todos os mezes, quinze soldados infantes, incluido um cabo de esquadra: a sua verdadeira lotação de guarnição é de trinta homens de infanteria na paz, e duzentos na guerra.

Tem dentro um bom quartel para o governador; muito sufficientes para os officiaes subalternos e mais guarnição; um corpo de guarda de abobeda de pedra, com uma correspondente casa de prisão; muito bom armazem de balas e seu paiol, com antipaiol para a polvora: uma capella fabricada do real erario de sua magestade fidelissima por especial ordem sua, isenta como tal da jurisdicção ordinaria, em que se disse a primeira missa a 17 de fevereiro de 1743. Tem uma boa sachristia com seu primoroso caixão de fabrica.

A capella é de abobada de cantaria com seu retabulo de talha dourada, e sacrario, ainda que n'elle não está perennemente o Santissimo Sacramento: a sua padroeira é Nossa Senhora da Conceição; venera-se mais na mesma capella a imagem de Santa Barbara, protectora da artilheria, e uma imagem do Menino Jesus com o coração na mão, patrono de uma grande congregação ou irmandade do Santissimo Coração de Jesus, que na dita real capella se acha erecta com o numero de mais de dois mil irmãos da villa e povos circumvisinhos.

Por obrigação da dita confraria está n'esta capella todos os quartos domingos de tarde exposto o Santissimo Sacramento: faz a sua principal festividade na dominga *extra octavam Corporis Christi* principiando o Triduo no dia proprio que é a sexta feira antecedente, e concluindo-o com sua solemnissima procissão, em que vão muitos andores decentemente ornados, e anjos primorosamente compostos, e debaixo do pallio o Santissimo Sacramento, que leva o parocho da villa por sair a ella, acompanhando-o o capellão da fortaleza como tal até ás portas d'ella, e dando esta uma descarga da sua artilheria ao sair e outra ao entrar.

Festeja-se annualmente n'esta capella a padroeira, a protectora da artilheria, e se officia a novena do Senhor S. José com toda a formalidade que manda o livro, que da dita novena mandou imprimir e praticar o sempre augusto e fidelissimo rei o senhor D. João V, que haja o céu.

Esta fortaleza mandou edificar o serenissimo senhor

rei D. Pedro II, quando o mesmo fez fortificar a marinha de todo o seu reino, por uma representação que lhe fez o capitão da ordenança, que então era d'esta villa, João de Almeida Rego; expondo-lhe a necessidade que havia de fortificação, que defendesse esta enseada e cobrisse o povo d'esta villa, livrando-o dos desembarques n'ella e nas circumvisinhas; governava as armas do partido do Porto o mestre de campo Pedro de Vasconcellos e Sousa, da casa dos ill.mos e ex.mos condes de Castello Melhor; as do Minho D. João de Sousa, da ill.ma e ex.ma casa dos marquezes das Minas, de quem era filho segundo, e tinha a patente de general de artilheria, que ambos se acharam n'esta villa no dia destinado para o sargento mór engenheiro Sebastião de Sousa desenhar a figura com as bandeirolas, e havendo disputa sobre a qual dos governos das armas pertencia a disposição da obra e o subsequente governo da fortificação, insistiu o capitão das ordenanças que a sujeição que sempre tivera fôra o governo das armas do Porto, e em quanto não visse resolvido o contrario pelo seu rei, sujeitava o sangue e a liberdade.

Desenhou-se com effeito por ordem do partido do Porto, e só se deu principio á obra em o anno de 1701, depois de passar tres annos, em que ainda se esperou resolução em contrario: veio entender n'aquella José Gameiro de Sousa, que foi sargento mór de infanteria auxiliar do partido do Porto, e era alferes do regimento da mesma cidade, por ordem do dito governador das armas Pedro de Vasconcellos e Sousa, a quem sua magestade encarregou a superintendencia das fortificações do mesmo partido e lhe deu regimento especial d'ellas em o 1.º de setembro do dito anno, consignando-lhe annualmente dois mil cruzados no cofre da camara da cidade do Porto.

Trabalhou-se n'esta obra até o anno de 1703, fazendo-se a sapata de toda a muralha e levantando-se esta sobre aquella do angulo flanqueado do baluarte de S. Filippe e Diogo até o flanqueante do de S. José (que são os da parte da terra) em altura de 13 até 17 palmos,

e chegou a mais circumvallação só até 5 palmos de alto; na contramuralha interior se fez só o lance da cortina entre os referidos baluartes em altura correspondente á muralha.

Parou a obra no dito anno, por falta de dinheiro, por que se empregava ao mesmo tempo na fortificação de S. Francisco Xavier, do Queijo, e de Nossa Senhora das Neves, de Leça de Matosinhos ou Palmeira; em que ao mesmo tempo se trabalhava, e já teria cessado a sua manufactura se a predita magestade não applicasse para estas obras alguns restos de contas que se deviam á real fazenda no expediente da vedoria do Porto: entrou a guerra, veio para bispo do Porto o ill.^{mo} D. Thomaz de Almeida, que governou as armas e justiças do partido e districto de sua relação; e saindo da dita cidade a 27 de junho de 1716 para a côrte de Lisboa, aonde seria curto premio do illustrissimo de seu sangue e heroico de suas acções o eminentissimo tratamento que ahi teve depois de ser o primeiro patriarcha. Succedeu-lhe no governo das armas o tenente coronel Bento Felix da Veiga, fidalgo da casa real e professo na ordem de Christo, que mandou continuar e atacar as principiadas do Queijo e Leça, que por estarem mais perto da cidade se faziam mais proximas á lembrança.

No anno de 1721 entrou o governo do coronel Antonio Monteiro de Almeida: a 15 de abril de 1735 tornou a governar o dito Bento Felix da Veiga, e em janeiro de 1736 lhe succedeu o coronel D. Diogo de Sousa, filho do sobredito D. João de Sousa, general do Minho, de que acima tratamos.

Em o anno de 1738 recebeu este governador das armas ordem do fidelissimo rei o senhor D. João V para mandar acabar esta fortaleza, o que elle executou, não deixando de ser prenotavel, que impugnando no seu principio o pae, como general do Minho, fabricar-se ella por ordem do partido do Porto, fosse o filho o que a mandasse acabar como governador das armas do mesmo partido; gravando as suas armas sobre o excellente portico da entrada da fortaleza abaixo das armas reaes, que n'elle

se assentaram no dia 22 de outubro de 1740, em que o dito augustissimo rei fazia annos, dando-se tres descargas de artilheria na fortaleza, por ordem e na presença do dito governador das armas, que se achou n'ella no dito dia, e havia mandado continuar em 13 de setembro de 1738, nomeando por intendente e governador a Francisco Felix Henriques da Veiga Leal a 13 de maio de 1738, que depois foi confirmado por patente de sua magestade de 28 de abril de 1752, e actualmente exerce o dito emprego.

Para estar na ultima perfeição lhe falta só um lanço de contra-muralha exterior, com que se feche o excellente fosso que tem, e um poço que a planta demonstra no terreno interior, obra que brevemente se fará.

Está quasi no meio da enseada, defronte da barra, a fortaleza, por junto da qual passa quem transitar dos lados do sul e nascente para a praia chamada Ribeira do Peixe, por ser n'ella o desembarque das lanchas ou barcos da pescaria e do contracto, em distancia tal, que da muralha se está sabendo a qualidade e quantidade do pescado que vem do mar.

Antes de haver esta fortaleza estava em parte do terreno d'ella um forte de terrão, com duas peças de artilheria, uma de calibre de 9, que se despresou por inutil, outra de 12, que ainda labora: n'elle governava a camara da villa e nomeava uma pessoa d'ella, a que chamavam tenente, para a sua administração, de que ha memoria tão fresca, que todos se lembram do filho do ultimo tenente que foi do dito forte de terrão; nomeava mais a camara um condestavel e dois homens para o fôro, que correspondiam a artilheiros, tudo ordenanças; e supprimido tudo pela ordem de se fortificar com muralha de pedra, e pela nomeação de primeiro governador, que sua magestade fez em Simão Gomes da Costa, capitão de infanteria auxiliar do partido do Porto a 7 de janeiro de 1708, a que se seguiu o governador actual, segundo na nomeação, mas primeiro depois de fortaleza defensavel.

N.º 3

(Vide pag. 28.)

HOSPITAL.—Requerendo a camara municipal d'esta villa da Povoa de Varzim a sua magestade a graça de conceder que houvesse n'esta villa um hospital em que podessem ser tratados os pobres da villa e freguezia, foi, por provisão regia de 11 de dezembro de 1804 e por despacho do corregedor da comarca do Porto de 3 de janeiro de 1809, mandada ouvir a camara, nobreza e povo, sobre a dita pretenção, o que se effectuou em sessão de 23 de fevereiro de 1811, na qual sessão a camara e os cidadãos de todas as classes presentes concordaram em contribuir com um real em cada arratel de carne e em cada quartilho de vinho, que a retalho se vendesse n'esta dita villa e freguezia, e isto applicacado para as despesas do hospital, que seria administrado pela mesa da santa casa da misericordia. Requereu a camara n'este sentido, e desencaminhando-se-lhe a primeira provisão, fez segundo requerimento ao desembargo do paço para conceder provisão para a erecção do hospital, estabelecido com o fundo de um real em arratel de carne e quartilho de vinho que a retalho se vendesse n'esta villa e freguezia. Acontece, porém, grassar n'esta villa no anno de 1811 uma grande epidemia, que ceifando os moradores e levando familias inteiras, deixando os restantes na maior consternação, commoveu o senado da camara a tal ponto, que representou immediatamente ao meritissimo corregedor da comarca, expondo-lhe a desgraça e abandono em que se achava esta villa, e sua população pobre, a qual representação sendo bem acolhida pelo sobredito magistrado, officiou este em 29 de julho do dito anno á camara, dizendo-lhe que consultando o chanceller governador Manuel Antonio d'Affonseca e Gouveia, e o contador de fazenda Antonio Bernardo de Brito e Cunha, ordenava o dito cor-

regedor, José Teixeira de Sousa, ao juiz de fóra d'esta dita villa, José Verneque Ribeiro d'Aguilar, para que, ajudado pelos vereadores, lançasse mão dos dinheiros existentes no cofre das sizas, providenciando com elles —casas—utensilios e remedios—para curativos dos enfermos, para por este meio atalhar a dita epidemia, o que assim se executou. E representando assim o mesmo chanceller aos senhores governadores do reino, se expediu aviso em 5 de outubro do dito anno de 1811, pelo secretario d'estado Alexandre José Ferreira Castello, ao mesmo chanceller (o qual se acha registado no livro das saidas do cofre das sizas d'esta villa a fl. 56) no qual sua magestade houve por bem approvar todas as sobreditas providencias e despezas, e louvar muito este expediente; porém este beneficio acabou logo que desappareceu a dita epidemia. Conhecida melhor a falta de um tal estabelecimento, pela experiencia, continuaram e com maior vigor na pretenção anterior, e então a mesa da santa casa da misericordia não querendo mostrar-se estranha a tão util e necessaria empresa, accordou, em sessão de 28 de novembro de 1814, que por conta da dita misericordia se continuasse a promover a concessão da provisão para haver hospital n'esta villa; o que se cumpriu, não cessando de procurar desvanecer difficuldades que em taes negocios sempre apparecem. Estiveram, porém, estas pretenções com bastante empate, até que em 27 de fevereiro de 1818 baixou do desembargo do paço uma provisão, pela qual se mandava ao doutor corregedor da comarca do Porto ouvir a nobresa e povo d'esta villa; e respondendo-se com a certidão da resposta que a camara e povo tinham dado em 23 de fevereiro de 1811 á primeira provisão, e indo ao desembargador as informações competentes, d'ahi dimanou a provisão de 28 de julho de 1819 para o desembargador Macedo vir vêr se havia edificio que com alguns reparos pudesse servir para hospital, e, não o havendo, escolher o local para a sua construcção, o qual foi escolhido contiguo á egreja da santa casa da misericordia pelo lado do nascente, estando n'este acto e para este

fim o dito desembargador Macedo, medico e cirurgiões e os mesarios da misericordia. Apesar, porém, de não haverem descuidos da parte da camara e da mesa da misericordia para com o soberano, nem por isso deixaram de haver grandes demoras, sendo acompanhadas de tantas e tão grandes difficuldades e embaraços, que, a não ser um negocio de tanto valôr e merecimento para os que n'elle figuravam, de certo desanimariam na pretenção.

Passadas as maiores difficuldades e querendo sua magestade obviar ás grandes privações em que de continuo laboravam os pobres d'esta villa e freguezia, ordenou por provisão de 29 de abril de 1822 que se estabelecesse um hospital provisorio nas casas da camara, na praça do Almada, mandando outrosim, que se cobrasse a contribuição de um real em quartilho de vinho e arratel de carne que a retalho se vendessem no limite da freguezia e termo d'esta villa, a que contribuição principiou a pagar-se no dia 14 de maio do dito anno, e logo no dia 15 de junho foram alguns pobres enfermos assistidos, em suas proprias casas, de medico e cirurgiões, e providos de ração e remedios, por ainda não estarem promptas as enfermarias.

Abriu-se a enfermaria provisoria no dia 13 de julho, nas sobreditas casas da camara, na praça do Almada, e logo se recolheram sete mulheres e dois homens, sendo tudo isto dirigido e administrado pela camara e presidente d'ella.

Foi nomeado thesoureiro da dita contribuição, em sessão camararia de 26 de junho d'aquelle anno de 1822, José Antonio Alves Anjo, o qual recebeu nos dias 19 e 20 de setembro do dito anno da mão de Miguel Francisco da Costa Calheiros, por ordem do cabido de Braga, a esmola de 400$000 réis que o mesmo cabido offereceu para augmento d'este estabelecimento pio.

Conhecendo, porém, a camara que a casa destinada para enfermaria, além de estar no centro da villa, não tinha as commodidades precisas, e temendo que houvesse grande demora na concessão e approvação dos es-

tatutos e local para o novo edificio, determinou mandar fazer uma casa ou albergue fóra da povoação pelo lado do norte da capella da Senhora das Dores e proximo do local escolhido para o novo edificio, a cuja obra se deu principio no dia 16 de setembro de 1822, lançando-se as primeiras pedras nas sapatas dos alicerces no dia 29 de outubro do dito anno.

Por escriptura publica de 30 de setembro de 1822 compraram a Manuel Gonçalves Manco, d'esta villa, a terra demarcada para o novo edificio do hospital, tendo já dado principio á obra no sobredito dia 16 de setembro, e se ajustaram com o mestre pedreiro por escriptura de 13 de outubro á feitura de toda a obra, no que dizia respeito a paredes. Continuaram as obras até á altura de padieiras e soleira da sacada; porém esta casa ou albergue não chegou a completar-se, não só pela muita demora que houve na feitura d'ella por causa das alterações no risco e primeiro contracto, como pela falta de meios pecuniarios, porque se despendia bastante com os enfermos, e finalmente porque sendo embargada foram disputados os embargos.

No meio, porém, de todos estes embaraços foi pelo juiz de fóra d'esta villa, Rodrigo Cardoso Barbosa de Menezes, mandado cumprir em 29 de abril de 1826 uma provisão de Sua Magestade do 1.º de abril do dito anno, pelo qual approvava o local e planta para o novo edificio do hospital contiguo á santa casa da misericordia pelo lado do nascente, assim como a contribuição de um real em cada quartilho de vinho e arratel de carne que a retalho se vendesse n'esta villa e freguezia e seu termo, por tempo illimitado, sendo igualmente approvados os estatutos, por onde se deviam regular na administração d'aquelle estabelecimento, sendo tudo administrado pelo provedor e mesarios da santa casa da misericordia com assistencia de dois vereadores mais velhos da camara, que n'aquelle anno servissem.

Publicada a dita provisão foi pelos moradores d'esta villa e freguezia felicitado o monarcha que a concedeu, bem como o senado da camara, a irmandade da mise-

ricordia e todos os cidadãos probos, que tanto se distinguiram com serviços e dinheiros para a concessão de uma obra tão pia, beneficente e necessaria.

O senado da camara não querendo demorar por mais tempo a feitura do edificio para commodidade dos enfermos, desistindo da disputa do embargo anterior, foi no dia 1.º de maio de 1826 demarcar o terreno para o novo edificio no local designado na provisão, expropriando amigavelmente os seus terrenos os cidadãos Manuel Gonçalves Manco, José Martins da Agra, Francisco Lopes Ramos e João Gonçalves Pereira, como consta das escripturas de 29 d'abril e 6 de maio de 1826.

Principiaram os alicerces e assentamento das primeiras pedras no dia 22 de maio. No dia 3 de junho assentou-se a primeira sapata, e a 10 assentou-se o sôco do cunhal do lado do poente, e a 20 assentou-se a base do mesmo. A 19 de agosto assentou-se a padieira na primeira porta da fronteira do poente, e nos dias 4, 5, 6 e 7 de dezembro se assentaram as primeiras tres sacadas da fronteira, do lado do poente. Em 24 de novembro de 1827 assentou-se a base do cunhal da fronteira, do lado do nascente.

Logo que foi presente á camara a sobredita provisão, fez sciente á mesa da misericordia para que tomasse conta da administração dos enfermos, visto que a dita provisão assim o mandava; porém que em quanto ás obras do edificio, essas continuariam debaixo da administração d'ella, camara, pois que da provisão nada se podia entender em contrario. Não agradando, porém, á mesa da santa casa da misericordia uma tal deliberação, nem querendo a camara deixar tal administração, representaram uns e outros a sua magestade com allegações cada uns a seu favor. Em vista do que sua magestade resolveu por despacho do desembargo do paço de 11 de outubro de 1826 (e consta da provisão de 4 de novembro do dito anno) que sendo, como era, a dita obra uma das maiores despezas nas rendas concedidas ao mesmo hospital, competia á mesa da misericordia, com assistencia dos dois vereadores mais velhos con-

forme a letra da provisão, regulamento e estatutos que ella confirmou, o designar officiaes e pessoas habeis para a thesouraria, gastos e despezas do predito hospital, não tendo o juiz de fóra mais do que a jurisdicção de tomar as contas como ministro local, e a commissão de auxiliar e promover a obra com aquelles despachos, que por isso fossem conducentes. Esta foi dirigida ao juiz de fóra e officiaes da camara, sendo na mesma data dirigida á mesa da misericordia outra provisão com a copia da sobredita, para conhecimento, intelligencia e devida execução.

Em vista, pois, da referida provisão, a camara officiou á mesa em data de 13 de novembro, afim de assignar dia para a entrega de tudo que dizia respeito ao hospital e suas obras, nomeando dois ou mais irmãos que em nome da dita mesa fossem receber tudo que fica relatado.

Convocada a irmandade no dia 15 de novembro, acordaram nomear o secretario da mesma mesa, Felix Antonio Pereira da Silva, e o irmão conselheiro José Joaquim da Costa Calheiros, com poderes amplos para que de tudo que recebessem passassem o competente recibo, o que se effectuou no dia 18 de novembro do dito anno de 1826.

Recebidos todos os livros, folhas, papeis e utensilios pela dita commissão, e reunida a mesa da misericordia em sessão no dia 19 e tomadas umas exactas contas á dita commissão, n'esse mesmo acto, com assistencia dos seus vereadores mais velhos, deram as primeiras providencias tanto para com os enfermos que se achavam no hospital provisorio, como a respeito de empregados e adiantamento das obras do edificio; approvando n'este acto todas as disposições que a camara, como administradora, tinha feito, recommendando e pedindo de mercê ao provedor de então, Bernardo José da Silva, e a José Antonio Alves Anjo, continuassem com o seu louvavel zêlo na inspecção da referida obra, como até ali tinham feito.

Como, porém, os rendimentos fossem muito diminu-

tos para acudir aos enfermos e feitura da obra, representou o procurador da camara d'esta villa, em nome de todas as classes d'esta, a sua magestade, e depois de obtidas as informações precisas foi expedida provisão regia com data de 15 de novembro de 1826 para se extrahir do cofre das sisas a quantia de 2:000$000 réis para as obras do novo edificio.

Continuaram as obras até o anno de 1828, e representando segunda vez o procurador da camara a sua magestade a necessidade de igual graça para a continuação das ditas obras, baixou outra provisão regia em data de 30 de janeiro de 1829 para se extrahir do mesmo cofre das sisas igual quantia de 2:000$000 réis para o fim indicado.

Com estes donativos, tanto do governo de sua magestade como do cabido de Braga, e com o producto da contribuição depois de satisfeitas as despezas com os enfermos e empregados (menos o medico e os dois cirurgiões, porque eram pagos pelas sobras das sisas, em virtude de provisões antigas, que os moradores d'esta villa tinham obtido de sua magestade) todo o remanescente era empregado na dita obra do edificio; porém como fossem poucas as sobras, grande foi a demora na conclusão do dito edificio. Impacientes os mesarios da misericordia com tal demora, e desejosos de vêr o novo edificio occupado com os seus enfermos, projectou concluir algumas das enfermarias e n'ellas recolher os ditos enfermos, o que se pôde verificar no dia 29 de junho de 1835, dia em que processionalmente foram trasladados para a sua nova casa, acto de trasladação que foi bastante tocante a todos que o presenciaram.

Nota.—Está hoje concluida a obra, e é um dos edificios de nomeada n'esta villa, e elogiado por todos os visitantes, não só pela sua elegancia, mas pela boa escolha do local, e sobre tudo pelo aceio, limpeza e bom tratamento dos enfermos, etc.

N.º 4

(Vide pag. 48)

Com o titulo de S. José apedrejado se lê a pag. 145 do *Almanach de Lembranças* de 1857, o seguinte:

«*Na Povoa de Varzim, comarca de Villa do Conde, quando o mar se encapella de repente e pilha em si os pescadores, as mulheres d'estes vão,* in-continente, *á capella de S. José, e começam a atirar pedras á porta, dizendo em altas vozes:*—Acorda S. José!—*Se o mar não amaina, então vão a ter com o capellão e o obrigam a vir com o santo para a praia, e ahi principiam a dar com areia no pobre do santo, repetindo:*—Acorda S. José!—*Ás vezes parece que o santo, para se ver livre de taes endiabradas, cede aos rogos, e o mar acalma; porém outras vezes, ou para melhor dizer, quasi sempre, faz ouvidos de mercador. Providencias (Santo Thyrso).*»

«Animado com a lembrança de que V. desejará saber o credito que merecem os artigos publicados no seu Almanach, ouso informal-o de que é inexacto quanto n'aquelle se diz, pois tendo eu presenceado taes actos, apenas tenho visto as referidas mulheres dirigirem-se á capella de S. José, com toda a fé christã, fazerem as suas supplicas, e na praia invocarem o nome dos Santos de suas devoções, mas nunca a ponto de os apedrejarem! Para prova d'isto bastará notar que a mencionada capella de S. José ainda não tem confraria erecta, nem capellão, para que se diga que este é obrigado pelas mulheres dos pescadores a ir levar o santo á praia!...

Manuel Luiz Monteiro Junior (Povoa de Varzim).

Em apoio de suas asserções nos manda este cavalheiro um attestado do reverendo parocho e outro do administrador do concelho, os ill.^{mos} srs. reitor José Bernar-

dino Pereira de Freitas e dr. Agostinho Luiz d'Oliveira Machado.

Diz o primeiro:

«Attesto em como a capella de S. José erecta n'esta villa da Povoa de Varzim não tem confraria, nem capellão, e apenas as esmolas de alguns bemfeitores fazem face ás despezas de algumas obras ou festividades feitas na dita capella. Outrosim é inteiramente falso que S. José fosse alguma vez conduzido á praia pelo capellão, ou outra qualquer pessoa, obrigado pelas pescadoras, e pelas mesmas apedrejado quando no mar seus barcos tem recebido desastre, o que sómente por linguas horriveis e farisaicas póde ser levantado. E por este me ser pedido, o passo na verdade e juro *in Sacris*.—Povoa de Varzim, 2 de novembro de 1857.—O reitor, *José Bernardino Pereira de Freitas.*» Acha-se a assignatura reconhecida pelo tabellião de notas na Povoa de Varzim, José Francisco da Silva.

Diz o sr. Administrador do Concelho da Povoa de Varzim:

«Attesto em como dos respectivos mappas estatisticos existentes n'esta administração não consta que haja, nem houvesse, n'esta villa confraria erecta de S. José, existindo apenas uma capella na *Rua d'Areosa* com essa denominação, sustentada por esmolas d'alguns bemfeitores, mas sem capellão, sendo por conseguinte falso que este fosse alguma vez obrigado a ir com a imagem d'aquelle santo á praia, e ahi as mulheres dos pescadores lhe atirassem areia ou pedras, nem tão pouco me consta que tal caso succedesse com qualquer outro ecclesiastico. Administração do concelho da Povoa de Varzim, 2 de novembro de 1857.—O administrador do concelho, *Agostinho Luiz d'Oliveira Machado.*—Vem a firma reconhecida pelo mesmo tabellião.»

Digamos para justificação do auctor do artigo publicado no Almanach de 1857, que havendo sido contada a muitas pessoas de Santo Thyrso uma tal balela em Po-

voa de Varzim, o que nos é provado com attestados igualmente authenticos de individuos respeitaveis d'aquella villa, não admira que por alli, e por muitos pontos, continuasse a correr a galga.

Ficam pois solemnemente rehabilitadas as pescadoras de Povoa de Varzim e desaggravado o santo: nem ellas esfriaram nunca em seu fervor religioso e praticaram actos sacrilegos, nem S. José era capaz de lh'os soffrer impunemente, elle que tanta influencia tem na côrte celestial.

(Extrahido do *Almanak de Lembranças* de 1859, pg. 332-333.)

I

Está situada a villa da Louzã no districto e a 20 kilometros SE. de Coimbra, em formosissimo valle de 5 kilometros de largura sobre 8 ou 10 de extensão, e rodeada pela serra que tem o mesmo nome, e é um dos mais admiraveis ramos da gigantea cordilheira da Estrella.

O ponto mais alto da serra da Louzã, a que chamam o *Altar do Trivim*, acha-se a mais de 680 metros acima do nivel do mar. Formada de diversos montes que se vão sobrepondo, com boa accidentação e cópia de agua, que vem fertilisar os campos que se dilatam das suas faldas, a serra é accessivel por muitas partes, mas o melhor caminho que da villa conduz ao Altar, sem todavia deixar de ser escabroso, não tem menos de 10 kilometros de comprimento.

Para gozar, porém, a formosura do valle, não é mister subir a tamanha altura. Quem, na quadra mais bella do anno, quando o milho começa a embandei-

rar, as arvores a beneficiar o curioso viajante com aprazivel ramagem, e as flores a dar gala ao solo e perfumes ao ambiente: quem, saindo da villa propriamente dita, se dirigir a um d'esses montes e treparlhe a encosta, observará um dos panoramas mais agradaveis que se podem imaginar, que é porventura singular em o nosso paiz.

A extensão do valle, a alvura da casaria, o amanho e fertilidade dos campos, a divisão das propriedades por meio de ordenados e brancos pilares que amparam prolongados parreiraes, a abundancia e disposição, não artistica e cuidada, mas natural e graciosa, do arvoredo, são coisas que a todos maravilha. Devemos confessal-o: em as nossas curtas excursões pelo interior do paiz, nunca vimos quadro que mais nos embevecesse e extasiasse, e que nos deixasse mais grata recordação.

A villa da Louzã, sob o nome de Arouce, data de tempos immemoriaes, pois que se esta primeira povoação existiu em volta do castello, mas visinha das abas da serra, como parece indicarem os vestigios de antigas edificações na montanha onde assenta o dito castello, não ha documento algum pelo qual se possa determinar a data precisa de seu estabelecimento, ou, quando menos, declarar o nome do povo ou tribu que alli primeiramente floresceu. Recebeu foral do fundador da monarchia [1].

[1] O foral outorgado á villa de Arouce (Louzã) é de D. Affonso Henriques e começa d'este modo:

«Em nome de Deus amem. Eu ElRey dom afonso em sembra com minha molher a Raynha dona mafalda fazemos... de doaçom e de firmidom aos homens moradores em o castello que he chamado *arouce* com os seus termos e com os montes etc.»

Deu-se este foral, provavelmente, no anno do fallecimento

Todavia, a situação da fortaleza em uma especie de promontorio cercado de fragas e penedias, na raiz das quaes serpenteia caprichosamente o rio Arouce [1], que vem do alto da serra, e que devia por força estar apartada de qualquer povoado importante, podia dar occasião, como de facto deu, a que se divulgassem interessantes fabulas. A mais curiosa, por certo, é a que nos deixou escripta, com a maior seriedade e figurando-se baseada em documentos do tempo, Miguel Leitão de Andrada, na sua admiravel e por muitas razões estimada *Miscellanea*.

do fundador da monarchia. O traslado, que tivemos presente, e se acha hoje no archivo da camara da Louzã (sendo mandado passar para o concelho no reinado de D. Affonso v), tem a data de 1189 e figura ter sido assignado por *ElRey dom afonso e a Raynha dona mafalda, meestre alberto chanceller*. D. Affonso II confirmou o foral de seu avô, pois que na mesma cópia a que nos referimos lê-se mais o seguinte:

«Eu Rey dom afonso segundo pela graça de Deus Rey de portugal ensembra com minha molher a raynha dona orraca e os filhos nossos Ifantes dom sancho e dom afonso e dona lionor aquella carta e aquelle foro que Rey dom afonso meu auvo de boa memoria a uos pouadores darouce deu e outorgou outorgamos e confirmo per aquesta carta mynha a qual Eu mandey fazer e do meu seello de chumbo ascellar.»

Apesar das averiguações a que se procedeu, e se tem procedido, não se descobriu o diploma original.

Parece-nos, por isso, que o sr. dr. Henriques Sêcco se equivocou dizendo na sua curiosa *Memoria historico-corographica de Coimbra*, pag. 76, que a villa tinha foral de D. Manuel.

[1] Confina o concelho da Louzã pelo N. e NE. com o de Poiares; pelo NE. e E. com o de Goes; e pelo S. com o de Pedrogão Grande; e pelo O. com o de Miranda do Corvo.

Além do rio Arouce, que alli é tambem conhecido pelo nome de ribeira de S. João, corta o concelho na direcção de S. e O. em relação á villa, e desagua a distancia de cinco quartos de legoa d'elle, em Foz de Arouce, no rio Ceira, atravessa-o tambem este ao lado do N. e na distancia de uma legua. Ha n'estes rios peixe miudo e trutas (Vid. *Memoria historico-corographica*, do sr. dr. Henriques Sêcco, pag. 74 e 75).

II

Conta, pois, o bom de Miguel Leitão, que estando, em tempos de Sertorio, muito despercebido no seu reino de *Colimbriga* (que era então porto de mar), o opulento rei Arunce com a formosissima princeza sua filha e a côrte, surgíra, nunca veio a saber-se de que parte do mundo, um poderoso conde á frente de numerosa armada de naus e outras velas, carregadas de homens de guerra, os quaes, com grande sêde de oiro e riquezas, pela fama das que possuia aquelle rei, desembarcaram no dito porto, e levaram a desordem, o terror e o desbarato a todo o reino [1].

«E tal foi o estrago que fizeram n'aquella insigne e populosa cidade, metropole d'aquelle reino, não perdoando a coisa viva, nem ainda aos mesmos edificios (e dizem os havia n'ella admiraveis, que o fogo consumiu), e de tal feição ficou destruida, que nunca mais até o dia de hoje tornou, não tamsómente a seu antigo ser e prosperidade, mas nem ainda a ser povoada nem habitada. E tal o terror e medo dos que poderam escapar da grande crueldade dos inimigos, que nunca mais n'ella quizeram entrar nem morar [2].»

[1] Miguel Leitão de Andrada assegura que, depois da derrota padecida pelo rei Arunce, os moradores e naturaes vieram a chamar *Condeixa* ao reino de *Colimbriga*, em razão de ser o chefe da armada um conde que a destruíra; e que d'alli a annos foi edificada, mais longe do mar, a nova *Colimbriga*, que veio ao diante a ter o nome de *Coimbra*. Vid. *Miscellanea*, pag. 413 e 414. *Idem*, nova ed. de 1867, pag. 302 e 303.

[2] *Loc. cit.*, pag. 412. *Idem*, nova ed., pag. 301.

Em consequencia do que tambem o rei Arunce fugiu pela terra dentro, que n'esses tempos era pouco povoada, e veio esconder-se em um castello que edificára «quasi nas entranhas e coração de umas serras, entre bastissimos e cerrados arvoredos», e lançando fama de que se partíra para Africa a implorar soccorros a fim de recuperar o perdido reino, metteu no dito castello a princeza sua filha com diversas pessoas de sua casa e parte de seus thesouros; pois julgava que a poria a salvo dos inimigos, «assim por o castello ser forte, respeito d'aquelles tempos, e mettido no mais escondido da serra, e fechado com tantos bosques, como tambem por estar quasi feito ilha, cercado de uma ribeira muito fresca, a qual tambem, como o dito castello, do nome do dito rei se chamou depois a ribeira de *Arunce*, e agora *Arouce*. E querem dizer que, para maior segurança de seus receios e temores de deixar alli assim sua filha e thesouros, e com elles o coração, fez encantar o dito castello com todos os thesouros que n'elle deixou, fóra do que deixou á princeza sua filha para seu gasto, e dos que devia levar, os quaes algum dia os achará quem tiver essa dita [1].»

Miguel Leitão narra em seguida, em não menos de vinte paginas, as tristezas, os amores e os suspiros da encantada princeza, e o mais que foi succedendo ás pessoas que com ella viviam reclusas no celebrado castello; falla das esperanças que Sertorio viera a alimentar de um dia haver as grandes rique-

[1] *Loc. cit.*, pag. 416. *Idem*, nova ed., pag. 304.
Por causa d'esta fabula, que se divulgou, como é de suppor, o povo, em diversas épocas, tem feito excavações julgando encontrar encantados thesouros; mas estes nunca se lhe depararam, e a ruina do castello, além da acção do tempo, tem ido augmentando pela ignorancia dos homens.

zas do rei Arunce casando com sua filha; revela a traça que o dito Sertorio concebêra para poder ser correspondido, enviando de Evora para esse fim o triumviro Estella, o qual, chegando á serra (da Louzã) que dominava o castello, ahi estabelecêra o altar para as festas e sacrificios aos seus deuses, e d'este modo conseguíra chamar a attenção da encantada princeza, communicando-lhe depois o seu intento e as suas esperanças.

O auctor d'esta fabula accrescenta que do estabelecimento do altar do triumviro Estella, que já tambem dera o seu nome á serra da Estrella, é que veio a chamar-se altar do Trivim, por corrupção de *triumviro*, ao ponto mais alto da serra da Louzã. As palavras de Miguel Leitão de Andrada são estas:

«... e fingindo certo sacrificio e festa a seus deuses, e que havia de ser no mais alto da serra, em parte d'onde se divisasse o mar, ordenou um altar para o dito sacrificio, á vista do castello da princeza, a fim de que ella d'elle podesse ver tudo; e perguntar pelo auctor das festas, para por esta via se lhe dar a conhecer, pois era certo folgaria de ver a festa, inda que era de tão longe, e perguntaria pelo auctor d'ella, como acontêceu. Porque, ficando este altar, o qual era de pedra tosca, a modo de um castellete, como de atalaya, a eminencia e quasi a cavalleiro do dito castello, d'elle se viu tudo muito bem e se vê hoje em dia as ruinas d'elle. E ainda que Estella era sacerdote e augur ou agoureiro, comtudo se honrava mais do titulo e nome de triumvir e ordinariamente assim lhe chamavam o triumvir Estella, pela qual razão ainda hoje se apparecem e vivem as ruinas d'este altar, que para este effeito n'este tempo Estella edificou, e se chama o altar do

triumvir ou de trivim, como o podeis ver se por alli passares [1].»

Pondo de parte a historia d'este encantamento e dos amores da princeza, que podiam acaso desviar-nos do nosso proposito, continuaremos a referir, com o auctor da *Miscellanea*, o que mais nos interessa. E fazemol-o de tanto melhor vontade, quanto é certo que as noticias das coisas antigas, que se encontram em livros mui pouco vulgares, quando menos pela curiosidade que despertam, são aprazíveis sempre, embora não sejam verosimeis, como não é, nem podia ser, a de que acima démos um transumpto; pois que devendo suppor-se que a fundação do castello de Arouce é anterior á dominação dos romanos na peninsula, e mostrando pelas suas ruinas ser uma especie de atalaya em uma dada linha de fortificações, ou pequeno refugio para uma tribu, mal admittindo uma guarnição superior a trinta homens [2], cujas accommodações não seriam alli para invejar, como poderá acreditar-se que similhante fortaleza servisse de residencia, posto que fosse encantada, a uma princeza e á sua côrte?

Sigamos ainda Miguel Leitão. Depois que o dito castello de Arouce fôra deixado da princeza e sua gente, veio, passadas muitas edades, a poder de barbaros estrangeiros arabios, que o possuiram muitos annos ou centos de annos, até que o rei D. Affonso Henriques lh'o conquistou, segundo parecia de umas letras quasi apagadas e faltas, que inda depois se viram na capella de S. Payo (?) a qual devia ter ser-

[1] *Loc. cit.*, pag. 443. *Idem*, nova ed., pag. 324 e 325.

[2] O esclarecido lente da universidade, o sr. dr. Forjaz de Sampaio, na sua *Viagem á serra da Louzã*, diz: «É um castello pequeno; quarenta soldados mal poderiam trabalhar dentro d'elle...»

vido de oratorio da mesma princeza, mas que o dito rei mandára limpar e benzer pelos annos 1120.

«Está este castello (continúa o auctor da *Miscellanea*) inda hoje tão inteiro como se fosse feito em nossos tempos, com quatro baluartes ao redor quasi em quadrado d'elle, que é bem alto e posto na entrada de uma peninsula que faz este rio ou ribeira em que estava a villa, a qual ainda tem sua cêrca de muros pequenos e baixos, e dentro as casas deshabitadas com só as paredes tambem baixas, e nenhuma das casas tinha porta para a rua direita, senão em travéssas muito estreitas, parece para não poderem ser offendidos de tiros de fóra. E do nome d'este rei Arunce, como já vos disse, se chamava a villa e castello de Arouce, que deu o nome tambem á ribeira, como hoje ainda se chama Arouce, o qual nome não cabendo bem na lingua dos arabios, por *Arouce* diziam *Aloçan*, que elles chamam ao cavallo, e porque no tempo que foi cobrado dos christãos, a nossa lingua d'esses tempos e muitos depois como ainda agora em algumas partes de Portugal pronunciavam as palavras com uma toada prolongada no cabo pelas adocicarem em *ans*, como dizendo *Maria* diziam *Mariam*, achando *Arouce* convertido pelos arabios em *Aloçan*, chamavam *Alonçam* que lhe ficou até agora esse nome. A qual villa, ou povoação d'ella, os antigos mudaram de seu antigo e primeiro assento, com o mesmo nome para onde agora está deixando só as paredes das casas como agora se vê, e isto para melhor commodidade da cultura de seus bellos campos, d'aquella sua varzea, ficando todavia o castello em poder dos officiaes da camara, que d'elle são alcaides móres [1]...»

[1] *Loc. cit.*, pag. 453. *Idem*, nova ed., pag. 332.

O sr. dr. Henriques Sêcco, na sua *Memoria* já citada, pa-

III

Vimos como o auctor da *Miscellanea* nos contou a fabula do rei Arunce, e como affirmou que d'alli viera o nome ao castello e á povoação primitiva; mas, não nos conformando com esta proposição, como já indicámos, e julgando que sería impossivel averiguar, ainda ao cabo das mais minuciosas indagações e com perda de mui precioso tempo, alguma coisa a este respeito, pelas difficuldades e pelos embaraços com que entre nós se fazem taes estudos, recorremos á benevolencia de um dos nossos mais distinctos antiquarios, o sr. D. Miguel de Sotto Mayor, e a resposta que fez o favor de nos dar publicâmol-a em seguida com a expressão do nosso eterno reconhecimento:

«Quanto á pergunta que v. me dirige ácerca da historia antiga da villa da Louzã, sinto realmente não poder subministrar-lhe algumas noticias para a dita historia; mas, nas minhas investigações sobre antiguidades patrias, nada tenho podido descobrir com referencia áquella povoação, cujo unico monumento creio que é o castello, de certo muito antigo, mas á fundação do qual se não póde assignar precisamente uma época.

«Creio que v. concordará comigo em que tudo quanto nos conta Miguel Leitão do rei *Arunce* de

rece não conformar-se com o auctor da *Miscellanea* n'esta parte, pois diz que ha quem sustente que por ser o castello formado de pedras, a que chamam *louzas,* se começou a chamar o castello das *louzas;* e assim villa das *louzas* a que hoje chamâmos *Louzã.*

Collimbriga, do triumviro romano *Estella*, etc., etc., não passa de uma pura fabula.

«Sendo certo, porém, que a villa da Louzã teve primitivamente o nome de *Arunce* ou *Aruccis*, póde d'aqui conjecturar-se que a sua fundação remonta a tempos anteriores á dominação romana na peninsula. Aquelle nome pertence, por certo, á nomenclatura chorographica da Lusitania, celto-romana. Ao sul do Tejo encontrâmos nós duas povoações denominadas *Aruccis*: a primeira *Aruccis vetus*, onde hoje é Aroche: a segunda *Aruccis nova*, no local da actual villa de Moura.

«É até muito verosimil que as tres Aruccis (isto é, a da Beira e as duas do Alemtejo) fossem fundadas primitivamente pela mesma tribu celtibera dos turdulos antigos, que, segundo se infere do que diz Plinio, estanciaram primeiro no territorio circunscripto pelo Oceano, pelo Tejo e pelo Douro, e d'alli se ramificaram em seguida para além d'aquelle rio.

«A isto (e é realmente bem pouco) se limita o que sei dizer a v. sobre o objecto da sua carta. Não concluirei, comtudo, sem agradecer-lhe o conceito em que tem os meus conhecimentos archeologicos, que infelizmente são muito escassos, posto que me sobejem desejos de averiguar e de saber alguma coisa em tão interessante ramo dos estudos historicos.»

Tambem consultámos o sr. Vilhena Barbosa, outro distincto antiquario, da academia real das sciencias, mas o nosso illustre amigo disse-nos que, além dos livros já citados, que muito bem conhecia, nunca lhe viera, nas suas investigações historicas e archeologicas, a *talho de foice*, segundo a phrase vulgar, documento algum que pudesse esclarecer-nos e elucidar este ponto. Entretanto, em carta com que nos honrou, accrescenta o sr. Vilhena Barbosa o seguinte:

«Não tenho, com effeito, conhecimento de documento ou memoria alguma authentica que declare o nome do fundador do castello da Louzã, ou, pelo menos, a época em que foi construido. Todavia, dizendo o padre Carvalho na sua *Chorographia*, e D. Raphael Bluteau no seu *Vocabulario*, que o castello da Louzã fôra edificado pelo conde D. Sisnando, pelos annos de 1080, entendo que se deve consignar esta opinião. Que o castello é anterior á monarchia, parece fóra de toda a dúvida; por conseguinte, não havendo além d'aquella, que eu saiba, outra indicação da sua origem, e tendo sido o conde D. Sisnando governador de Coimbra e de um grande districto de que esta cidade era capital, em nome de Fernando, o Magno, rei de Castella e Leão, na época acima mencionada, não ha fundamento para que se exclua ou despreze aquella opinião. Até se me afigura que esta tem a seu favor algumas probabilidades, taes como saber-se que o conde D. Sisnando, durante o seu governo, cuidou desveladamente dos meios de pôr Coimbra em estado de se defender contra as aggressões dos moiros, que mostravam decidido empenho em a senhorearem de novo; e que o dito conde, n'este seu proposito, fundára varios castellos no seu districto, em terras mais ou menos proximas de Coimbra, com o fim, se não de embargar o passo ao inimigo, pois que essas fortalezas eram, como a da Louzã, mui pequenas, pelo menos de lhe demorar a sua marcha sobre a capital, para que esta tivesse aviso do perigo e se precavesse contra o inimigo. Algumas d'essas fortalezas não eram mais, por assim dizer, que atalayas; mas atalayas dispostas de maneira que, podendo resistir ás simples correrias dos sarracenos, servissem para dar signal e rebate na occasião das grandes inva-

sões. Parece-me que o castello da Louzã se achava n'este caso.

«A respeito do nome da povoação que existiu junto do castello, deve accrescentar-se aos de *Arunce* e *Aruccis* o de *Arunca*. Não posso lembrar-me em que auctor ou auctores encontrei essa povoação assim denominada... O *Diccionario geographico* do padre Cardoso, tratando do rio que passa junto da Louzã, chama-lhe *Arunca*.

«A *Chorographia* do padre Carvalho diz que a capella de S. Pelayo está, ou estava, situada dentro do castello da Louzã, e accrescenta: «a qual fundaram os romanos». Quer dizer n'isto, que fôra templo romano, e não que elles edificassem uma capella a S. Pelayo. Não sei que probabilidade haja n'esta opinião. Entretanto, recordo-me de ter já lido ha muito tempo, em livro antigo, cujo titulo não me occorre n'este momento á memoria, que anteriormente á fundação do castello existia uma ara gentilica sobre o serro em que a fortaleza foi construida mais tarde. Quem sabe se alli existia, com effeito, algum *dolmen*, monumento pre-historico, que os nossos antepassados tomavam por uma ara celtica, d'onde proviesse o nome á povoação, ao castello e ao rio?

«Se se achassem argumentos para comprovar esta hypothese, poder-se-hia talvez tirar d'ella como corollario, que a povoação visinha do castello sería de fundação romana, e não celtica, porque parece que os celtas construiram os seus monumentos religiosos em maior distancia dos logares em que residiam.»

Apesar de tudo, deve-se considerar assentado, que a origem do castello de Arouce e da respectiva povoação tem sido até hoje desconhecida e se perde na escuridão de seculos mui remotos.

IV

A tradição ainda falla de um livro de versos encontrado no castello [1], quando foi tomado aos moiros, em cujas paginas ensanguentadas e truncadas mal se comprehendia uma especie de narrativa da destruição da Hespanha, por causa de uma nova invasão dos musulmanos; mas, concordando alguns escriptores em que esses versos podem acaso marcar os primeiros passos da poesia nacional, e servirem tão sómente para a historia litteraria d'este paiz, nenhum, todavia, é conforme na época em que tal achada se verificou, nem quem fosse seu auctor [2], do que se infere que este ponto é do mesmo modo escuro, e ainda ficará para decidir-se em futuras e mais afortunadas investigações [3].

Mas a noticia tradicional concernente ao castello de Arouce, que mais nos encantou, e no que realmente estamos de accordo com os auctores a quem seguimos, é, sem dúvida, a dos amores de Egas Moniz Coelho [4] com Violante, dama da rainha D. Mafalda.

[1] *Miscellanea*, pag. 455. *Idem*, nova ed., pag. 332 a 337. — *Viagem á serra da Louzã*, pelo sr. dr. Forjaz.

[2] *Loc. cit.*

[3] Costa e Silva, no *Ensaio biographico critico* (tomo I, cap. III, pag. 32) diz: «Sem embargo do grande cultivo dado á poesia antes e depois da monarchia, esta época offerece ao historiador tantas difficuldades, que é quasi impossivel poder apresentar uma conta clara e exacta d'ella. Houve, na verdade, grande numero de poetas, mas as suas obras tem desapparecido; e as que se conservam apenas se encontram espalhadas e em fragmentos, por diversos livros, como a *Monarchia lusitana*, a *Chronica de Cister*, de fr. Bernardo de Brito, e a *Europa portugueza*, de Manuel de Faria e Sousa.»

[4] Primo do grande Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques.

Enlevada a mulher de D. Affonso Henriques com a poetica situação do castello, e com a amenidade e formosura dos campos de Arouce, que deviam de ser por então *outra Cintra dos nossos reis*, segundo a phrase de Miguel Leitão, com vantagem a Aranjuez, logar de desafogo e descanço dos reis de Castella; enlevada, dizemos, de tal sitio, para alli se ia da côrte de Coimbra com as damas e cavalleiros de seu serviço, e alli foi que Egas Moniz se enamorou de D. Violante, donzella que por sua gentileza e por seus dotes podia bem inspirar os trovadores do tempo. Entre esses figurou e se avantajou Egas Moniz, tão afamado como o seu contemporaneo Gonçalo Hermingues.

Não diz a tradição se D. Violante prometteu corresponder ao galanteador cavalleiro com amor egual ao que elle revelou nas coplas que se lhe attribuem [1];

[1] Estas coplas são conhecidas e tem importancia para a nossa historia litteraria. Foram reproduzidas em fórma de cartas, endereçadas por Egas Moniz, á sua formosa amante (Vid. *Miscellanea, Ensaio biographico critico, Viagem á serra da Louzã, Essais statistiques du Portugal*, etc., já citados), e diz Miguel Leitão que tambem se acharam no castello de Arouce.

A primeira carta, figurando ser escripta quando o nobre cavalleiro tem de separar-se de Violante, para ir a Coimbra, principia assim:

Fincaredes bos embora
Taom coitada
Que ei boi-me por hi fora
De longada.

A segunda carta, quando já sabe da perfidia da amante ao voltar de Coimbra, começa d'este modo:

Bem satisfeita ficades
Corpo d'oiro,
Alegrade a quem amades,
Que ei já moiro.

Sem querermos de fórma alguma discutir agora a fabula dos

mas ficou memoria de que a gentil dama veio a desprezar por tal modo a violentissima paixão de Egas Moniz, que, apesar de quaesquer considerações ou conveniencias, deu a mão de esposa a um hespanhol que estava na côrte portugueza, e se partiu com elle para Castella.

Mal se ajustava, porém, a perfidia da nobre donzella com os elevados sentimentos do trovador. Para Egas Moniz foi tão profundo o golpe, que, desde então, não houve folguedos cortezãos nem triumphos marciaes que lhe fizessem assomar o riso aos labios. A infidelidade ralava-o e a paixão consumia-o. Em breve espaço de tempo se lhe exhalou a alma.

As angustias do mavioso trovador chegaram a final ao conhecimento de D. Violante, que se conservava em Castella junto de um marido a quem já de

apaixonados amores de Egas Moniz, devemos todavia dizer, em honra da verdade, que, comparando estas coplas com as que se conhecem de poeta contemporaneo, não podem attribuir-se ao amante de D. Violante sem negar a historia ou sem aproximar duas epocas distantes, o que é impossivel. N'este ponto tambem nos conformâmos com a opinião do auctor do *Ensaio biographico critico*. Diz-nos elle:

«As coplas de Egas Moniz, que deixámos citadas, e outras que existem, são, na verdade, elegantes e harmoniosas; mas serão ellas authenticas? afoitamente respondo que não; e basta confrontal-as com as de Gonçalo Hermingues para se conhecer o bem fundado de minha dúvida. É fóra de toda a probabilidade que dois homens, vivendo no mesmo seculo e na mesma côrte, escrevam em linguagem tão differente, que uma se não entenda sem grande trabalho e estudo particular, e que a outra seja clara e perceptivel mesmo para as pessoas menos entendidas.

«A mudança e aperfeiçoamento ou deterioração das linguas, é sempre lenta e gradual, e nunca de salto; é o trabalho do mineiro, que avança vagaroso e sem ser visto. Entre a lingua de Hermingues e de Egas Moniz ha, pelo menos, seculo e meio de intervallo.»

certo não amaria, mas o arrependimento foi tardio e subsequentemente cruel. Consta, pois, que tomada, desde esse momento, da mais acerba melancolia, cortou por suas mãos o fio da existencia, envenenando-se.

V

Depois do castello, de que fallámos no capitulo antecedente, e das capellinhas de S. João e de Nossa Senhora da Piedade, singularmente construidas no cimo de um penhasco em frente d'aquellas ruinas venerandas, nenhum outro edificio ou monumento historico prende a attenção do viajante.

A egreja matriz da villa da Louzã, cuja fundação se ignora, e cujo orago é S. Silvestre, foi reconstruida no seculo XVIII, mas não se recommenda pela architectura, assim externa como internamente; e apenas tem digno de mencionar-se, de um dos lados da nave a capella do Santissimo, cuja architectura do seculo XVI tem alguma belleza e elegancia nas fórmas e ornamentação; e do lado opposto a capella da familia Ferraz, que é de architectura manuelina exteriormente, e, no interior, da época de D. Sebastião e dos Filippes, mas sem coisa notavel na sua disposição e ornamentação interna.

O pelourinho da villa, symbolo das antigas isenções municipaes, tem uma fórma caprichosa, é de época remotissima, e representa a infancia da arte. É de grés vermelho das pedreiras da serra de Alveite, nos limites dos concelhos da Louzã e de Poiares. Não ha nos archivos do municipio documento algum que diga respeito a este pelourinho. Sabe-se, todavia, que estava collocado no centro do fôro ou praça da villa, sobre uns degraus, d'onde foi remo-

vido e encostado ao cunhal dos paços do concelho, tirando-se-lhe em 1834, isto é, logo após o auspicioso restabelecimento do throno constitucional da sr.ª D. Maria II, os ferros cruzados e argolas que tinha no tronco das tres faces, e que tornavam mais tristes e lastimosas as recordações da ominosa época do absolutismo e da usurpação. Conhecem-se ainda hoje os vestigios d'esses ferros entre as arestas da primeira e segunda pedra do fuste, partindo do alto.

Entre os edificios particulares, tem o primeiro logar, porventura em toda a provincia da Beira, por sua grandeza e pela exuberancia dos ornatos, o palacio da bem conhecida familia Salazar, cujo ultimo representante varão foi o desembargador Bernardo Salazar Sarmento d'Eça e Alarcão. Este palacio foi edificado no presente seculo, mas nota-se-lhe, a-la-par do estilo que chamaremos gongorico, predominante no seculo XVIII e começo do actual, excessivo luxo de ornamentação na cantaria e na madeira, o que o torna muito notavel.

Anda n'esta casa de Salazar uma memoria da guerra peninsular, que, por ser curiosa e não sabermos se está ou não mencionada em algum documento ou publicação, deixaremos aqui registada.

Occorreu a memoravel batalha do Bussaco aos 27 de setembro de 1810, e a divisão portugueza, composta na maxima parte de soldados bisonhos, bateu-se, como todos sabem, com galhardia e valor taes que enlevaram as tropas inglezas, suas companheiras de armas, e o proprio commandante em chefe, lord Wellington. Parece, porém, que desde aquelle dia o exercito francez, sob o commando do general Massena, o famigerado principe de Essling, o invicto duque de Rivoli, *l'enfant chéri de la victoire*, como lhe chamava o primeiro Napoleão; parece que

desde aquelle dia, dizemos, Massena, que não encontrára nunca diante de si forças que não anniquilasse, legiões que não vencesse, exercitos que não destruisse, viu-se obrigado em Portugal não só a fazer marchas que afastavam cada vez mais os seus soldados dos pontos estrategicos, mas tambem a sacrificar esses mesmos soldados em retiradas que offuscaram inteiramente o brilho da coroa esplendente do vencedor de Essling [1].

Vendo que era inutil o seu plano de atacar Lisboa, embora as linhas não pudessem offerecer n'aquella época a resistencia que se afigurou ao marechal francez, determinou este a sua retidada para Santarem, e d'aqui para diversos pontos, entre o Mondego, o Zezere e o Alva, sempre com a esperança de que o general Soult, que então devia operar no Alemtejo, viesse dar-lhe o ultimo auxilio de que carecia para se livrar dos acertados movimentos do exercito anglo-portuguez; e n'esta retirada, que nada tem de honrosa para Massena, posto se diga que os outros generaes francezes, por ciume, não cumpriam rigorosamente as indicações do seu chefe, mallogrando-se-lhe assim os melhores planos, os soldados praticaram em o nosso paiz actos de barbaridade e vandalismo, que ennegreceram os fastos gloriosos do primeiro imperio, e deixaram para a historia documentos incontestaveis da desmoralisação a que chegaram as forças invasoras, e do desejo de cruel vingança que as animava! Que luctuosas e negrejantes paginas ha em toda a historia da guerra peninsular!

[1] Napoleão I ficou tão descontente com as derrotas padecidas por Massena na peninsula, que, quando o famoso marechal voltou a França em 1811, não lhe deu logo nova collocação no grande exercito imperial.

Em março de 1811, em fim, Massena assentára o seu quartel general no palacio do desembargador Salazar, na Louzã, e o exercito francez procurára fortes posições sobre o rio Ceira e em frente da Foz de Arouce. Seguido constantemente de perto pelo exercito commandado pelo marechal duque de Wellington, na tarde do dia 15 do indicado mez, a vanguarda do exercito anglo-portuguez veio contra a retaguarda do inimigo com tal impeto, que os francezes não só retiraram precipitadamente da Louzã, mas, tendo cortado a ponte da Foz de Arouce, sobre o rio Ceira, tres batalhões de infanteria ligeira, da força de 1:000 homens, que cobriam as bagagens, se precipitaram do córte da ponte, morrendo a maior parte afogados. O exercito de Wellington retirou das margens do Ceira uma aguia, muitas armas, e carros de munições e bagagens [1].

Agora o episodio. A acção da Foz de Arouce, conforme se leu, verificou-se de tarde.

Como o marechal Massena retirou precipitadamente, não pôde n'aquelle dia aproveitar-se do jantar que a familia Salazar lhe preparára, bem como para o seu estado-maior; porém, hospedando-se no mesmo palacio, foi o marechal duque de Wellington quem se utilisou d'esse jantar, para assim dizermos, como festim pelo glorioso resultado da batalha da Foz de Arouce.

Á ex.ma viuva Salazar, concedeu o governo em 1868, em lembrança dos serviços prestados por seu illustre marido, o titulo de viscondessa do Espinhal.

Ha ainda uma propriedade na Louzã, de que não deixaremos de fazer menção, já por ser encantadora e sympathica vivenda, onde chovem as bençãos

[1] Vide documento n.º 1.

dos pobres e desvalidos da villa e seus arredores, já por pertencer a uma familia de benemeritos cidadãos. É o palacete e quinta de Montenegro, comprada em 1824 pelo caridoso, liberal e distincto medico Sebastião José de Carvalho Montenegro, hoje fallecido. Esta propriedade tem sido augmentada e melhorada por um de seus honrados filhos, o sr. João Elizario de Carvalho Montenegro, ha annos residindo na provincia de S. Paulo, no imperio do Brasil, onde é tão estimado como entre os seus compatricios. [1]

VI

Passando da margem direita do Arouce para a margem esquerda, ao sair do castello e atravessando uma pequena ponte, na qual se encontra uma lapide que nos diz que aquella obra foi de devoção a Nossa Senhora e a S. João, [2] tem ante si o viajante um novo e formoso panorama: de um lado o immenso valle onde se destaca a casaria da villa, suas hortas e pomares; e do outro, a serra alcantilada

[1] O sr. Montenegro foi este anno (1870) agraciado com a commenda da ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa.

Ácerca das propriedades que este cavalheiro possue na Louzã e em S. Paulo, vid. o documento n.º 2.

[2] O letreiro da ponte é o seguinte: «*É obra de devoção a Nossa Senhora e a S. João. Era de* 1744.» Na parte superior da inscripção está uma cruz cravada na pedra e no fundo da lapide o symbolo do nome de Jesus.

em cujo cimo se distinguem bem o altar do Trivim e os póços de neve, as oliveiras e as choupanas que o circundam.

Entre o penhasco onde realça o castello e aquelle onde se erguem as afamadas ermidinhas, serpenteia caprichosamente o rio Arouce.

Estas maravilhas da natureza só se avaliam admirando-as.

No penhasco, a que chamam das ermidas, ha tres capellas.

A primeira é dedicada a S. João. Sóbe-se para ella por uma especie de escada de quinze ou desesete degraus cravados na rocha. Esta capella é de architectura simples e posto não tenha data ou inscripção, a existencia de uma licença do sr. rei D. João III datada de 1537, concedendo que o povo da villa alli désse o costumado bodo em dia de S. João, faz suppôr que esta obra de piedade remonta ao despontar do seculo XVI.

A segunda capella está sob a invocação do Senhor da Agonia. Sóbe-se para ella por uma escadaria de cincoenta e tantos degraus em seis lanços. A data d'esta fundação é conhecida, porque na base de uma cruz que está proxima e debaixo de um pequeno alpendre, inscreveu o seu fundador o seguinte:

ESTAS OBRAS MANDOU FAZER O CAPITÃO FRANCISCO BARBOSA, NATURAL D'ESTA VILLA. ERA DE 1624.

A terceira capella, que corôa o penhasco, foi erecta sob a protecção de Nossa Senhora da Piedade, por quem os louzanenses tem a maior veneração e devoção. Sóbe-se para esta capella por uns trinta e tantos degraus.

Construida muitos annos depois da que lhe fica inferior, segundo ouvimos na villa, a data da sua fundação será do ultimo quartel do seculo XVII.

Por occasião da feira annual na villa e festa ao popular S. João, no dia 24 de junho, ha romaria ás capellinhas. Concorre a esta festa não só o povo da villa mas tambem o das circumvisinhanças.

Imaginem-se ranchos de homens, mulheres e crianças, velhos e rapazes, chefes de familias graves e sisudos, e mancebos alegres e folgasãos, saindo da villa unidos em um só pensamento, atravessando o campo e os olivaes, costeando o castello, descendo a ponte e depois subindo o penhasco das ermidas e povoando-lhe as ondulações pelas escadarias para prestarem respeitosa homenagem ao popular santo e á Virgem, que do alto do rochedo parece interceder por aquelles singelos aldeãos, recompensando-os assim da sua devoção—e teremos d'este modo formado um quadro da mais poetica e enfeitiçadora composição.

É tal a piedade do bom povo louzanense para com a Senhora do penhasco, que não falta quem á benefica luz da lareira conte as lendas e os milagres que são o fructo d'essa devoção.

Vem a uma santa mãe novas do filho que estava ausente e do qual não sabia havia muito;—a uma saudosa noiva lembranças do noivo que se affastara;—a uma affectuosa irmã a participação do regresso do irmão que se aguardava;—a dois conjuges malavindos a conciliação que desejavam;—a um filho desobediente o conhecimento dos seus deveres para com um pae benevolo:—tudo se deve á Senhora da Piedade, que ouviu as preces de todos.

Verificado o facto, para o qual concorreram causas naturaes e conhecidas, lá correm ao penhasco das ermidas as mães, as irmãs, e as noivas, para agradecerem os beneficios com que foram favorecidas.

Respeitemos essas crenças e prosigamos.

VI

O concelho da Louzã não é grande. Conta 5 freguezias apenas, com 2:408 fogos e 9:709 habitantes, conforme o recenseamento de 1866 e antes da promulgação da lei de administração civil, revogada em 1868.

Dos algarismos indicados cabem á freguezia da villa, propriamente dita, 1:118 fogos e 4:476 almas. [1]

Segundo a *Estatistica* official, publicada em 1868, e referida ao anno 1864, a população da Louzã, comprehendendo as cinco freguezias, era a seguinte:

	varões	femeas	total	fogos
Casal do Ermio..	154	176	329	95
Foz de Arouce..	550	623	1.171	273
Louzã..........	2.154	2.413	4.532	1.005
Serpins.........	817	931	1.747	430
Villarinho......	859	900	1.755	388
	4.534	5.043	9.534	2.191

Sommando 4.534 com 5.043 encontramos o total de 9.577, porque n'este numero entram 43 pessoas de *população fluctuante*.

O quadro, com relação aos estados da população, indicado na citada *Estatistica* era o seguinte:

Casados....	3.028	Casadas....	3.225
Solteiros...	1 365	Solteiras...	1.367
Viuvos.....	141	Viuvas.....	451
	4.534		5.043
		9.577	

[1] O sr. Bettencourt, no seu *Diccionario chorographico de Portugal*, deu á Louzã 4.532 almas e a todo o concelho 9.535. Pag. 67.

Informações officiosas, que recebemos em 1869, referidas ao recenseamento que se ultimava na administração do concelho, dão-nos os seguintes resultados:

Concelho da Louzã, com as suas 5 freguezias:

varões	femeas	total	fogos
4.646	5.204	9.850	2.491

Freguezia da Louzã:

varões	femeas	total	fogos
2.023	2.381	4.404	1.192

Vemos pois que entre os annos 1864 e 1869 houve em todo o concelho um augmento de 112 varões, 161 femeas e 300 fogos, estando este augmento na razão de 1 : 40,5 nos homens, de 1 : 31 nas mulheres, e 1 : 7 nos fogos.

Esta ultima demonstração prova que o augmento da riqueza do concelho foi um facto real e digno de consideração.

Na divisão judicial, Louzã figurou até hoje como cabeça de comarca de segunda ordem, sendo esta composta pelos concelhos da Louzã, Poiares, Miranda do Corvo e Penella.

Na villa não ha outra industria, além da fabrica de papel do sr. Lemos, de que faremos adiante menção especial. Em algumas povoações fabrica-se cal para obra de alvenaria, telha e tijolo; porém, n'um concelho bastante populoso, com relação á sua área, não occupam estas industrias a vigesima parte da população. O resto, ou antes a maxima parte dos habitantes, emprega-se na agricultura, que não se grangeia em pequena escala, posto não seja devidamente aperfeiçoada. E a razão d'este atrazo expli-

ca-se facilmente. Os grandes proprietarios, que melhor podiam cultivar e fazer experiencias para aperfeiçoar os trabalhos agricolas, acompanhando assim os progressos da sciencia, trazem as suas propriedades, na maior parte, em mãos de arrendatarios ou rendeiros, que não podem fazer taes experiencias por falta de recursos e de conhecimentos, e vão lavrando e amanhando as terras como se a marcha progressiva dos tempos, a lição dos factos e o desenvolvimento da razão humana fossem enormes absurdos. [1]

Assim na villa como em todo o concelho não ha uma especie particular de cultura. Tem por isso abundancia de trigo, centeio, cevada e milho. Os louzanenses com esta ultima especie, porém, é que se dão melhor, e a cultivam de preferencia ás outras. Tambem não é descurada a cultura da batata, e ultimamente introduziram a batata franceza *chardon*. O azeite, as castanhas e outras fructas não escasseiam, mas de vinho ha falta absoluta. Antes da invasão do *oidium*, ainda era possivel a producção do vinho necessario para o consumo local, embora fosse de inferior qualidade; mas, depois da invasão, alguns vinhedos e parreiraes que existem só apresentam o fructo gravemente offendido pela terrivel molestia.

Calculou-se o valor da producção dos cereaes, etc., pela estatistica de 1866, em 110:913$000 réis, que decomporemos, conforme os preços correntes, pouco mais ou menos, d'este modo:

[1] As missões agricolas, que nos ultimos tempos se inauguraram em diversas terras, afim de que alguns agricultores, mais contrarios ao progresso, acceitem os melhoramentos hoje introduzidos no grangeio dos terrenos, devem produzir uma benefica revolução no reino.

Trigo.........	4:500 alqueires	a 700 réis...	2:700$000
Milho.........	200:000	» 300 » ...	60:000$000
Centeio	4:000	» 400 » ...	1:600$000
Cevada	3:000	» 300 » ...	900$000
Feijão	1:500	» 400 » ...	600$000
Batatas	5:500	» 200 » ...	1:100$000
Favas.........	380	» 400 » ...	152$000
Ervilhas......	55	» 600 » ...	33$000
Chicharos	60	» 400 » ...	24$000
Aveia.........	1:000	» 400 » ...	400$000
Castanhas	2:400	» 200 » ...	480$000
Nozes.........	210	» 400 » ...	84$000
Tremoços....	600	» 400 » ...	240$000
Grãos de bico.	200	» 500 » ...	100$000
Azeite	25:000	» 1:700 » ...	42:500$000
		Total.......	110:913$000

Em 1869 a producção, á qual damos como anteriormente um preço regulado pela media dos mercados do districto de Coimbra, foi como se segue:

Trigo.........	4:000 alqueires	a 600 réis...	2:400$000
Milho.........	300:000	» 330 » ...	99:000$000
Centeio	2:500	» 480 » ...	1:200$000
Cevada........	3:000	» 260 » ...	780$000
Feijão	2:000	» 410 » ...	820$000
Batatas	6:000	» 200 » ...	1:200$000
Favas.........	300	» 400 » ...	120$000
Ervilhas......	50	» 480 » ...	24$000
Chicharos	40	» 300 » ...	12$000
Aveia.........	600	» 300 » . .	180$000
Castanhas....	5:000	» 250 » ...	1:250$000
Nozes	210	» 380 » ...	79$800
Tremoços....	500	» 310 » ...	155$000
Grãos de bico.	100	» 480 » ...	48$000
Azeite.......	6:000	» 1:800 » ...	10:800$000
		Total........	118:068$800

Comparando os algarismos, vê-se que houve um augmento na producção de 7:155$800, que se verificou pela consideravel differença em a novidade

do milho, e foi isto o que compensou a sensivel diminuição na producção do azeite, que o anno passado occorreu em muitas partes de Portugal.

A exportação de toda a qualidade de cereaes e azeite póde considerar-se importante.

Ha povoações nas terras do concelho onde se cria abundantemente gado lanigero e cabrum.

Grande parte dos baldios, como tivemos occasião de observar e nos regozijou, porque assim queriamos ver esse cuidado em todos os municipios, está aproveitada em plantações de castanheiros, oliveiras e pinheiros; e a camara municipal, que traz aforados alguns, não descura o assumpto, porque o considera de certa magnitude para o augmento da riqueza do concelho, e trata de desenvolver a sementeira do penisco em larga escala.

Perguntando um dia a um dos mais intelligentes proprietarios da Louzã qual sería o modo de engrandecer o concelho, augmentando-lhe a riqueza, respondeu-nos logo, pouco mais ou menos, o seguinte, que daremos aqui com a expressão do desejo de que tão sensata opinião possa traduzir-se em facto real.

«Sería muito conveniente, nos disse, pois, o alludido proprietario, que as plantações começadas na serra e no Arneiro, taes como oliveiras, castanheiros, sobreiros e carvalhos, continuassem, bem como se désse incremento á sementeira do penisco. Além da grande riqueza que traria á villa o aproveitamento dos seus espaçosos baldios, pela criação de mattas e sua producção, o ar puro que respirâmos aqui tornar-se-hia purissimo, e viriamos a ter maior abundancia de agua para as regas e azenhas.

«O desenvolvimento das plantações serviria tambem para conter as impetuosas torrentes que, em

occasiões de trovoadas, principalmente, se precipitam do alto da serra, e que, engrossando rapida e prodigiosamente o Arouce, algumas vezes causam graves e serios damnos. Temos que a principal riqueza da villa ha de provir-lhe facil e naturalmente, se a estrada que de Coimbra vem á Foz de Arouce se prolongar á villa, e d'aqui a Castello-Branco pelo Pedrogão. Ligar-nos-hia esta estrada com muitas e importantes povoações, e poderia a Louzã regenerar a sua agricultura, dar-lhe até nova phase se fosse mister, e tornar-se commercial. A continuação, em fim, da estrada de Thomar á Foz de Arouce, quer a entroncassem com a estrada da Beira, quer a levassem através de todo o concelho a Goes e Arganil, seriam melhoramentos importantissimos e muito de desejar para o concelho da Louzã.»

Estão em parte satisfeitos os desejos, expressados pelo proprietario a quem citámos e ao qual os bons patriotas de todo o concelho podem e devem dar sinceros emboras, porque se congratulam tambem comsigo mesmos por se ter realisado um grande melhoramento. Concluiram-se os trabalhos do lanço da estrada que leva da Foz de Arouce á Louzã, e é a continuação da bella estrada que segue das margens do Mondego á Foz de Arouce.

A inauguração d'estes trabalhos foi motivo de regozijo publico para a Louzã. E assim devia de ser. Concluida a estrada a que alludimos, as relações com a capital do districto amiudaram-se e não é para estranhar ver o estabelecimento de uma carreira regular de diligencias entre Coimbra e a Louzã, que o bom povo d'este concelho e dos concelhos visinhos tratará de sustentar em seu proprio proveito.

Uma coisa, porém, completará este melhoramento, ao que de certo os poderes publicos não deixarão de

attender; é a construcção de uma ponte sobre o Mondego, a fim de evitar a demora e o incommodo que ha na passagem do rio dentro de umas barcas, que ainda hoje se offerecem a nacionaes e estranhos, e que são a negação de todo o progresso.

A nova estrada dirige-se, pois, de Foz de Arouce aos Relvios e marco da Povoa; d'ahi vae n'uma recta de 4 kilometros até proximo do edificio do hospital [1], cuja construcção se concluiu, e fórma uma curva para entrar na villa. A entrada da Louzã deixará d'este modo a mais grata impressão aos visitantes, porque encontrarão, além do edificio do hospital, que é um singularissimo padrão da mais extreme caridade e do mais acrisolado patriotismo; a nova casa da escóla publica, edificada conforme o plano approvado depois do obito do conde de Ferreira; o theatro; a bonita propriedade do sr. dr. Miguel Furtado de Arantes Netto, e logo mais acima a casa da familia Montenegro, que é respeitada e amada pelo povo da villa por suas altas qualidades e virtudes civicas.

VII

No concelho ha tres fabricas de papel [2]: uma na

[1] A direcção principal da obra do hospital coube ao sr. dr. José Daniel de Carvalho Montenegro, a cuja benevolencia e amizade devemos muitos dos esclarecimentos de que nos servimos na composição d'este escripto. Aproveitâmos a opportunidade para confirmarmos publicamente o protesto da nossa gratidão por tal favor.

[2] Por ser curiosa daremos aqui a seguinte noticia, que se nos deparou em um opusculo do sr. Fradesso da Silveira:

«Districto de Coimbra—Numero de fabricas de papel: 4 nos concelhos de Goes, Louzã e Penella.—Pessoal: 114 homens: 165 mulheres; 7 menores—Salarios: dos homens 100 a 400

Louzã, outra no casal de Ermio, em ponto muito pequeno, e a terceira proximo ao logar do Bosque, nas margens do Ceira. Esta é do sr. Paula, arrendatario na fabrica de Goes, que emprehendeu fundar alli uma nova fabrica em ponto grande e com machina de vapor.

Trataremos em primeiro logar da fabrica do sr. Lemos, sita na villa da Louzã.

Segundo os esclarecimentos que nos dá o sr. dr. Pereira Forjaz na sua interessante *Viagem* [1], confirmados pelo actual proprietario da fabrica, o sr. João Gonçalves de Lemos, cujo pae foi por muitos annos seu zeloso e activo administrador, infere-se que, reinando el-rei D. João v, ou em tempo antes, [2] um genovez a mandára construir, recebendo para isso um importante auxilio do governo sob a hypotheca da fabrica; que ainda mais em seu beneficio se prohibíra a exportação do trapo por alvará de 1749; que, fallecendo o dito estrangeiro, e descuidando-se os seus successores de pagarem ao estado o que lhe era devido, no governo do marquez de Pombal se determinou que a fabrica passasse para a fazenda nacional, encarregando-se por então a administração

réis; das mulheres 40 a 100 réis; dos menores 60 a 80 réis.—Peso do trapo consumido annualmente: 250:000 a 300:000 kilogrammas.—Producção annual: 130:000 a 160:000 kilogrammas de papel de diversas qualidades.—Preço por kilogramma: de 80 a 350 réis.»

[1] Vid. pag. 203 e seguintes da *Viagem á serra da Louzã*, appensa ás *Memorias do Bussaco.*

[2] Acerca da imprensa dos jesuitas em Coimbra e da fabrica de papel da Louzã, appareceu no *Conimbricense* de 30 de outubro 1869 um curioso artigo, em que se diz que a fundação datará certamente do primeiro quartel do seculo XVIII, pois que já em 1716 se comprava em Coimbra papel da Louzã. Vid. documento n.º 3.

d'ella a abastados negociantes; que pouco depois, ou no mesmo periodo, andou a fabrica arrematada com o contracto do tabaco, sendo obrigados os arrematantes a conservarem-n'a sempre em laboração.

Em 1821, ou porque os contratadores não ficassem satisfeitos com o exito do novo encargo, ou porque o governo entendesse que não lhe fazia conta a administração da fabrica, ou por outra razão que não pudémos averiguar, é certo que a fabrica foi á praça e logo vendida a particulares. Veio esta venda confirmar o principio de que a administração por conta do estado não desenvolve a industria, e, pelo contrario, muitas vezes lhe serve de estorvo, pois que, effectivamente, desde a época indicada é que a fabrica melhorou e progrediu, não só considerando-se o aperfeiçoamento do fabríco, mas tambem o valor da producção.

Quando estes melhoramentos, porém, se tornaram notaveis e dignos de menção foi depois de 1833, em que o sr. Lemos, antecessor do actual proprietario, pôde constituir-se em unico e independente dono da fabrica. O estabelecimento então foi muito beneficiado; augmentaram-se as machinas, ampliaram-se e melhoraram-se as officinas, apurou-se prodigiosamente a fabricação, centuplicou-se a producção, accrescentou-se o numero dos operarios, e o consumo desenvolveu-se por tal modo, que nem sempre havia occasião de satisfazer-lhe as exigencias.

O maior consumidor era a junta do credito publico, que contratára a feitura de seis mil resmas de papel sellado annuaes; e todos sabem que este papel, bem como o almasso branco, que em tempo se empregou em algumas edições mais apuradas e dispendiosas, apparecia melhorado de anno para anno, pelos esforços do proprietario e pela provada soli-

citude do gerente, embora não pudessem então introduzir-se certos machinismos com que no estrangeiro já se tinha aprimorado não só o fabrico do papel almasso, mas tambem do papel superior para impressão, que a fabrica da Louzã não produzia nem produz.

Quer o leitor saber e avaliar o progresso da fabrica? É facilimo. Temos á vista uma nota que nos assevera que em 1821 a fabrica empregava 25 operarios de ambos os sexos; que em 1838 tinha 80; e que, desde então crescendo sempre este numero, conta hoje 200, pouco mais ou menos: isto é, uma parte, que não deixa de ser importante, da villa da Louzã, encontra occupação e salario, durante o anno, n'aquelle estabelecimento. Testimunhâmos que vimos em todas as officinas, já cortando o trapo, já peneirando-o, já extrahindo a massa das tinas, já enxugando o papel nos estendiores, já collando-o, assetinando-o ou enresmando-o, já em outras differentes occupações proprias d'esta especie de fabricação; vimos, dizemos, numerosissimos operarios de ambos os sexos, e a melhor ordem, embora as condições hygienicas do estabelecimento não sejam recommendaveis.

E posto que o trabalho consuma todas as horas do dia, o que é para enlevar e elogiar é que muitos operarios são excellentes musicos, e constituiram-se, com outros cidadãos da villa, em sociedade philarmonica, [1] com uma numerosa e bem regida banda marcial; e as operarias são as primeiras que com os

[1] Além da philarmonica dos operarios da fabrica do sr. Lemos, havia outra na villa em 1866. Dois annos depois, salvo erro, dissipadas as rivalidades que existiam, as duas philarmonicas formaram uma só associação de que foi eleito mestre

seus cantares e as suas dansas alegram as festas populares da villa, principalmente no S. João.

O edificio da fabrica de papel nada tem de notavel, e póde-se dizer que já vae accusando hoje uma triste decrepitude. Alguns reparos se lhe tem feito, mas tanto interior como exteriormente, em certas partes, não occulta aos olhos do visitante, segundo nos pareceu, a sua extrema velhice. Poderá, todavia, por muitos annos viver assim, se não faltar a solicitude do seu actual proprietario, e se este, deixando occupações estranhas á sua industria, como, por exemplo, o grangeio de terrenos adquiridos em volta do estabelecimento, se dedicar inteira e exclusivamente ao aperfeiçoamento do fabrico do papel, que em o nosso paiz—confessemol-o sem acrimonia mas com íntimo pezar—tem sido tão protegido quão descurado. Mas é de crer que o actual proprietario da fabrica da Louzã não descance á sombra de loiros ceifados e colhidos em outras épocas, e muito desejaremos saber que os beneficios, na verdade importantissimos, realisados no longo periodo de trinta annos, poderam continuar-se ainda em maior escala para honra e gloria da industria nacional.

A situação da fabrica é, porém, sobremodo poetica. Visitando este estabelecimento quando já íamos agradavelmente dispostos pelas sensações que experimentáramos quer na magestosa serra, quer junto das venerandas ruinas do castello, quer no sentimental penhasco das ermidas, não perdemos essa boa disposição do animo ao avisinharmo-nos do edificio da fabrica.

e presidente o sr. Adelino Correia da Costa, que já o era de uma d'ellas. Ficou tambem acordado que os cargos da nova associação fossem exercidos por socios de ambas.

Longe da povoação e sem poder sequer avistal-a, tendo de um lado a serra e do outro o Arouce, cujas aguas se aproveitaram nas azenhas que dão movimento ás officinas, a fabrica foi levantada nas melhores condições de isolamento, mas, repita-se tambem, nas peiores condições hygienicas. Os operarios não tem alli os rumores, nem as distracções, nem os ocios da villa, para se arredarem e esquecerem do trabalho; mas tem ar mau e pessima luz em muitas officinas. Entretanto, os antigos proprietarios reconheceram naturalmente a belleza do sitio, e quizeram guardar aquelle melancolico retiro, construindo para isso duas ruas ornadas de faias, choupos e outras arvores, que dão sombra e frescura a alguns bancos de pedra. Estas ruas são realçadas pela levada e pelo dique de alvenaria que a dirige.

O perfume das flores, o murmurio das brisas, o suave queixume do rio, que foi constrangido pela levada, a magestade das arvores que assombram o dique e as lamedas, e, sobre tudo, a serenidade do trabalho das azenhas, que infunde uma certa melancolia, e os longinquos e mal definidos ruidos da fabrica, que fazem maís poetico o logar, são de um encanto inexcedivel e indescriptivel.

Só uma coisa vem, porém, fazer singular contraste em quadro tão bello e entristecer o visitante: é a decrepitude da fabrica!

Nuvem sombria, é certo, mas que o verdadeiro amor da industria póde dissipar e exhaurir.

A outra fabrica de papel está estabelecida na freguezia de Serpins, nas margens do Ceira, e é propriedade do sr. José Joaquim de Paula, que tinha outra fabrica na Ponte do Sotão.

Foi fundada, ou antes começou a edificar-se a nova fabrica do sr. Paula, aos 20 de julho de 1861.

As obras da edificação foram demoradas, porque desejando o proprietario dirigil-as apenas lhes dava maior impulso na estação calmosa em que ia para ali; e assim só em agosto de 1868 é que se assentaram as primeiras machinas.

Fórma esta fabrica um quadrado de 35,5 metros, apresentando cada frente mais de 15,5 metros de extensão. As officinas são vastas e bem ventiladas e tem importantes terrenos adjacentes.

O trabalho mechanico recebe a sua força impulsiva de tres motores hydraulicos, o principal dos quaes tem 3,5 metros de diametro por 10,5 metros de circumferencia. Estes motores recebem tambem o seu movimento da levada que tem consideravel extensão e largura. Foi-se buscar a agua para ella a grande distancia, e as obras do encanamento até a fabrica custaram mais de 4:000$000 réis.

As machinas para o fabrico são francezas. O sr. Paula desejando desenvolver e aperfeiçoar a producção do papel, trazendo-o ao mercado em condições vantajosas, por modo que concorresse com o das outras fabricas do reino e do estrangeiro, encommendou novas machinas inglezas e allemãs, que não sabemos se já estão montadas. Os cylindros são abastecidos da agua que se encanou pensilmente da ribeira dos Casaes e atravessa o rio Ceira sobre o açude da fabrica. Importou esta obra em não menos de 1:200$000 réis.

No primeiro semestre de 1869 a fabrica já dava trabalho a mais de 100 pessoas de ambos os sexos. A materia primeira é importada, para Serpins, do Douro, das Beiras e do Minho. Os productos chimicos são comprados, em parte nos laboratorios nacionaes, e em parte no estrangeiro.

Consiste a producção d'esta fabrica em papeis de

peso, almasso de diversas qualidades, de impressão, pardos, para mortalhas de cigarros, etc.; os quaes productos encontram facil consumo nas principaes praças do continente do reino e ilhas adjacentes.

Tem o sr. José Joaquim de Paula desejos de realisar taes melhoramentos na sua nova fabrica, que a tornem de primeira ordem em Portugal; e cremos que satisfará a sua vontade porque para isso não lhe falta animo, nem intelligencia, nem dedicação.

VIII

Na villa da Louzã ha feira annual no dia 24 de junho, muito concorrida por coincidir com a festa a S. João, que alli é tão popular, tão alegre e ruidosa como em Coimbra, como em Lisboa, e como em geral em todas as povoações do reino.

Convergem de todas as freguezias, na vespera, numerosos ranchos de homens e mulheres, moços e anciãos,—como acima dissemos,—familias inteiras, que n'esse dia celebrado deixam todos os trabalhos domesticos e do campo para se dirigirem em romaria ás capellinhas de S. João e de Nossa Senhora da Piedade [1], e que passam a noite em descantes, improvisos, dansas e requebros, dissipando tristezas, incitando contentamentos, provocando excla-

[1] Esta festa data de tempos remotos. No archivo da camara da Louzã existe um documento, datado de 1537, em que el-rei regula o bodo que se fazia no dia de S. João. Este documento principia assim: «A quantos esta minha carta virem faço saber que a mim apraz dar luguar e licença aos moradores da villa da lousan pera daquy em diante em cada huum anno em quanto eu nam mandar o contrario fazerem o vodo que costumauam fazer por dia de sam Joham...»

Vid. o documento n.º 4.

mações, levantando os brios dos trovadores, estreitando os laços dos amantes, e povoando de sons vivos, alegres e harmoniosos todas as partes da villa.

Além d'esta feira, ha a mensal em 24, e o mercado aos domingos. Nos mercados vendem-se cereaes, fructos, legumes, peixe salgado e fresco, mas este raras vezes.

As feiras differençam-se, porém, dos mercados pela variedade e abundancia dos generos, pela concorrencia de vendedores e compradores de quasi toda a comarca, e por haver n'aquellas muitas barracas com fazendas brancas e de lã, loiça ordinaria e quinquilharias, e concurso de gado vaccum e suino. Na de S. João, que é a mais excellente e copiosa, tambem assentam alli as suas barracas, ou *tendas*, como geralmente lhes chamam na provincia, alguns ourives, expondo aos olhos cubiçosos de serranas e campesinas a diversidade de artefactos que n'este ramo da industria admirâmos no Porto, cordões, cruzes, arrecadas, anneis, corações, objectos de filigrana e oiro de muito variados feitios e lavores.

IX

Tem o concelho da Louzã cadeira de latim, quatro escólas primarias do sexo masculino e uma do feminino. Além d'isso, conta uma escóla nocturna na villa, e uma em cada uma das freguezias ruraes de Foz de Arouce e de Serpins.

No anno escólar de 1868-1869, a escóla primaria diurna do sexo masculino, dirigida por um habil e mui estudioso professor, o reverendo José Correia da Costa, era frequentada por 100 alumnos, de que temos esta conta:

Existiam em outubro....................	71
Entraram durante o anno...............	29
	—
Foi riscado, por ausente.................	1
Distinctos por sua applicação e por seu procedimento..........................	8
	—

Na escóla nocturna, na qual tambem lecciona o mesmo professor, tinham-se matriculado 95 alumnos, no referido anno; mas a frequencia diaria, termo medio, era de 65.

A escóla do sexo feminino tinha na matricula 45 alumnas, porém a frequencia regular não excedia o numero de 30.

Quando em 1866 visitámos a Louzã, a escóla publica do sexo masculino do Freixo, freguezia de Villarinho, funccionava, á saída da villa, em um miseravel barracão, que ninguem diria que fosse possivel destinal-o para tão santo fim. As crianças alli nem sequer estariam ao abrigo do mais pequeno chuvisco!

Não pomos isto como censura, porque nem nos cabe lançal-a, nem poderiamos fazel-o, sabendo que em o nosso paiz a instrucção primaria tem andado, infelizmente, como que sem protecção; mas notâmos o facto para que a todo o tempo venha a saber-se que não nos foi indifferente, nem deixámos de observal-o com profunda tristeza.

Passados alguns mezes, a escóla de Freixo mudou-se para uma casa com sobrado, em melhores disposições e com os necessarios commodos para os alumnos, que a frequentam.

A escóla primaria da villa, propriamente dita, funccionou em casa, não apropriada, mas commoda e remediavel, paga pela municipalidade, e depois foi transferida para a casa que se edificou, parte

com o legado do fallecido conde de Ferreira, e parte com fundos municipaes, contribuindo tambem para esta edificação — e diga-se isto com a devida venia e merecido louvor — a sr.ª D. Maria da Piedade Salazar, viscondessa do Espinhal, a qual, tendo dado o terreno para a escóla, e conhecendo-se que não era bom para o fim a que o destinavam, offereceu 200$000 réis para a compra de outro com as necessarias e convenientes condições.

O edificio da escóla está bem acabado, e só tem o defeito d'aquelles em que se seguiu rigorosamente o risco dado pelos testamenteiros do conde de Ferreira.

A primeira escóla nocturna foi fundada, assim como o INSTITUTO DE D. LUIZ I, na villa, com uma bibliotheca popular de 500 volumes, pelo sr. João Elizario de Carvalho Montenegro, [1] que em diversas gazetas tem sido honrado como merece, pela grandeza dos factos e pela generosidade das acções, [2] quando a Louzã deveu por iniciativa propria e devoção civica d'este benemerito filho beneficios de que está gozando e são publicos, e quando, principalmente, se lançaram os fundamentos do edificio do hospital, cuja construcção chegou ao seu termo.

[1] A proposito da fundação do *Instituto* e da distribuição de obras ás escólas primarias do concelho publicaram-se no *Conimbricense* de 30 de junho 1866 duas cartas do sr. Montenegro, uma endereçada ao sr. dr. Diniz, commissario dos estudos em Coimbra, e outra ao sr. dr. Magalhães Mascarenhas, presidente da camara municipal da Louzã.

[2] Quando o sr. Montenegro soube que iamos publicar este volume de *Memorias*, honrou-nos com uma carta em que nos pedia que lhe reservassemos 200 exemplares para serem distribuidos pelos alumnos de ambos os sexos das escólas da Louzã, incluindo os da aula nocturna. Estes exemplares serão entregues para esse fim ao digno e illustrado commissario de estudos em Coimbra, o sr. dr. Francisco Antonio Diniz.

Digamos algumas palavras ácerca da creação do hospital.

O fundador d'este pio instituto foi pois o sr. João Elizario de Carvalho Montenegro. Estando em 1856 no Rio de Janeiro, escreveu o sr. Montenegro a seu irmão, o sr. dr. José Daniel de Carvalho Montenegro, sobre a nobre idéa de fundar na villa natal um estabelecimento para os enfermos pobres, e sobre os meios com que contava para colligir os necessarios fundos para a sustentação do novo instituto pio, recorrendo á caridade dos nossos compatricios residentes no imperio do Brasil, e á propria bolsa, que, como é notorio, nunca se fecha para acudir á miseria.

O sr. dr. José Daniel, que era então provedor da misericordia da Louzã, recebeu com alvoroço a idéa humanitaria de seu irmão, e, convocando a mesa da misericordia, fez com que esta para logo participasse dos mesmos sentimentos. Foi então nomeada uma commissão no Rio de Janeiro, de que ficaram sendo membros os srs. João Elizario e José Antonio de Carvalho, tambem natural da Louzã. Em seguida o zeloso provedor da misericordia expoz ao governador civil do districto, que era n'aquella epocha o sr. general Maldonado, o que desejavam crear na villa em beneficio das classes pobres, e pediu que fosse officialmente nomeada uma commissão composta de cavalheiros influentes, de boa posição social e residentes na Louzã, a fim de solicitar donativos na villa, receber os que devia colligir e enviar a commissão do Brasil, e dirigir a edificação do hospital assim que houvesse fundos para isso. A auctoridade superior do districto attendeu immediatamente o pedido, e a nomeação da commissão local não se fez esperar.

Mas, occorrendo a morte de um dos vogaes, e a

saída de outros para fóra do concelho, a commissão ficou mui limitada e quasi sem funccionar, até que, em dezembro de 1865, o sr. dr. José Daniel, pesaroso de que os trabalhos preliminares não se desenvolvessem como era de esperar, e como anciosamente desejava o fundador, que não deixava de repetir as instancias para incitar os animos que pareciam arrefecer em tamanha obra, representou novamente ao governador civil, que era o sr. D. João Pedro da Camara, ácerca da necessidade e conveniencia de dissolver a commissão creada por alvará de 16 de junho de 1856, e nomear outra, o que effectivamente se verificou por alvará de 23 de dezembro de 1865.

Installada a nova commissão, e sabendo-se já que havia no Brasil uma quantia superior a 3:000$000 réis, moeda forte, sendo a maior parte devida aos incansaveis esforços do sr. João Elizario de Carvalho Montenegro, começaram os trabalhos da edificação, mandando-se fazer o risco, que foi confiado á provada habilidade do sr. João Pedro Fernandes Thomaz Pippa, e este cavalheiro desempenhou-se do honroso encargo como se vê da descripção que ao diante fazemos.

Desde então os membros da commissão mostraram que os animava o mais vivo enthusiasmo para dotarem a villa da Louzã de tão bello instituto pio, e não esfriaram no seu proposito. Aproveitando a vinda á patria do sr. João Elizario, prepararam tudo para a ceremonia da collocação da pedra fundamental, a fim de que podesse verificar-se no dia 24 de junho [1]. Ainda nos recordamos agradavelmente d'esta festa, pelas impressões que nos deixou, pela

[1] Veja o documento n.º 5.

sincera alegria que vimos nos cavalheiros que n'ella foram personagens principaes, e pelos testimunhos de gratidão que parecia querer dar antecipadamente o bom povo louzanense aos seus bemfeitores.

Está situado o edificio do hospital de S. João em um vasto campo, junto ao sitio chamado Fonte dos Moiros. Olha pela frente ao noroeste, e mede $24^m,80$ de comprimento, 11^m de largura, 6^m de altura até á cornija, e 7^m até á platibanda. Tem seis janellas na frente, seis na parte posterior e tres de cada lado, dezoito janellas ao todo, e todas de archivolta.

A divisão interna do edificio é a seguinte: enfermaria para homens, podendo conter 22 camas; enfermaria para mulheres, podendo conter 6 a 9 camas; gabinete para a direcção do hospital; um quarto para o enfermeiro e outro para a enfermeira; gabinete para operações; sala para convalescentes; casa de arrecadação; dois quartos para criados; cosinha, contigua mas separada do edificio, no centro e parte posterior d'este.

No alto do edificio vê-se a estatua da caridade. Foi lembrança do fundador, e lembrança digna de menção, pois não podia coroar-se melhor o hospital do que com o symbolo da mais sublime virtude christã, e por effeito da qual se erigíra e sustentava aquelle santo abrigo para os pobres enfermos.

Encarregou-se da estatua, que é de marmore, um dos melhores esculptores nacionaes.

O systema de ventilação adoptado pelo sr. Fernandes Thomaz Pippa é mui simples e adequado á dimensão do edificio. Na construcção especial das janellas das enfermarias, os doentes não podem receiar os golpes de ar nem as correntes fortes, que a sciencia conseguiu evitar com o fim de não exacerbar nem accrescentar as enfermidades. Tudo isto

foi previsto pelo habil architecto, que se dedica a esta profissão por curiosidade, mas em cujo desempenho tem merecido sempre o applauso dos peritos.

Como o hospital tem que viver, para o dizer assim, exclusivamente de esmolas nos primeiros tempos, pois que não chegará desde logo o rendimento do fundo permanente, ou a dotação angariada pelo esforço do seu desvelado fundador e protector, as despezas hão de limitar-se ao absolutamente indispensavel, e assim o pessoal remunerado não passará de um enfermeiro, uma enfermeira, um cosinheiro, uma criada e um criado, exercendo este, provavelmente, as funcções de porteiro, e o enfermeiro as de fiel e escripturario para o registo do movimento de entrada e saída, e de despeza diversa quotidiana. A escripturação geral pertencerá, no livro diario, ao director de serviço, e no da caixa ao thesoureiro da direcção. Cremos que isto não está ainda definitivamente regulado, mas virá por certo a regular-se assim.

Haverá parcimonia, a mais rigorosa economia em todas as despezas, mas para que nada falte aos doentes, que a má sorte, ou o desamparo das familias, levar á porta do hospital, devem elles alli encontrar tudo o de que carecerem — e até nova familia, no affecto, no carinho e na solicitude dos membros da direcção.

Os soccorros medicos e os pharmaceuticos serão nos primeiros tempos gratuitos, beneficio offerecido bizarramente por dois cavalheiros pertencentes á commissão.

A inauguração do hospital podia verificar-se no fim do anno de 1867, pois se contava que para essa época estariam concluidas as obras; mas não suc-

cedeu assim por circumstancias independentes da vontade do fundador.

O terreno em volta do hospital, que pertence a este e não é occupado pelo edificio, será graciosamente arborisado e ajardinado, não obstante se verem em todo o campo innumeras oliveiras. Os enfermos convalescentes, e os que possam sem perigo aspirar o ar livre, gozarão a magnifica vista que lhes offerece o campo e a serra perdendo-se entre as nuvens, que parece saírem-lhe do seio em alvissimos rolos, e ao mesmo tempo cobrarão animo e forças nos suaves perfumes das flores do jardim.

Vê-se, pela quantia acima indicada, que não era possivel com ella construir o edificio nem acudir á sua sustentação. A commissão da Louzã não podia tambem em curto lapso de tempo, apesar da boa vontade com que trabalhou, e da sua louvavel dedicação pelo estabelecimento pio, não podia, repetimos, arranjar todos os meios. Que se havia de fazer pois? Recorrer ao fundador. No que todos pensavam, porque era importante e grave, pensava elle egualmente. Podía acaso esquecer-se da sua obra querida?

Quando lhe fallaram nos receios de que podiam escassear os recursos pecuniarios para o acabamento do hospital e para a sua existencia, disse o sr. Montenegro que estivessem descançados porque elle trataria de tudo, e communicou logo que pensava em publicar um livro dedicado ao hospital, e que esperava com o producto total da venda dos exemplares, assim que regressasse ao Brasil, auxiliando-o n'isso os amigos e compatricios, dotar o hospital com um fundo que desvaneceria todos os receios pela existencia d'este instituto.

A singela narração d'este facto cremos que é o

maior elogio que se póde fazer ao procedimento do sr. Montenegro. E ainda assim, esperâmos da extrema benevolencia do fundador que nos perdoará o termos referido particularidades que o seu nobre caracter não apregoa nunca—como seguidor do preceito evangelico. Mas, por outro lado, bom é que fiquem registadas acções que podem e devem ser seguidas, porque são exemplares.

Escreve-se e publica-se, com effeito, o livro. Escreve-o o sr. Pinheiro Chagas, e publica-o á sua custa o sr. João Elizario de Carvalho Montenegro.

Quando for distribuida esta obra, a pessoa que a comprar adquirirá ao mesmo tempo o direito de dizer:

—Vêem este livro? Indica que eu tambem contribui para a fundação do hospital da Louzã. Comprei uma obra que me dá instrucção e me recreia, e pratiquei um acto de caridade. Digo isto com prazer!

E nós poderemos accrescentar:

—Abençoados sejam os que tal fizerem e disserem!

Quem se negará, pois, a comprar o livro? [1]

[1] O livro a que nos referimos é um romance intitulado *O Peregrino*, que o estimado e distincto escriptor sr. Pinheiro Chagas está escrevendo e de que já se acham impressas n'esta data (outubro de 1870) algumas folhas. Parte da acção d'este romance passa-se na Louzã e parte no Brasil. Para que a fabula tenha um lado verdadeiramente util, como a publicação da obra, prenderá ella com certos assumptos de alto interesse humanitario e social, que o auctor desenvolverá com as galas do seu estylo brilhante e vigoroso. Estava ajustado tambem que este livro seria acompanhado, como introducção, de uma poesia expressamente composta pelo sr. Thomaz Ribeiro, poeta illustre, e presentemente exercendo o elevado cargo de secretario do governo geral do estado da India.

Causas alheias á vontade das pessoas que n'elle se acham empenhadas, tem demorado o apparecimento do *Peregrino*.

Concluindo: a commissão da Louzã [1] continuou a trabalhar para que as obras da edificação do hospital progredissem, e para que se aplanassem as difficuldades que sobreviessem. Chegando ao conhecimento do governo de sua magestade a dedicação de tão prestantes cidadãos n'aquella obra tão meritoria, em portaria do ministerio do reino, datada de 5 de outubro de 1866, foram elogiados e incitados para não afrouxarem no seu intento. Serão os esforços de todos coroados do melhor resultado, e a Louzã ficará dotada com um estabelecimento pio de summa importancia, que prestará optimo serviço aos pobres da localidade, e porventura aos das localidades circumvisinhas, porque os que implorarem aquelle auxilio não serão desamparados. Este é um dos desejos do instituidor; este o espirito da instituição: e este, de certo, o animo caridoso dos cavalheiros que dirigirem o hospital.

X

O concelho da Louzã tem dado á republica muitos varões illustres, entre os quaes podêmos contar, em primeiro logar, pelo seu saber, pelos altos cargos publicos que tem exercido e pelo seu caracter, o sr. conselheiro Vicente Ferrer Netto de Paiva, par do reino, ministro de estado honorario, ex-reitor da universidade de Coimbra. E além d'este,

[1] Os cavalheiros que compozeram esta commissão foram os srs. dr. Francisco de Magalhães Mascarenhas, presidente; dr. Miguel Furtado de Arantes Netto, secretario; João Gonçalves Lemos, thesoureiro; Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castello Branco, Francisco de Magalhães Mexia de Macedo Pimentel Bulhões, Adelino Correia da Costa, e dr. José Daniel de Carvalho Montenegro.

ainda hoje conta quatro doutores, sendo dois d'elles lentes da universidade; quatorze bachareis formados em diversas faculdades, dois dos quaes são juizes de direito, um delegado, um conego e dois parochos. Muitos filhos da Louzã tem egualmente abraçado a vida ecclesiastica, seguindo os estudos no seminario de Coimbra, já para se opporem a diversas egrejas do concelho, onde alguns se acham parochiando, já para pastorearem fóra d'aquella circumscripção, já para exercerem cargos no seminario de Coimbra.

No seculo passado foi creado o titulo de conde da Louzã, de que é hoje 4.º successor e possuidor o sr. D. João José de Lencastre Basto Baharem, 12.º senhor do morgado da Marinha, par do reino, addido honorario á legação em Constantinopla, official-mór da casa real, commendador das ordens militares portuguezas de Christo e Conceição, e hespanhola de Isabel a Catholica. Ha annos creou-se tambem o titulo de visconde da Foz de Arouce, de que ainda é actualmente seu possuidor o sr. dr. Francisco Augusto Furtado de Mesquita Paiva Pinto, casado com uma filha do sr. conde da Graciosa, Fernando Affonso Geraldes de Mello Sampaio Pereira.

Concluiremos esta memoria com outro esclarecimento historico. Nas primeiras épocas da monarchia, a Louzã foi dada como senhorio á conhecida familia Caceres. Passados tempos, este senhorio veio, porém, á casa dos duques de Aveiro, que o possuiram até que, sendo extincto o ducado por causa do celebre attentado contra a vida do sr. rei D. José, em 1759, ficou encorporado na corôa.

DOCUMENTOS

N.º 1

(Vid. pag. 97)

Extracto de um officio do general Wellington datado da Louzã aos 16 de março 1811, e publicado na Gazeta de Lisboa n.º 69 do mesmo mez e anno.

«O M. general Cole se reuniu ao M. general Nightingale no Espinhal na tarde do dia 14 do corrente; este movimento, pelo qual foi passado o Rio Eça, nos deixou habilitados para voltearmos a forte posição de Miranda do Corvo, e induziu o inimigo a abandonal-a n'aquella noite. Destruiram n'este logar uma grande quantidade de carros e carretas; esconderam, e egualmente inutilisaram as munições que levavam; o mesmo fizeram a muitas de suas bagagens: deixando a estrada desde Miranda juncada de homens e animaes mortos, assim como de bagagens e carretas inutilisadas.

Achámos novamente hontem o exercito inimigo, todo formado, em uma mui forte posição sobre o Rio Ceira, tendo um corpo de guarda avançada em frente da Foz de Arouce da banda de cá do rio.

Immediatamente fiz as disposições necessarias para repellir-lhes a guarda avançada, preparativamente aos movimentos, que se julgassem necessarios para esta manhã passar o Rio Ceira.

O B. general Pack havia sido pela manhã destacado com a sua brigada atravez das montanhas, e sobre o lado esquerdo, não sómente para voltar o inimigo na sua

posição de Miranda do Corvo, como tambem com o destino de lhes fazer o mesmo em quaesquer outras que o inimigo podesse tomar no lado de cá do Ceira. A divisão de tropas ligeiras commandadas pelo M. general sir W. Erskine tinha sido mandada apoderar-se de algumas das alturas situadas immediatamente acima da Foz de Arouce, em quanto a divisão do M. general Picton se movia ao longo da estrada real, com o fim de atacar a esquerda da posição no logar, e fóra d'elle. A 6.ª divisão commandada pelo M. general Campbell, o regimento de hussares, e o de dragões n.º 16 apoiaram a divisão ligeira, o regimento n.º 14 a 1.ª divisão, e os reaes dragões a 3.ª

Tiveram estes movimentos o effeito de forçarem o inimigo a abandonar a sua forte posição d'este lado do Ceira, soffrendo uma perda mui consideravel, ficando prisioneiro o coronel do regimento n.º 39.

As tropas ligeiras da divisão do general Picton, commandadas pelo coronel Williams, e a brigada do general Nightingale foram as que principalmente combateram sobre a direita, e o regimento n.º 95 em frente da divisão ligeira, cujas tropas todas se conduziram da maneira a mais bizarra. A artilheria volante, commandada pelos capitães Ross e Bull, se distinguiram egualmente n'esta occasião.

Tomaram as nossas tropas muitas bagagens, e alguns carros de munições em Foz de Arouce.

Tinha eu sido impedido de mover o exercito em consequencia de uma densa nevoa, que durou até mui tarde n'aquella manhã, e era escuro, quando nos apossámos da ultima posição da guarda avançada do inimigo.

Durante a noite destruiu o inimigo a ponte do Rio Ceira, e se retirou deixando uma pequena retaguarda além d'aquelle rio.

A destruição da ponte de Foz de Arouce, e as fadigas, porque haviam passado as tropas em muitos dos antecedentes dias, e a falta de viveres me tem induzido a não seguir n'este dia marcha com o exercito.»

Extracto de um officio do general Wellington, datado de Oliveira do Hospital aos 21 de março 1811 e publicado na Gazeta de Lisboa n.º 74 do mesmo mez e anno.

«O inimigo tem soffrido muito mais na acção do dia 15 do corrente do que eu pensava quando dirigi a v. ex.ª o meu despacho da data de 16 do corrente. O fogo durou até escura noite; e segundo parece perdeu grande número de gente affogada quando n'esta occasião vadeava o Rio Ceira.

O inimigo retirou a sua retaguarda do dito rio, no decurso do dia 16, o qual nós passámos no dia 17, estabelecendo os nossos postos sobre a serra da Murcella. O exercito inimigo se achava n'esta occasião em uma forte posição sobre a direita do Rio Alva: e durante a noite d'aquelle dia poz em movimento parte do seu exercito, conservando, sem embargo, a sua posição sobre o Alva, cujas pontes destruiu. No dia 18 envolvemos o seu flanco esquerdo pela serra de Santa Quiteria, com as divisões 1.ª, 3.ª, e 5.ª, no entanto que a divisão ligeira, e a 6.ª manobravam na sua frente desde a serra da Murcella. Estes movimentos induziram o inimigo a fazer voltar para a serra da Moita as tropas, que haviam na antecedente noite marchado, retirando ao mesmo tempo os corpos que havia deixado sobre o Alva, e d'esta maneira veio a ter n'aquella tarde todo o seu exercito reunido sobre a serra da Moita, ao mesmo passo que os pòstos avançados da nossa direita se achavam perto de Arganil, e os da nossa esquerda tinham passado o Alva.

A 18 durante a noite o inimigo se retirou da posição da Moita, e desde então tem continuado a retirar-se com a maior celeridade; e imagino que a sua retaguarda estava n'este dia em Celorico: no dia 19 reunimos o nosso exercito sobre a serra da Moita, e n'este dia os nossos postos avançados ficaram para além de Pinhanços. As milicias debaixo das ordens dos coroneis Wilson e Trant acham-se em Fornos.

Havemos feito grande número de prisioneiros, e o inimigo tem continuado a destruir as suas carretas, car-

ros, e artilheria, e tudo quanto podia impedir, ou retardar o progresso da sua retirada.

O maior número de prisioneiros feitos no dia 19 pertenciam a partidas, que o inimigo havia mandado a forragear na direcção do Mondego, cujas partidas tinham ordem de voltar depois para a posição do Alva; do que concluo que o inimigo contava demorar-se n'ella por alguns dias.»

Artigo ácerca da retirada de Massena, inserto na Gazeta de Lisboa n.º 96 de 23 de abril 1811

«Na nossa *Gazeta* de 14 de março, n.º 63, tratamos dos projectos que Massena tinha formado em Portugal, e de como elles tinham sido frustrados; mas então ainda não sabiamos se elle poderia sustentar-se em Portugal, ou se seria obrigado a largar todo o reino, e metter-se na Hespanha; ainda não sabiamos, se a favor das grandes posições que o reino offerece, poderia, ao menos momentaneamente, repellir a nossa vanguarda, e continuar a retirada a seu salvo. Agora é tempo de examinarmos esta retirada, que na verdade faz pouquissima honra aos talentos militares do marechal Massena.

Em primeiro logar não é um bom principio de retirada queimar as carretas, e inutilisar 12, ou 14 peças de artilheria grossa em Santarem, e 300 entre carretas e carros em Thomar, deitando ao Nabão mais de 200 carradas de ballas, e granadas. Supponhamos porém que a falta de cavallos de tiro, ou o desejo de marchar com mais desembaraço o obrigaram a esta medida rigorosa: analysemos a sua conducta d'ahi por diante.

A sua primeira retirada do Sobral, e Alemquer para Santarem, e Torres Novas; retirada em que não perdeu mais de 300 a 400 homens, e depois da qual tomou logo uma posição firme, em que não era facil ser atacado, fez lembrar que faria o mesmo d'esta segunda vez. A vontade e a ordem de Bonaparte é que elle podesse manobrar em Portugal, e cortar ao exercito anglo-lusitano todos os recursos do paiz. Na verdade, se Masse-

na, reunindo todo o exercito em Thomar, atravessasse o Zezere pelas pontes que tinha n'aquelle rio, estabelecer-se-hia na Beira Baixa, sem poder ser molestado: o corpo do marechal Beresford, ainda que o flanqueasse por Abrantes, não poderia fazer impressão sobre o seu exercito reunido, nem lord Wellington poderia passar o Zezere, invadeavel n'aquelle tempo, antes d'elle ter tomado as suas posições. Então ou poderia sustentar-se na Covilhã, Fundão, Castello-Branco, e abrir por Alcantara communicação com o exercito francez de Badajoz, ou talvez não fosse impossivel lançar pontes em Villa Velha, e invadir ambas as margens do Tejo. Por este caminho, se não alcançasse as grandes vantagens, que acabamos de ponderar, pelo menos é certo que se retiraria sem perda de gente, nem de bagagens, ou artilheria.

Mas emfim, Massena supporia grandes utilidades em ir occupar as provincias do norte, e este foi realmente o seu projecto; porém como não tomou medidas algumas para o realisar, ficou frustrado. Na verdade parece incrivel, que querendo o general francez assenhorear-se das provincias do norte, não tivesse alguns dias antes mandado tomar o ponto de Coimbra, e depois em tres, ou quatro dias de marcha forçada ganharia aquella cidade: chegou a tal extremo a sua falta de previdencia, que nem levou umas poucas de barcas para passar aquelle rio; por isso quando o mandou investir na mesma hora em que já lord Wellington estava na sua retaguarda, as chuvas que são frequentes no mez de março, e o fogo dos milicianos no dia 12 do mesmo mez, tornaram impraticavel a passagem do Mondego; e d'este modo a parte essencial do projecto, aquella que realmente tornava a retirada boa para os francezes, e muito prejudicial para nós, foi desbaratada pela reunião de duas circumstancias, pouco consideraveis, na verdade.

Desde este momento não foi possivel a Massena executar os planos de Bonaparte, que era o de manter-se e manobrar em Portugal; não lhe restava outro recurso senão atravessar o Alva, e dirigir-se para a Beira Alta

e fronteiras do reino, onde se poderia apoiar, se fizesse uma boa retirada; esta se já não era possivel conforme os planos de Bonaparte, ainda poderia ser boa, se elle podesse repellir a vanguarda do exercito de lord Wellington: Massena tinha perdido quasi dois dias em tentar a passagem do Mondego, e tornar d'ahi para a estrada da Murcella; o exercito alliado já estava á vista por todos os lados; o general francez achava-se absolutamente nas mesmas circumstancias, em que estiveram Moreau na Suabia, e sir John Moore na Galliza; era-lhe indispensavel bater uma ou duas divisões do exercito alliado para poder desembaraçar sem perda notavel o exercito, e principalmente a sua artilheria e bagagens, como fizeram aquelles dois generaes nas suas famosas retiradas. Massena tomou com effeito posição na Redinha, em Foz d'Arouce, e margens do Alva: mas em logar de repellir o inimigo, para poder retirar-se, elle mesmo foi desalojado, e batido de todas as posições que tomava, obrigado a queimar grande parte da sua artilheria e bagagens, e abandonar outras ás nossas mãos. No combate de Foz de Arouce que foi o mais renhido, tres batalhões francezes, da força de 1:000 homens, obrigados a passar o Ceira a váo, já ao entrar da noite, se afogaram pela maior parte; a perda dos francezes desde Santarem até o Alva, de um modo aproximado, parece ter sido a seguinte: 300 homens que ficaram no caminho, ou foram aprisionados até Pombal; 200 homens mortos, ou aprisionados em Pombal; 700 na Redinha; 150 em Miranda do Corvo; 2:000 entre mortos, prisioneiros, e afogados em Foz de Arouce; 1:000 aprisionados nas margens do Alva: o número de cadaveres encontrados, principalmente desde a Redinha até á Murcella, fóra dos lugares dos combates, era extraordinario; os desgraçados doentes, que foram obrigados a seguir a marcha do exercito, caiam aos montes, exhaustos de fadiga e de privações, victimas de um plano barbaro: as pessoas que passaram por aquellas estradas logo nos primeiros dias calculam que seriam 2 a 3:000: perdeu em consequencia o exercito francez até o Alva

7:000 homens, entre mortos e prisioneiros, não contando os feridos que ainda poderam seguir a marcha, e a maior parte da sua artilheria e bagagens. O exercito alliado perderia 100 mortos e 400 feridos, dos quaes se tem curado a maior parte: n'estes combates, sendo menos brilhantes que a batalha do Bussaco, tiveram os francezes uma perda mais consideravel, e sobre tudo o seu exercito ficou muito mais desorganisado e cortado de pavor; e a dos alliados foi muito menor.

Do Alva até Celorico, que são 14 legoas, o inimigo se retirou com grande rapidez; perdeu cousa de 1:000 homens entre mortos, prisioneiros, e gente que se achou morta pela estrada: mas d'este mesmo ponto para cima começou a grande guerra das ordenanças; até alli os paisanos tinham morto alguns francezes, mas poucos; em Pedrogão, por exemplo, mataram 11; mas do Alva por diante a mortandade foi grande, e não podemos calcul-a, por aproximação: comtudo não parece ter descido de 1:000 homens, nem excedido 2:000. Chegando os francezes á fronteira, parece que se poderiam apoiar ou na famosa posição da Guarda já preparada pela divisão Claparede, ou em Almeida.

Tomaram com effeito a primeira posição; e quando parecia custar-nos muito sangue o tomar-lha, vendo-se quasi surprehendidos, fugiram abandonando os seus effeitos, entre elles todas as bagagens do general Loison; perderam uns 400 homens, antes de se retirarem para o Sabugal. Esta ultima posição era mui forte, e n'ella a divisão ligeira alcançou grande gloria, batendo o 2.° corpo francez: n'este combate perdeu o inimigo mais de 1:500 homens entre mortos, feridos e prisioneiros; s. ex.ª lord Wellington disse no seu officio que elle teve 200 mortos e 300 prisioneiros, não fallando nos feridos; porém todas as cartas tem depois uniformemente referido que a perda total do inimigo excedeu certamente 1:500 homens. Depois o major general Erskine derrotou uma divisão do 9.° corpo, junto a Almeida. Perdeu em consequencia Massena na sua retirada mais de 12:000 homens, e d'esta maneira deixou mais da quarta parte do

exercito, pois corre geralmente que na ultima revista não encontrára mais de 44 ou 45:000 homens: perdeu a maior parte da sua artilheria e bagagens: desemparou ás suas proprias guarnições as praças de Almeida e Cidade-Rodrigo; e o que é mais, lord Wellington, pôde destacar um exercito, ás ordens do marechal Beresford, para o sul do Tejo, cujas operações tem sido summamente felizes; a reconquista de Campo-Maior, de Olivença, e o cerco actual de Badajoz devem-se á mal combinada retirada do general Massena, e ás sabias manobras com que lord Wellington lhe fez perder sempre as suas posições.

Acabaremos estas considerações, com uma nota importante: Massena foi obrigado a retirar-se por um caminho mui estreito; o seu plano de devastação não se estendeu a mais de uma legoa de diametro, para um e outro lado da estrada; tal foi a promptidão, e a viveza com que foi perseguido! Lançar fogo, e destruir os logares por onde passava, não é uma prova de tranquillidade de espirito, nem um effeito da sua boa retirada; não é mais que o resultado da desesperação do seu coração; do que o effeito d'aquelle grau de crueldade, e de degradação a que tem chegado as hostes francezas: umas poucas de companhias, deixadas na retaguarda com os tições accesos, bastavam para incendiar todos os logares, por onde transitavam; em muitos sitios apagavam os nossos o fogo que os barbaros tinham lançado poucos minutos antes: a memoria d'esta gente detestavel durará muito mais tempo do que os estragos, que nos fizeram!»

N.º 2

(Vide pag. 98.)

Para se formar a todo o tempo idéa das propriedades que o sr. commendador Montenegro possue assim na Louzã, como no municipio de Mogy-mirim (Brasil), ás quaes deu o nome de *Nova-Louzã*, daremos aqui ácerca de cada uma resumida noticia.

A *quinta de Montenegro*, situada na saida da villa da Louzã, á beira da estrada que conduz para Ceira dos Valles, foi comprada aos 25 de março 1824 pelo dr. Sebastião José de Carvalho Montenegro, distincto medico residente n'aquella villa, que deixou de si feliz memoria, não só por suas idéas eminentemente liberaes, o que lhe custou (como a outros muitos honrados cidadãos das Beiras, que combatiam a usurpação) o ser arrastado de desterro em desterro, mas tambem por sua exemplar philantropia. Só em 1834 é que pôde voltar a sua casa, que encontrou bastante arruinada.

Refere-se na villa que o sr. dr. Montenegro não ia fazer visitas a enfermos pobres, sem que lhes deixasse á cabeceira com que passar o dia, e isto grangeou ao distincto clinico grande sympathia e profunda veneração.

A quinta foi com effeito comprada em 1824 pela diminuta quantia de um conto de réis, sendo a escriptura assignada pelo dr. Antonio José de Figueiredo, da quinta de Jevim, como procurador do proprietario da então quinta da Tapada, o reverendo padre Felix José Cortez Serra, que residia em Lisboa.

O novo possuidor teve occasião de augmentar a quinta, annexando-lhe uma fazenda em frente, e por sua morte ainda tem sido augmentada, assim do lado N., como do lado O.N.O.

O sr. João Elizario de Carvalho Montenegro, um dos actuaes possuidores (que nascera noventa e um dias depois de comprada a quinta), vindo em 1858 do Brasil, onde residia desde 1841, observou que as antigas casas não offereciam commodidade, e auctorisou por isso seu irmão o reverendo padre José Daniel de Carvalho Montenegro a mandar fazer o palacete, que hoje se vê na villa. N'estas obras, ás quaes presidiu a mais severa economia, e em que a mão de obra entrou por pequena parte, visto que na provincia é sempre barata, até em época de alta nos salarios, consumiram-se ainda assim quasi cinco contos de réis.

Regressando novamente a Portugal em 1866, o sr. Montenegro (João), viu e approvou estas obras, e combinou

em que se aformoseasse o palacete, não só revestindo algumas salas, que não estavam acabadas, e correndo uma platibanda por cima da casa nobre, mas tambem levantando uma grade de ferro no muro que cerca a fazenda do lado O.N.O., no extremo da qual se edificaram o pequeno theatro louzanense e o hospital de S. João.

A frente da casa, excluindo os corpos destinados aos serviçaes, tem 27,5 metros de extensão.

Os actuaes possuidores d'esta bella vivenda, a ex.ma sr.a D. Maria Peregrina de Carvalho Montenegro, e os seus indicados irmãos, em memoria de seu venerando pae, deram-lhe o nome que hoje tem.

A fazenda da *Nova Louzã* está situada na freguezia do Espirito Santo do Pinhal, municipio de Mogy-mirim, provincia de S. Paulo, do imperio do Brasil. Dista de S. Paulo uns 145 kilometros e do Rio de Janeiro 510, em viagem de 4 dias, que póde fazer-se sem grande incommodo. O primitivo nome d'esta fazenda foi das *Palmeiras;* mas o actual proprietario, para honrar a terra da sua naturalidade e em attenção ás pessoas ali empregadas, oriundas da Louzã, substituiu (assim que a comprou em janeiro 1867) o nome da fazenda e do ribeiro que a corta, dando a uma a denominação de *Nova Louzã* e ao outro a de *ribeiro de Arouce*, denominações já sanccionadas pela assembléa legislativa da provincia de S. Paulo. [1]

Tem a nova fazenda uns 402,5 alqueires de terreno, onde se acham presentemente plantados 80:000 pés de café, 2:500 bacellos de uva americana (da qual se fabríca vinho quasi egual ao que chamâmos *verde)*, 10 alqueires de milho (para o consumo dos empregados da fazenda, e engorda dos animaes domesticos e gado de trabalho), 7 alqueires de algodão, arroz, feijão, etc. Em uma pequena parte se cultivam hortaliças e raizes farinaceas para o consumo da familia.

O numero de empregados portuguezes é 63, depen-

[1] Vid. *Memoria sobre a fundação e estado actual da fazenda da Nova Louzã*, in-8.° gr. de 54 pag.—S. Paulo, 1870.

dentes do regulamento da fazenda discutido e approvado por elles proprios, e mais 31 indigenas, que trabalham separadamente de empreitada. Ao todo, 94. O trabalho é livre, e por tal modo bem remunerado e policiado que as principaes auctoridades do municipio, contando-se tambem o delegado consular de Portugal, tem passado honrosos attestados para o sr. Montenegro.

Não querendo seguir o systema de contractos de locação de serviços, com que se captivam muitos dos nossos compatricios que vão ás terras de Santa Cruz procurar trabalho mais rendoso, o sr. Montenegro tem attrahido os seus conterraneos por meio de bons salarios, deixando a cada um a liberdade de continuar ou não no serviço da Nova-Louzã. E d'este modo tem conseguido conservar os que vão para ali, achando-se todos como em familia, e dirigidos por um cavalheiro, que é antes pae do que chefe.

A despeza com o pessoal da fazenda, alimentação, medico, botica, etc., tem sido de 11:000$000 réis annualmente. A receita não se podia calcular porque dependia da producção, cuja venda só chegaria a ser vantajosa e lucrativa em 1872.

Além de levantar, com licença da auctoridade ecclesiastica, oratorio privado, onde manda celebrar missa nos dias solemnes, instituiu o sr. Montenegro uma aula nocturna (como já o tinha feito em 1866 na Louzã, a velha), onde os empregados analphabetos do estabelecimento aprendem a ler e a escrever.

Tem a fazenda da Nova Louzã boa casa com excellentes accommodações para o proprietario; casa para moradia dos homens que não tem familia; casa para as familias; enfermaria; paiol ou tercena; forno; olaria; e telheiros. Quando algum dos empregados adoece, digamos por fim, embora pese ao caritativo proprietario, o primeiro e mais cuidadoso enfermeiro é o sr. Montenegro. [1]

[1] As pessoas que desejarem conhecer os pormenores da vida d'este benemerito cidadão, podem consultar, além de muitos numeros do *Conimbricense*, e *Tribuno Popular*, de Coimbra, e *Correio Paulista-*

Com este cavalheiro está presentemente seu irmão mais novo o sr. dr. José Daniel de Carvalho Montenegro.

N.º 3

(Vid. pag. 109)

A IMPRENSA DOS JESUITAS EM COIMBRA, E A FABRICA DE PAPEL DA LOUZÃ.—Os jesuitas fundaram em 1710 no Collegio das Artes, d'esta cidade, uma imprensa, que conservaram até á sua extincção pelo marquez de Pombal em 1759; e já no anno de 1716 compravam á fabrica da Louzã algum do papel para as impressões que alli se faziam. Portanto, ainda mesmo que não funccionasse, já antes d'essa época existia a fabrica de papel na Louzã ao menos ha 153 annos.

Na imprensa dos jesuitas havia pelo menos tres prelos, porque tinham tres impressores, a que n'essa época chamavam *tiradores*. Esses tiradores eram André Bareman, ou Barekman, Guilherme da Costa, e Domingos da Costa. Em 1719 foi substituido Domingos da Costa pelo tirador Manuel Rodrigues; e em 1721 deixou de imprimir o tirador Bareman, entrando em seu logar Manuel Ribeiro. Quando a imprensa dos jesuitas acabou em 1759, sendo transformada em imprensa da universidade, era alli impressor João da Costa, que acompanhou a imprensa na sua mudança.

Ainda hoje ha descendentes d'aquelles impressores Costas. O sr. Rodrigo da Costa, impressor da actual imprensa da universidade ha 56 annos, desde 1813, é descendente d'elles. O compositor da mesma imprensa o sr. José Maria da Costa é outro descendente dos referidos impressores; e o mesmo acontece com a esposa do sr. José de Mesquita, livreiro na rua das Covas.

Tinha a mesma imprensa dos jesuitas quatro compo-

no, de S. Paulo, a já indicada *Memoria* relativa á fundação da Nova Louzã, os *Contemporaneos*, n.º 4, collecção de biographias de varões illustres, e os n.ºs 31, 32, 34, 35 e 36 do *Annuario do Archivo Pittoresco*, secção noticiosa.

sitores—Domingos Ferreira, Manuel Pires, José Rodrigues e José Ribeiro.

Havia mais do que um revisor, porque em agosto de 1723 despenderam 2$592 réis com a compra de uma groza de veronicas, para mimo aos *revisores*.

Os revisores eram sempre jesuitas. Em setembro de 1720 veio de Evora exercer o cargo de revisor da imprensa o irmão José Carneiro; e em outubro de 1721 egualmente chegou a esta cidade para servir de revisor da referida imprensa o irmão Antonio de Azevedo.

Tambem na mesma imprensa havia um torculo para a impressão das estampas, de que se fazia uso em muitos livros. As estampas eram impressas algumas vezes pelos proprios compositores, em logar de o serem pelos tiradores. O preço da tiragem julgar-se-ha pelo seguinte exemplo. Para o livro *Estrella d'Alva*, imprimiram-se 8.000 estampas pequenas, que foram pagas a 2 réis cada uma.

A fim de avaliar o grande movimento que havia na imprensa dos jesuitas, bastará indicar o seguinte facto.

Nos 7 annos decorridos desde 1716 até 1723 havia 5 typographias em Coimbra. Pois apesar d'esse grande numero de imprensas, que devia fazer repartir muito o trabalho por ellas, gastou a imprensa dos jesuitas, nos referidos 7 annos, 2:787 resmas de papel. E note-se que todo este papel foi comprado por conta da imprensa; porque se admittirmos que alguns dos auctores fornecessem directamente o papel para as suas obras, a muito maior numero chegariam as resmas de papel alli gastas.

As qualidades de papel que então se usavam eram—*florete*—*Veneza*—*ordinario*—*turquesco*—*imperial* (grande e pequeno)—*bastardo*—e *Louzã*.

O papel era em geral muito barato. O usual de impressão regulava de 600 a 850 réis a resma. O imperial é que era de maior preço. O grande custava a 3$400 réis, e o pequeno a 3$100 réis.

A maior parte do papel vinha de Lisboa. Era d'alli remettido a Tancos, e depois para Coimbra. O da Lou-

zã vinha directamente da fabrica, e custava a 600 réis a resma. Actualmente vende-se em Coimbra o papel da Louzã pelos seguintes preços: 1.ª sorte a 1$850 réis a resma; 2.ª sorte a 1$350 réis; e 3.ª sorte a 1$000 réis.

(*Conimbricense*, de 1869.)

N.º 4

(Vide pag. 80 e 114)

Copia de dois documentos pertencentes ao archivo da camara da Louzã

Sabham quantos este stormento uirem como doze dias de feuereiro ano do nacimento de nosso senhor Jesus christo de mil quatrocentos vinte cinquo annos em penella nas casas de mym tabelliam adeante nomeado stando hy gonçallo perez juiz da dicta uilla perante el pareceo hua carta de foral da uilla darouce que ora he chamada a lousaa scripta em purgaminho scellada com huum sello pendente de chumbo da qual o theor tal he En nome de deus amem Eu ElRey dom afomso em sembra com minha molher a Raynha dona mafalda fazemos fazemos *(sic)* . . . . . de doaçom e de firmidom aos homens moradores em o castello que he chamado arouce com os seus termos e com os montes conuem a saber com fontes e pacigos rrotos e por rromper os termos delle taaes som daquelle lugar que chamam armada de porco por ella adeante E despois aa serra de miranda E despois per cima de semide E despois e despois *(sic)* per ho seyxo e despois a cuuellos e aaquella proua e per o lugar que chamam per que a marmelleira foy pouoada despois per monte minhoto ende aaquella lonba que esta sobre foz de perolham E despois aa lonba de soutello E despois aa sserra Damos e outorgamos a elles o sobredicto castello com os foros que sse seguen ho homem laurador com huum boy pague huum quarteiro e do linho huum manipollo do uinho a nona parte E aquelle laurador que der rraçom no celleiro nom dê montado do monte O caualleyro defenda sua rraçom e

dos seus homens que morarem em sua herdade e se o caualeyro perder o cauallo ataa dous anos deffenda ssua rraçom E des ally em deante se nom poder auer cauallo dê rraçom e sse morto for o caualleyro a ssua molher sse bem biuer seia honrrada assy como foy nos dias de sseu marido E sse alguum caualeyro envelhecer estê em sua honrra E a ssua rraçom defenda E o besteyro per esta guisa faça. O clerigo que hy for morador estê na honrra dos caualeiros e o tributo da Egreja dê a sseu bispo E coelheiro que fezer morada no monte dê huum coelho com sua pelle E monteiro de colmeas de mel e cera dê huum meyo cuuello de mel e huum rredel de cera E aquel que pejar . . . . dê huum lonbo com quatro costas E sse alguum cometer roubo a terceira parte componha da querella E o que cometer omecidio outro tanto E sse dentro no castello acontecer sasenta soldos, homem que outro homem ferir e em el meter maaos e for ferido pague segundo for julgado e ao juiz da terra semelhauelmente faça E quem em a casa alhea per força com armas entrar trinta soldos pague, o homem que leuar lança e armas dez soldos pague, aquello que for com porrinha cinco soldos aquelle que quizer ferir a sayam da uilla pague dez soldos aquelle que contra o juiz for aa maameente ou o ferir pague vinte soldos aquelle que de seu uesinho ouuer enjuria ao juiz da uilla faça queixume e se o nom quiser enmendar penhore o per huum soldo e sse sse nom quiser correger penhore o por huum soldo senpre ataa que uenha a direito E esta enjuria uenha en discriçam de boos homens Esta firmidom faço e juramento perpetuu pera todo senpre prometo E outorgo que estê forte e firme e stauel E todos aquelles que britarem este nosso ffeito seam malditos de deus todo poderoso e escomungados e sempre malditos estem e seiam ataa perfeita satisfaçom feita a carta no mes dabril da era de mil cento oytenta e noue annos nós sobredictos que esta carta mandamos fazer e com nossas maoos asynamos E os que presentes forom som estas testemunhas Eu fernam perez apresentador da corte E eu pero paaez alferez e eu

alcaide Rodrigo de coimbra e pedro e paayo e mendo E eu ElRey dom afomso e a Raynha dona mafalda meestre alberto chanceller Eu Rey dom afonso segundo pela graça de deus Rey de portugal ensembra com minha molher rraynha dona orraca e os filhos nosos Ifantes dom sancho e dom afonso e dona lionor aquella carta e aquelle foro que Rey dom afomso meu auoo de boa memoria a dós pouadores darouce deu e outorgou outorgamos e confirmo per aquesta carta mynha a qual Eu mandey fazer e do meu seello de chunbo ascellar E pera ser mais firme e mais forte pera todo senpre a qual foy feita em coinbra no mez de nouembro da Era de mil duzentos cinquoenta cinco anos, nós em cima nomeados que aquesta carta doutorgaçom e confirmaçom mandamos fazer en presença a fondo scriptos roborámolla e em ella estes synaaes fezemos dom martim annes alferez do senhor Rey dom pedre annes mordomo da corte dom Lourenço soarez dom Joham fernandez dom fernam fernandez dom gomez soarez dom gil uaasquez dom Rodrigo mendez dom poncio afonso, dom lopo afonso dom uaasco mendez martim perez pero perez testemunhas dom Steuam arcebispo de bragaa dom martinho bispo do porto dom pedro bispo de coimbra dom sueiro bispo de lixboa dom sueiro bispo deuora dom paayo bispo de lamego dom bertollameu bispo de uiseu dom martinho bispo da guarda mestre paayo cantor do porto e pero garcia e Johanne testemunhas Gonçalo meendez chanceller da corte e fernam soarez a escreueo A qual carta asy mostrada martim Lourenço morador na lousaa disse que sse entendia dajudar della e pedio ao dito juiz que lhe mandasse dar o trelado della pera o dicto concelho da lousaa E o dicto Juiz vista a dicta carta de priuillegio E como perteecia ao dicto concelho e como nom era riscada nem borrada nem antrelinhada em nem hua parte deu a mym afonso annes tabelliam na dicta uilla por meu senhor o ifante dom pedro sua autoridade ordinaira per que lhe desse este stormento com o theor da linguagem segundo suso dicto he testemunhas pedre annes e lopo afonso clerigos e afon-

so martins... uicente E eu sobredicto tabelliam que per autoridade do dito Juiz este stormento scpreui... synal que tall he.......... nom sea duuida antrelinha..... naquella lonba que está so... foz... perolham que eu tabelliam scpreui porque he uerdade. —Alfonsus.—

Dom Joham per graça de deus Rey de portugall e dos allgarues daquem e dalem maar em affrica senhor de guinee e da comquista navegaçam e comercio de ethiopia arabia persia e da Imdea A quamtos esta minha carta virem faço saber que a mim apraz dar luguar e licença aos moradores da vila da lousan pera daquy em diante em cada huum anno em quamto eu nam mandar o comtrario fazerem o vodo que custumauam fazer por dia de sam Joham E porem de todas as esmollas que tirarem pera o dito vodo os mordomos e fregueses apartarám a quarta parta delas amte de fazerem das taes esmolas despesa allgua, a quall quarta parte se apartará perante o Juiz do vodo e scprivam e mordomos e se emtreguará a hum homem bom que eles para yso emlegerám e se careguará sobre ele em Recepta em hum livro que o scprivam soomente fará pera yso e desta quarta parte se nam fará despesa allgua em comer nem beber soomente se despenderá em ornamentos ou na fabrica da dita casa de sam Joham ou no alltar em que se dizem as mysas quall destas cousas ao dito Juiz mordomos e comfrades melhor parecer e nam temdo necesidade das ditas cousas se despemderá em mysas que mandarám dizer na dita casa pellas allmas das pesoas que deram as taes esmolas e as outras tres partes gastarám no dito vodo segumdo seu custume e com esta declaraçam lhes dou a dita licença sem embargo da ordenaçam em comtrairo noteficoo asy a quaesquer Justiças e oficiaes a que ho conhecimento pertemcer e lhes mando que asy o cumpram e guardem como aquy he declarado sem duueda que a elo seja posto ayres fernamdez a fez em evora a vinte e tres dias de mayo de mil quinhentos trinta e sete annos.—ElRey ·⋮·

—Licença aos moradores da lousan pera em cada hum anno em quanto vossa alteza nam mandar o contrairo fazerem o vodo que custumavam fazer por dia de sam Joham sem embargo da ordenaçam, e vay com a crausolla.=(Logar do sello pendente.)

N.º 5

(Vid. pag. 119)

No *Archivo Pittoresco*, vol. IX, o auctor d'estas *Memorias* escreveu algumas linhas, para acompanharem a gravura representando a festa da collocação da pedra fundamental do hospital, a que tinha assistido.

Foram as seguintes:

«Vamos commemorar hoje um facto digno de ser registado n'estas paginas, não só pela sua propria importancia, mas tambem pelos beneficos resultados que d'elle hão de provir. É a ceremonia da collocação da pedra fundamental do hospital da Louzã. Escolhêra-se para esta festa o dia de S. João, por ser o de um santo mui popular no reino, occasião de feira annual na villa, e anniversario natalicio do cavalheiro que tomára a iniciativa na fundação do hospital, o sr. João Elizario de Carvalho Montenegro.

«Tendo sido escolhido para a edificação do mencionado estabelecimento pio o campo denominado *Olival da Serra*, proximo do theatro, a commissão que dirigíra os trabalhos preparatorios mandára ornar o campo com grinaldas de murta, entre mastros embandeirados e coroados com os escudos das armas portuguezas, desde a fundação da monarchia. No centro levantava-se um lindo pavilhão, vistosamente guarnecido de florões de murta e sanefas de damasco, vendo-se-lhe no remate da cúpula, encruzadas, as bandeiras portugueza e brasileira, como symbolo da fraternidade dos dois povos, e já como testimunho de gratidão pelo auxilio prestado por brasileiros e portuguezes residentes no Brasil, quando alli se abriu a subscripção para as obras do hospital.

«O campo, na occasião da ceremonia, offerecia um agradavel e commovente aspecto. Mais de tres mil populares o occupavam, no plaino, nas alturas, e até em graciosos grupos entre os ramos das oliveiras. Nos rostos abertos e francos d'aquelles bons camponezes lia-se o mais sincero jubilo. Comprehendiam quão generosa fôra a idéa da fundação de um hospital na villa, e que muitos d'elles, a quem a desgraça pudesse ferir, encontrariam alli, na falta de meios, o auxilio gratuito da sciencia, e na falta do carinho da familia, o affecto dos membros da commissão directora do hospital, que viam animados da melhor vontade, e com o desejo profundissimo de deixar os seus nomes alliados a obra tão util e philantropica.

«A commissão encarregada de dirigir as obras do hospital compõe-se dos srs. dr. Francisco de Magalhães Mascarenhas, presidente; dr. Miguel Furtado de Arantes Neto, secretario; João Gonçalves Lemos, thesoureiro; Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castello-Branco, Francisco de Magalhães Mexia de Macedo Pimentel Bulhões, Adelino Correia da Costa, e dr. José Daniel de Carvalho Montenegro. Em todos é inexcedivel o zêlo e a dedicação.

«Antes da collocação da pedra fundamental, o reverendo prior da egreja matriz lançou a benção ao cofre que encerrava as moedas do reinado d'el-rei D. Luiz I, a cópia da acta da ceremonia, devidamente assignada, e, como homenagem á imprensa — luz que esclarece os entendimentos — diversos numeros de gazetas que annunciavam esta solemnidade. [1]

«Representa a gravura, desenhada na occasião pelo sr. Barbosa Lima, [2] o acto em que o sr. Montenegro, to-

[1] O cofre continha um exemplar dos seguintes periodicos: *Diario de Lisboa*, *Gazeta de Portugal*, *Jornal de Lisboa*, *As Noticias*, *Conimbricense*, *Tribuno Popular*, *Paiz*, *Jornal do Porto*, *Commercio do Porto*, a 1.ª quaderneta do 9.º anno do *Archivo Pittoresco*, etc.

[2] O sr. Barbosa Lima era um dos mais distinctos desenhadores do *Archivo Pittoresco*, e de anno para anno revelava o amor com que se dedicava ás artes do desenho e gravura, que tão brilhantemente

mando das mãos do presidente da camara municipal e da commissão a trolha e a colhér, que lhe são offerecidas, se encaminha, conjunctamente com os outros membros da commissão, auctoridades e ecclesiasticos, para o alicerce onde tem de ser collocada a pedra e onde se lançam as primeras colhéres da argamassa. As duas philarmonicas da villa executaram então os hymnos nacionaes, e o povo soltava enthusiasticos vivas ao benemerito fundador do hospital. Era encantador este quadro!

«Finda a ceremonia celebrou-se um solemne *Te Deum* na egreja matriz.

«As obras do hospital começarão em breve. O risco é do sr. João Pedro Fernandes Thomaz Pippa, cavalheiro tão modesto quão estudioso, que vive ha annos na Louzã, onde gosa de geraes sympathias. Quando publicarmos o desenho do edificio como deve ficar, daremos alguns pormenores ácerca da creação d'este instituto.

«O nosso principal intuito agora foi dar publicidade a este acto nas paginas do *Archivo*, porque assim como dizem que a idéa da fundação de escholas populares, lavrada no notavel testamento do fallecido conde de Ferreira, se deveu á inserção de uns curiosos artigos relativos á instrucção popular, do mesmo modo póde ser que o que deixâmos registado sirva de estimulo para que outros benemeritos portuguezes, de animo generoso e nobre como o sr. Montenegro, se lembrem nas suas localidades de proteger a velhice e amparar a pobreza, já creando asylos, já fundando albergues ou hospitaes.

«N'estas paginas não faltará nunca logar para commemorar actos tão meritorios.

«E como haviam deixar de commemorar-se aqui as acções nobilissimas que o amor da patria suggere, e e que os laços da familia, os mais santos e perduraveis laços, incitam e fortalecem?»

cultivava, como o provam as paginas d'aquelle semanario. O esforço do trabalho e a má disposição physica, originaram-lhe talvez a consumpção lenta que o arrebatou de entre os braços da familia e dos amigos ás 6 horas da tarde de 9 de outubro 1867 (dia em que se inaugurou o monumento a Camões), contando 26 annos de edade apenas.

N.º 5

(Vid. pag. 119)

Acta da inauguração do hospital da Louzã

Aos vinte e quatro dias do mez de junho do anno do Senhor de mil oitocentos sessenta e seis, n'este sitio da Fonte dos Mouros, suburbios d'esta villa da Louzã, ao norte do local escolhido para a fundação do hospital, ahi, para se proceder á inauguração d'esta obra humanitaria, e onde se achava a commissão creada para este fim, por alvará de vinte e tres de dezembro do anno findo, do governo civil d'este districto de Coimbra, pelas cinco horas da tarde, presente tambem o illustrissimo João Elizario de Carvalho Montenegro, convidado pela commissão, para collocar a pedra fundamental do edificio, por ter sido elle o auctor de tão philantropico pensamento, e ter com incansavel disvelo arranjado os meios pecuniarios para a sua edificação, e comparecendo quasi na sua totalidade as pessoas convidadas pela commissão para assistirem a este acto, a saber: os parochos, o clero das cinco freguezias d'este concelho, a auctoridade administrativa, juiz de direito, delegado do procurador regio, o professorado do concelho, director do correio, empregados da fazenda, as mesas das irmandades da misericordia, do Santissimo Sacramento e do Coração de Jesus, cavalheiros, damas, artistas, negociantes, e as duas philarmonicas louzanenses, e innumeraveis outros cidadãos attrahidos pela fama d'este acto se procedeu á sua inauguração pela maneira seguinte: O reverendo prior da freguezia competentemente auctorisado procedeu á benção da pedra fundamental juntamente com um cofre, que dentro d'ella se ha de encerrar, e que estava collocado sobre uma mesa, onde tambem se achava uma banqueta com um crucifixo, e tudo debaixo d'um pavilhão elegantemente ornado com bandeiras, tropheos, festões e flores, com as armas de Portugal, as da Italia e Brasil, com as das ordens militares portuguezas, e com muitos outros ornatos; e apenas o reverendo prior come-

çou este acto religioso, subiram ao ar girandolas de fogo, e as duas philarmonicas, que rivalisavam em aceio e escolha de lindas peças de musica que tocavam, romperam pelo hymno nacional; e concluido este acto religioso, o illustrissimo João Elizario de Carvalho Montenegro, abrindo o cofre, que para isso se tinha feito de madeira de carvalho e coberto com chumbo, metteu dentro d'elle varias moedas de dinheiro portuguez, estampilhas do correio, papel sellado, os jornaes de Coimbra *Tribuno* e *Conimbricense* publicados hontem, e uma copia d'esta acta devidamente assignada: e fechado depois o cofre, a caixa de chumbo soldada com a tampa, formando assim um só corpo, pegou d'elle e o introduziu dentro da pedra, a qual é de cantaria cavada em forma de pia, com uma coberta da mesma qualidade, que lhe ajuntou em cima, e foi em seguida levada para o alicerce, e pelo dito illustrissimo João Elizario de Carvalho Montenegro collocada no angulo oriental da parede do frontespicio guarnecida com cal, e assim ficou inaugurado o hospital d'esta villa, e com a denominação de hospital de *São João*, não só por ser este o dia de S. João, mas para monumento de eterna gratidão ao seu auctor, conforme foi deliberado em sessão de sete de junho d'este mesmo anno, feito o que, voltou o mencionado illustrissimo João Elizario de Carvalho Montenegro ao pavilhão, d'onde depois saiu com a commissão, e mais pessoas presentes em direcção á egreja matriz para assistirem a um solemne *Te Deum* mandado cantar pela commissão em acção de graças ao Todo Poderoso, por tão auspicioso acontecimento; do que para constar se lavrou a presente acta, que vae assignada pela commissão, e pessoas presentes, que a quizeram assignar.

E eu Miguel Furtado d'Arantes, bacharel formado em direito, secretario da commissão a escrevi e assigno.— Francisco de Magalhães Mascarenhas.—João Gonçalves de Lemos.—Pedro Soares Pinto de Mascarenhas.—Francisco de Magalhães Mexia Macedo Pimentel Bulhões.— José Daniel de Carvalho Montenegro.—Adelino Corrêa da Costa.—Miguel Furtado d'Arantes, secretario.—O prior

Bernardino Vasco da Gama.—João Elizario de Carvalho Montenegro.—Adelino Justiniano de Mesquita.—Antonio Avelino Serrão Coelho de Sampaio.—João Simões Neves.—José Maria Côrte Real Saccadura.—Luiz de Magalhães Mexia Macedo Pimentel Bulhões.—Doutor Raymundo Venancio Rodrigues.—João d'Azevedo Pacheco Saccadura Botle.—Padre João Gonçalves.—O prior de Miranda do Corvo, Manuel José Erce.—O parocho encommendado do casal d'Ermio, Manuel Lopes Coelho.—Manuel da Costa Carvalho Marques de Paiva.—Padre José Corrêa da Costa, professor d'ensino publico.—José Francisco Pinto, procurador do seminario.—Francisco da Silveira Vianna.—Padre João Augusto Cabral, professor do Freixo.—Caetano Maria da Silva Beirão Junior.—Antonio Augusto da Silva Ferreira, cirurgião do concelho.—Pedro Wenceslau de Brito Aranha.—João Barbosa Lima.—Justino Candido da Piedade, escrivão do juizo de direito.—Manuel Simões.—José Lopes Ferreira, escrivão de fazenda.—José Maria Henriques, administrador do concelho de Poiares.—José Joaquim Ferreira Tavares, juiz ordinario de Poiares.—Francisco Corrêa da Costa Cazuza.—Abel Severino de Mesquita.—João Maciel d'Almeida Magalhães.—Joaquim Antonio de Carvalho Montenegro, de Poiares.—Francisco Antonio de Carvalho Montenegro, vereador em Poiares.—Doutor José Francisco da Silva Pinto.—João Pedro Fernandes Thomaz Pippa.—José Joaquim da Costa Quaresma.—Bernardino Henriques de Carvalho.—Manuel Lopes Quaresma de Carvalho Vasconcellos.—Manuel Maria de Carvalho.—Francisco Ferreira Gaspar.—Fortunato Maria dos Santos Bandeira.—Antonio Joaquim da Costa.—José Maria Cortes da Gama.—Julio Rodrigues dos Santos.—Francisco Luiz de Carvalho.—O parocho José de Sequeira Neves.—Padre José das Neves Ribeiro.—Manuel Rodrigues de Rios.—José Maria Corrêa.—Joaquim Simões da Cruz.—Florencio Daniel da França.—José Ribeiro.—Diamantino Corrêa.—Manoel Coelho da Gama.—Adelino do Rego. [1]

[1] No *Conimbricense* n.º 1296, de 30 de junho 1866, vem tambem um artigo ácerca d'esta solemnidade.

III

MARINHA GRANDE

I

O logar da Marinha Grande, a que deve mais propriamente dar-se o nome de *Nossa Senhora do Rosario da Marinha Grande*, é mui antigo.

Indo quasi no termo o ultimo quartel do seculo XVI, e sendo bispo de Leiria D. Pedro de Castilho, reinando o rei intruso Filippe II, de Castella, em cujas boas graças estava aquelle prelado, [1] pediram

[1] D. Pedro de Castilho foi vigario ou prior da egreja de S. Salvador de Ilhavo; beneficiado da de Santo André de Celorico; bispo de S. Salvador da cidade de Angra (1577), donde veio na armada castelhana do commando do marquez de Santa Cruz, que ali foi submetter a ilha Terceira ao governo intruso; e depois prelado da Sé de Leiria (1583-1607); capellão-mór e esmoler-mór de Filippe II; conselheiro de estado; presidente do desembargo do paço; governador de Alcobaça; D. prior da collegiada do mosteiro de Guimarães; inquisidor geral; duas vezes viso-rei de Portugal, sendo a segunda na ausencia de D. Christovão de Moura, reinando Filippe III, etc.

O bispo D. Pedro de Castilho fundou na egreja do mosteiro de S. Domingos, de Lisboa, uma capella (onde jazia), que era

os moradores da Marinha Grande ao seu chefe espiritual que lhes permittisse erguer uma capellinha sob a egide de Nossa Senhora do Rosario [1], e, sendo-lhes concedido, veio então a dar-se ao logar a denominação com que o encontramos indicado em antigas memorias.

Quem sabe se o laborioso povo da Marinha Grande, não vendo ainda despontar no horisonte a aurora da restauração da patria independente e livre, quereria erguer a capellinha para implorar á Virgem que houvesse por bem influir para que terminasse a funesta dominação castelhana?

Está situado o logar da Marinha Grande em uma planicie bem povoada de arvores de diversas qualidades, e extensos e valiosos pinhaes. Dista de Leiria uns 10 kilometros; e de Lisboa, pela estrada velha 110 kilometros, e pelo caminho de ferro uns 200 kilometros. Fica aos 39° 45′ de lat. N. e 9° 12′ de long. O. do meridiano de Greenwich.

A agradavel impressão que nos produziu a Marinha Grande quando a visitámos ha bons dezeseis annos, augmentaria por certo hoje, pois em geral tem melhorado muito desde então, como póde ve-

obra de bella fabrica e bem ornamentada. Julgâmos que não existem vestigios d'esta obra, porque quasi todas as capellas particulares, com missa diaria, tinham sido erectas no claustro do mosteiro, e desappareceram no terremoto de 1755. Quando menos, em S. Domingos não se nos deparou hoje memoria d'ella.

O sr. Julio de Castilho, em a extensa nota que escreveu para o tomo 3.° do *Camões*, na qual trata exclusivamente da genealogia da illustre familia dos Castilhos, e da qual extrahimos alguns dos esclarecimentos acima, diz que este bispo D. Pedro passava por varão de grandes qualidades e muito saber. (Vid. *Camões*, estudo historico-poetico, pelo sr. Antonio Feliciano de Castilho, 2.ª edição, tom. 3.°, pag. 73 a 78.)

[1] Passou á cathegoria de parochia no começo do seculo XVII.

rifical-o quem, observando-a presentemente, se lembrar do que era n'aquella época [1]. Confessâmos com franqueza e satisfação que isso nos encantou, e tornou mais vivas as saudosas recordações do bello tempo que passámos em Leiria.

O caminho que d'esta cidade segue para a Marinha Grande é pittoresco e deleitoso, assombrado de altos freixos, e n'elle se observa não sem suave e intimo alvoroço, a juncção dos rios Lena e Lis, tão cantados e engrandecidos na *Primavera* de Rodrigues Lobo [2].

Formoso rio Lis, que entre arvoredos
Ides detendo as aguas vagarosas,
Até que umas sobre outras de invejosas
Ficam cobrindo o vão d'estes penedos [3].

É o insigne cantor do Lis que nos faz assim a descripção d'estes apraziveis sitios:

«Entre as fragosas montanhas da Lusitania, na costa occidental do mar Oceano, onde se vêem agora, com mais nobreza levantadas, as ruinas da ci-

[1] A povoação com effeito melhorou muito, não só pelo desenvolvimento que tem tido a industria do vidro, mas pelo estabelecimento da administração das mattas, da estação telegraphica, pelo augmento das lojas de venda, etc. Além d'isso, está ligada a Leiria por uma boa estrada, o que torna hoje facilima a communicação da Marinha Grande com a capital do districto.

[2] Francisco Rodrigues Lobo nasceu n'aquellas ribeiras, como elle proprio diz:

Nas ribeiras do Lena fui nascido,
e nas do Lis guardava o manso gado.

E tambem é d'ali natural o não menos suavissimo poeta Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro.

[3] *Primavera*, edição de 1774, pag. 103.

dade antiga de Colippo [1], ha um espaçoso sitio, partido em verdes oiteiros e graciosos valles, que a natureza com particulares graças povoou de arvores e de fontes, que fazem n'elle perpetua primavera, em meio do qual se levanta um monte agudo de penedia, cercado como ilha de dois rios, que pela falda vão murmurando, até que, ajuntando-se no extremo da sua altura, levam ao mar em companhia a vagarosa corrente; e assim da parte do rio Lis, que na cópia das aguas é principal, como pela do claro Lena, que, escondido entre arvoredos, faz o caminho, é cultivada a terra de muitos pastores, que n'aquelles valles e montes apascentam, passando a vida contentes com seus rebanhos, e com os fructos que a terra em abundancia lhes offerece, assim de Ceres como de Pomona; porque com a benigna inspiração do ceo e disposição da terra, não sómente são as plantas mais formosas á vista, os fructos mais saborosos ao gosto, as flores mais suaves ao cheiro e alegres aos olhos, mas ainda os penedos mais engraçados e parece que menos duros [2].»

II

A população da Marinha Grande passou por uma horrivel provação quando as tropas francezas invadiram Portugal. Indical-a-hemos desde essa época (1811), porque os nossos apontamentos não puderam ir mais além.

Assim temos, antes da invasão:

varões	femeas	total	fogos
1.042	1.079	2.121	511

[1] Leiria.
[2] *Primavera*, pag. 2.

Depois da invasão (1812):

varões	femeas	total	fogos
509	559	1.068	445

Em 1854 [1]:

varões	femeas	total	fogos
1.313	1.212	2.525	666

Em 1864 [2]:

varões	femeas	total	fogos
1.523	1.634	3.157	716

A notavel differença, que se encontra no primeiro periodo, nasceu de duas causas extraordinarias, dois grandissimos flagellos,—a invasão e a epidemia.

As tropas francezas, que passaram pela Marinha Grande, mataram ali 74 pessoas [3], assolaram o campo e o pinhal, destruiram o theatro da fabrica de vidros, e damnificaram a propria fabrica; e taes foram a dolorosa impressão que este facto causou, e o medo de que ficaram tomados os habitantes, que mais de 100 emigraram para outros pontos do reino, deixando inteiramente as casas á mercê dos invasores.

Aggravada pelo terror, a epidemia, que tambem affligiu o logar da Marinha Grande por occasião da invasão franceza, produziu ali mais de 800 victimas.

Por ser especie curiosa, e hoje ignorada de muitos, demonstraremos como se operou a differença indicada de 1811 para 1812:

De um para outro anno a Marinha contava menos

[1] Vid. a *Estatistica do districto de Leiria.*
[2] Vid. a *Estatistica official* referida ao anno 1864.
[3] Vid. *Memorias economicas* da Ac. R. das Sciencias, tom. v, pag. 258 e seg.

1:053 habitantes, que em notas do tempo figuram d'este modo:

Mortos pelos francezes................	74
Mortos pela epidemia.................	879
Emigrados..........................	100
	1:053

Em 1854 é que a população tornou a chegar ao seu antigo desenvolvimento, e desde então até 1864 a differença para mais tem sido sempre gradual e sensivel. Comparando portanto os algarismos do ultimo decennio, vemos que a differença está na proporção de 3,5 para 4,5.

III

Entre as diversas industrias que as estatisticas de Leiria mencionam, o primeiro logar pertence, sem dúvida alguma, ainda hoje pelo seu valor real e pela importancia da sua producção, á fabrica de vidros da Marinha Grande, da qual trataremos desenvolvidamente n'este e nos seguintes capitulos.

A fabrica está bem situada. Póde-se até dizer que a sua collocação tem o que quer que seja de poetica. Por toda a parte, arvores, flores [1] e casas al-

[1] Na Marinha Grande as casas são, pela maior parte, de um só andar. Em 1855 vimos, e cremos que ainda se vê, em muitas d'essas casas uns canteiros de flores aos lados da porta da entrada, o que dava á povoação singular encanto. Isto é vulgar na Inglaterra, e é de suppor que o uso fosse transplantado por Stephens, que para o melhoramento da fabrica e da povoação nada, para assim dizer, lhe esqueceu.

Além de outros beneficios, a Marinha Grande deve contar,

vissimas. A povoação e a fabrica formam um todo harmonico, e ao vêl-as por primeira vez logo se presuppõe que uma é necessaria á existencia da outra, e que não será possivel para ambas viverem separadas. Com effeito, a vida da povoação encontra-se na fabrica, e a vida da fabrica existe na povoação.

A fundação d'esta fabrica data do seculo passado, e consta dos documentos officiaes que, antes do inglez Guilherme Stephens lançar os fundamentos da que seu herdeiro doou ao estado, já n'aquella povoação se produzia vidraça e coparia ordinaria, trabalho em que se empregavam muitos dos seus habitantes; e, embora não possa provar-se, talvez d'esta circumstancia e da proximidade do pinhal real nascesse a idéa de fazer ali desenvolver a industria, aproveitando tambem o bom animo com que o marquez de Pombal alimentava a força creadora da nação, valendo-se de muitos elementos que achára accumulados, porém mal aproveitados, dos ultimos tempos do reinado do sr. rei D. João V.

Effectivamente, o marquez de Pombal ordenou, em beneficio do emprehendedor Guilherme Stephens, que lhe fossem emprestados dos cofres publicos 32:000$000 réis sem juro [1] para as principaes

como um dos mais valiosos com que foi favorecida por Stephens, o desenvolvimento da cultura, de que elle proprio deu o exemplo nos terrenos annexos á fabrica.

Incitou egualmente o desejo pelo cultivo das bellas artes, creando uma philarmonica na quasi totalidade composta dos operarios da fabrica e promovendo representações dramaticas no theatrinho, que dependia da fabrica e ficou mui arruinado em 1811.

[1] Nas *Recordações* de Jacome Ratton lê-se a este respeito o seguinte: «Entre muitos outros estabelecimentos, feitos á custa da Real Fazenda, em que bem se deixa ver a munificencia

despezas da fundação da real fabrica de vidros, e ao mesmo tempo concedeu varias isenções, sobresaindo entre ellas a de tirar gratuitamente do pinhal de Leiria o combustivel necessario para a fabrica, sem prejuizo das madeiras de construcção do mesmo pinhal.

Estes privilegios, já de si importantes, que deviam durar pelo espaço de quinze annos, conforme consta do alvará de 7 de julho de 1769, foram accrescentados logo no fim dos primeiros sete annos com diversas providencias relativas ao fornecimento das lenhas, entre as quaes se notava a declaração official de que a fabrica ficava sob a immediata protecção do rei como util ao bem publico e ao dos pinhaes de Leiria, no presupposto de que o dito fornecimento para a fabrica, bem e conscienciosamente dirigido, em vez de prejudicar, beneficiava os mesmos pinhaes.

Passados mais quatro annos depois d'esta nova concessão, isto é, em dezembro de 1780, os edificios da fabrica e seus terrenos annexos, bem como os que viessem a annexar-se, foram declarados por alvará como de natureza de *praso fateosim perpetuo*, para que tudo pudesse conservar-se indiviso e illeso, e para que em tempo algum viesse a parar a laboração da fabrica, com grave prejuizo do publico e das familias n'ella empregadas.

do sr. rei D. José, a beneficio da industria nacional, referirei o estabelecimento da fabrica de vidros da Marinha Grande, junto a Leiria, por Guilherme Stephens, o qual recebeu um emprestimo, ignoro por que cofre, de 80:000 cruzados, a pagar sem limite de tempo, e em cal, producto dos fornos que tinha erigido nas pedreiras de Alcantara, nos quaes ardia carvão de pedra vindo de Inglaterra, livre de direitos. Além d'este emprestimo, tinha o dito Stephens a permissão de se servir de toda a lenha tirada do pinhal d'elrei, *gratis*.»

Expirando o praso de quinze annos determinado no alvará de 1769, o governo prorogou por mais dez annos as concessões respectivas á isenção de direitos de entrada sobre os generos necessarios para a composição do vidro, e de todos os direitos de saída nas alfandegas do reino e de entrada nas do ultramar a favor dos productos da fabrica, e ao mesmo tempo regulou, em beneficio da producção nacional, a admissão das chapas de vidraça estrangeira.

Em 1794 foram prorogados por mais dez annos todos os privilegios e isenções até então concedidos ao proprietario da real fabrica da Marinha Grande, sendo egualmente approvada e louvada a construcção da estrada que Guilherme Stephens fizera á sua custa para tornar mais facil o serviço externo, e attrahir alli directa e commodamente os almocreves e agentes que promoviam a extracção dos productos da fabrica, e aos quaes se dava certa percentagem. Em 1796 ordenou o governo que se fizessem por conta do estado os córtes de madeira necessarios para se acabarem as obras da dita estrada.

Em 1799 fez-se nova prorogação de todos os privilegios por dez annos, além dos dez concedidos em 1794, a favor dos primitivos proprietarios, regulando-se definitivamente o fornecimento de lenhas dos pinhaes reaes de Leiria para a laboração da fabrica.

Desde 1799 até 1802 novos privilegios foram concedidos á fabrica, por effeito de repetidas instancias do proprietario, e pelo favor e influencia de que elle de certo gosava na côrte, chegando até o ponto de isentarem do serviço do exercito e da armada todos os empregados e operarios da fabrica!

A invasão franceza, que foi uma verdadeira calamidade para a peninsula iberica, e que não poupou coisa alguma, templos, palacios, livrarias, reliquias,

edificios publicos e particulares, officinas, laboratorios, industrias, pois que o exercito de Napoleão I em o nosso paiz mostrou ser n'aquelles tempos composto de gente barbara e indisciplinada; a invasão franceza, dizemos, tambem não isentou a fabrica de vidros e a povoação da Marinha Grande, como demonstrámos. Não só lhe foram retirados os privilegios, mas egualmente sequestrados os edificios, utensilios e terras annexas, e Stephens, por não querer cumprir as determinações de Junot, teve ordem de prisão, que padeceu por espaço de quatro mezes e onze dias, recebendo a final a liberdade com a vexatoria clausula de se apresentar á respectiva auctoridade todas as quinzenas.

Expulsos os francezes do reino, e livres, felizmente, os seus habitantes dos vexames e tropelias que elles exercitaram aqui em larga escala, a fabrica recuperou os antigos privilegios, com a prorogação de mais de vinte annos. Foi isto em 1811.

Faltam-nos os esclarecimentos sobre quando occorreu o fallecimento de Guilherme Stephens, primeiro proprietario da fabrica, e a respeito da época em que seu irmão João Diogo veio a possuil-a e administral-a. Em um relatorio [1] que temos presente, e o qual seguimos n'este capitulo, por ser trabalho de grande valor, vêmos que foi João Diogo Ste-

[1] Vid. o *Relatorio sobre a fabrica nacional de vidros da Marinha Grande*, apresentado a s. ex.ª o ministro da fazenda pela commissão de inquerito nomeada por portaria de 4 de junho de 1859. Lisboa, 1860. A commissão de inquerito á fabrica era composta dos srs. João de Andrade Corvo, Manuel José Ribeiro e Sebastião Bettamio de Almeida, relator. (Este ultimo falleceu aos 6 de julho 1864, com 46 annos de edade.)

Tambem consultámos as *Informações para a estatistica industrial*, publicadas pela repartição de pesos e medidas. Lisboa, 1863. Districto de Leiria, pag. 60 a 78.

phens [1] quem em 1826 fez doação da fabrica e de todos os seus pertences á nação portugueza, segundo consta da verba do testamento que em seguida transcrevemos [2]:

«... Os edificios e casa de habitação e mais casas, herdades, terras, pomares, vinhas, jardins, engenhos de agua, etc., na Marinha Grande, e ao que se possa dar o nome de fixo capital do meu trafego de vidros, tendo sido tratado e convencionado entre mim e meu muito lamentado socio e irmão Guilherme Stephens que o mesmo passaria indivisivel para os representantes ou successores do sobrevivente socio a beneficio d'este reino e da gente ou familias empregadas n'este estabelecimento, assim como foi approvado e ratificado por sua magestade fidelissima no § 1.º do alvará de 11 de dezembro de 1780, agora para inteiramente se cumprir aquelle tratado ou convenção, e servir como um monumento de meu alto apreço e gratidão pelos favores e protecção que n'este paiz me tem sido concedidos, dou e deixo á nação portugueza todos os mencionados bens e estabelecimentos, supplicando ao governo que haja de eleger e nomear uma auctoridade para esta os reger e administrar, rogando tambem mais que não deixe de haver contemplação para com o actual administrador José de Sousa e Oliveira, e conceder-se-lhe aquella dignidade e remu-

[1] Suppomos que para lembrança do serviço feito ao paiz por esta familia, cuja habitação em Lisboa era na parte mais larga da rua das Flores, proximo da rua de S. Paulo, é que o senado resolveu que se désse áquelle largo o nome de Stephens, que ainda hoje conserva. Não damos a confirmação official d'esta conjectura, porque não se nos deparcu no archivo da camara municipal de Lisboa empregado que nol-a indicasse ou pela simples tradição, ou por documento.

[2] Vid. o *Relatorio* citado, pag. 7.

neração, que tão devida é ao seu merecimento, e d'esta sorte espero fixamente, como assim o desejo, que prosperidade, estabilidade e permanencia acompanhem esta util e bella fabrica, a beneficio da Marinha Grande em particular, e utilidade d'este reino em geral, e assim para sempre.»

Esta é, em resumo, a historia da real fabrica de vidros até a sua doação á coroa d'estes reinos. D'ahi por diante, por ser essa a opinião das estações competentes, cujas consultas subiram ao governo, a fabrica, levada á praça, continuou a ser administrada por emprezas particulares mediante contractos mais ou menos vantajosos, conservando-se em parte os antigos privilegios, e tendo sempre em vista os interesses e a prosperidade dos habitantes da Marinha Grande, no que se cumpria a vontade do doador.

IV

Dissemos que Guilherme Stephens encontrára já uma fabrica de vidros na Marinha Grande quando alli foi lançar os fundamentos de outra fabrica, em maior escala, com o auxilio pecuniario que lhe dera o marquez de Pombal, além dos immensos e importantes privilegios de que o cercára. Ora, pelas informações que temos podido alcançar a este respeito, não foi a pequena fabrica estabelecida desde todo o principio na Marinha Grande, mas para alli se transferiu da margem esquerda do Tejo.

Não podendo continuar a laboração de uma fabrica de vidros, que nos fins do seculo XVII se fundára na antiga villa de Coina (*Equa-bona* dos romanos), por falta de lenhas, pois que os carretos d'este combustivel, seu elevado preço e outras circuns-

tancias tornavam difficil e muito dispendioso o abastecimento da mesma fabrica, lembraram-se os seus proprietarios de a transferir para a Marinha Grande, por ficarem proximos os pinhaes reaes, e, por consequencia, breve e facil o córte das lenhas para acudir ás necessidades do fabrico.

Não será esta a verdade; mas é, sem dúvida, a tradição, confirmada pelos restos de alguns fornos e pelos vestigios da fabricação do vidro, que todos podem ver em Coina, na propriedade dos herdeiros da sr.ª J. Pouchet, onde depois se estabeleceu uma fabrica de zuartes, que se exportaram em grande quantidade para a Africa [1].

Para conhecer a excentricidade dos Stephens, poremos aqui duas anecdotas. São muito curiosas. O caracter singular do inglez em todas as partes e em todos os lances se revela.

Guilherme Stephens saíra um dia de Lisboa com direcção á Marinha Grande, como era seu costume, para ver com os proprios olhos o andamento das coisas na fabrica, embora tivesse inteira confiança na pessoa que então a administrava. Chegando a Rio Maior, descançou em uma estalagem que alli existia ainda não haverá muitos annos.

Estava dentro a estalajadeira, a qual, ou porque conhecesse o hospede, ou porque este lh'o pedisse, trouxe-lhe para ao pé um copo grande com vinho. O copo não tinha de notavel senão a fórma colossal e a grossura do vidro. Stephens, depois de observal-o, chamou a estalajadeira.

—Onde comprou este copo, boa mulher?

—Veio da Marinha Grande e não me custou mui-

[1] Os herdeiros da sr.ª Pouchet transferiram a fabrica de Coina para Sacavem, onde não sabemos se ainda funcciona.

to dinheiro, meu senhor. É de tão boa qualidade, que já tem caído no chão algumas vezes, e ainda se não quebrou.

—Devéras!

—É tão certo que, se não tivesse agora medo de que não me saísse o dito verdadeiro, pediria ao senhor que o deitasse ao chão.

—Se o quebrar, hei de pagar-lh'o.

Guilherme Stephens atirou o copo ao solo, e a mulher teve o prazer de ver que ficou inteiro.

—É de boa qualidade, não ha dúvida, resmungou Stephens, e accrescentou alto:

—Compro este copo...

—O senhor...

—Sim... Quanto quer por elle?

—Já tem uso e faz-me falta.

—Não importa... Guarde isso.

E Guilherme Stephens deu uma moeda de oiro á estalajadeira, que a guardou com o prazer de quem ha muito não via nas mãos tão avultada quantia.

—Visto que já o copo é meu, dê-me agora um martello, boa mulher.

A estalajadeira correu a buscar o instrumento pedido, e Stephens com duas martelladas fez o copo em mil pedacinhos. A mulher estava attonita.

—Então o senhor pagou-me o copo tão generosamente para o quebrar em seguida?

—Não se admire. Vossê ha de vir um dia a saber para que isto se fez.

Guilherme Stephens dirigiu-se á Marinha Grande, e logo que chegou alli mandou chamar o administrador.

—Disseram-me, e eu vi, que se fazem aqui, para as tabernas e estalagens, uns copos de fórmas grandes e vidro muito grosso.

—É verdade, e por tal signal que tem extraordinario consumo, pois os almocreves estão sempre ahi a gabal-os pela duração... Affirmam elles que se não quebram.

—Fique sabendo, sr. administrador, que isso é contrario aos interesses da fabrica.

—Pois eu julgo que similhante fama deve acreditar a fabrica.

—Assim deve ser. Mas de hoje por diante não se hão de fazer mais copos, nem vidros, que se não quebrem.

Effectivamente, d'alli por diante nunca mais se fabricaram na Marinha Grande copos como o que Stephens sacrificára em Rio Maior.

A segunda anecdota é mais simples, mas tambem não deixa de ser interessante. O fundador da real fabrica de vidros falleceu em Lisboa, ao que parece, no principio do segundo decennio do presente seculo. Seu irmão e herdeiro, João Diogo, como respeitosa homenagem á memoria do finado, ordenou que ninguem mais entrasse no escriptorio d'elle na rua das Flores, que ficasse fechado como se encontrára na occasião em que o dito seu irmão o deixára para sempre, e que assim se conservasse até que os futuros herdeiros resolvessem o contrario. Quando se tratou de cumprir o testamento de João Diogo, para o que, segundo consta, viera um parente de Inglaterra tomar conta dos haveres e dar a fabrica ao estado, e se abriu o escriptorio, viu-se que se observára com tal escrupulo os preceitos de João Diogo, que alguns papeis de valor estavam em cima da secretária no mesmo logar em que se deve suppor os deixára Guilherme Stephens para os conferir ou para lhes dar o necessario andamento.

Entre esses papeis havia letras que se venceram, e parece que jámais foram cobradas!

Entremos agora na fabrica.

V

A fabrica acha-se a pouco mais de meio kilometro dos pinhaes de Leiria, e, além de um moinho e de um armazem mais separados, os terrenos e as construcções pertencentes á mesma fabrica, comprehendem-se em uma só peça, cercada de muro, e medindo a léste 553^{m},75, ao sul 453^{m}, ao oéste 652^{m},50 e ao norte 301^{m},55, o que lhe dá a fórma de um trapezio em uma área de 18 hectares [1]; mas o que alli ha mais notavel, como edificação, é o palacio que o fundador Stephens mandou construir para sua habitação quando se demorasse na Marinha Grande, e para a administração, com jardim e lago; o qual palacio, se não se recommenda pelas bellezas architectonicas, não deixa, todavia, de ser muito regular, e de boa e nobre apparencia. Depois é a casa do theatro [2], com diversas salas para concertos e bailes, que se tem ali verificado por vezes com grande esplendor.

No espaço que se destina propriamente aos labores fabris, comprehende-se o seguinte:

Um pateo, que é a entrada geral do estabelecimento, com portaria para o nascente, e onde se

[1] *Relatorio*, pag. 85.—*Informações*, pag. 71.

[2] O estabelecimento do caminho americano, em frente do edificio da fabrica, para o serviço da administração das mattas, tem damnificado alguns corpos d'estas construcções; notando-se sobre todos, como mais prejudicado, o theatro, porque se acha á beira do dito caminho.

acham os alojamentos menores, tendo ao sul o palacio, a oéste a officina da vidraça, e ao norte a officina de cristal e as casas de habitação do contramestre e outros empregados.

Passada a officina de cristal, para o norte, ha um terreiro onde existe o deposito das lenhas, e que tem pelo sul a dita officina e habitações annexas; a léste uma fileira de casas abarracadas, nas quaes trabalham os carpinteiros, serralheiros, oleiros, etc.; pelo norte a officina dos cadinhos; e a oéste differentes construcções destinadas a accessorios do fabrico.

Tem regularidade e bom aspecto as officinas da vidraça, seguindo o risco do palacio, e n'isto se vê que o architecto quiz conservar em harmonia os grandes corpos d'esta vasta edificação. Estão n'este edificio os fornos para a fabricação da vidraça, e um forno para temperar os cadinhos. E no complemento d'esta officina comprehende-se o saguão a oéste; um corpo de construcções que se communicam por dois puxados ao norte e ao sul, contendo a officina de estender a vidraça, com cinco fornos independentes e isolados entre si; uma casa para seccar os cadinhos; a officina da sécca e da calcinação das materias primeiras, com caldeiras de cobre e de ferro para a refinação do salitre e da potassa do commercio; e ainda para o norte uma pequena casa com um forno para cozer tijolo refractario.

A officina do cristal é uma grande construcção composta de dois corpos unidos longitudinalmente, e com arcadas de communicação praticadas na parede commum. É de alvenaria e cantaria. Ha n'esta officina dois fornos para a fabricação do cristal, duas pequenas arcas, á parte, para cozer os cadinhos, e mais tres isoladas para temperar o vidro apromptа-

do nas obragens; n'uma divisão de madeira e tabique, uma casa em que se fazem as pesagens e determinam as dosagens; e no pavimento levantado sobre a mesma officina um armazem em que se aparta e acondiciona o cristal que sae para a venda ou para os depositos de Lisboa, Porto, Evora, etc.

Ha ainda annexos a esta officina dois pavimentos, um dos quaes serve para armazem geral da venda do cristal, e o outro para guardar diversos materiaes.

A officina dos cadinhos consta apenas de uma casa com algumas bancas fixas, nas quaes os operarios, andando em volta, fabricam os cadinhos á mão e a maço.

O edificio chamado *das flores* é a officina d'onde sae o trabalho da lapidação. Consta de uma sala envidraçada, tendo montados quatorze engenhos de lapidar, os quaes se movem por meio de um eixo horisontal com quinze communicações de movimento. O motor é da força de seis cavallos-vapor. A machina, que é de alta pressão, foi assente em uma casa contigua a este edificio, e a caldeira estabeleceu-se em um telheiro annexo.

Além d'estas construcções que se mencionaram, ha os estabelecimentos que o relator da commissão de inquerito chamou subsidiarios, e os quaes são: 1.º A casa da composição da vidraça, ao poente do palacio, em que dois operarios pesam e misturam as principaes materias primas da vidraça. 2.º Os telheiros que se seguem, em que se faz a lavagem das areias, a apartação e preparo do vidro quebrado, etc. 3.º A forja, convenientemente mobilada, para o serviço da fabrica. 4.º A olaria estabelecida na fileira de casas abarracadas, de que acima se fez menção, e onde se preparam os barros para os tijolos,

cadinhos, mesas de estender, etc. 5.º A carpinteria, contigua pelo sul á officina do cristal, com pavimento superior, onde não ha outra mobilia senão a que trazem os operarios que n'ella trabalham. 6.º A casa dos pisões, onde se acha estabelecido um bocardo de mineiro composto de seis pilões de madeira com sóccos de ferro fundido, pesando cada um 75 kilogrammas, e servindo de motor a agua do aqueducto por meio de uma roda. 7.º A casa do forno, sob a forma cylindrica e com abobada de tijolo, de 14 metros de diametro interior, a que se podia dar o nome de forno colossal. 8.º A amassaria, que ainda serve para os ultimos preparos para os cadinhos. 9.º O armazem dos vidraceiros, onde se corta a vidraça. 10.º A cavallariça. 11.º O curral. 12.º Os palheiros.

Ao nascente e ao poente do palacio ainda se vêem uns telheiros sobrecellentes, que tem servido para arrecadações; e uma casa de dois pavimentos, a que chamam celleiro.

Fóra do terreno murado, a real fabrica possue tambem um bom armazem, que a administração geral das mattas destinou para as experiencias de resinagem; e um aqueducto de quasi tres kilometros, que tem abastecido copiosamente a quinta, as officinas, e um moinho de agua que vae aviar o quartzo e vidro em pó que se consome [1].

[1] *Loc. cit.*, pag. 87 e 73.

O sr. Mousinho de Albuquerque, chefe da repartição de pesos e medidas do districto de Leiria, diz-nos nas *Informações* citadas que em 1862 o aqueducto estava bastante arruinado, e que carecia de reparos, orçados em mais de 2:400$000 réis. Não sabemos quaes os concertos que se lhe fizeram desde aquella época, mas podêmos assegurar que a actual empreza da real fabrica de vidros já tem feito despezas avultadas com o dito aqueducto, desentupindo os canaes e limpando as nascentes,

VI

Tem sido emprezarios da real fabrica, desde que foi doada por Stephens ao estado: os srs. barão de Quintella (depois conde do Farrobo), Antonio Esteves Costa e outros, de 1827 a 1847; Manuel Joaquim Affonso, de 1848 a 1859; Casimiro José de Almeida, de 1860 a 1862: Francisco Thomaz dos Santos, em 1863; e Jorge Croft e o commendador Antonio Augusto Dias de Freitas, em 1864. No intervallo de umas a outras administrações ou não houve quasi trabalho na fabrica, ou esta funccionou por conta do estado.

Em 1866, os mesmos srs. Croft e Dias de Freitas [1], e mais os srs. Nuno Paulino de Brito Freire, José Luiz de Oliveira, Miguel Antonio Leitão de Lima Falcão e Antonio Corrêa da Silva Marques, formaram por tempo de trinta annos, com o capital social fixado em 90:000$000 réis, dividido em novecentas acções de 100$000 réis cada uma, a parceria ou sociedade em commandita, que ainda existe, sob a denominação de «Empreza da real fabrica de vidros da Marinha Grande».

Pondo de parte a apreciação das razões que levaram o governo a mandar proceder em 1859 a um inquerito rigorosissimo, diremos que d'ahi resultou

corrigindo assim a direcção da agua, que ia escasseando por causa de frequentes desvios, sobre tudo nas propriedades visinhas.

[1] Em 11 e 25 de agosto 1870 foram agraciados estes cavalheiros, o primeiro com o titulo de visconde da Graça e o segundo com o de visconde de Azarujinha. (Vid. *D. do Gov.* de 27 e 28 de outubro.)

acabarem os privilegios de que tinham gosado até então os emprezarios, sem que por isso a industria tivesse medrado e acompanhado os progressos da sciencia.

Com effeito, os contratos ultimados depois do inquerito foram tão pouco generosos nas clausulas, que o proprio estado, que favorecêra até alli as emprezas, como é sabido, com avultados subsidios e importantes privilegios, já obrigando-se a ficar com uma certa quantidade dos productos da fabrica, já dispensando as materias primeiras dos direitos de entrada; exigiu que se lhe désse renda annual superior a 1:000$000 réis, segundo consta das condições de arrendamento publicadas na folha official em 1860, 1863 e 1864, sendo apenas concedidas gratuitamente, ou antes, como compensação da renda, e sempre em beneficio dos pinhaes reaes, doze mil carradas de lenha por anno [1], em todo o caso debaixo da vigilancia da administração das mattas. E obrigou a empreza a dar conta todos os annos ao ministerio da fazenda do estado da fabrica e numero de seus empregados.

Antes de entregar a fabrica a novas administrações, tem-se feito inventario e avalição dos predios fabris e ruraes, utensilios fabris e material movel das abegoarias, para que no fim das emprezas pudessem regular-se as indemnisações por faltas ou deteriorações.

Consta, portanto, dos inventarios publicados, que em 1827 o fundo fabril e industrial fôra calculado

[1] Em 1855, segundo a *Estatistica de Leiria* do sr. D. Antonio da Costa, o transporte de cada carrada de lenha custava, pouco mais ou menos, 300 réis. Hoje o córte, a factura e o transporte custam 500 réis, e os fornos consomem mais de 15:000 carradas annuaes.

em 104:424$440 réis [1]; em 1848, avaliou-se quasi por metade, ou 55:000$120 réis; e em 1863, a avaliação deu o total de 58:078$440 réis, accusando assim uma differença para mais, em honra das administrações comprehendidas nos ultimos 15 annos, de 3:078$320 réis.

VII

Entre os melhoramentos realisados na fabrica pela actual empreza, conta-se, em primeiro logar, a aperfeiçoada construcção dos fornos, conforme as indicações da sciencia moderna, o que, conservando em elevado grau o calor, permitte as fusões em vinte e vinte e quatro horas, e dá em resultado poder cada forno fazer tres ou quatro afinações por semana em cristal, e seis em vidraça. Comparando isto com o que succedia antigamente, e o que consta do excellente relatorio da commissão de inquerito de 1859, vê-se que a producção póde sem difficuldade duplicar-se.

Deve tambem notar-se o forno *(carquèse)* de seccar lenha. Este forno é de giganteas dimensões. Entram n'elle doze wagons carregados de lenha, que sécca rapidamente por meio de numerosas bocas de calor; depois os wagons correm em carris, com pequeno impulso, para as respectivas officinas, e voltam por seu turno para conduzir novamente a lenha por meio de uma plataforma girante.

A estufa, onde se seccam as pedras para a cons-

[1] Vem a pag. 29 e 30 do *Relatorio* os inventarios feitos em 1827 e 1848; e a differença que se nota entre a totalidade que pomos aqui e a que lá se encontra provém de um erro nas sommas, que não pôde emendar-se na impressão, mas se acha corrigido nas *Informações*.

trucção dos fornos, e os potes ou cadinhos, é egualmente hoje obra digna da especial attenção do visitante. A estufa é aquecida methodicamente, a fim de conservar sempre o mesmo grau de calor, o que é necessario para tornar as pedras e os potes aptos para entrarem nos fornos de tempero.

Além d'isso, não devemos deixar de mencionar a arca corrente de tempero, pois é a primeira que se constroe em Portugal segundo o systema francez. Em doze pequenos wagons, que estão assentes em carris de ferro, vem a mercadoria fabricada desde o forno até a galeria que conduz ao grande armazem de escolha e approvação da obra, atravessando assim as seis graduações de calor que constituem a arca de tempero. D'esta fórma, a mercadoria entra fabricada na boca da arca ainda incandescente, e sae depois na sexta graduação já temperada e resfriada.

Outros melhoramentos se tem introduzido nos ultimos annos, que deixâmos de enumerar, porque daria ainda a este capitulo maiores proporções; mas, entre esses, citaremos ainda, o novo systema da lavagem da areia; a machina importada este anno (1870) de Inglaterra, para britar instantaneamente os materiaes rijos e de maior volume, reduzindo-os quasi a pó; a galga, recebendo a impulsão da machina de vapor que serve na officina de lapidação; e o peneiro mechanico, tambem movido por vapor; etc. etc. O ultimo melhoramento trouxe grandes vantagens ao fabrico, pela quantidade de pós que produz; e ao operario, por livrar este do perigo da absorpção pela aspiração, o que na verdade affectava grave mas lentamente a saude do pobre operario [1].

[1] A mistura das composições fazia-se n'outro tempo com tamanho perigo para os operarios, que admirava como elles podiam resistir ao veneno que aspiravam constantemente.

VIII

O processo da fabricação do vidro é conhecido, e não se nos figura ser aqui o logar proprio para tratar d'este assumpto, nem para entrar na comparação com o que seguem nas mais importantes fabricas da Allemanha, de Inglaterra, da Belgica e da França, sobre tudo porque não nos achâmos habilitados para isso; mas, ácerca da qualidade, é nossa opinião, com franqueza, que, posto não possam ainda os productos da real fabrica de vidros da Marinha Grande pôr-se ao lado dos da Bohemia, tão estimados e apreciados em todos os mercados europeus, figurarão hoje, comtudo, sem receio entre os productos das demais nações; e não temos dúvida que apparecerão até muito bem, logo que á boa qua lidade do vidro se juntar o primor da fórma, em que se nos avantaja a industria estrangeira. Tem com effeito apparecido, porque é certo que os productos da fabrica já foram premiados nas exposições internacional do Porto em 1865 e universal de Paris em 1867.

Em o novo deposito, que a empreza ha pouco tempo mandou abrir na praça D. Pedro [1], já se vêem objectos de muito valor, não só com relação á qualidade do cristal, mas tambem á variedade das fórmas, com o que provam os fabricantes que tem para elles sido util incentivo o augmento da procura dos artefactos da Marinha Grande.

Em outros tempos, o trabalho não era convenientemente dirigido na Marinha Grande. A commissão

[1] Este deposito é na praça de D. Pedro, n.º 22 e 23.

de inquerito de 1859 tanto o reconheceu, que, na proposta submettida á consideração do governo, estabeleceu que se devia exigir das futuras emprezas que o trabalho fosse dirigido por homem habilitado com sufficientes conhecimentos theoricos e praticos em fabricas de vidros de primeira ordem [1]. Attendeu a isto a actual empreza, contratando para a Marinha Grande mestres francezes, que alli permaneceram por algum tempo, não sem grandissimo sacrificio, mas com proveito da fabricação.

Os mestres francezes, que tinham sido contractados para o ensino dos operarios portuguezes, aperfeiçoando-os nos processos da fabricação, deixaram n'esses operarios quem dignamente os substituisse. Na officina da fundição de vidro conserva-se todavia o mestre suisso, que nos informam ser um habilissimo artista.

Para entrar, pois, em concorrencia com as outras fabricas, principalmente estrangeiras, que traziam ao mercado productos, se não mais bem fabricados, ainda que de vidro inferior, como dissemos, de certo muito mais baratos, e de mais variados feitios e lavores, no que primam as industrias franceza e allemã, os actuaes directores pensaram, com razão, que deviam dar aos productos da real fabrica as mesmas vantagens, e por isso na antiga tabella de preços fizeram consideraveis diminuições.

Vende-se actualmente o vidro liso com o desconto de 30 %, e o vidro lapidado com o de 25 %; a vidraça delgada, cujo preço nas anteriores administrações era de 200 réis por kilogramma, tem hoje o preço de 140 réis por kilogramma, e este abatimento fez-se proporcionalmente assim para a vidraça grossa, como para a de cordão e de côres, etc.

[1] *Relatorio*, pag. 135.

Aos compradores por grosso, e em geral aos lojistas revendedores, foi concedido o desconto de 35 % sobre a vidraria lisa, e 30 % sobre a lapidada ou gravada; e outro tanto com respeito á vidraça. Se o pagamento for prompto, o que, segundo as praxes commerciaes, se póde effeituar dentro de um mez, o comprador goza, além d'isso, do beneficio de 2 % [1].

O desenvolvimento, ou antes as alternativas da producção da fabrica, podem julgar-se pelos seguintes dados, que se nos deparam em dois livros publicados em épocas diversas, e á vista de informações officiaes que devemos suppor fidedignas.

Temos, pois, que a producção annual foi:

Em 1855—555:480 peças de cristal; 43:344 ditas de lapidação; e 90:000 kilogrammas de vidraça [2].

[1] A actual empreza, para alargar o seu commercio, não só, como se viu, barateou os productos da fabrica, mas tambem estabeleceu depositos importantes em diversos pontos do paiz. Os principaes depositos são: em Lisboa, na rua direita de S. Paulo, n.os 70 e 72, onde, depois da exposição internacional do Porto, fez uma exposição dos productos que alli levára, e onde se encontra sempre abundante variedade de coparia, frascaria, etc.; na praça D. Pedro, n.os 22 e 23; no Porto, rua de Sá da Bandeira, n.os 26 e 28; em Evora, praça da mesma cidade; e na ilha da Madeira, casa de Camacho & Irmão.

Nos depositos de Lisboa e Porto recebe encommendas assim para o continente do reino, como para as ilhas adjacentes, possessões ultramarinas, e para o Brasil. Segundo as informações que temos, a empreza obriga-se a executar quaesquer encommendas em cristal liso, florestado e lapidado; ou em vidro branco, verde e azul para frascaria de todas as dimensões adequadas aos usos da pharmacia e drogaria, ou em vidraça, quer em chapas, quer em vidros cortados por medidas regulares.

[2] Vid. *Estatistica do districto de Leiria*, pelo sr. D. Antonio da Costa, pag. 336 e 337.

Em 1863—668:812 peças de cristal; 36:300 ditas de lapidação; e 96:874 kilogrammas de vidraça [1].

Em 1867—Só a producção das peças de cristal excedeu o numero de 800:000.

Em 1870—A producção subiu a 1.200:000 peças de cristal, aproximadamente. O augmento provém de estarem funccionando agora na fabrica dois fornos para aquelles artefactos.

Isto em quanto á importancia da producção. Agora, em quanto ao numero dos operarios, vêmos, em primeiro logar, que o pessoal da fabrica se divide nas seguintes classes:

Pessoal da administração economica e technica, officiaes e ajudantes de cristal, ditos de vidraça, lapidarios, floristas, rolhistas, machinistas, officiaes da construcção de fornos (olaria), carpinteiros, estendedores, trabalhadores da composição, cinzeiros, atiçadores, calcineiros, escolhedores de casco, empalhadeiras de vidro, lavadeiras de areia, carreiros para transporte dos productos da fabrica, ditos para transporte da lenha, etc.;

E em segundo logar:

Em 1813 (primeiro anno de que rezam as contas officiaes) havia 273 empregados na fabrica; de 1818 até 1826, 500; em 1846, 286, incluindo 100 carreiros; em 1847, 264; em 1855, 304; em 1862, 213, não contando os carreiros; e de 1868 a 1870, occupam-se no fabrico do vidro não menos de 600 pessoas de ambos os sexos.

O ultimo quadro dos empregados da fabrica, segundo as folhas de um anno que tivemos occasião de vêr, é o seguinte, termo medio:

[1] Vid. *Informações*, pag. 64.

Administração (incluindo os empregados superiores na Marinha Grande, os do escriptorio e dos depositos e agencias em Lisboa e outras terras)	24
Officina de cristal	120
Empalhadeiras de cristal	18
Officina de vidraça	48
Empalhadeiras de vidraça	6
Officina de lapidarios	24
Officina de foquistas, lavrantes e desenhadores	8
Officina da composição	23
Officina da olaria	26
Officina de accessorios	10
Trabalhadores na cerca da fabrica	11
Fachineiros	60
Carreiros em conducções de fazenda fabricada para os depositos de Lisboa e Porto	25
Ditos em ditas de areia e barro para a fabrica	7
Ditos em ditas de lenha para a fabrica	150
Serradores	12
	572
Aposentados e enfermos [1]	12
	584

Estes ultimos algarismos evidenceiam ao mesmo tempo as vicissitudes por que tem passado a fabricação do vidro na Marinha Grande, e os esforços empregados, apesar de não haver já nenhum dos antigos privilegios, a fim de estabelecer a industria nas melhores e mais solidas condições, para o que não lhe faltam elementos. O proprio relatorio da commissão de inquerito o affirma: «Não é possivel deixar de concluir positivamente que (a fabrica da Ma-

[1] A actual empreza, por vontade propria e caritativos sentimentos, e seguindo os bons exemplos de anteriores administrações, manda em folha separada abonar os vencimentos dos operarios valetudinarios e enfermos, que á data de escrevermos estas linhas eram 12.

rinha Grande) está em excellentes condições industriaes [1].»

Com verdade, a fabrica de vidros de que temos tratado é o primeiro estabelecimento do seu genero em Portugal. Isento de regalias officiaes, que ás vezes são um grande estorvo para o desenvolvimento das industrias, póde attingir o maximo aperfeiçoamento, compensando os enormes sacrificios de seus emprezarios e administradores, e honrando a nação.

IX

Além da fabrica de vidros, que descrevemos nos capitulos anteriores, a Marinha Grande conta, dependentes da administração das matas do reino, quatro estabelecimentos, um dos quaes é muito importante: 1.º fabrica resinosa; 2.º fabrica de resinagem; 3.º estaleiro para injecção de madeiras; 4.º serraria mechanica.

A fabrica resinosa só produzia pez e alcatrão, até uma certa época. Depois tratou-se de distillar o alcatrão para produzir a agua-raz, e a agua-russa, mas esta ultima encontrava pouca saída nos mercados.

Esta fabrica comprehende a officina dos cylindros com 1 apparelho de 8 cylindros; 10 fornos de pez, eguaes aos que são usados em França para aproveitar os residuos do tratamento fabril da terebinthina, e 10 fornos ragusanos.

Lembrou-se em 1858 o zeloso e intelligente empregado da administração geral das matas, sr. Bernardino José Gomes, depois que o sr. Sebastião Bet-

[1] Vid. *Relatorio* citado, pag. 127.

tanio de Almeida [1] esteve na Marinha Grande e incitára a continuação dos trabalhos da fabrica resinosa, aperfeiçoando-se os processos da fabricação; lembrou-se, dizemos, de tentar algumas experiencias com o maior segredo para extrahir a resina, e tão bem lhe correram que tendo sido, para logo, apresentados os productos d'essas experiencias, assim no ministerio das obras publicas, como a algumas respeitaveis pessoas do commercio, foram todos concordes na approvação dos productos e no elogio ao sr. Gomes.

Conta-se que por essa occasião, ou pouco depois, em abono d'aquelle distincto empregado, tendo-se apresentado a um antigo ministro duas amostras de resina, uma de acreditada fabrica estrangeira e outra da Marinha Grande, pedindo-se-lhe que dissesse qual lhe parecia melhor, o ministro indicou a nacional, na supposição (como foi obrigado a confessar) de que era a estrangeira, de tal modo imperava a incredulidade no seu espirito e tão limitada confiança tinha no engenho de um laborioso portuguez!

Continuando as experiencias, em 1859, devidamente auctorisado, o sr. Gomes principiou, sob a sua direcção, a erigir um dos edificios, que deviam servir para a fabrica de resinagem. [2]

Tendo a administração das matas proposto, attendendo ao interesse que resultaria para a povoação e para o estado do desenvolvimento da nova industria, que fosse uma commissão visitar os mais

[1] Fôra ali em commissão official para examinar o estado da exploração dos productos resinosos. Vid. *Bol. do Min. das Obras Publicas*, de 1860, pag. 52 a 71.

[2] Esta fabrica tem já dois edificios, de boa apparencia, com vinte e tantos tanques para a gemma, da capacidade de 8.400 litros cada um, e poço arteziano.

importantes estabelecimentos resinosos do sul da França, depois de consultar o consul portuguez em Nantes, sr. José Manuel do Nascimento, que visitára esses estabelecimentos, nomeou-se em virtude d'isso uma commissão composta dos srs. Manuel Raymundo Valladas, engenheiro, e Bernardino José Gomes, os quaes se desempenharam do encargo conforme consta do relatorio publicado. [1]

Isto foi em 1861. Desde então até hoje a administração geral das matas, e especialmente o sr. Gomes, como solicito funccionario, não tem descurado a fabrica de resinagem, cujos productos apparecem vantajosamente no paiz e no estrangeiro.

Podemos demonstral-o, transcrevendo de um livro curioso as seguintes interessantes e honrosas linhas:

«Estes productos, tendo sido examinados por Mr. Dives, distincto chimico em Mont de Marsan, ficou elle tão surprehendido ao ver a riqueza da *gemma* e a perfeição com que d'ella eram obtidos os seus productos, que não só confessou serem superiores aos de França, mas até declarou que jámais vira gemma tão rica em oleo, e que apresentada ella no mercado competiria vantajosamente com todos os productos europeus d'aquelle genero, porque os de Veneza e Chio não eram mais bellos. Mr. Chartes Detroyat (de Bayonna), arrendatario das matas do estado, denominadas *Dunas do Sul*, fallando d'estes productos, diz: *É penoso confessal-o, mas não podemos competir com os productos de Portugal, porque são o melhor que se póde encontrar n'este genero.*» [2]

[1] Vid. *Bol. do Min. das Obras Publicas*, de 1862, pag. 34 a 52.

[2] Vid. *Roteiro do viajante no continente*, etc., 1865, pag. 98.

Aos 6 de março de 1866, a uns 2 kilometros da Marinha Grande, no sitio de Pedreanes, foi inaugurado um alto forno [1] para fundição de ferro, pertencente á «Companhia de ferro e carvão de Portugal, limitada» cujos representantes eram os srs. J. Croft (hoje visconde da Graça), e Dias de Freitas (hoje visconde de Azarujinha), proprietarios da fabrica de vidros, e o duque de Saldanha.

Fez-se esta festa industrial com o esplendor adequado á alta posição e abastança das pessoas que n'ella tinham o primeiro logar; e assim de Leiria como de Lisboa foram muitos representantes da imprensa, [2] altos funccionarios, e outros cavalheiros, convidados, que contaram a solemnidade com as côres mais brilhantes, dando ao quadro tons de embebecimento e sympathia. [3]

Era n'essa época um dos redactores da *Gazeta de*

[1] O alto forno construido segundo o systema moderno, obra colossal de tijolo e ferro, em que se aproveitou o ar, calorificando-o por meios mechanicos, elevando-se a temperatura a 700 graus Farenheit, trabalhava com duas machinas da força de 30 cavallos-vapor cada uma, e calculava-se que daria por semana 80 toneladas de ferro. Esta empreza não tirou porém lucros, ao que parece, pois foi abandonada passado pouco tempo, posto que ali ainda se conservem as machinas, com o intuito de tornarem mais cedo ou mais tarde a funccionar.

[2] Estiveram representados os seguintes periodicos: *Gazeta de Portugal, Diario de Noticias* e *Nação*. O Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas de Lisboa, tambem ali teve representação na pessoa do então seu presidente, Francisco Vieira da Silva (fallecido aos 10 de junho 1868.)

[3] Vid., além de outros, os artigos minuciosos que publicaram: *Gazeta de Portugal*, n.º 986, de 9 de março 1866; *Revolução de Setembro*, n.º 7134, do mesmo dia (artigo de Vieira da Silva); *Commercio do Porto*, n.º 54, do mesmo dia (correspondencia do sr. João Chrysostomo Melicio); *Jornal do Commercio* de 10 do mesmo mez e anno; *Conimbricense*, n.º 1265, de 13 do mesmo mez e anno.

Portugal o sr. Miguel de Bulhões. [1] Sendo tambem convidado, não se esqueceu o illustre periodista de visitar todos os estabelecimentos da Marinha Grande, e da boa impressão que lhe deixou a fabrica de resinagem dá-nos elle conta nas seguintes linhas, que transcrevemos da folha citada:

«Depois de uma visita a todas as officinas da fabrica (de vidros) que durou algumas horas, foram muitas pessoas ver um estabelecimento nacional, commettido hoje á direcção technica do sr. Magalhães, inspector de florestas. Referimo-nos á nossa industria de resinagem, cujos productos tem sido premiados em todas as exposições europeas.

«Cumpre-nos aqui mencionar especialmente o nome do homem, que tem sido incansavel em promover o adeantamento d'esta industria em Portugal; é o sr. Bernardino José Gomes, perfeito conjuncto de intelligencia e modestia.

«A industria da resinagem tem meia duzia de annos entre nós; os seus productos concorrem brilhantemente com os estrangeiros e são-lhes até superiores. Sem dotação para a estabelecer em devidas e convenientes condições e dar-lhe o desenvolvimento que as necessidades do consumo dentro e fóra do paiz estão reclamando, tem successivamente medrado a ponto de produzir em um só anno 100:000 kilos de resina, tendo partido de um numero insignificante.

«Desde que é explorado este ramo de industria, tem-se obtido um producto liquido de vinte contos de réis. A applicação de algumas dezenas de contos

[1] Presentemente desempenha as funcções de chefe da repartição de contabilidade do ministerio da marinha e do ultramar.

a tão importante industria e zelosamente empregados, como ha todo o direito a esperar das pessoas já mencionadas, é para nós ponto de fé que facilitariam a producção de mais de um milhão de kilos de resina, e artigos filhos da mesma industria, dando ao estado, se elle quizer continuar na exploração d'ella, compensação larga para cobrir qualquer despeza que porventura faça de prompto em novos tanques para recolher a gemma, e em novas officinas, etc. Esperamos que o governo olhará com attenção para aquella fonte de receita do thesouro, bem como aguardamos que da parte administrativa das matas e pinhaes do reino, confiada ao sr. Ernesto de Faria, combinada com a parte technica commettida ao sr. Magalhães, resultem grandes melhoramentos que hão de augmentar uma importante riqueza nacional, como é a das florestas.»

Accrescentaremos a estes testemunhos, aliás valiosissimos, o que nos diz no ultimo relatorio um alto funccionario, o sr. conselheiro Ernesto de Faria, o qual por muitos annos teve a seu cargo a administração geral das matas. Em conta ou relatorio dirigido ao ministro, referindo-se á exposição de Paris de 1867, onde realmente figuraram muito bem, ao par de todas as nações, os nossos productos florestaes, diz-nos pois s. ex.ª o seguinte: [1]

«Cabe-me a satisfação de poder affirmar a v. ex.ª que a nossa exposição florestal, se não rivalisou com as da America ou da Austria, nem por isso deixou de attrahir a attenção de pessoas entendidas nas cousas florestaes; e como prova d'esta asserção direi que mr. Nanquette, director da escola florestal de

[1] Vid. *Relatorio da Ad. G. das Matas do Reino*, etc., 1868, pag. 8 e 126.

Nancy, mostrou vivos desejos de possuir alguns specimens da nossa collecção.

«Considerando que é n'aquelle estabelecimento scientifico que se tem formado alguns dos distinctos engenheiros que hoje servem na administração geral das matas, que ali têem sido acolhidos e tratados no pé de igualdade com os alumnos nacionaes, pareceu-me que o governo não me levaria a mal, como em tempo tive a honra de dizer a v. ex.ª, que eu dispozesse da collecção toda em favor da escola imperial de Nancy, dando assim um testemunho de consideração a mr. Nanquette, e poupando aos nossos commissarios o incommodo de fazer conduzir para Portugal objectos, cujo valor não equivalia ao custo do transporte.

«Na *Revue des eaux et forêts*, n.º 9 de 10 de setembro de 1867, se dá noticia d'este donativo, a paginas 299, nos termos seguintes:

«Mr. de Magalhães, inspecteur des forêts en Portugal, ancien élève libre de l'école forestière de Nancy, a été autorisé par mr. le conseiller E. de Faria, administrateur général des forêts en Portugal, a offrir á l'école de Nancy les collections de produits forestiers portugais qui figurent á l'exposition universelle.

«Ces produits, d'un véritable intérêt, viendront enrichir encore la collection, déjá si riche, d'objets d'enseignement que possêde l'école de Nancy, et dont les visiteurs de l'exposition peuvent apprécier le mérite et la valeur scientifique.»

«Não foram só os francezes que admiraram e apreciaram a nossa collecção florestal. Um negociante de Londres, que viu os nossos productos resinosos, escreveu immediatamente para a direcção da fabrica da resinagem, encommendando 15:000 kilo-

grammas de agua-raz, e 5:000 kilogrammas de terebinthina, que lhe foram vendidos a 43 réis o kilogramma de agua-raz, e 135 réis o kilogramma de terebinthina, ficando por conta d'elle todas as despezas de conducção e transporte desde a fabrica da Marinha Grande até Londres.»

«... a fabrica da resinagem é um estabelecimento industrial que está em via de prosperidade, dando lucros á administração, como se verá das contas, e annunciando-se com um futuro auspicioso. A fabricação da resina, essencia e terebinthina tem já coberto todas as despezas feitas até hoje com aquelle estabelecimento, e apresenta um saldo a favor da administração, o que de certo é devido ao empregado que o dirige, e que tem elevado a fabricação d'estes productos ao maximo grau de perfeição, como o provam as medalhas que a administração tem recebido em todas as exposições onde tem concorrido, e a que ultimamente foi conferida na exposição de Paris ao dito empregado, na sua qualidade de cooperador.

«Esta superioridade dos nossos productos sobre os estrangeiros tambem é attestada pelo grande numero de encommendas que diariamente se recebem na Marinha Grande, não só do paiz como tambem do estrangeiro, comprehendendo n'este numero a muito recente de um negociante inglez, que tendo visto os nossos productos ultimamente em Paris, mandou logo pedir 15:000 kilos de essencia e 30:000 kilos de terebinthina.

«A fabricação da gemma já hoje se eleva a mais de 100:000 kilos todos os annos, e é para sentir que a administração não possa dispôr de mais alguns meios para ultimar as obras projectadas, fazendo tambem no edificio da fabrica mais armazens de de-

posito, e dando maior desenvolvimento á exploração da gemma, para o que está hoje habilitado o estabelecimento com o novo apparelho que acaba de ser ali montado.

«Se se elevar a fabricação annual a 1.000:000 de kilogrammas, poderemos satisfazer a todos os pedidos que se fazem, não só do paiz mas tambem de fóra.

«Esta minha opinião já eu tive a honra de apresentar a v. ex.ª no primeiro relatorio que lhe dirigi, datado de 24 de março de 1866, pouco depois que tomei conta da administração geral das matas.

«Com uma despeza menor de 20:000$000 réis a fabricação poderia elevar-se a 1.000:000 de kilos, que vendidos termo medio a 100 réis, daria um milhão de tostões, ou 100:000$000 réis de productos que annualmente se lançariam nos mercados, o que já faria um grande giro commercial, e suppondo que esta industria deixasse livre 20 por cento á administração, chegavamos facilmente a um resultado muito lisonjeiro, qual o de auferir um rendimento de 20:000$000 réis, que poderiam ser vantajosamente empregados em sementeiras e operações de cultura e exploração florestal.»

As distincções concedidas particularmente á fabrica de resinagem tem sido na exposição industrial do Porto, de 1861, medalha de prata; na exposição universal de Londres, de 1862, medalha com louvor; e na exposição de Paris, de 1867, medalha de prata como cooperador (uma das maiores distincções que se podiam conceder a um laborioso e talentoso industrial) ao director da fabrica, o sr. Bernardino José Gomes.

Os productos da resinagem são vendidos pelos preços indicados na tabella seguinte:

Classificação	Preço por kilogramma								
	Menos de 1 caixa	5 Caixas	10 Caixas	15 Caixas	20 Caixas	30 Caixas	40 Caixas	50 Caixas	60 Caixas d'ahi para cima
Terebinthina	300	260	210	190	166	155	155	155	155
Essencia de terebinthina	280	240	210	190	166	155	155	155	155
Pez loiro ou resina amarella....	60	55	52	51	48	45	40	35	30

O estaleiro para a injecção de madeiras, pelo systhema Boucherie, foi construido em 1864. Tinha-se em vista satisfazer as necessidades da administração geral dos telegraphos, que parecia dever fazer importantes acquisições de postes injectados, e com effeito se aprestára tudo para produzir 12:000 a 15:000 por anno, em condições favoraveis; mas, não sabemos porque circumstancias, foi exactamente a administração dos telegraphos a que não consumiu na escala em que se tentava, e isto causaria de certo grave perda. Cremos que actualmente pouco serviço tem o estaleiro. [1]

A fabrica de serragem é hoje de pequena importancia. Tem duas machinas de vapor, mas só hoje

[1] No fim do mez de novembro d'este anno (1870), a administração dos telegraphos contractou com a administração das matas um fornecimento annual de postes injectados, o que reanimou o trabalho do estaleiro. Fez-se este contracto, segundo nos informaram, por se haver reconhecido que os postes fornecidos na Marinha Grande eram superiores aos que em tempo se pediam á industria hespanhola.

funcciona uma, por estar desmontada a outra. O pessoal consta de 1 empregado de escripturação, 1 machinista, e 6 operarios.

Em 1812 esta officina, que então não tinha motor a vapor e em que se comprehendia a fabrica resinosa, tinha o seguinte pessoal: 1 administrador, 1 juiz conservador (fiscal), 37 serradores, 29 carpinteiros e 47 pegueiros. Estavam então no serviço d'ella 140 carros de transporte.

X

Para completarmos as noticias que deixamos aqui relativamente á Marinha Grande, falta-nos fallar do pinhal de Leiria, que está proximo d'aquelle logar, e cuja administração geral das matas ali tem a sua séde.

Diversificam as opiniões dos antigos ácerca de quem foi o fundador do pinhal. Querem uns que se remonte ao tempo do sr. rei D. Sancho II, meado o seculo XIII, querem outros que seja do sr. rei D. Diniz, no primeiro quartel do seculo XIV, com o fundamento não só da permanencia da rainha Santa Isabel, que elle muito estimava, em Leiria, [1] mas pelo desejo de desenvolver as construcções navaes, coisa que tinha em grande consideração, e pelo amor com que se dedicava aos negocios florestaes e agricolas, que lhe valeu os cognomes com que vem citado nas chronicas.

Sem entrarmos na averiguação minuciosa de tal

[1] Ha no castello de Leiria as ruinas de umas casas, que parece terem sido residencia da rainha santa. Eram pequenas e quasi nenhum conforto podiam offerecer.

especie, não errarão certamente os que disserem que foi com effeito o sr. rei D. Diniz, quem deu ao pinhal de Leiria as proporções com que passou ás épocas subsequentes, com maior ou menor desenvolvimento, conforme os reinados e os governos tem olhado mais ou menos attentamente para assumpto de tamanha importancia.

Até o brilhante reinado do rei afortunado D. Manuel se conservou o pinhal de Leiria muito prospero, e «a elle deve Portugal uma boa parte da sua gloria maritima, pela abundancia de madeiras que então fornecia, e com que se construiram tão numerosas frotas que, saindo do Tejo, percorriam os mares até as regiões mais longiquas, infundindo em toda a parte respeito e admiração.» [1]

Além dos beneficios que trouxe ao estado, o pinhal trouxe particularmente aos povos que o circundam, o grandissimo de evitar e suster a corrente das areias, que inundavam e destruiam os campos de Leiria. As plantações feitas, desde tempos remotos até hoje, tem sempre tido por principal proposito aquelle beneficio aos agricultores.

O arvoredo que ali predomina é o pinheiro bravo *(pinus maritimo)* e o manso *(pinus pinea).* [2] Outras grandes arvores se tem disposto para enriquecer a extensa mata, afim de dar variedade aos

[1] Vid. *Memoria sobre o pinhal nacional de Leiria,* etc., pag. 7.

A noticia mal digerida dos descobrimentos dos portuguezes, que eccoaram no mundo conhecido, com a de que as nossas armadas se construiam das madeiras de Leiria, tem feito incorrer alguns estrangeiros no erro grosseiro de dizerem em obras volumosas, que correm impressas, que as ditas armadas saiam do *porto de Leiria!*

[2] O pinheiro em 1846 vendia-se por 300 réis, em 1852 por 370 réis, em 1855 por 1$200 réis, e em 1863 por 1$450 réis.

seus productos, sobretudo durante as desveladas administrações dos srs. conselheiros José de Mello Gouveia e Ernesto de Faria.

O pinhal de Leiria tem hoje, pouco mais ou menos, uma superficie de 9:531,9000 hectares arborisada, 183,0000 hectares semeada, e 2:103,7000 hectares por arborisar. Calcula-se que a massa florestal vale 702:500$000 réis, e que o solo tem o valor estimativo de 116:230$650 réis. [1]

Esta riquissima e extensa mata confina pelo N. com a foz do rio Liz e a freguezia da Vieira; pelo E. com as freguezias da Marinha Grande, Amor e Pataias; pelo Sul com a charneca dos freires de Alcobaça e valle de Agua de Medeiros; e pelo O. com o Oceano e volumosos montes de areia.

O edificio, onde funcciona a administração das matas, foi começado na época em que o coronel Varnhagem ali geria, no segundo quartel do presente seculo, e concluido no tempo do sr. conselheiro João de Fontes Pereira de Mello, que substituiu aquelle esclarecido administrador.

O illustrado ministro da marinha Martinho de Mello e Castro, quando no fim do seculo passado reformou as superintendencias dos pinhaes reaes, deu uma administração especial aos de Leiria, compondo então o pessoal d'este modo:

1 administrador—1 juiz conservador (logar que estava annexo ao de corregedor de Leiria), como fiscal—1 mestre do pinhal—1 fiel dos armazens, no porto de S. Pedro de Muel—1 guarda, na fabrica da madeira—1 cabo dos guardas do pinhal—6 guardas—1 patrão para os saveiros de conduzir madeira para bordo das embarcações do arsenal da marinha.

[1] Vid. *Relatorio da Ad. das Matas*, etc., 1868, pag. 54 e 55.

O pinhal nacional de Leiria tem actualmente o seguinte pessoal:

1 administrador—1 thesoureiro—1 escrivão—2 amanuenses [1]—1 mestre—1 cabo de guardas—2 capatazes—13 guardas de numero [2]—e guardas extraordinarios (sem numero fixo). [3]

Divide-se em duas grandes *divisões* a administração particular do pinhal de Leiria: 1.ª do lado do S., na qual superintende o administrador, com residencia na Marinha Grande; e a 2.ª do lado do N., na qual superintende o mestre, com residencia na Vieira.

O caminho de ferro americano, com que se dotou a Marinha Grande, para facilitar a conducção dos productos do pinhal de Leiria ao porto de S. Martinho, começou-se em 1859 e concluiu-se em 1864. N'esta construcção dispendeu-se, salvo erro, mais de 155:000$000 réis, aproximadamente o que se havia contractado com uma companhia hespanhola,

[1] O thesoureiro, o escrivão e os amanuenses tambem desempenham eguaes funcções na administração geral das matas.

[2] Os guardas tem o seguinte uniforme: calça de briche avivada de verde, para inverno, e de lona crua para verão; gravata preta; boné *(képi)* com as iniciaes G. F. de metal amarello; camisolla de zuarte azul, aberta sobre o peito; polaina curta de couro branco, por cima da calça, no inverno, e de lona crua, no verão; sapato de tacão raso; bolsa de couro suspensa a tiracollo, tendo na frente, sobre o peito uma chapa de metal amarello com as armas reaes e a inscripção da «Administração geral das matas»; o armamento é egual ao de que usa a artilheria.

O cabo de guardas tem o mesmo uniforme, com a differença de um distinctivo de galão de prata no braço esquerdo, de uma casa de prata, tambem de galão, sobreposta em panno verde de cada lado da gola, e calças, botas e esporas como as das praças de cavallaria do exercito. O armamento consiste em espada com bainha de ferro e duas pistolas de arção.

[3] O numero dos guardas extraordinarios augmenta ou diminue conforme as necessidades do serviço.

cujo contracto houve que rescindir-se antes de terminar o caminho. [1]

XI

Poder-se-ha fazer um estudo comparativo do rendimento do pinhal de Leiria e da fabrica resinosa da Marinha Grande, no periodo decorrido de 1852 a 1859, pelos seguintes algarismos, taes como nos foi possivel extrahil-os dos documentos officiaes:

Anno		
1852	Receita (pela venda de diversas peças para as repartições publicas, incluindo 12:194 carradas de lenha a 60 réis, cada, para a fabrica de vidros)....	20:958$747
	Despeza (pessoal da administração, reparos dos edificios, sementeiras, etc.)	12:641$127
	Saldo positivo...	8:317$620
1853	Receita (pela venda de diversas peças, incluindo 7.585 carradas de lenha para a fabrica de vidros, a 60 réis cada [2])........................	27:648$132
	Despeza...........................	14:791$593
	Saldo positivo...	12:856$539

[1] A circulação n'esta linha faz-se em todos os dias uteis da semana. Um comboio parte de S. Martinho ás 8 horas e o outro de Pedreanes ás 9 horas, da manhã, gastando o primeiro 8 horas no transito e o segundo 6 horas. Os comboios são em geral de 10 wagons e cada wagon carrega 4.500 kilogrammas.

[2] O preço de 60 réis a carrada foi arbitrado no tempo da administração do sr. conselheiro João de Fontes Pereira de Mello (que falleceu a 27 de outubro 1856 e deixou de exercer as funcções de administrador das matas em 1848), mas o sr. conselheiro Ernesto de Faria, no relatorio de 1867, diz que não sendo util continuar a vender-se o combustivel por tão baixo preço, ordenou que se vendesse a lenha abandonada por 80 e 140 réis a carrada, e a do ar por 100, 200 até 320 réis, segundo a localidade do córte.

Anno			Parcial	Total
1854	Receita	Pinhal de Leiria	23:599$187	26:427$072
		Fabrica resinosa	2:827$885	
	Despeza	Pinhal de Leiria	7:324$184	9:774$286
		Fabrica resinosa	2:450$102	
			Saldo positivo...	16:652$786
1855	Receita	Pinhal de Leiria	25:563$270	27:826$930
		Fabrica resinosa	2:263$660	
	Despeza	Pinhal de Leiria	8:890$063	11:321$370
		Fabrica resinosa	2:431$307	
			Saldo positivo...	16:505$560
1856	Receita	Pinhal de Leiria	24:759$565	27:751$385
		Fabrica resinosa	2:991$820	
	Despeza	Pinhal de Leiria	10:172$848	12:980$331
		Fabrica resinosa	2:807$483	
			Saldo positivo...	14:771$054
1857	Receita	Pinhal de Leiria	15:050$798	16:613$000
		Fabrica resinosa	1:562$202	
	Despeza	Pinhal de Leiria	4:723$154	5:815$706
		Fabrica resinosa	1:092$552	
			Saldo positivo...	10:797$294
1857-1858	Receita	Pinhal de Leiria	44:982$155	47:285$870
		Fabrica resinosa	2:303$715	
	Despeza	Pinhal de Leiria	25:985$579	28:403$640
		Fabrica resinosa	2:418$061	
			Saldo positivo...	18:882$230

1858-1859			
Receita	Pinhal de Leiria	37:009$403	40:565$500
	Fabrica resinosa	3:556$097	
Despeza	Pinhal de Leiria	23:591$344	28:068$657
	Fabrica resinosa	4:477$313	
		Saldo positivo...	12:496$843

D'esta época por diante, as contas da administração geral das matas do reino foram colligidas e descriptas sob outro modêlo, para serem presentes ao tribunal de contas, conglobando-se em verbas geraes de gerencia as especiaes das administrações subordinadas; por isso, dispenderiamos muito tempo, que seria porventura melhor aproveitado em outras averiguações, se quizessemos separar sómente as verbas relativas aos estabelecimentos da Marinha Grande. Ainda assim, poremos aqui mais alguns algarismos que, se evidenceiam que a fabrica resinosa continuou a retrogradar, provam ao mesmo tempo que os productos da officina de resinagem subiram a um notavel grau de desenvolvimento.

Temos, em quanto á fabrica resinosa, mais:

1862-1863	Despeza	4:405$164
	Receita	3:728$727
	Saldo negativo...	676$437
1863-1864	Despeza	5:795$394
	Receita	4:814$022
	Saldo negativo...	981$372
1864-1865	Despeza	3:014$253
	Receita	4:496$836
	Saldo positivo..	1:482$583

1865-1866	Despeza	4:840$554
	Receita	2:803$992
	Saldo negativo...	2:036$562
1866-1867	Despeza	3:130$553
	Receita	2:018$452
	Saldo negativo...	1:112$101

Estas successivas perdas em cinco annos, termo medio 664$777 réis por anno, obrigaram o administrador geral das matas a lembrar ao governo a conveniencia de cessar o trabalho na fabrica resinosa, pois estava mais que muito provado que os seus productos não achavam facil consumo nos mercados nacionaes.

Pelo que respeita particularmente á officina de resinagem, temos nos mesmos cinco annos:

1862-1863	Receita	79$568
	Despeza	1:922$317
	Saldo negativo...	1:842$749
1863-1864	Receita	527$628
	Despeza	9:273$912
	Saldo negativo...	8:746$284
1864-1865	Receita	16:776$615
	Despeza	7:086$700
	Saldo positivo...	9:689$915
1865-1866	Receita	10:670$389
	Despeza	9:236$443
	Saldo positivo...	1:433$946

1866-1867 — Receita	....	7:123$780
Despeza	....	7:738$448
	Saldo negativo...	614$668

A differença n'este ultimo anno foi sensivel, mas teve como principal causa o estado geral do commercio, que paralysou por effeito da guerra na Europa. [1]

No anno passado, segundo informações fidedignas, vemos que o movimento do pinhal e da officina de resinagem foi:

1869-1870 — Pinhal — Receita	....	40:612$601
Despeza	....	20:835$274
	Saldo positivo...	19:777$327
1869-1870 — Resinagem — Receita	......	11:145$000
Despeza	......	7:000$000
	Saldo positivo...	4:145$000

[1] Para maiores esclarecimentos ácerca dos pinhaes nacionaes e dos estabelecimentos que dependem da sua administração superior, vejam-se os relatorios insertos nos *Bol. do Min. das Obras Pub.*, de 1854, pag. 239 a 247; de 1856, pag. 335 a 339; de 1857, pag. 37 a 44, 51 a 63, 212 a 256, 391 a 441; de 1858, pag. 298 a 302, 420 a 466; de 1860, pag. 52 a 71, 298 a 351, 374 a 470; de 1862, pag. 34 a 52; de 1863, pag. 274 a 326; de 1864, pag. 92 a 137, 199 a 265, 476 a 549; de 1865, pag. 58 a 110; de 1866, pag. 96 a 159, 286, e 456; e de 1868, pag. 363 a 421.

E além d'estes: *Relat. da adm. geral das matas do reino*, etc., 1868; *Estatistica do districto de Leiria*, já citada; *Memoria sobre o pinhal nacional de Leiria, suas madeiras e productos resinosos*, 1859, por Francisco Maria Pereira da Silva e Caetano Maria Batalha; *Informações sobre a estatistica industrial*, já cit.; *Notice sur le Portugal* par J. J. Rodrigues de

O augmento da venda dos productos do pinhal foi a consequencia da maior procura, sobretudo de commerciantes hespanhoes, que applicam as nossas madeiras para a factura de caixas, em que exportam as passas e outros fructos seccos. As verbas, representantes d'este consumo, avultam bastante nas contas dos ultimos annos, como poderá verifical-o quem se der a tão improbo trabalho.

Freitas Junior, 1867, pag. 61 a 66; *Contas da administração dos reaes pinhaes de Leiria dos annos de* 1824, 1825 *e* 1826; *e esboço do estado d'aquelles reaes pinhaes, com reflexões sobre a decadencia em geral das matas d'este reino, e projecto para remediar a mesma* (1827, fol. de 18 pag.), por Frederico L. G. de Varnhagen (pae do sr. Francisco Adolpho de Varnhagen, actualmente ministro do imperio do Brasil na côrte do imperio austro-hungaro); etc.

Alguns d'estes livros devemos á benevolencia dos srs. Luiz Augusto Palmeirim, primeiro official, chefe de repartição, e Tito Augusto de Carvalho, segundo official, chefe de secção, do ministerio das obras publicas.

Em um dos seus minuciosos e bem elaborados relatorios, o sr. conselheiro José de Mello Gouveia (ministro da marinha desde 29 de outubro d'este anno 1870), faz menção especial do relatorio que em 1845 o sr. conselheiro João de Fontes Pereira de Mello (pae do sr. conselheiro Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello), enviára ao então ministro da marinha, pelas especies curiosas que continha. Empregámos as possiveis diligencias para vêrmos este documento, impresso ou manuscripto, mas não o conseguimos.

Sendo em 1864 conhecido que no governo civil de Lisboa, ainda existia, em boa ordem, o archivo da montaria-mór do reino, alcançou o administrador geral das matas, que esse cartorio, onde se encontram interessantes documentos para a historia das matas nacionaes, fosse transferido para a Marinha Grande, o que se effectuou no mesmo anno.

IV

PESO DA REGOA

I

A villa do Peso da Regoa está situada na margem direita do caudaloso rio Douro, na confluencia d'este rio e do Corgo a pouco mais de 90 kilometros da sua embocadura. Pertence ao districto de Villa Real e á diocese do Porto. É cabeça de comarca.

Fundada em pequena encosta, vae como que abraçar-se com o rio, cujas aguas, repetidas vezes espumantes pela violencia da corrente, retratam orgulhosas o famoso e formoso panorama que a villa encerra.

Se a Regoa não é uma d'essas povoações que se tornaram celebres na historia pelos feitos de que foram theatro, póde, todavia, como qualquer outra, apresentar com franqueza os seus foros de antiguidade.

Vem de muito longe a historia da sua fundação. Ha auctores que asseveram que ella já era conhecida no tempo em que os romanos se assenhorearam da Lusitania; e dão como testimunho a fundação da

sua egreja de S. Faustino, attribuindo-a ao imperador Constantino Magno; mas parece que este facto não se acha comprovado. O que é certo é que esta egreja se remonta á época em que se construiram as de Santa Senhorinha de Basto e S. Salvador de Taboado, as mais antigas em Sobre-Tamega.

O conde D. Henrique e sua mulher, D. Theresa, entrando em Portugal, elegeram para bispo da cathedral do Porto, cabeça do condado que lhes doára Affonso VI, rei de Leão, a D. Hugo, seu companheiro, e lhe fizeram mercê das terras da Regoa, e egualmente de metade do rendimento da barca, isentando, porém, do pagamento de uma para outra margem os seus moradores, com a obrigação sómente de contribuir cada um com um cantaro de beberagem para o reparo da referida barca, isenção que esteve em vigor até 1780, e que no decurso do tempo se foi alterando.

Depois da fundação da monarchia, parece que D. Affonso Henriques deu foral á Regoa, e os bispos fizeram d'ella um coito para a jurisdicção civil, como se collige do obito do bispo D. Affonso Peres Pinto, o qual se finou, reinando então o sr. rei D. Diniz, no seu coito e comarca da Regoa, e d'alli foi levado para a sua capella de Balsemão, onde jaz. Em 1519 o sr. rei D. Manuel deu, ou renovou na cidade de Evora o foral ao concelho de Penaguião, em que se comprehendia S. Faustino da Regoa, como adeante se verá. A jurisdicção civil dos bispos acabou, salvo erro, em 1789.

Pela extincção do coito foi a Regoa elevada á categoria de capitania de ordenanças, e em 1835 á de cabeça de julgado e comarca.

Nada existe hoje, porém, da antiga Regoa! As novas edificações e as contínuas reedificações que se

tem feito, operaram n'ella transformação tal, que não é possivel formar-se presentemente idéa exacta do que foi.

Não ha alli um só monumento ou memoria historica que testimunhe a sua antiguidade. O unico de que se poderia fazer menção, a egreja de S. Faustino, erigida no local em que hoje se vê a capella da Senhora do Cruzeiro, encarregou-se o tempo da sua demolição, e a final a grande cheia do rio, em 1734, acabou de arruinal-o. [1]

O templo que hoje serve de matriz pouco mais conta de seculo, e, para o collocarem ao abrigo das frequentes inundações do rio, na estação invernosa, foram edifical-o no Peso, com o qual a Regoa está ligada, pois que d'alli á villa a distancia é apenas de meio kilometro. A egreja é espaçosa e elegante, mas nada contém de notavel além do retabulo do altar-mór, onde excellentemente se representou a Ceia de Christo, obra do pintor Pedro Alexandrino, um dos bons e apreciados engenhos artisticos de Portugal. O quadro é, na verdade, um bello trabalho; captiva logo a attenção do viajante; e todos os nacionaes e estrangeiros que vão á Regoa não deixam de o ver e examinar com a maior attenção, honrando a memoria do afamado pintor.

[1] Segundo um auctor, a villa da Régoa, propriamente dita, não terá hoje mais de 170 annos, sendo no fim do seculo XVII começada por miseravel choupana que pertencia a um pescador conhecido pela alcunha do *Cabana*. Vid. *Dicc. abbrev. de chor., topogr. e arch. das cidades e villas de Portugal,* por J. A. de Almeida, 1866, tomo II, pag. 395.

II

Como é sabido, além dos carros diarios que põem a Regoa em communicação directa com o Porto e Villa Real, ha os barcos de carreira, que partem para a cidade invicta ás segundas feiras, e tambem ás quintas durante algum tempo do anno, e que transportam centenares de passageiros, e innumeravel quantidade de encommendas por preços commodos. É geralmente e de preferencia pela via fluvial que a Regoa exporta os seus productos, e importa aquelles de que necessita para consumo.

Se se pudesse conseguir uma estatistica muito exacta dos barcos empregados no transporte de vinhos, mercadorias e passageiros no Douro, ver-se-hia que o numero excedia tudo o que se podia imaginar. Apesar de não haver dados officiaes, os apontamentos que fizeram o favor de mandar-nos da Regoa dizem que se calcula subir a 800 o numero de barcos de diversas lotações empregados n'aquelle serviço, tendo os maiores capacidade para transportar 90 pipas. Os barcos chamados propriamente de carreira, que são os que levam ao mesmo tempo mercadorias e passageiros, não excedem a cinco, e tanto estes como os outros se conhecem pelo nome dos donos; por isso quem for ás margens do Douro ha de alli ouvir constantemente:—Sae hoje o barco do *Felisberto*...—Volta ámanhã o do *Pantana*...—Espera-se o do *Miguel*... etc. etc. [1]

Tem a Regoa uma praça que diariamente abastece

[1] Em 1859 estavam em serviço na Regoa 9 barcas de passagem e 19 barcos de transportes.

os moradores da villa de pão, legumes, fructas, etc.; e uma feira mensal bastante concorrida dos povos circumvisinhos.

A villa não tem edificios publicos, nem praças, nem fontes, nem passeios; mas tem muito bons edificios particulares, e as ruas em geral não são más. A impressão que o viajante experimenta ao entrar dentro da villa não é, todavia, tão agradavel como a que recebe ao contemplal-a a certa distancia, em que o aspecto geral surprehende e maravilha.

É proximo da Régoa que se acha o valle de Godim, celebrado pelo pittoresco panorama que apresenta, sobre tudo na primavera, em que as alvissimas casas, disseminadas por entre o arvoredo e a mais luxuriante vegetação, se erguem do seio do formoso valle como se tivessem fórmas phantasticas. [1]

[1] É tão formoso este sitio, que o sr. A. A. Teixeira de Vasconcellos, na sua ultima obra, a *Ermida de Castromino,* não póde resistir ao desejo de escrever da juvenil Régoa o seguinte:

«Não ha mais encantadora perspectiva, principalmente na estação em que as folhas das vinhas engrinaldam as montanhas onde aqui e além alvejam os palacios e casas dos principaes proprietarios. Adivinha-se logo a riqueza d'aquella abençoada região, e aos homens versados na historia economica do paiz lembra immediatamente a poderosa Companhia dos Vinhos do Alto Douro, fundada pelo marquez de Pombal, cimentada com os cadaveres dos amotinados do Porto, origem de consideraveis vantagens para o reino e de não menores extorsões, abusos e prepotencias, e assumpto do romance *Um motim ha cem annos,* obra curiosa do fallecido escriptor portuense Arnaldo Gama.» (Pag. 299–*nota* a pag. 274.)

Ácerca d'este triste successo corre impressa uma sentença, da qual consta que os réos conhecidos implicados no motim eram 478, sendo condemnados á forca 21 homens e 5 mulheres; á pena de açoutes, galés e degredo, 34 homens e 9 mulheres; e a degredo, sem açoutes, 67 homens e 15 mulheres.

O sr. Francisco Luiz Gomes, na sua obra *Le Marquis de*

É a Regoa o emporio da provincia de Traz-os-Montes; mas como o commercio em geral, e em especial o dos vinhos é a sua principal riqueza, a prosperidade ou a decadencia d'este ramo de industria vae alli necessariamente reflectir-se.

No tempo da antiga companhia, em que na Regoa se fazia a feira de vinhos, que só na de Leipzig encontrava rival, foi quando mais floresceu aquella villa; mas hoje parece que vae declinando por causa da apathia em que se acha o commercio, o que é facil de explicar-se pela transição que sempre se opera, mais ao menos lentamente, quando se passa de um para outro systema.

III

Sendo a Regoa um centro importante do commercio dos vinhos generosos do Alto Douro, as suas vinhas consideram-se como aquellas em que a cultura é *geralmente mais aperfeiçoada* [1], o que dá muita honra aos lavradores d'aquella região, pois se vê que

Pombal (que publicou em 1869, pouco antes de fallecer a bordo do vapor que o levava a Suez), tratando da Companhia dos Vinhos do Alto Douro e dos privilegios que ella gosava, aprecía não muito favoravelmente para o marquez de Pombal a origem do levantamento em que foram victimas talvez alguns innocentes das classes populares!

[1] Vid. *Memoria sobre os processos de vinificação empregados nos principaes centros vinhateiros do continente do reino,* apresentada ao ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. ministro das obras publicas, commercio e industria, pela commissão nomeada em portaria de 10 de agosto 1866, pag. 33.

Compunha-se esta commissão dos srs. visconde de Villa Maior, João Ignacio Ferreira Lapa e Antonio Augusto de Aguiar, os quaes, escrevendo separadamente os seus relatorios, os reuniram depois no livro que tem o titulo acima indicado.

tem olhado solicita e intelligentemente para os trabalhos agricolas [1].

Os mais abastados proprietarios actualmente da villa são os srs. Antonio Bernardo Ferreira, Camillo de Macedo, João José Martins, José Vaz Osorio da Fonseca e Francisco Guedes Leite de Figueiredo, possuindo, além d'isso, os dois primeiros os maiores armazens para deposito de vinhos que alli se encontram, e onde, contando com os que tambem possuem o sr. Francisco José da Silva Torres e a afamada companhia geral de agricultura das vinhas do Alto Douro, não será muito difficil armazenar um numero superior a 14:000 pipas.

[1] Todos sabem que os vinhos generosos chamados geralmente *do Porto* são de superior qualidade, e que não devem receiar a concorrencia dos vinhos estrangeiros em qualquer parte do mundo, quando escrupulosamente preparados: mas, se se quizesse mais uma prova, tel-a-hiamos na exposição universal de Paris de 1867, onde alguns dos principaes agricultores do Douro, que alli expozeram os seus productos, foram premiados n'aquelle grandioso certamen da industria. Registaremos aqui os nomes d'esses expositores, que são:

Com a medalha de oiro:—Rebello Valente & Thomaz Archer, D. Antonia Adelaide Ferreira, Luiz Teixeira Mourão, Mathias Feuerheerd Junior, Antonio de Almeida Campos, Antonio Caetano Rodrigues, Affonso Botelho Sampaio e Sousa.

Com a medalha de prata:—Antonio Bernardo Ferreira, Antonio Ferreira Menezes, Eduardo Kebe, José Teixeira Sampaio, visconde de Alpendurada.

Com a medalha de bronze:—D. Anna Augusta de Araujo, Miguel da Veiga Cabral, Gonçalo G. de Carvalho, Antonio de Mello Vaz Sampaio, J. M. Sampaio da Veiga Cabral, D. Ermelinda da Veiga, Antonio de Lemos Teixeira de Aguilar, Bonhard & Ferreira Pontes, Gonçalo de Carvalho, Joaquim Pinto Machado, Kopke & C.ª, João Vicente Domingos, companhia commercial dos vinhos do Douro.

Com a menção honrosa:—João Baptista de Sampaio, visconde de Soveral, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, Roberto Augusto de Magalhães, Bento de Q. Pinto de Serpa Mello.

Além da producção do vinho, que é a que mais avulta em todo o concelho da Regoa, na villa, propriamente dita, ha abundancia de cereaes, legumes e fructas, e todos estes generos são de optima qualidade, não só pelas condições do terreno, mas tambem pelos primores da cultura. A quantidade de vinho produzido no anno 1867 regulou de 1:000 a 1:500 pipas, no valor aproximativo de réis 20:000$000 a 24:000$000; a do azeite calculou-se em 10 pipas, no valor de 1:200$000 réis; a do pão em 10 moios, no valor de 360$000 réis; e a dos legumes e fructas na importancia de 1:300$000 a 1:500$000 réis.

A producção do vinho, desde que o *oidium* invadiu os nossos vinhedos, tem ido em diminuição constante de anno para anno. A Regoa não ficou isenta de tão damninho influxo, apesar do enxoframento, como se vê em um quadro que podêmos considerar official, posto não seja a inteira expressão da verdade, porque todos sabem quão dificil é para as auctoridades, ainda as mais zelosas, colligir indicações e subsidios sobremodo uteis, mas que muitos se arreceiam de prestar por causa do fisco, e tambem ás vezes recusam por indolencia ou frivolas considerações, sem pensarem sequer que prejudicam com isso os interesses nacionaes.

A diminuição da producção póde-se dar egualmente como uma das causas da decadencia que se observa na villa; mas devemos ter fé em que a abolição do systema restrictivo, se determinou, como dizem, uma apathia mais sensivel, em pouco tempo determinará, porém, sensivel engrandecimento, porque a liberdade, seja qual for a sua manifestação, ha de naturalmente dar fructos abençoados.

O quadro a que alludimos refere-se a todas as freguezias do concelho do Peso da Regoa, e repre-

senta a producção média das mesmas freguezias calculada: primeiro, pela dos cinco annos de 1847 a 1851, anteriores á invasão do *oidium;* segundo, pelos sete annos de 1858 a 1864, isto é, desde que a epiphetia começou a ser dominada pelo enxoframento [1], nos seguintes algarismos:

Freguezias	1847-1851 Pipas	1858-1864 Pipas
Covelinhas	664	409,5
Fontellas	1:223	722,8
Galafura	861	431,3
Godim	2:286	1:088,7
Loureiro	1:550	460,7
Moura Morta	536	175,2
Peso da Régoa	2:499	2:087,8
Poiares	5:120	2:493,8
Sediellos	491	227,1
Villarinho dos Freires	2:152	1:074,8
	17:382	9:171,7

A este quadro, que não deixa de ser interessante, porque nos mostra a producção do vinho antes e depois do *oidium*, e revela tristemente que, por exemplo, para a freguezia de Poiares, o decrescimento do generoso nectar chegou á metade, com grande prejuizo d'aquella povoação, ajuntaremos as linhas de que o sr. visconde de Villa Maior o acompanha [2]:

«Foi, por conseguinte, a producção média no primeiro periodo de 108:005 hectolitros aproximadamente, e no segundo foi apenas de 58:332 hectolitros. Desde 1858 até 1863 foram guiadas para o

[1] *Loc. cit.*, mesma pag.
[2] *Loc. cit.*, pag. 34.

Porto 31:198 ½ pipas, ou a média annual de 5:183 pipas, isto é, proximamente 32:964 hectolitros. Durante o mesmo periodo ficaram por consumo a reserva nos armazens e adegas da freguezia 20:940 pipas ou 133.178 hectolitros, ou a média annual de 22:196^{h},4.

«Segundo as informações da auctoridade administrativa, metade da producção vinicola do concelho (da Regoa) é enviada para a cidade do Porto para exportação estrangeira, e da outra metade a maior parte é consumida no Porto e no concelho da Regoa, sendo ainda uma parte da producção convertida em aguardente. Em quanto aos preços, tem occorrido variantes tão extraordinarias, que d'ellas se não póde concluír um preço médio verdadeiro: parece que ultimamente foi o preço do vinho de exportação de 20$000 réis, e o do consumo de 12$000 réis por pipa.

. . . .

«As vindimas principiam geralmente de 10 a 15 de setembro. O vinho é feito nos lagares, que são, como em todo o Douro, tanques rectangulares de cantaria, elevados um metro acima do solo, munidos de prensa de vara e parafuso, e dispostos de modo que o vinho feito possa correr naturalmente para as vasilhas que se acham collocadas na adega, cujo pavimento é sempre inferior ao da casa dos lagares.

«O methodo da fabricação do vinho é o mesmo que foi descripto [1], e que se pratíca no resto do paiz vinhateiro. Ao vinho destinado á exportação addiciona-se a aguardente, cuja quantidade varía de 2 a 5 almudes por pipa, conforme se querem fazer vinhos menos ou mais doces, e geropigas.

[1] Vid. o documento n.º 1 no fim d'esta memoria.

«O que se destina ao consumo leva apenas 6 canadas de aguardente por pipa. Os vinhos são geralmente trasfegados desde dezembro a fevereiro. Conservam-se bem, e melhoram com a edade.

«As freguezias que produzem melhores vinhos são as de Covelinhas, Poiares, Peso da Regoa, Godim e Fontellas.»

IV

A unica obra de arte que a Regoa possuia, era o caes, que estava orçado em 50:000$000 réis, pouco mais ou menos, e para cuja conclusão se estabeleceu ali uma companhia com a denominação de «Companhia Peso-Regoense», exclusivamente destinada a auxiliar a obra do caes.

Era essencialissima esta obra e exigida pela industria a que a villa se dedica, e por causa dos meios de transporte de que se servia para a realisação de suas transacções.

Depois foi reconhecida a necessidade de levar por deante a idéa da ponte sobre o Douro, em frente da Regoa, qne havia muito se discutia, e de cujos estudos preliminares fôra encarregado em 1864 o sr. Bento Fortunato de Moura Coutinho Almeida d'Eça, então engenheiro director das obras publicas do districto de Villa Real. [1]

Especialisando as razões e circumstancias que determinaram a escolha do local para a ponte, dizia o sr. engenheiro Eça o seguinte:

«Podendo a Regoa ser considerada o primeiro em-

[1] A memoria com o ante-projecto da ponte, tem a data de 7 de março 1864. Possuimos uma copia manuscripta d'este documento por benevolencia de um amigo da Regoa.

porio da provincia de Traz-os-Montes, ponto importantissimo, pelo seu commercio, por ser o principal deposito dos vinhos finos do Douro, o centro topographico e economico de muitas outras laboriosas e ricas povoações, o local onde convergem divérsas estradas na referida provincia, aquelle por onde deve estabelecer-se a principal ligação com a provincia da Beira, a villa, que em pouco mais de doze annos tem feito triplicar as suas construcções urbanas, e finalmente a terra cujo futuro engrandecimento é por tantos titulos um principio certo e solidamente assente; é claro que não convinha a estas ponderosas circumstancias uma ponte sobre o Douro, que não fosse bastante proxima d'este valioso centro. Mas é tambem certo que forçoso se tornava attender, pelo lado technico, a que não fosse projectar-se tão importante obra em sitio, onde podesse facilmente ser minada a sua duração; e que deviam ter-se em vista quanto possivel as economias do thesouro publico.

«A planta geral, que faz parte d'este trabalho, justifica plenamente o local escolhido para eixo da ponte. Foi este do sitio denominado o *Juncal*, ao ponto fronteiro junto á casa do Torrão, 500 metros acima da Regoa, entre as confluencias dos rios Varosa e Corgo, e proximo á foz do Varosa; gosando das seguintes importantes vantagens: fundo de rocha, maior estreitamento das duas margens, e optimo encontro da margem esquerda. Propriamente em frente da Regoa não só a extensão da ponte seria quasi dupla por serem as margens mais desviadas e menos inclinadas, mas o fundo coberto d'areia e cascalho, que as cheias movem em differentes direcções, difficultaria a construcção; tornando estes dois elementos consideravelmente mais avultadas as

suas despesas. Mais a jusante são em muito maior gráu estas difficuldades; e mais a montante do ponto escolhido podem ainda com bem razão considerar-se maiores as desvantagens; por quanto até á foz do Corgo, sendo já as condições da margem esquerda um pouco mais desfavoraveis, as da margem direita são-o muito mais retirando-se o terreno na confluencia do mesmo rio secundario; e da foz do Corgo por deante juntamente com estas difficuldades engravece a da maior distancia a que esta obra ficaria da povoação da Regoa, tornando mais difficeis as suas communicações com a Beira, e desviando-se inconvenientissimamente dos leitos por onde seguem as estradas feitas, e d'aquelles que forçosamente devem seguir as que de futuro se projectarem.

«Convem ainda notar que a ponte, no sitio da sua projecção, não só se presta do modo mais natural e conveniente á ligação com a parte construida da estrada marginal do Douro; mas tambem á communicação com Lamego, segundo a estrada que de futuro tem de ser construida pelas margens dos rios Balsemão e Varosa; á passagem d'este ultimo rio, para a communicação com a estrada referida; e bem assim á continuação da estrada marginal para o lado do poente até onde se julgar conveniente. Todas estas circumstancias podem devidamente ser deprehendidas da inspecção ocular da planta geral.»

Passados dois annos, ou pouco mais, a 2 de maio 1866, abriu-se, no ministerio das obras publicas, concurso para a adjudicação da construcção da ponte, servindo de base da licitação a quantia de réis 80:000$000; porém, findo o praso em 10 d'agosto do mesmo anno, verificou-se que não se tinha apresentado proposta alguma. Em 23 de maio 1868

abriu-se novo concurso com resultado identico, porque findo o praso designado nos annuncios nenhuma proposta appareceu.

Com o intuito de se abreviar a resolução d'este negocio, de certo importante para os povos da Regoa, no ultimo anno, isto é, em novembro 1868, abriu-se terceiro concurso, sendo então a base da licitação 90:000$000 réis: mas d'esta vez houve concorrente e foi o sr. Wilhelm Dulheuer, negociante estabelecido em Lisboa, como representante de uma empreza allemã. O termo da adjudicação foi assignado aos 4 de janeiro 1869.

Segundo o programma, o adjudicatario obrigou-se a executar á sua custa, e por sua conta e risco, fornecendo os materiaes e mão de obra, e a ter concluidos, no praso de dois annos, a contar da data da approvação da adjudicação, todos os trabalhos necessarios para a fundação e construcção de uma ponte fixa de metal, com pilares e encontros de pedra, e bem assim as porções de estrada nas avenidas da mesma, tudo segundo o alinhamento recto marcado na planta, levantada pelo sr. engenheiro director das obras publicas do districto de Villa Real, datada de 7 de março 1864, o qual alinhamento principia na quinta do Torrão, na margem esquerda do rio Douro, e termina no caminho de S. Domingos, na margem direita do mesmo rio.

A ponte deve ter 318 metros de extensão, comprehendidos os encontros e respectivos muros de cortina, e ser dividida em nove vãos de 30 metros cada um, a contar do coroamento dos pilares e encontros. O taboleiro metalico assentar-se-ha 4 metros acima da linha que denota a altura da cheia de 28 de dezembro 1860. A avenida da margem esquerda deve ter 10 metros de extensão, e a da margem

direita 26 metros, sendo ambas construidas segundo o typo adoptado para as estradas de 8 metros de largura.

O adjudicatario deve fazer á sua custa a expropriação dos terrenos que foram occupados perpetuamente com as obras da ponte e avenidas, e das que temporariamente houver de occupar durante a execução das obras, nos termos da legislação vigente.

O custo da ponte paga-se: com o producto da portagem, que o adjudicatario cobrará por espaço de setenta e cinco annos, a contar do dia da abertura da ponte ao publico; e com a quantia que resultasse da licitação, com tanto que não excedesse a somma de 90:000$000 réis.

Fica todavia ao governo o direito de remir a concessão, em quanto á portagem, em qualquer tempo, depois de terminados os primeiros vinte e cinco annos.

Logo que se abra a ponte ao publico, deixa de circular a barca da Regoa.

Além d'isso, o adjudicatario obrigou-se a conservar a ponte em bom estado, porque se assim não succeder o governo receberá a portagem para se pagar das despezas que fizer nas reparações.

Paga-se a subvenção em cinco prestações eguaes: 1.ª quando os trabalhos representem a importancia da quinta parte da despeza de toda a obra; 2.ª quando representem duas quintas partes; e assim successivamente até á conclusão da obra, e entrega da ponte á circulação publica.

Taes foram as principaes clausulas do programma, que a empreza allemã acceitou para a construcção da ponte sobre o Douro em frente da Regoa. [1]

[1] Vid. as clausulas 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª, 22.ª, 26.ª, 28.ª, 29.ª, 32.ª, 33.ª e 34.ª dos programmas datados de 2 de maio 1866

Os trabalhos d'esta obra começaram em junho 1869. Acham-se já hoje muito adiantados; e estariam de certo concluidos se o projecto não houvesse tido ultimamente modificação approvada no competente ministerio.

Se não sobrevier caso de força maior, a ponte abrir-se-ha á circulação publica em setembro 1871. [1]

V

Vemos, em um livro do fim do seculo XVII, que a freguezia de S. Faustino da Regoa, com outras que pertencem hoje a este concelho, andava annexa ás freguezias que compunham o concelho de Santa Martha de Penaguião, solar da familia dos marquezes de Fontes, e condes de Penaguião, de Matosinhos e Unhães, da qual descendem as casas de appellidos de Sá Almeida e Menezes, e outras da primeira nobreza de Portugal. [2]

O augmento ou diminuição que tem tido a população das freguezias que hoje compõem o concelho do Peso da Regoa, desde o alvorecer do seculo XVII até o presente, conforme as notas que nos foi possivel colligir, avalia-se á vista dos seguintes algarismos:

e 3 de novembro 1868, e insertos no *Diario de Lisboa* (hoje novamente *Diario do Governo)* e no *Bol. do Min. das Ob. Pub.*

[1] Vid. documento n.º 2.

[2] D. Philippa de Vilhena, viuva, condessa de Atouguia, tão celebrada nos annaes da sempre memoravel restauração de Portugal de 1640, por ter armado e mandado seus dois filhos, D. Jeronymo e D. Francisco, para este glorioso feito, tambem tinha parentesco com os antigos marquezes de Fontes, apesar dos representantes da casa d'aquella illustre dama usarem dos appellidos de Ataide e Coutinho. O sr. Antonio Pereira da Cunha, na sua obra *Brios heroicos de portuguezas,* dedica um capitulo a este exemplar acto de patriotismo de uma virtuosa mãe.

Freguezias	Habitantes nos annos de		
	1699	1733	1781
Covelinhas [1]			165
Fontellas [2]	300	280	603
Galafura [3]			390
Godim [4]	500	580	987
Loureiro [5]	300	568	856
Moura Morta [6]	70		398
Peso da Regoa [7]	400	1.207	1.040
Poiares [8]			1.367
Sediellos [9]	370	1.257	1.719
Villarinho dos Freires [10]			616
	1.940	3.892	8.141

Vejamos agora a differença da população de todo o concelho nos sete annos, que decorrem de 1853 a 1859:

Annos [11]	Fogos	Habitantes
1853	3:492	12:664
1854	3:552	13:443
1855	3:541	13:963
1856	3:549	13:766
1857	3:521	13:700
1858	3:534	14:011
1859	3:611	14:513

[1] Orago, Santa Comba.

[2] S. Miguel. Foi abbadia dos bispos do Porto.

[3] S. Vicente.

[4] S. José. Chamam-lhe tambem Jugueiros. Quando em 1821 se mandou proceder ás eleições geraes, Godim apparece no recenseamento como concelho, e com 1.497 almas.

[5] S. Pedro de Loureiro. Foi abbadia dos senhores de Murça.

[6] Santa Comba Foi commenda de Malta.

[7] S. Faustino. No termo d'esta freguezia houve a 15 de janeiro de 1811 um combate com os francezes.

[8] S. Miguel.

[9] Santa Maria. Foi curato dos freires de Monchique.

[10] Nossa Senhora das Neves.

[11] Estes algarismos são extrahidos dos mappas que acompa-

Segundo a *Estatistica Official*, as 10 freguezias do concelho da Regoa continham em 1864 a seguinte população:

Freguezias	varões	femeas	fluct.	legal	fogos
Covelinhas...........	174	205	2	377	87
Fontellas	544	644	38	1.250	279
Galafura.............	321	350	–	671	173
Gcdim	1.027	1.053	4	2.076	472
Loureiro,............	656	745	9	1.392	341
Moura Morta.........	316	360	–	676	167
Peso da Regoa........	1.463	1.417	134	2.746	580
Poiares...............	1.343	1.303	9	2.637	644
Sediellos.............	1.308	1.422	–	2.730	688
Villarinho dos Freires..	526	518	9	1.035	251
			205	15.590	3.682

Comparando a população de 1781, conforme o mappa que anda annexo a um dos volumes das *Memorias economicas* da Academia Real das Sciencias, com a população legal, segundo se vê descripta acima, achamos que no longo periodo de 83 annos, o concelho do Peso da Regoa teve o augmento de 7:449 habitantes, na razão de 1 : 2. [1]

nham os relatorios dos governadores civis de Villa Real, na collecção que pessoalmente nos mostraram no archivo do ministerio do reino. E tirariamos de certo apontamentos com referencia a outros annos, se alguns dos chefes superiores d'aquelle districto, por circumstancias que não vem para aqui apreciar, nem indagar, não deixassem de enviar em annos seguidos os respectivos relatorios.

[1] No livro *Alguns elementos para o estudo da questão de fazenda*, 2.ª edição (1870), ultimamente publicada pelo sr. conselheiro Fradesso da Silveira, a pag. 15, mappa A, o concelho do Peso da Regoa figura com a população de 14:908 almas em uma superficie de 10:693 hectares.

V

O clima da villa da Regoa, como geralmente em toda a região vinicola do Douro, é mui temperado; e, embora tenha falta de agua potavel, não é doentia.

Não ha criação de gados, propriamente dita; alguns lavradores se dão á cria do gado suino, mas em tão pequena escala, que não vale a pena de entrar em especiaes averiguações a esse respeito.

Como vimos, a companhia geral de agricultura das vinhas do Alto Douro tem um deposito na villa, mas ha só uma companhia que tem alli a sua séde, e esta é a que se denomina de «Seguros dos Arraes do Rio Douro». Estabeleceu-se na villa com um capital de 36:000$000 réis, e tem por fim, como desde logo se infere do seu titulo, segurar os barcos e as mercadorias contra o risco dos naufragios. As companhias «Garantia», «União», «Seguro Douro», «Phenix» e «Provinciana», que tomam seguros contra naufragios e incendios, alli tem unicamente agencias.

Não sabemos se a villa tem ou teve algum theatro, mas é certo que ainda possue uma assembléa ou club recreativo denominado «Vinte e nove de Outubro», como respeitoso testimunho de sympathia e affecto para com sua magestade o sr. rei D. Fernando, pois que o titulo adoptado commemora o anniversario natalicio de tão preclaro principe.

O principio da associação, que se tem disseminado pelo reino, que em toda a parte mostra a sua acção benefica, e que as classes operarias abraçam em proveito da familia e da velhice, tambem alli

eccoou e se enraizou. Com admiração e prazer vemos que na Regoa ha já duas associações operarias, tendo cofre de soccorros, e contando cada uma não menos de 80 socios. Ambas são de fundação moderna, e posto não conheçamos os seus fundadores, damos-lhe sinceramente os emboras por saberem juntar os élos da cadeia fraternal, que deve prender as classes laboriosas. A primeira d'essas associações intitula-se «Associação dos artistas do Peso da Regoa», e a segunda «Associação fraternal dos amigos do trabalho».

A camara municipal da Regoa possue uma excellente gravura d'esta região em 1816. Foi aberta em Londres no anno seguinte pelo sr. Eduardo Harrifs Crofs, e o desenho devera-se ao sr. Antonio Joaquim de Sousa Vasconcellos, natural de Amarante. A gravura ingleza mede 75 centimetros de largura e 56 de altura.

Em 1865, o sr. padre Luiz Antonio de Frias, a quem devemos, por intervenção do sr. Francisco Antonio Monteiro, alguns dos apontamentos com que compuzemos esta resumida memoria, tirou uma photographia da villa, da margem esquerda do Douro, para que os curiosos pudessem confrontar esta vista com a que em 1816 desenhára o sr. Vasconcellos. [1]

O concelho, em 1858, tinha 2 escolas publicas de ensino secundario, 8 primarias publicas para o sexo masculino; 8 ditas particulares; e 17 ditas para o sexo feminino.

Em 1859 o numero de escolas era o seguinte: 2 escolas publicas e 1 particular de ensino secun-

[1] Quando no *Archivo Pittoresco*, n.os 17 e 19 do tomo x, inserimos parte d'este trabalho, acompanhámol-o das copias da gravura e da photographia, que obsequiosamente nos confiaram.

dario, 8 escolas nacionaes e 6 particulares primarias, para o sexo masculino; e 15 ditas para o sexo feminino.

Falta ainda notar uma circumstancia, que de proposito deixámos para o fim. É que a Regoa foi berço de um dos nossos mais festejados e sympathicos poetas, do auctor da *Lua de Londres* e do *Festim de Balthasar*, o sr. João de Lemos, que viu a luz n'aquella villa aos 6 de maio do anno 1819. [1]

[1] Vid. para outras indicações bio-bibliographicas o *Dicc. bibliographico portuguez*, do sr. Innocencio Francisco da Silva, tom. III, pag. 396.

DOCUMENTOS

N.º 1

(Vide pag. 210)

A respeito da fabricação dos vinhos finos, tratando do concelho de Alijó e especialisando o cuidado com que o sr. dr. Sampaio, de Casal de Loivos, fabrica os seus vinhos generosos, diz o sr. visconde de Villa Maior, a pag. 7 da *Memoria* citada, o seguinte:

«Vindimadas as uvas e escolhidas com todo o cuidado, separando e eliminando todos os bagos sêccos, podres, incompletos e maus por qualquer motivo, são postas no lagar, de modo que este se encha no menor espaço de tempo possivel. Os lagares são geralmente grandes, e a sua capacidade está em relação com a das vasilhas, para que estas se encham sem interrupção e com producto identico [1]. Depois de cheio o lagar, entram n'elle os homens em numero sufficiente para effectuar uma pisa completa no primeiro trabalho: ordinariamente faz-se este serviço, a que se chama a *sóva*, com tres homens por pipa, os quaes, com os pés nús e bem lavados, calcam as uvas pelo menos durante seis horas na

[1] «Em circumstancias especiaes alguns lavradores mandam desengaçar parcialmente as uvas, o que se faz no lagar á proporção que ellas entram e por meio dos ensinhos de dentes miudos, passando depois pela siranda ou grade de madeira os bagos que escaparam e vão juntos com o engaço. Esta operação é util no caso de não estarem as uvas muito maduras, ou em geral quando ellas não podem fornecer um mosto rico em assucar.»—Nota do auctor do relatorio.

primeira noite. No dia seguinte continúa o trabalho com menos gente, dois homens por pipa, e começa a observar-se a marcha da fermentação. Nem sempre esta se estabelece promptamente, o que depende muito das condições meteorologicas, e n'este caso alguns tentam promovel-a, fazendo entrar no lagar muitos homens para que, pelo calor d'estes, a fermentação se desenvolva. Outros empregam um meio mais razoavel e infallivel, que consiste em introduzir no lagar, cujo mosto se conserva mudo, o cango ainda quente de uma lagarada immediatamente anterior, quando podem dispor d'este recurso. Estabelecida a fermentação, e quando ella se acha muito activa, o que se reconhece pela ebullição de grossas espumas, entram novamente no lagar alguns homens com o fim de fazer mergulhar o cango que já se acha levantado, promovendo d'este modo a dissolução mais completa da materia córante, que só se póde effectuar á custa do alcool formado na fermentação.

«D'este ponto em diante os homens deixam o lagar, mas presta-se assidua attenção á marcha da fermentação. Observa-se se a temperatura diminue, se a espuma se torna menos volumosa, e se o cango começa a destacar-se do lagar. Quando apparece o cheiro vinoso bem declarado, quando a doçura do mosto tem diminuido, e que a adstringencia se manifesta bem sensivel, tira-se a prova, vertendo um pouco de mosto vinificado n'um prato de porcelana branco e limpo para ver se está bom de corpo e côr, se fórma lagrimas escorrendo pela porcelana, e, finalmente, se o cheiro e gosto vinosos, e a adstringencia fornecida pelo engaço, estão bem patentes. É então que se envasilha, addicionando-lhe logo ao entrar para o tonel a aguardente fina na proporção de 4 a 8 por cento do volume do vinho [1].

[1] «Alguns colheiteiros empregam o *pesamosto* ou *glucometro*, não só para verificar o estado de maturação das uvas, mas até para reconhecer quando a fermentação chega ao ponto conveniente para envasilhar o vinho. Uns tiram o mosto quando elle marca no glucometro zero para ter os vinhos sêccos. Outros envasilham o mosto ainda com 4 ou 5 graus de assucar para que a fermentação continue na vasilha.»—Nota do auctor do relatorio.

Despejado o lagar do mosto vinificado, é o cango espremido debaixo da vara, e o liquido que resulta se junta ao primeiro producto. Conserva-se aberto o batoque dos toneis até novembro; depois fecha-se completamente, e assim fica tranquillo o vinho até á epocha em que se trasfega para as pipas, com uma nova addição de aguardente, para ser enviado aos armazens de Villa Nova de Gaya, onde fica entregue aos cuidados do commercio.

«A constituição dos vinhos feitos por este processo não está completa senão no fim de alguns annos, e durante o longo periodo da sua organisação é pratica constante submettel-os a uma grande serie de lotações e cuidados que elevam consideravelmente o preço dos vinhos de primeira qualidade. Quando estes vinhos são feitos com todo o esmero, com uvas de boas castas, n'um estado completo de maturação e produzidas em bons sitios, não carecem senão da acção do tempo, dos trasfegos regulares e arejamento, com a addição gradual de boa aguardente, para se constituirem no estado de vinhos superiores.

«As exigencias commerciaes tem feito modificar muitas vezes o processo indicado, pois que o gosto dos consumidores, quasi sempre caprichoso, pede algumas vezes vinhos encorpados, carregados em côr, aromaticos, fortes em alcool, e ao mesmo tempo doces, e outras vezes pede vinhos mais leves, espirituosos e sêccos, com sabor de vinhos velhos. É por isso que muitos vinhos do Porto apresentam alguma coisa de artificial.»

N.º 2

(Vide pag. 216)

Depois de escripta a breve memoria ácerca da Regoa, e de indicarmos por conseguinte os trabalhos que se faziam para a ponte em frente d'aquella villa, deparou-se-nos na *Gazeta do Povo* n.º 328 de 23 de dezembro d'este anno 1870 o artigo seguinte:

PONTE DA REGOA—Os trabalhos da ponte, que se

está erigindo sobre o Douro, proximo á Regoa, tem tido um rapido e satisfatorio progresso.

Consta a ponte de 5 pilares de cantaria, terminando cada um para os lados de juzante e montante do rio, em talhamares semi-circulares, e formando, entre si e os encontros, seis vãos que deveriam ser da largura uniforme de 48^{m},4, prefazendo assim com as embocaduras da ponte, que ficam sobre os encontros, um comprimento total de 318^{m},0, sendo 6^{m},0 a sua largura.

Sobre estes pilares hão de assentar cinco tramos de ferro, cujas guardas terão, na sua projecção vertical, a fórma Bowstring, divididos por prumos e tirantes em numero sufficiente para garantir a indispensavel estabilidade.

O pavimento da ponte ha de ser de madeira, e está calculado ficar 4^{m},0 acima da cheia de dezembro 1860, e 15^{m},0 acima das cheias ordinarias.

O auctor d'esta ponte é o sr. Johann Gaspar Harkort, que tambem construiu as pontes de Yssel em Zutphen, de Lek em Kuilemburg, e a de Waal em Bommel.

Tiveram os concessionarios de alterar o projecto primitivo da ponte, na distribuição dos pilares, porque não encontrando sufficiente solidez em um dos pontos onde devia construir-se um pilar, procuraram por isso fundal-o um pouco mais a um lado, tornando assim desiguaes os dois vãos proximos a este pilar.

Este inesperado inconveniente obrigou os concessionarios a terem de inutilisar os dois tramos correspondentes áquelles vãos, porque os que tinham sido feitos segundo o calculo de resistencias precisas para uma distancia, não podiam ser accrescentados, nem servir para uma extensão maior ou menor.

Os concessionarios, para não ficarem prejudicados na importancia d'estes tramos, propozeram ao governo construir uma outra ponte sobre o rio Corgo, onde os referidos tramos podem sem inconveniente ser aproveitados.

Os tres pilares da ponte do Douro e o encontro do lado direito, já estão concluidos, e os outros dois pilares estão construidos até pouco mais de um terço da sua al-

tura. O encontro da margem esquerda deve ficar prompto até o fim do anno.

Na margem direita já se está construindo a andaimagem que tem de servir para montar os taboleiros dos dois vãos que ficam entre os encontros, o quarto e o quinto pilar, e julga-se que a ponte poderá estar concluida para a viação até setembro do anno proximo.

Esta ponte foi arrematada em 88:900$000 réis.

V

MOSSAMEDES

I

A bahia, no fundo da qual assenta hoje a villa de Mossamedes, era conhecida nas antigas cartas e roteiros pela denominação de *Angra do Negro*. Olha a oeste e demora a 15° 17′ de latitude sul, e 21° 14′ léste de Lisboa, na costa occidental de Africa. [1]

O nome de Mossamedes foi-lhe dado quando, em agosto 1785, o tenente-coronel Luiz Candido Cordeiro Pinheiro Furtado alli foi na fragata *Loanda*, em viagem de exploração ordenada pelo então capitão-general de Angola, barão de Mossamedes, illustre ascendente da casa dos condes da Lapa.

Já n'aquella época o tenente-coronel Pinheiro Furtado, calculando as grandes vantagens que podiam vir á provincia do estabelecimento de uma colonia

[1] No documento n.° 1, que se segue a esta memoria, transcrevemos uma minuciosa noticia scientifica de Mossamedes, e muito necessaria para os navegantes, conforme a *Descripção e roteiro da costa occidental de Africa*, pelo sr. Alexandre Magno de Castilho, official da armada e engenheiro hydrographo.

na Angra do Negro, por estudos que fizera préviamente, instava pela immediata fundação sequer de um presidio na bahia; mas o capitão-general, apesar da consideração que lhe merecia Furtado, do apreço em que tinha a sua illustração, e do proprio desejo de engrandecer a provincia, não pôde realisar tão importante commettimento, porque saíu do governo de Angola, e os seus successores nunca mais se lembraram d'isso, naturalmente por não acreditarem nas vantagens de tornar habitavel a Angra.

Só passados cincoenta e quatro annos, em agosto 1839, é que o vice-almirante Antonio Manuel de Noronha, governador geral, mandou novamente explorar e demarcar com exactidão a bahia de Mossamedes pelo capitão-tenente Pedro Alexandrino da Cunha, que então commandava a corveta de guerra *Isabel Maria*, e conseguiu fundar ali um presidio em junho 1840, tendo para esse fim recebido amplas instrucções do nobre marquez de Sá da Bandeira, tão applicado, como todos sabem, á solução dos mais complicados pontos da administração colonial.

Construiu-se para logo um forte de pedra solta na ponta Negra, e guarneceram-n'o com algumas peças de artilheria e cincoenta praças de tropa.

Mas antes da fundação do presidio, isto é, em janeiro do referido anno, o negociante Antonio Joaquim Guimarães Junior, de sociedade com Jacome Filippe Torres, de Loanda, já tinham estabelecido uma feitoria.

II

É curioso o modo porque se fundou a feitoria de Guimarães Junior. Referil-o-hemos aqui detidamente, porque se por um lado tentâmos provar os esforços

de determinadas pessoas para a creação de um estabelecimento importantissimo, por outro podemos dar o devido apreço ao resultado d'esses esforços, e não deixar logar para interpretações erroneas com offensa da verdade e da justiça.

Collige-se, pois, dos documentos que temos á vista, que houve conhecimento desde logo das instrucções com que o vice-almirante Noronha, em outubro 1838, se partiu do reino para o governo geral da provincia de Angola.

N'essas instrucções, o ministro da marinha (então o sr. visconde de Sá da Bandeira), como conhecedor das necessidades da provincia, e como antevendo os beneficios da colonisação dos portos do sul de Benguella, pelo que sabia dos estudos de Pinheiro Furtado e das explorações do sargento-mór Gregorio Mendes, e, além d'isso, com o patriotismo e nobre intuito de assegurar o dominio portuguez nas regiões africanas, tão cubiçadas dos estranhos, n'essas instrucções dizia o seguinte:

«N'estes tempos em que as nações maritimas e poderosas se tem introduzido em alguns dos dominios portuguezes africanos, sob falsos pretextos, é preciso que tenhamos todo o cuidado em assegurar o que nos pertence. É este um dos motivos que determinaram sua magestade a recommendar ao governador geral que tenha em attenção os portos que ha ao sul de Benguella, entre elles o de Mossamedes, onde desagua o rio das Mortes, ou Bero. Diz-se que é navegavel, que o porto é muito bom, e que tem terras altas, que devem ser sadias, e em que se podem cultivar cereaes. Convém ter alli um presidio, ainda que pequeno no principio, para que se veja fluctuar a bandeira portugueza, e abrir-se depois communicação com o presidio de Caconda.

«O governador geral fará examinar o porto de Pinda, junto ao Cabo Negro, e a costa ao sul até 20 graus; e verá o que se deve fazer nos limites da provincia. Examinará se convém que haja um presidio entre Benguella e Caconda; e, quando se tenha estabelecido um no porto de Mossamedes, se convém levantar outro entre este e Caconda. Em todas as acquisições que fizer procurará levar a effeito por bom modo, e só em ultimo caso empregará a força. Os presidios, quanto seja possivel, deverão estar armados, e com sufficiente guarnição, especialmente os das fronteiras.»

Ahi está o que o ministro dizia; e pouco tempo depois, isto é, em fevereiro 1839, enviava Guimarães Junior para a secretaria da marinha um requerimento, em que se offerecia para ir fundar um estabelecimento em Mossamedes, dando-lhe o estado o necessario subsidio. Tão convencido estava o governo do que no anno antecedente recommendára ao novo governador geral, que não teve duvida em acolher o requerimento com benevolencia e despachal-o com promptidão.

Em 7 de março davam-se pelo respectivo ministerio as convenientes instrucções ao governador geral de Angola, e determinava-se que a junta de fazenda da provincia fornecesse ao emprehendedor Guimarães os meios precisos para levar por diante o commettimento a que se propunha.

Partindo de Lisboa quasi no fim do indicado mez de março, Guimarães chegou a Loanda em meiado junho. Apresentando-se ao governador, vice-almirante Noronha, mostrou-se este alegremente alvoroçado de que houvesse quem tomasse a iniciativa na fundação de uma feitoria em Mossamedes, e declarou que o emprehendedor, não só em cumprimento

das determinações do governo da metropole, mas tambem em satisfação do proprio e intimo desejo de ver prosperar a Africa portugueza, encontraria a protecção de que carecesse nas auctoridades da provincia. O emprehendedor, que parecia conservar bom animo, prometteu cumprir as condições que lhe impozessem, e todos ficaram de certo aguardando o resultado de esforços que tendiam ao engrandecimento da provincia e da patria.

Antes de sair de Loanda para o seu destino, o emprehendedor assignava um contracto provisorio, em virtude das ordens do governo, apresentando para isso fiadores idoneos. Celebrava-se o contracto assim para proteger os interesses do emprehendedor e animal-o a desempenhar-se de um encargo pesado, como para acautelar os interesses da fazenda contra as fraudes da especulação. O governo fazia o que devia fazer, e esperava a reciprocidade.

Estipulava-se no contracto, entre outras cousas:

Que o emprehendedor receberia da junta de fazenda, como emprestimo, a quantia de 6:000$000 réis, em duas ou mais prestações, para fundar um estabelecimento de charqueação e cortume de pelles em qualquer ponto da costa de Benguella, até aos 18 graus de latitude sul;

Que embarcaria em uma corveta do estado, a fim de examinar, de accordo com o commandante do navio, se era possivel entrar em commercio com os habitantes d'aquella costa, e se em algum ponto d'ella haveria sitio proprio para levantar uma fortaleza que defendesse o pórto e o proposto estabelecimento, examinando ao mesmo tempo se haveria agua e lenha, para que não occorresse falta d'estes artigos, e se o terreno parecia fertil e adequado para povoação;

Que a fortaleza seria levantada á custa do proprietario do estabelecimento, dando, porém, o governo a artilheria, as munições e a tropa, que receberia o pret do estado e a etape do mesmo proprietario;

Que, n'este caso, dentro da fortaleza se guardariam os armazens de deposito e o archivo do estabelecimento;

Que não se permittiria a nenhum particular, no lapso de vinte annos, concorrer alli com industria egual, salvo se o emprehendedor faltasse ao contracto;

Que o emprehendedor, em egualdade de circumstancias, seria preferido pelo governo nos fornecimentos de carnes seccas ou salgadas;

Que um navio de guerra ficaria no porto em quanto se construissem a fortaleza, os quarteis, os armazens, etc. para o que se designára o praso de cinco mezes;

Que se porventura se não levantasse a fortaleza no praso marcado, o emprehendedor seria obrigado a restituir á fazenda as quantias adiantadas, sem direito a indemnisação pelas obras feitas, etc.

A corveta destinada para esta commissão foi a do commando de Pedro Alexandrino da Cunha. A 9 de agosto saiu este navio de Loanda com direcção a Benguella, tendo a seu bordo o emprehendedor Guimarães. Em Benguella, o tenente Garcia, que já tinha explorado o sertão e era n'elle conhecido, desejando tambem por sua parte concorrer para o successo da empreza, offereceu-se para ir em direcção a Quilengues, e d'ali descer até Mossamedes, afim de se encontrar com Pedro Alexandrino.

Só no dia 5 de outubro é que a corveta demandou a bahia de Mossamedes. Saltando em terra com

tres homens negros e um branco, o emprehendedor Guimarães encontrou um escrivão de Quilengues e alguns macotas, ou principes da corte de potentados visinhos, que o tenente Garcia alli mandára para entregarem officios a Pedro Alexandrino e se entenderem com este official.

A povoação de gentio que habitava a bahia tinha o nome de Mossungo Bitoto. Tratou logo Guimarães de captar-lhe a amizade, presenteando-o com fazendas, missangas e aguardente; e tanto se agradou d'elle o soba, que lhe mandou construir, para o abrigar dos raios solares, n'aquellas paragens mui nocivas aos brancos, uma especie de telheiro de ramagem, cobrindo-lhe o solo com esteira. N'esse telheiro se celebraram depois algumas conferencias entre o soba e o emprehendedor.

Como vieram, porém, a cumprir-se as estipulações do contracto? Como correspondeu ao que se esperava dos seus esforços para obter o auxilio do governo? Como seguiu a empreza, que podia dar tão bons fructos? Guimarães chegou, com effeito, a montar a feitoria; mas passado algum tempo, por faltar a todas as condições do contracto, teve de embarcar na mesma corveta que o levára a Mossamedes, a fim de responder por seus actos perante as auctoridades de Loanda.

Antevêra tudo isto a perspicacia de Pedro Alexandrino. Maritimo experiente e avisado, a quem não deslumbravam já ouropeis, no relatorio que redigiu em janeiro 1840, ácerca da commissão da corveta, disse o seguinte:

«O passageiro Guimarães esteve sempre em terra, todo o tempo que ali me demorei, e em perfeita liberdade para fazer todas as observações a que se referem as instrucções que recebi; mas com pouco

proveito, a meu ver, para o publico, porque julgo ter conhecido que o fim que o movia era o de realisar no menor tempo a maior quantia para seu unico proveito, e receio que venha a final a trahir a espectativa de quem o attendeu [1].»

A feitoria, assim que o emprehendedor [2] a deixou, foi roubada e destruida pelos pretos, acaso incitados e auxiliados pelos brancos que já ali se achavam estabelecidos.

Estava dado, é certo, o exemplo. Se o emprehendedor, pelo que fica posto, não correspondeu ao que se esperava da actividade com que solicitára junto do governo, serviu, quando menos, este trabalho para que desde então se olhasse mais seriamente para a fundação da colonia de Mossamedes.

III

Estabelecido o presidio na ponta Negra, como referimos, o primeiro commandante nomeado foi o tenente (depois major) de artilheria de Benguella, João Francisco Garcia, que d'ali viera por terra com o intuito de auxiliar a exploração scientifica de que fôra particularmente encarregado o illustre Pedro Alexandrino da Cunha, commandante da corveta *Isabel Maria*.

[1] Vem publicado este relatorio em o n.º 12 da 5.ª serie dos *Annaes maritimos e coloniaes*, pag. 459, e, não sabemos por que, foi ali truncado o periodo que damos agora tal qual se acha no autographo.

[2] Este emprehendedor, que figura aqui com o nome de Antonio Joaquim Guimarães Junior, haverá muitos annos que se assigna Antonio Joaquim de Figueiredo Guimarães. Foi o fundador de uma folha politica e litteraria intitulada *A Patria*, da qual sairam 78 numeros (1855-1856), e depois dos periodicos *Diario Commercial*, *Debates*, *Verdade*, etc.

Porém Garcia, apesar de conhecer o gentio e de se dar sempre bem n'aquella região, pouco tempo esteve governando o presidio da primeira vez, e só voltou a Mossamedes em 1847 ou 1848, tendo n'esse lapso por successores os srs. Francisco Antonio Corrêa, Antonio Augusto de Oliveira e Alvaro José de Sousa Soares de Andréa, officiaes da armada nacional.

Nada ha digno de notar-se na prosperidade da colonia nos primeiros nove annos, isto é, desde 1840. Os governadores do presidio desejariam por sem dúvida vêl-a progredir, mas causas de força maior, e alheias á sua vontade, obstavam a esse desenvolvimento; e occorre-nos que duas das principaes causas seriam a falta de protecção da provincia e da metropole, e a ignorancia em que então se estava — e, digamol-o, em que ainda hoje estamos — ácerca das condições de algumas das nossas colonias, e das razões que podem determinar e tem determinado o seu atrazo ou o seu engrandecimento.

Em 1849, sendo então governador o major do exercito de Portugal, sr. José Herculano Ferreira da Horta, Mossamedes contava apenas 70 europeus, além da guarnição militar. Estes colonos entregavam-se ao commercio de varios productos naturaes, ao grangeio de algum terreno, e á pesca de peixe para salga e para azeite; porém nada d'isto avultava. *Iam vivendo*, como diz o vulgo, mas não podiam engrandecer-se nem engrandecer a colonia.

Um acontecimento lastimoso é que veio, para o dizer assim, dar nova phase a Mossamedes, e marcar a época da sua prosperidade. No mencionado anno 1849 atearam-se acaso mal entendidos e inveterados odios e invejas contra os nossos compatricios residentes em diversos pontos do Brasil, e a sé-

ria perturbação em que andava principalmente Pernambuco tinha ali em contínuo risco a vida de centenares de portuguezes. Soube-o logo o governo, as gazetas da época referiram-n'o, e em S. Bento, estando então reunidos os corpos co-legislativos, muitas vozes eloquentes se ergueram a fim de protestar contra similhantes factos e se pedir instantemente que se acudisse aos que padeciam.

Vendo-se, pois, o governo obrigado por taes instancias, e pelo proprio dever, a proteger os nacionaes contra a perseguição que lhes moviam em terra estranha e tão longinqua, e não podendo fazer de outro modo senão promovendo, incitando e dirigindo a emigração de Pernambuco, destinou um ou dois navios a esse serviço, e animou os emigrantes para a colonisação de Mossamedes, não lhes occultando nenhumas das vantagens que d'ahi proviriam aos colonos e á patria.

Com effeito, em agosto do anno já indicado desembarcaram em Mossamedes 140 portuguezes emigrantes de Pernambuco, com o deliberado proposito de procurarem no engrandecimento da nova colonia os meios de resarcirem as perdas e os damnos que tinham até ali padecido. Na qualidade de director dos colonos, como principal d'elles, vinha o sr. Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro. Como de muitos males descendem grandes beneficios, os emigrantes encontraram a compensação do seu trabalho e Mossamedes a sua prosperidade. [1]

[1] No *Archivo Pittoresco*, vol. IV, pag. 160 e 162, em um artigo relativo a Mossamedes (rubricado com a inicial P., o sr. F. A. d'Almeida Pereira e Sousa), lêmos o seguinte:

«A dura perseguição movida aos portuguezes residentes no imperio do Brazil, mórmente em Pernambuco, veio inespera-

Distribuidos pelos colonos recem-chegados os terrenos que constituem as margens do rio Bero, ou das *Mortes* [1], junto da sua foz, e distantes da villa proximo de $2^1/_2$ kilometros, as culturas que para logo preponderaram com successo foram a da canna de assucar e a do algodão.

Alguns colonos, porém, ou por conselho e ordem da auctoridade, ou por informação que obtivessem, dirigiram-se para o Bumbo, hoje mais conhecido pelo nome de Capangombe, e ali se estabeleceram. Contava-se entre elles o sr. José Leite de Albuquerque, que conseguiu montar uma excellente propriedade agricola, e pouco depois um engenho com os ne-

damente favorecer a idéa da colonisação europea, encaminhando para Mossamedes uma porção avultada de concidadãos nossos.

«Em 4 de agosto 1849 aportou de feito á bahia de Mossamedes, no brigue de guerra *Douro*, e na barca *Tentativa Feliz* um consideravel numero de colonos: em 13 de outubro 1850 outra expedição similhante, composta do dito brigue *Douro* e barca *Bracharense*, saiu de Pernambuco com egual destino, indo surgir, passados poucas semanas, na nossa bahia, onde largou outra porção de compatriotas, todos inflammados no desejo de encontrar ali a fortuna, e a segurança de que haviam desesperado em terra estranha.

«As despezas d'esta segunda expedição foram satisfeitas pelo producto de uma subscripção promovida entre os portuguezes que continuaram residindo no Brasil; bem como ás da primeira se havia occorrido com os meios enviados de Lisboa, por auctorisação do corpo legislativo.»

[1] *Rio das Mortes* lhe chamou Pinheiro Furtado, por ter ali o gentio assassinado o tenente Sepulveda, o cirurgião da fragata *Loanda* e mais dois marinheiros. Eis o que a este respeito disse Furtado para o governador geral, barão de Mossamedes:

«Em 3 de agosto (1785) deu ella (a fragata) fundo na grande enseada do Negro, em 15 graus, que achámos com a lamentavel noticia de ter sido assassinado o tenente de artilheria José de Sousa Sepulveda, e o cirurgião Francisco Bernardes, no

cessarios laboratorios para o fabrico de assucar e aguardente. É ainda hoje este proprietario quem abastece o sertão dos productos da sua fabrica.

Justificava-se a preferencia pelo Bumbo. O antigo governador de Mossamedes, e official de marinha, sr. Francisco Antonio Corrêa, dissera d'elle o seguinte:

«O Bumbo, cortado por um rio corrente e de agua excellente, e apresentando uma fertil planicie com muito arvoredo, e povoado por gentio facil ao trato, e o mais industrioso que tenho encontrado, porque até já tem conduzido agua por encanamento ás suas terras[1], o que as torna abundantes, offerece uma

dia 29, com dois marinheiros, por 34 negros do paiz. Este, muito imprudentemente, sem necessidade e mesmo contra a ordem recebida, costumava ir para terra e entranhar-se n'ella, com o desaccordo de incendiar por duas differentes vezes as cabanas dos negros que encontrou desertas; estes negros se apresentaram, e com apparencias de sincero trato e venda de gados por fazenda, os seduziram e mataram na praia com zagaias, despojando-os dos vestidos. O tenente ainda pôde retirar-se para a lancha, porém mortalmente trespassado pelo peito, e expirou logo n'ella.»

Os negros tinham vindo effectivamente á praia nos dias antecedentes, com carneiros que queriam trocar por facas, pannos, e ferro para zagaias, o que tudo foi referido e confirmado por dois soldados que andavam com os assassinados e conseguiram salvar-se.

[1] Vem citado este relatorio do sr. Francisco Antonio Corrêa na interessantissima e por muitas razões importante *Memoria sobre os sertões e a costa ao sul de Benguella, na provincia de Angola,* pelo sr. Simão José da Luz Soriano, official-maior da secretaria de estado dos negocios da marinha e ultramar, onde tambem encontrámos a seguinte curiosa nota:

«Perguntado o regente do Bumbo sobre quem ensinaria aos seus povos o systema de irrigação de que usam, respondeu que, segundo a tradição, fôra um portuguez que, arrojado á costa por um temporal, se salvára entre elles, e lhes ensinára, em recompensa, os amanhos da agricultura que ali praticam.»

posição mui vantajosa para se estabelecer a colonia que se destina para a Huilla.»

Como nos apontamentos que vamos colligindo havemos de referir-nos especialmente ao Bumbo e á Huilla, porque o desenvolvimento da colonisação n'estes pontos é que deve augmentar o poder e riqueza da provincia de Angola e suas dependencias, e é que póde tornar-nos respeitados dos estranhos, que não perdem occasião de humilhar-nos, como que escarnecendo da nossa fraqueza e da incuria com que temos administrado as possessões de além-mar, nada mais diremos aqui a esse respeito.

Ás acertadas providencias tomadas pelo já alludido governador, sr. major Ferreira da Horta, depois official general, e ás que tomou o seu successor, o sr. conselheiro Antonio Sergio de Sousa, ambos de accordo com o tambem mencionado director da colonia, sr. Bernardino Freire de Figueiredo, se deve, seja dito em homenagem á verdade, a consolidação do recente e esperançoso estabelecimento colonial que hoje possuimos na costa occidental da Africa, e onde a raça branca póde multiplicar sem difficuldade e sem perigo. Posto que não possamos basear todas estas noticias em documentos officiaes, que não possuimos e difficilmente obteriamos, fundâmol-as, todavia, no testimunho de pessoas competentes, que reputâmos bem informadas e fidedignas, e que viveram por muitos annos em Mossamedes e Loanda.

IV

Saindo do governo da colonia o sr. conselheiro Antonio Sergio de Sousa, foi nomeado para ali o

sr. Carlos Frederico Botelho de Vasconcellos, capitão-tenente da armada.

A administração d'este official tornou-se notavel, pois que não só desenvolveu rigorosa e severa fiscalisação sobre os rendimentos da colonia e sobre os objectos da fazenda nacional, que n'aquella época eram escassissimos, mas tambem conseguiu, de accordo com o governo geral da provincia, e tendo para isso recebido as necessarias ordens do governo da metropole, que cessassem os abonos que os colonos recebiam, e que, alimentando a ociosidade de muitos d'elles, atrazavam consideravelmente o desenvolvimento dos trabalhos agricolas.

A protecção official, n'este, como em outros casos, em vez de ser util aos colonos, e ás industrias que elles exerciam ou podiam exercer, servia tão sómente, pelo que se viu, de lhes crear difficuldades e de entorpecer a marcha progressiva de Mossamedes. Julgando-se ao abrigo da miseria pelo que o governo lhes dava, os novos povoadores descuidavam-se da agricultura, e acreditavam provavelmente que encontrariam na propria natureza, sem o auxilio do trabalho humano, os recursos de que carecessem. Faltando, porém, o subsidio, os colonos desilludiram-se, e viram que era preciso tratar mais solicitamente do grangeio dos terrenos que lhes tinham sido concedidos e cuidar de outras industrias necessarias á vida. Foi o que effectivamente succedeu.

N'estas circumstancias veio tomar conta do governo de Mossamedes o sr. Fernando da Costa Leal, capitão do exercito. Era por março 1854.

A população do districto compunha-se então do seguinte:

Brancos	256
Pardos ou mulatos	29
Libertos	135
Escravos	481
Indigenas	78:320
Total	79:221

Assim como temos feito justiça a outros governadores que administraram bem a colonia, ou como puderam, attentas as contrariedades que acompanham a fundação de um estabelecimento, não deixaremos tambem de mencionar devidamente a administração do sr. Leal, que se assignalou por muitas razões, e sobre tudo pelos beneficios reaes que lhe deve o districto. Além de obter desde logo a concessão de novos e importantes tractos de terra e libertos para os colonos, que se iam animando e entregando mais desassombradamente aos trabalhos da lavoura [1], de preferencia a outros, protegeu sempre com energia os povoadores contra as incursões e assaltos do gentio, que, não podendo tolerar as feitorias dos brancos, procurava todas as occasiões e todos os pretextos para os aggredir e prejudicar. Uma das mais famosas d'estas incursões foi a dos mu-nanos, que, na verdade, causaram grandes dam-

[1] No relatorio do sr visconde de Sá da Bandeira, apresentado ás camaras em 1859, e que vem citado no artigo de Mossamedes inserto no vol. IV do *Archivo Pittoresco*, pag. 163, ler-se-ha o seguinte:

«...os progressos da agricultura de Mossamedes tem ido em successivo augmento, particularmente depois que a pratica tem feito conhecer que as especulações commerciaes nem sempre são tão proficuas como as do amanho das terras; o resultado d'estas foi o estabelecerem-se já tres engenhos de assucar, um na villa de Mossamedes, outro no Bumbo, devendo assentar-se o terceiro no sitio da Bella-Vista...»

nos aos estabelecimentos, mas tambem padeceram rigorosa perseguição.

O sr. Leal, pouco depois de assumir a administração do districto, mandou construir a egreja, sob a invocação de Santo Adrião, e a casa do parocho. Começados em 1855, por iniciativa e sob o plano e direcção pessoal do zeloso governador, os indicados edificios, achavam-se promptos em 1857, consumindo-se dois annos e meio na construcção.

Constam estes edificios: do corpo da egreja, onde ha dois altares lateraes, resguardados por uma teia de balaustres; da capella-mór, com um altar e tecto de abobada; do côro, sacristia e vivenda do parocho, a qual tem communicação com a egreja; e das torres, em uma das quaes ha escada de madeira que dá accesso para o côro.

As dimensões da egreja são: corpo, 9^m de largura, $16^m,5$ de comprimento e 11^m de pé direito; capella-mór, 5^m de largura, 7^m de comprimento e 9^m de altura; torres, 19^m de altura e 4^m de largura. Ambos os edificios são cobertos de telha, e formam em planta uma perfeita cruz.

N'aquella época, a egreja era o edificio publico mais notavel que havia em a nova colonia[1]. Antes, porém, de se acabar esta construcção, Mossamedes foi elevada á cathegoria de villa, creando-se o respectivo municipio.

A administração do sr. Leal durou até 1859. Ainda n'este lapso de tempo foram reparados o quartel da tropa e o hospital, sendo necessario requisitar de Loanda medicamentos, roupas, camas de fer-

[1] No artigo do *Archivo* citado lê-se:

«Dos poucos edificios publicos que ali se encontram (em 1857), a egreja, um das melhores da provincia, é indubitavelmente o mais notavel.»

ro, etc., porque de tudo careciam os pobres doentes, que, pelo que se collige de informações particulares, não encontravam soccorros, nem quem os soccorresse.

Na mesma época tambem se deu principio a uma fortaleza no local do antigo forte, debaixo de plano regular, e foi montada a repartição da alfandega.

A força militar do districto, que em 1854 constava de uma companhia de linha com 100 praças, quando muito, em 1858 compunha-se já de um batalhão de caçadores com 500 praças.

Não deixaremos ainda de mencionar um dos factos que mais honram o governo do esclarecido funccionario a que nos temos referido. É a visita official que elle fez ao Bumbo e á Huilla, e a fundação de uma nova colonia n'este ponto. Para ali, effectivamente, mandou logo conduzir seis peças de artilheria e um obuz de campanha com os respectivos reparos, palamenta e munições. Mas não se manifestou só n'isto a actividade e a diligencia do governador do districto. Viu que era mister proteger a nova colonia contra o barbaro gentio, e activou e dirigiu a construcção de um forte, do quartel para a tropa, do paiol e da casa do chefe; e, ao mesmo tempo, reflectindo que os povoadores só podiam ser ali attrahidos quando soubessem que encontravam o necessario conforto, fez levantar saudaveis habitações para os colonos.

Durante a permanencia do sr. Leal na Huilla, foi tambem ali montada, por incitamento e com auxilio seu, uma azenha para moagem de cereaes, uma olaria e uma fabrica de cortumes, que ainda actualmente existe, e da qual o proprietario está auferindo razoaveis proventos.

É agradavel ter que registar estes factos em uma

época em que estamos tão acostumados a ouvir e ler sempre o peior ácerca das coisas do ultramar e dos homens que tem dirigido a administração das diversas colonias, pois que é commum saber-se que os motivos de queixa são muitos e justificados, e os casos de desleixo não menos e censuraveis. Se os beneficios, porém, que mencionámos são reaes, como suppomos que são; e se determinaram, com effeito, em grande parte a prosperidade de Mossamedes, como é notorio, divulguem-se com louvor taes beneficios, para que possam honrar os que são dignos da honra, e para que não esqueçam nunca aos que d'elles necessitavam e mais aproveitaram. Nem se obscureçam com defeitos, que podem ser desculpados, meritos que se não podem contestar. Applicâmos isto com imparcialidade á administração cujos principaes actos esboçámos n'este capitulo, e da qual se podem inscrever, sem contestação, bellas paginas nos annaes do districto de Mossamedes.

O que, porém, o zeloso funccionario, a quem nos temos referido, não pôde conseguir, embora não lhe escasseassem a vontade e o animo, foi a occupação dos Gambos. Logo que subjugasse este selvatico povoado, tinha estabelecido o socego em uma parte do importantissimo districto, posto ao abrigo de incursões perigosas as propriedades dos colonos, e animado extraordinariamente o proseguimento da colonisação. Foi tentada a empreza, é certo, mas pouco depois abandonada por falta de tropa e de recursos, que requisitou e não puderam dar-lhe. Veremos que mais tarde se não esqueceu do commettimento e o realisou. [1]

[1] Ainda um facto honrará o primeiro periodo da administração do sr. Leal. Foi a perigosa viagem de exploração (de 3 a 18 de novembro 1854) feita para descobrir a foz do rio

V

O governador nomeado para o districto em março 1859 foi o sr. tenente-coronel Antonio Joaquim de Castro, o qual geriu a administração de Mossamedes até junho 1861, anno em que entrou para o governo o sr. tenente-coronel João Jacinto Tavares.

Sendo, n'este ultimo periodo, governador geral da provincia de Angola [1] o sr. conselheiro Calheiros, vieram de Loanda para Mossamedes alguns degredados com a recommendação de serem empregados em trabalhos agricolas no valle de Capangombe [2], concelho do Bumbo; mas pouco lucrou o districto com aquelles infelizes, porque a maior parte se finou, ou por estranhar o clima, ou por não encontrar o auxilio que esperava. O desejo de acertar era, por sem dúvida, plausivel; mas os resultados, infelizmente, não corresponderam a esse desejo. [3]

Cunene, a que depois se deu o nome de rio dos Elephantes, por se terem encontrado alguns d'estes animaes. O auto d'esta viagem, bem como o relatorio do governador encontram-se na importante obra *Exame das viagens do doutor Livingstone* pelo sr. D. José de Lacerda (pag. 117 e 118, e pag. 515 a 520, *nota* 9.ª) Mas diremos, desde já, aos curiosos que a exploração se fez com tantos riscos e trabalhos, que o resultado scientifico foi de pouco valor.

[1] Nos fins do seculo passado os governadores de Angola ainda tinham os titulos de «governador e capitão-general do reino de Angola e suas conquistas.»

[2] O valle fica a dois dias e meio de viagem da villa de Mossamedes.

[3] No relatorio do sr. governador geral da provincia de Angola, Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, referido ao anno 1861, encontrámos a pag. 41 o seguinte:

«Tentei um ensaio importante de colonisação branca, e pro.

Apezar d'este contratempo, os moradores da villa iam sendo melhor informados ácerca do valor e riqueza do solo [1], mostravam mais confiança no des-

curei desenvolver a cultura de generos coloniaes de valor, estabelecendo a colonia de Capangombe nas terras d'este nome, entre a villa de Mossamedes e a Huilla. Estas terras, separadas da Huilla pela serra de Chella, são consideradas como proprias para essa cultura. Estabelecendo esta colonia, que poderá ganhar grande importancia, tive tambem em vista dar por aquelle meio segurança á villa de Mossamedes contra as guerras do Nano, e força aos pontos que já occupâmos a léste, assim como ver se, creando n'aquelle ponto uma valiosa agricultura de generos ricos de exportação, animava na planura superior da Umpata e da Huilla a cultura dos generos pobres que ali se dão, e que hoje se não cultivam por falta de extracção, abrindo em Capangombe um mercado ao consumo...

«Se as necessidades economicas me aconselhavam a retirar do deposito de Loanda os degredados e libertos, onde faziam uma despeza inutil ao estado, quiz tambem com isto ajudar o desenvolvimento agricola do paiz, e reforçar a acção civilisadora, que cumpre por todos os modos exercer na colonia. Enviei, pois, grande numero de degredados para Capangombe, e distribui alguns libertos e colonos vindos do Brazil, que para ali se dirigiam.»

Segundo tambem se infere do relatorio citado, em julho de 1862 o governador geral mandou uma nova colonia para se estabelecer nas terras de Capangombe. Compunha se esta colonia de 101 individuos portuguezes, dos quaes 86 do sexo masculino e 15 do sexo feminino, de differentes côres e edades. (Pag. 199.)

E em 3 de janeiro do mesmo anno tinha approvado a construcção de dois fortes na margem direita e esquerda do rio Bero, denominando-se um *da Boa Esperança* e outro *dos Cavalleiros*. (Pag. 200.)

[1] No relatorio citado, tratando da visita que o governador geral fizera a Mossamedes, lê-se a pag. 194 o seguinte:

«...Obteve varias informações, e entre estas sobresairam as dos terrenos de Capangombe, apresentadas por differentes pessoas, e especialmente pelo governador do districto, o tenente-coronel Antonio Joaquim de Castro, que, voltando de uma viagem á Huilla em companhia dos negociantes e agricultores Leite, Franco e Roxo, entraram nas terras de Capangombe, que

envolvimento da agricultura em Capangombe, e para ali se foram dirigindo com a mira em futuro mais risonho. Não podiam illudir-se. O terreno era promettedor, e devia compensar bem todos os sacrificios e despezas.

Effectivamente, ali se montaram algumas propriedades agricolas, a exemplo do que praticára o sr. José Leite de Albuquerque, cujos terrenos iam dando optimo fructo. A cultura do café, sobre tudo, propagava-se notavelmente, e as experiencias feitas com a planta que viera de S. Thomé não deixaram dúvida alguma ácerca da importancia de sua aclimação e desenvolvimento.

Encontrâmos a confirmação d'isto no relatorio do sr. governador Leal, que, alludindo á colonia de Capangombe, disse para o governador, em 15 de fevereiro 1866, o seguinte:

«A cultura do café em Capangombe tem progredido em grande escala, e não só ha a notar a abundancia da producção, mas tambem a superior qualidade do genero; dentro de alguns annos Capangombe rivalisará em exportação com a ilha de S. Thomé, como já rivalisou em qualidade, e ganhou

acharam de notavel amenidade e vegetação, e apropriadas a promettedora cultura.

«Passados dias, foi o governador visitar a fazenda dos Cavalleiros, distante da villa uma legoa, e pertencente ao agricultor Bernardino Freire de Figueiredo, e ahi se renovou a discussão sobre o mesmo assumpto em presença dos principaes habitantes de Mossamedes, entre os quaes se achava o maior cultivador de algodão, João Duarte de Almeida.

«Ninguem ainda conhecia bem as terras de Capangombe, nem se imaginava que a superficie adequada á cultura fosse tão grande como depois se encontrou; não obstante serem alguns de opinião que os valles e terras aproveitaveis se estendiam a grande distancia para o lado de Quilengues.»

o premio na exposição industrial do Porto. É esta uma cultura que deve ser animada, e que eu tenho sido incançavel em lhe proporcionar todos os meios ao meu alcance.

«N'esta nova colonia já hoje se acham estabelecidas 19 propriedades agricolas e 9 moinhos, e a sua população é de 46 brancos, 17 pardos e 528 pretos, sendo 14 pretos livres, 45 libertos do estado e 469 libertos dos particulares.»

Para provarmos que nem sempre são coroados de bom exito os esforços das auctoridades superiores dos districtos, nem póde formar-se um calculo seguro pelas experiencias de um anno ou pelas boas intenções ou boa vontade de alguns agricultores, copiaremos em seguida o trecho do relatorio do sr. Joaquim José da Graça, com relação á agricultura de Mossamedes e ao primeiro anno de seu governo (1867):

«A agricultura d'este districto é quasi exclusivamente de algodão. A canna sacharina cultiva-se em pequena escala; o café só em uma fazenda de Capangombe-Maconjo, pertencente á casa da firma commercial Nogueira, Brochado & Comp.ª, se cultiva mais cuidadosamente, mas os seus productos só tem apparecido como amostras, sendo estas de boa qualidade. No Chão da Chella vi alguns pés de café, porém não se póde considerar esta curiosidade agricola como um ramo importante da agricultura do districto, e poucos são os terrenos proprios para este producto.»

Nos relatorios de 1868 e 1869 o sr. Graça não nos dá mais lisongeira informação ácerca do desenvolvimento da cultura do café.

Já a proposito de Capangombe (Bumbo) citámos as palavras do sr. Francisco Antonio Corrêa, que go-

vernou Mossamedes. Não reproduziremos o que fica posto. É escusado. Nem mencionaremos agora os relatorios de outros governadores do districto. Vamos citar auctoridade mais especial e documento mais antigo. É o curioso itinerario de Gregorio José Mendes, apresentado em 1 de janeiro 1786 á junta de S. Filippe de Benguella, na parte em que o benemerito sargento-mór exaltava, com intima satisfação, as excellencias do Bumbo. Ouçamol-o pois, visto que se tratou e trata da colonisação d'aquelle ponto:

«Chegámos finalmente em 23 ás terras do Bumbo, confinante com o Jau, seu feudatario, como fica descripto, depois de ter atravessado o rio que desagua ao norte do da Angra.

«Se o temor de fastidiar com uma narrativa mais extensa me não impedisse maiores reflexões, com quanta satisfação não descreveria eu miuda e particularmente uma região que não tem similhante, pelo physico do clima, abundancia natural, posição feliz e perspectiva agradavel, em todos os sertões que em Africa occidental reconhecem o dominio de Portugal.

« Esta provincia consiste em uma dilatissima serra estendida de noroeste a sueste, coberta de muitos potentados de uma grande população, fertil em robustos habitantes; sobre o cume d'esta serra nasce um rio que banha toda, dividido pelos habitantes em varios regatos, que fertilisam a campina dilatada, cultivada de milho miudo e grosso feijão, farinha e massango, com grande abundancia de plantações de tabaco, de que os negros usam para fumar, e preparado simplesmente, mas serrando-o entre duas pedras. Esta cultura, por meio de uma industria activa, é capaz das melhores esperanças. Usam de enxada de pau, com que abrem a terra, de uma na-

tureza branda. A arte de dividir as aguas, de que os egypcios foram grandes mestres, tem a mesma natureza ensinado a estes negros, á similhança das ramificações nilicas.

«É notavel que na observação que tenho feito em tantos annos de residencia no paiz, veja-se aqui um exemplo unico entre os negros menos civilisados. Esta abundante producção da terra, correspondente ao cuidado do gentio, que logo lhe lança a semente immediatamente que colhe o antigo fructo, que sempre existe sobre a terra. Usam do beneficio de açudes para deter e repartir as aguas que lhes sobejam, quando as chuvas por si lhes não bastam: a mesma abundancia de arvores lhes faz despresar e cortar as pequenas, conservando as grandes e copadas, da melhor vista e capazes de extrahir taboado para se repararem contra o sol.

«Sem controversia, este logar do Bumbo é um dos mais uteis districtos para se occupar, presidindo-o de outra maneira, que egualmente se aproprie e submetta ao commercio da nação.»

VI

Em 12 de julho 1863 reassumiu a administração do districto o sr. Fernando da Costa Leal, tendo-se-lhe dado o posto de tenente-coronel.

Um dos primeiros actos do seu novo governo foi proteger Capangombe, castigando o gentio circumvisinho, o qual, encontrando em certo desamparo os novos povoadores, não só assaltára as propriedades nascentes, senão tambem chegára a assassinar impunemente alguns dos colonos.

Para que as communicações entre a villa de Ca-

pangombe fossem mais faceis e menos dispendiosas, e para que não tardassem os soccorros quando opportunamente se requisitassem, mandou construir 64 kilometros de estrada de Mossamedes para Capangombe, no que porém não foi muito feliz, como se verá.

Quasi ao mesmo tempo se abria um lanço de estrada através da cordilheira de Chella, a fim de pôr a Huilla tambem em communicação mais facil e directa com o litoral, o que dava nova importancia ao commercio do interior.

Ao passo que assim cuidava, com a solicitude do funccionario zeloso, de melhorar consideravelmente as condições do districto, o sr. Leal não se esquecia de outras obras publicas do mesmo modo urgentes e necessarias. Temos, portanto, a registar, e logo após comprovar, como devido á sua iniciativa, a reparação e ampliação do edificio do hospital da villa, que ficou provido do que necessitava; a construcção do edificio da alfandega, de que adeante fallâmos; e a continuação das obras da fortaleza que defende o porto e a villa.

Nos luminosos *Relatorios* apresentados á camara dos srs. deputados, nas sessões de 13 e 23 de janeiro 1864, por um dos mais illustrados cavalheiros que tem gerido a pasta dos negocios da marinha e ultramar, o sr. José da Silva Mendes Leal, encontrâmos o testimunho da consideração que mereciam ao ministro não só o engrandecimento de Mossamedes, mas egualmente os actos do respectivo governador, nas seguintes linhas:

«Em Mossamedes foi restaurado o hospital e vae ser augmentado. Em data de 29 de setembro ia o respectivo e muito intelligente e activo governador traçar a directriz, e logo fazer começar os trabalhos da

estrada, que, ligando com o porto de Mossamedes os povoados de Capangombe, ha de reduzir a dois dias de jornada apenas o longo e penoso trajecto que actualmente separa d'aquella villa estes ricos territorios, prejudicando a extracção dos seus productos.

. . . .

«O numero dos respectivos facultativos (da provincia de Angola), classe tão meritoria e necessaria, acha-se augmentado com a nomeação de dois cirurgiões de 2.ª classe, que para ali devem ir de Goa, um dos quaes será immediatamente enviado para Capangombe, como estão imperiosamente exigindo os interesses d'aquella população.

. . . .

«Apesar de todas as difficuldades, o atrazo dos pagamentos em Mossamedes foi consideravelmente reduzido: em quatro mezes pagaram-se nove aos empregados, e á tropa doze das quinzenas em divida, podendo assim contar-se que todos os funccionarios estejam brevemente em dia [1].»

Quando o sr. Joaquim José da Graça tomou conta do governo do districto, examinou e mandou examinar por peritos a estrada de Mossamedes para Capangombe, e viu que o traçado do seu antecessor, sr. Costa Leal, não satisfazia cabalmente ao fim que se destinava, isto é, tornar mais facil e menos dispendiosa a communicação entre os dois indicados pontos.

No *Relatorio* de 1867 diz o sr. Graça:

«A estrada de Mossamedes para Capangombe está viavel e em soffriveis condições, no espaço de 70 kilometros, de Mossamedes para léste, e de 12 ki-

[1] *Loc. cit.*, pag. 70, 71, 72.

lometros, de Capangombe para oeste; precisa porém melhorar-se a porção que medeia entre estes pontos, e traçar outra directriz para os ligar, porque o caminho actual não é susceptivel de se tornar em boa estrada, attendendo a que atravessa muitos riachos e torrentes, e em occasião de chuvas fica intransitavel.»

No *Relatorio* de 1868 diz o mesmo illustrado governador:

«Quando pela primeira vez percorri o caminho de Mossamedes a Capangombe, informei que a estrada tinha declives fortes e curvas muito pronunciadas. Em outubro ultimo procedeu-se ao estudo de um novo traçado para se obter a passagem do rio Girául em ponto adequado, que satisfará a duas importantissimas condições—accesso mais suave e caminho mais curto.»

No relatorio de 1869, e em diversos officios endereçados ao governo geral de Angola, [1] dá o sr. Graça conta minuciosa dos trabalhos, e d'ahi se inferia que antes de findar o anno podiam seguramente transitar carros pela nova estrada, que devia ficar ligada no ponto de intercepção a meio caminho, pouco mais ou menos, do Girául á Pedra Grande. [2]

Dissemos, em um capitulo anterior, que até 1859 não se tinha podido conseguir a occupação dos Gambos, a mais poderosa e a mais hostil tribu que assolava o districto, por falta de recursos; mas que o governador se não esquecêra do commettimento e o realisára. Com effeito, realisou-o. Movendo novamente guerra á barbara tribu, ao termo de cinco

[1] Vid. *Bol. offi. do gov. da provincia de Angola*, n.º 31 de 1869.

[2] O engenheiro encarregado d'estes trabalhos foi o sr. Antonio Accacio de Oliveira Carvalho.

mezes de porfiosa lucta conseguiu submettel-a, sendo expulso o seu soba, o qual foi depois preso e levado para Loanda.

D'aqui resultou, como se disse, não só a sujeição dos Gambos á auctoridade de Mossamedes, mas, o que é mais digno de mencionar-se, a inteira pacificação de todo o districto.

Tornaremos a citar os *Relatorios* do sr. Mendes Leal, porque nos fallam d'estes e outros factos, e porque vem, pelo dizer assim, corroborar agora o que vamos registando n'estes modestos apontamentos. Diz-se ahi, pois:

« Ao sul foram prompta e energicamente reprimidas as ousadias dos mondombes, montanhezes da serra de Chella, que haviam commettido varias mortes e roubos em pessoas de mercadores, e ameaçavam os novos e já prosperos estabelecimentos de Capangombe, povoados de colonos europeus em grande parte procedentes do Brasil. Com adequadas providencias se atalhou tambem por aquelle lado a guerra dos gentios do Nano, que ha poucos annos tantos estragos e perdas causaram em Mossamedes, e dos quaes novamente se annunciava imminente invasão [1].»

O sr. Leal foi exonerado do governo do districto em julho de 1866, pelo ter requerido; mas saíu de Mossamedes profundamente desgostoso por causa da opposição que alli moveram a alguns de seus actos, depois de ter luctado com diversas contrariedades, aplanado não poucas difficuldades e destruido muitos preconceitos.

[1] *Loc. cit.*, pag. 62.

VII

O sr. major Joaquim José da Graça assumiu o governo do districto de Mossamedes em 31 de dezembro 1866 e deixou-o aos 22 de junho de 1870, [1] porque o governo da metropole houve por bem encarregal-o interinamente do governo geral da provincia de Angola, onde se demorou dois ou tres mezes.

Durante a sua administração, que foi das mais beneficas para o districto, como tivemos occasião de verificar nos documentos officiaes, e se póde provar com os officios de louvor emanados do governo geral da provincia, completou ou deixou em bom andamento o sr. Graça algumas das obras, que o seu antecessor deixára incompletas por ter que saír do districto, como dissémos, em virtude da má disposição, bem ou mal fundada, o que não pretendemos avaliar, de uma parte dos habitantes de Mossamedes contra elle, e realisou outros melhoramentos, de que não faremos menção muito especial, por ir já adeantado este trabalho. E, julgamos sinceramente que, se não pôde effeituar todas as obras que desejava e projectára, foi por que lhe faltaram os recursos e a precisa coadjuvação de muitos que podiam dar-lh'a, e não por que lhe escasseassem a intelligencia e a vontade. Provariamos isto se fosse mister, mas não é.

Entre os melhoramentos realisados, pois, no tem-

[1] O districto foi supprimido desde 1 de outubro 1869 até 31 de março 1870, funccionando o governador durante este periodo como chefe do concelho de Mossamedes.

po da administração do sr. Graça, contaremos em primeiro logar a nova estrada para Capangombe, de que já fallámos,[1] o desenvolvimento das obras da fortaleza de S. Fernando, que é um ponto estrategico de grandissima importancia para Mossamedes, porque defende a villa e domina a bahia e a parte onde assenta a vivenda dos pretos, a que se dá o nome de *sanzalla;* e depois a praça de *Sá da Bandeira*, em frente da alfandega e do caes; as novas fortalezas de Capangombe e da Huilla, cujas construcções ficaram adeantadas; os reparos no quartel do batalhão de caçadores, no hospital e no edificio do correio e repartição do almoxarifado, etc.

Tinha o sr. Graça desejo de dotar a villa de Mossamedes com uma importante obra, qual era o caes em frente da alfandega, completando assim o pensamento do sr. Costa Leal, que já ahi tinha amontoado algum material para esse fim; e trabalhou tanto, que chegou a empenhar, em tal proposito, alguns abastados negociantes e pessoas influentes do municipio abrindo entre ellas uma subscripção, que se elevou a uma somma importante; mas, por circumstancias alheias á vontade do sr. Graça, conforme inferimos de documentos officiaes, a obra foi mandada suspender de Loanda e o dinheiro entregue a quem o tinha dado.

[1] O nobre marquez de Sá da Bandeira com o proposito, em tantissimas occasiões demonstrado, de beneficiar as terras portuguezas da Africa, cedeu parte de uma gratificação para esta estrada. No relatorio do sr. governador Graça (1869), lêmos o seguinte paragrapho:

«S. ex.ª o general marquez de Sá da Bandeira, offereceu, para auxilio da construcção da estrada de Mossamedes a Capangombe 1:000$570 réis, quantia que se conservou intacta até o dia 30 de setembro, mas da qual se começou a fazer a devida applicação no 1.º do corrente (outubro).»

A construcção do caes era de tamanha utilidade, que o desembarque de pessoas e mercadorias se tornava mais commodo e menos perigoso. É de esperar que, attendendo á conveniencia de tão importante melhoramento, o governo geral da provincia de Angola venha por fim a determinar que se effectue aquella construcção, cujo projecto e orçamento existem na respectiva secretaria. E aos commerciantes e agricultores de Mossamedes não ficaria mal ligarem-se em esforços e dedicação para auxiliar o zelo das auctoridades.

Nas possessões de além-mar são mais que muito necessarios estes mutuos esforços e auxilios para que a gerencia publica ande vigorosa e desassombrada das difficuldades e dos estorvos que ás vezes, seja dito com a franqueza que não desejamos occultar, provém antes da má vontade dos particulares e dos embaraços por elles levantados, que da inercia ou da falta de solicitude ou intelligencia dos funccionarios do estado.

Pouco antes do sr. major Graça sair de Mossamedes, occorreu na villa um facto tão digno de menção especial e tão para registar-se por menor, exemplificando-se o heroismo de uma dama portugueza e de uma virtuosissima esposa, que transcreveremos de uma gazeta da época a minuciosa e bem redigida descripção d'elle. [1] Esta transcripção tornava-se tanto mais necessaria quanto é para nós certo que não se poderia accrescentar nem alterar o que ali se acha com verdade e fidelidade referido, como se verá pelos documentos que vão adeante. [2]

[1] Vid. *Gazeta do Povo* n.º 95 de 2 de fevereiro de 1870.
[2] Vid. documento n.º 2, que vae no fim d'esta memoria.

Leiamos pois esta interessante narração:

Insubordinação em Mossamedes

«Os jornaes de hontem (1 de fevereiro 1870) fallaram n'um acto de grande valor e de verdadeiro civismo praticado em Mossamedes por uma distincta dama a sr.ª D. Maria do Carmo Lobo d'Avila. Soldados furiosos, que ameaçavam pôr a saque a villa e que não respeitavam as ordens dos seus chefes, submetteram-se á voz de uma fraca senhora, que n'um lance tão arriscado encontrou no seu espirito varonil, a palavra que os devia dominar.

A noticia que em seguida publicamos, narração d'essas deploraveis scenas, põe bem em relevo este feito bizarro que accrescentará mais um nome á lista das mulheres illustres.

D'um amigo nosso, que recebeu de Mossamedes cartas fidedignas, obtivemos os seguintes pormenores ácerca da revolta da guarnição militar d'aquella colonia:

Na noite de 24 de novembro, pouco depois de tocar a recolher na fortaleza de S. Fernando, onde está aquartellado o batalhão de caçadores n.º 3, constou na villa que este se havia revoltado. Avisaram o chefe do concelho, o sr. major Graça, que immediatamente saiu sósinho e desarmado, dirigindo-se á fortaleza. Estavam ali o commandante do corpo, major Ribeiro, e mais dois officiaes; a caserna conservava-se fechada, posto não estivessem ainda deitados os soldados. Até esse momento só houvera vociferações d'estes contra o capitão Miranda, o qual não se apresentára por haver sido prevenido a tempo de que queriam assassinal-o. O sr. Graça mandou abrir a porta da caserna, entrou, deu ordem para que os soldados se deitassem, e sendo prom-

ptamente obedecido, tornou a sair, demorando-se entretanto por mais de meia hora na fortaleza a conversar com o commandante, sem que durante esse tempo fosse quebrado o silencio na caserna. Parecendo-lhe porém sentir rumor extraordinario nos quarteis da 4.ª e 5.ª companhias, que ficam fóra da fortaleza, dirigiu-se para lá com o commandante do corpo, conseguindo facilmente restabelecer o socego.

D'ahi a pouco recomeçou a vozearia na fortaleza de S. Fernando, acompanhada de grandes pancadas nas portas e gritos de *fogo*. O sr. major Graça correu de novo áquelle logar, e chegou no momento em que acabavam de ser quebradas e arrombadas, saindo os soldados tumultuariamente. O sr. major Ribeiro foi envolvido na turba e separado do sr. Graça, dizendo os soldados que queriam defendel-o, mas disparando sobre elle um dos amotinados a pistola que trazia na mão, e felizmente não o feriu.

O sr. Graça completamente só no meio de mais de 100 homens armados, que clamavam vingança contra o capitão Miranda, e que pareciam dispostos a commetter as maiores atrocidades, foi envolvido por elles, porém nenhum lhe tocou. Este bravo official, conservando todo o seu sangue frio e energia, não cessou de estigmatisar o procedimento dos revoltosos, e exigindo de alguns d'elles que lhe declarassem os motivos que os levavam a similhantes excessos, foi-lhe respondido—«que se achavam opprimidos com serviço violento e castigos rigorosos; que os seus *prets* soffriam muitos descontos; que lhes roubavam o pão; e que de tudo isto era culpado o capitão Francisco Martins Miranda.» O sr. Graça, depois de tentar apasigual-os, insistiu para que se recolhessem á caserna, o que conseguiu, depois de alguma reluctancia da parte dos insubordinados, en-

trando elle proprio na frente d'elles, e na rectaguarda, por sua ordem, o capitão João Teixeira Pinto. Depois de fallar-lhes, levando-os por brio, conseguiu ainda d'esta vez aquietal-os, saindo com os officiaes, excepto o capitão Pinto, que ficára na fortaleza. D'ahi a uma hora voltou, e certificando-se que os soldados não tinham saído, posto ainda houvesse agitação e fallatorio dentro da caserna, demorou-se algum tempo, recolhendo a casa só depois das 2 horas da noite. Ás 3 horas, recebendo aviso de que fôra arrombado o paiol, voltou á fortaleza, verificou que era exacta a noticia e que haviam tirado polvora, mas sem bulha.

Demorou-se até o toque da alvorada, e não obstante continuar a agitação e fallatorio, não occorreu coisa notavel. Os soldados conservavam junto de si as armas carregadas; o sr. Graça mandou recolhel-as á arrecadação: muitos obedeceram, porém como as portas estavam arrombadas, mais de metade entravam por uma e saiam por outra sem deixarem as armas. Junto do sr. Graça só ficára o capitão Pinto; os outros officiaes não tornaram a apparecer essa noite nem de manhã!

Estava dada ordem para haver formatura do batalhão no dia 25 pelas 7 horas da manhã, defronte da porta da secretaria, para os soldados apresentarem ao sr. Graça as suas representações contra as injustiças de que se queixavam.

Este, voltando a casa para vestir-se, foi de novo avisado de que crescia o tumulto e se carregavam as peças, assestando-se a artilheria para a villa. Correu ainda outra vez á fortaleza, e quando chegava á porta, saiu-lhe ao encontro, não o batalhão de caçadores 3, mas um bando de salteadores, á frente dos quaes vinha o soldado, que disparára o tiro con-

tra o commandante. Este cabeça de motim mandou fazer *alto* ao sr. major Graça e improvisou um aranzel, sobre a independencia sua e dos seus companheiros, e declarando-lhe promptamente «que não queriam officiaes, nem reconheciam poder algum a não ser o seu, que era o poder da força; que os habitantes da villa os queriam subjugar, e que para isso tinham em casa escravos armados, porém que elles estavam decididos a arrazar a villa, a saquear as casas, e a não ter contemplação com pessoa alguma senão com elle Graça, cuja pessoa, familia, e casa seriam respeitadas; que se elle quizesse commandal-os, de boamente o acceitavam, porém que não queriam lá nenhum dos officiaes do corpo.»

Por mais que o sr. Graça procurou contel-os, nada conseguiu, e teve de retirar-se, na intenção de reunir alguns habitantes da villa, agricultores dos suburbios para oppor-lhes a possivel resistencia: faltava porém o armamento, que, estando todo na fortaleza, ficára em poder dos sublevados. Os habitantes, mal souberam que os soldados reagiam contra as ordens do sr. Graça, desanimaram, e trataram de fugir para as hortas, abandonando os seus haveres e tratando só de salvar as vidas.

Estava imminente o saque, com o seu terrivel acompanhamento de toda a especie de atrocidades, e o sr. Graça desesperava de poder obstar-lhe, quando á esposa d'este distincto official constou o perigo que ameaçava a villa. Sem a menor hesitação saiu de casa, e com o denodo que faria honra a um homem corajoso, dirigiu-se immediatamente á turba dos insurgentes, os quaes, assim que a viram, ao pé da fortaleza, formaram em fileiras abertas e apresentaram-lhe armas com o maior respeito, e com tanta ordem e firmeza como se estivessem n'uma parada!

A sr.ª D. Maria do Carmo Lobo d'Avila, irmã do actual ministro das obras publicas, e esposa do sr. Graça, é uma senhora respeitabilissima, estimada por todos quantos a conhecem, porém, mais do que estimada—adorada—pela gente de Mossamedes; não escapou ao prestigio das suas virtudes aquella horda de selvagens! S. ex.ª aproximou-se, dirigiu-lhes uma allocução tocante; a palavra corria-lhe facil, eloquente, irresistivel; parecia inspirada! Ainda ninguem alcançou pela palavra triumpho mais completo! É que pela boca da nobre dama fallava o coração da esposa extremosa, a alma da mãe carinhosa, o patriotismo da mulher portugueza, a sublime uncção da verdadeira caridade evangelica.

É notavel, mas é exacto, que n'aquella quadrilha de bandidos, pela maior parte composta de soldados europeus incorrigiveis e de degradados, onde abundavam assassinos e ladrões, fez tal impressão o breve mas pathetico discurso da nobre senhora, que muitos d'elles chegaram a derramar lagrimas, e a maior parte pediu e instou para que o sr. Graça os fosse commandar, protestando-lhe a maior submissão, acceitando todos os officiaes, e pedindo unicamente que n'este numero se não comprehendesse o capitão Miranda!

Continuava comtudo manifesta má vontade contra o commandante Antonio Maria Ribeiro, e insistiam em que os fôsse commandar o sr. Graça *que nunca lhe fizera injustiças*. Este estava junto de sua esposa desde que ella começára a fallar aos amotinadores, e vendo que o unico meio de restabelecer a ordem era acceitar momentaneamente o commando, assim o fez, mandou tocar a officiaes, deu algumas ordens, que foram cumpridas sem a menor hesitação, tratou logo de mandar concertar as portas que

haviam sido arrombadas, de fazer descarregar a artilheria e espingardas, recolher a polvora que se pôde encontrar, e concertar as grades do calabouço, que tambem tinham sido quebradas.

Passou sem novidade o resto do dia 25, mas mais de um cento dos moradores da villa ainda se conservava fóra d'ella, affastado pelos boatos aterradores que corriam. O caudilho dos insurgentes, e outros dos cabeças de motim, desceram á villa, e ameaçaram alguns caixeiros por se haverem ausentado os patrões. O sr. Graça fez prender aquelle a contento dos proprios soldados que primeiro o seguiram, e mandou-o amarrar de pés e mãos, remettendo-o assim para Loanda. No dia seguinte fez prender mais 4, que enviou para Benguella.

D'ahi a pouco, nenhum já fallava contra o major Ribeiro, e alguns até mostravam boa vontade de que elle reassumisse o commando do corpo, como effectivamente reassumiu, por ordem do sr. Graça, sem n'isso haver a menor opposição.

N'esse mesmo dia 26, mandou o sr. Graça um escaler a Loanda, e logo nos immediatos se instaurou um conselho para averiguar os factos occorridos.—Está concluido o serviço d'elle, que deve servir de base ao conselho de guerra.

Os principaes agitadores foram algemados e, com machos aos pés, transportados para Loanda e Benguella. (Entre estes um sargento mulato). Alguns suspeitos foram para os destacamentos do interior, e todo o serviço entrou em ordem, como se nada tivera acontecido.

As familias que se haviam retirado, em breve regressaram á villa; e quasi todas as senhoras e cavalheiros tem ido procurar a digna esposa do chefe do concelho, para agradecer-lhe e felicital-a pelo bom

exito do arriscado passo que déra, reconhecendo unanimemente que a ella, e só a ella, se deve a pacificação da revolta, e a salvação da villa.

Os officiaes em geral comportaram-se mal. Alguns houve que fugiram para as hortas como os mais medrosos paisanos, e só regressaram quando estes tambem voltaram. Deve porém mencionar-se como honrosas excepções o capitão Pinto, e o alferes José Caetano Corte Real, que cumpriram o seu dever de bons officiaes do exercito portuguez.

No dia 8 chegou a Mossamedes a canhoneira *Guadiana* com 52 praças do batalhão d'infanteria n.º 1, de Loanda. A 10 foram remettidos para bordo d'aquelle barco os presos. A 15 chegou a corveta *Sagres* com o governador da provincia, que se hospedou em casa do sr. Graça. A 18 embarcaram 100 praças do batalhão 3, que vão de passagem para outros corpos.

A sublevação foi completamente suffocada, porém facil é conhecer que ha descontentamento entre os officiaes e indisposição geral contra o commandante. Os habitantes dirigiram uma manifestação de agradecimento e louvor ao sr. Graça e á sua respeitavel esposa, que tão importante serviço lhes prestára: é provavel que tenha sido remettido para algum jornal de Lisboa ou Porto.

O governador da provincia deve regressar a Loanda no dia 19 (data da ultima carta recebida em Lisboa) a bordo da canhoneira *Guadiana*.»

VIII

A população do districto em 1865, conforme os relatorios do sr. Leal, era a seguinte:

Brancos........................	756
Pardos...........................	48
Escravos e libertos................	2:345
Indigenas.........................	120:099
	123·248

Comparando estes algarismos com os de 1854, que ficaram mencionados, achâmos que nos 11 annos decorridos o augmento da população foi o seguinte:

Brancos...........................	500
Pardos...........................	19
Escravos e libertos................	1:729
Indigenas........................	41:779
	44:027

Explica-se facilmente o augmento da população indigena. No periodo citado creára-se um concelho administrativo no Humbe, onde havia uma tribu numerosa e laboriosa, que se entregava á cultura de cereaes e á criação de gados. Esta tribu foi, pois, pelo sr. Leal encorporada no districto, dando-lhe um chefe militar e um destacamento de tropa.

Nos relatorios do sr. Graça a população (excluindo os indigenas tributarios, que o sr. Leal incluia nos seus mappas estatisticos, porque de outro modo não se explica a differença que se dá entre uns e outros dados), era em 1867:

	Fogos	Habitantes	Masculino	Feminino
Mossamedes......	180	4:964	3:201	1:763
Bumbo..........	102	3:117	1:632	1:485
Huilla...........	1:950	19:886	10:144	9:742
	2:232	27:967	14:977	12:990

Em 1868, segundo os citados relatorios, era:

	Fogos	Habitantes	Masculino	Feminino
Mossamedes......	184	5:349	3:479	1:870
Bumbo..........	112	3:150	1:652	1:498
Huilla...........	1:950	19:900	10:151	9:749
	2:246	28:399	15:282	13:117

Nos dois ultimos annos, a população do districto, propriamente dito, apresenta pequenissima differença, [1] que tambem se dá, no mesmo periodo, com

[1] Nos mappas, de que extrahimos os algarismos acima, ha as seguintes notas:

No concelho de Mossamedes vão incluidos, no total da população, 610 gentios dos Coroques, Giraul e Quipolla, em 19 fogos ou libatas. No concelho do Bumbo vão incluidos 2:000 indigenas *mondombes*, que não prestam obediencia alguma. No concelho da Huilla vão incluidos 19:500 indigenas.

Ácerca dos povos, que circumdam o districto de Mossamedes, dá-nos o sr. Graça a seguinte curiosa informação:

«Quanto aos povos, que circumdam a mesma serra e habitam os matos, quer nas cercanias do concelho do Bumbo, quer nos rochedos proximos ao mar, quer nos Cubaes, e outros sitios mais afastados, são nomades, pouco trataveis e quasi todos traiçoeiros. São conhecidos pelas denominações de *mondombes, mucuissos* e *mucubaes.*

«Os *mondombes* vivem nos mattos, pastoreando os seus gados e cultivando as terras altas, d'onde colhem os seus mantimentos; os *mucuissos* não tem pousada certa; vivem nos rochedos, alimentando-se de mariscos e de algum peixe que podem pescar nas praias, mas sem apparelho para a industria da pesca mais que a destreza e algum pedaço de ferro ou pau, que o acaso lhe depara; os *mucubaes* vivem de pilhagem, em quanto os *munanos* lhes dão tempo para isso, porque estes, muito poderosos em numero e em valor, quando saem a campo é sómente para se apoderarem dos gados que encontram, e que arrebatam para o seu paiz por dezenas de milhares de

relação a outros dados estatisticos; mas não nos admiramos, visto como está provado que, em as nossas possessões de além-mar, e accrescente-se que nas colonias de outras nações mais adeantadas, muitas circumstancias concorrem, em determinadas épocas, para o estacionamento ou pouco adeantamento de uma região, sem que possa deixar de confiar-se, para combater tal estado, na vigilancia, diligencia e patriotismo dos que governam e dos que são governados, e sem que deixe de ter-se esperança no progresso e florecimento da colonia.

IX

Na villa de Mossamedes e seus suburbios, em 1865, havia 207 habitações de europeus.

Em 1867 o numero de casas constava da seguinte nota:

	Mossamedes	Bumbo	Huilla	Total
De pedra............	18	4	3	25
De adobe............	202	9	92	303
De pau a pique.......	4	48	–	52
Cubatas.............	100	90	49	239
Casas em construcção..	40	7	–	47
	364	158	144	666

cabeças, terminando por lançar fogo ás habitações, que os vencidos lhes abandonam. Não tem sido possivel entreter relações politicas com estes povos, nem elles procuram estabelecel-as.

«Differente indole tem os indigenas do Coroque, cujo soba é submisso e os seus subditos humildes e timoratos. A tribu dos Coroques está situada a 70 kilometros para o sul de Mossamedes nas proximidades de porto de Pinda e porto Alexandre. As relações com este povo são amigaveis.»

Em 1868 havia o numero de casas que vem nos mappas estatisticos representado nos seguintes algarismos:

	Mossamedes	Bumbo	Huilla	Total
De pedra............	18	5	3	26
De adobe............	205	10	94	309
De pau a pique.......	3	53	–	56
Cubatas.............	100	100	52	252
Casas em construcção..	46	3	–	49
	372	171	149	692

A villa, propriamente dita, em 1857, como se vê no artigo por vezes citado[1], constava de tres ruas direitas, chamando-se *da Praia, dos Pescadores* e *do Alferes*, parallelas á praia, e cruzadas por outras tantas travessas. Até n'isto padeceu Mossamedes grande transformação, pois que em uma planta que temos á vista[2] se observa que o numero das ruas está

[1] Vid. o vol. IV do *Archivo Pittoresco*.

[2] A bella planta que tivemos presente, bem como excellentes aguarellas, devemol-as á obsequiosa deferencia do antigo e illustrado governador da colonia, o sr. Fernando da Costa Leal, hoje fallecido, que nos deu muitos dos esclarecimentos que serviram para, até onde nos foi possivel, tornar completo este trabalho.

As fontes a que recorremos, além dos indicados subsidios, que eram sobremodo valiosos, foram as seguintes, que tem já sido por vezes citadas, mas que deixâmos aqui registadas em proveito dos estudiosos:

Annaes maritimos e coloniaes.

Ensaios sobre a estatistica das possessões ultramarinas, por J. J. Lopes de Lima.

Relatorios do ministro da marinha, J. da S. Mendes Leal. 1863 e 1864.

Relatorio do governador geral de Angola, S. L. de Calhei-

hoje augmentado, conservando-se regularidade no alinhamento das mesmas e na construcção dos edificios.

As principaes ruas da villa, parallelas á praia, são pois: *da praia do Bomfim* (onde está a alfandega, o correio, etc.), *dos Pescadores, do Alferes, do Calheiros* e *da Boa Vista.* As ruas transversaes são: *dos Prazeres* e *de S. João,* que cortam a *da Praia do Bomfim; da Alegria* e *do Bom Jardim,* que cortam a *do Calheiros;* e a *Formosa,* que corta a da *Boa Vista.* Além d'isso, ha as travessas *de Santo Antonio, da Cancella, da Alfandega* e *das Flores,* que partem da *rua da Praia do Bomfim* e terminam na do *Calheiros.*

ros e Menezes, referido ao anno de 1861, e publicado em 1867.

Descripção e roteiro da costa occidental de Africa, etc., por A. M. de Castilho, official da armada. Tomo II, 1867.

Relatorio do governador do districto de Mossamedes, F. da C. Leal, publicado no *Diario de Lisboa,* 1866.

Itinerario de Gregorio José Mendes (pela maior parte inédito).

Correspondencia do tenente-coronel de engenheiros, L. C. C. Pinheiro Furtado, dirigida ao barão de Mossamedes (inédita).

Relatorios do major J. J. da Graça (1867–1869,) pela maior parte ineditos.

O conselho ultramarino e as colonias, por Pedro Diniz, 1868.

Boletim official do governo geral da provincia d'Angola, 7, 66, 186, 190, 203, 204, 214, 227, 230, 234, 239, 308, 339, 492, 518, 533, 554, 583, 597, 602, 614, 615, 636, 655, 661, 667, 695, 699, 700, 706, 718, 720; 722, 724, 728, 730, 731, 736, 738, 763, 764, 771, 773, 824, 849, etc.

Além d'estes, especialmente os *Boletins* n.os 14 de 1867, 7 e 10 de 1868, e 31 de 1869.

Relatorios do ministro da marinha, L. A. Rebello da Silva, 1870.

E diversos numeros do *Boletim e annaes do conselho ultramarino.*

O quadrado formado pelas ruas *da Boa Vista, da Alegria, do Calheiros* e *do Bom Jardim*, onde não ha ainda hoje as necessarias edificações, é destinado para uma bella praça, a qual se denominará *de D. Luiz.*

Com frente para esta praça, em um dos angulos da *rua Formosa*, se não principiou já em interesse da municipalidade, deve erigir-se o edificio apropriado para os paços do concelho; e no outro angulo, a casa para o theatro.

O plano d'esta grande obra e o começo da sua execução se deve ao sr. tenente-coronel F. da Costa Leal. O seu successor, sr. major J. J. da Graça, animado do mesmo patriotico desejo, mandou fazer, como já dissemos, a praça do *Sá da Bandeira*, animou os proprietarios a progredirem nas construcções para o aformoseamento da villa, e alguma coisa conseguiu, porque teve a satisfação de vêr que muitos edificios particulares se principiaram e concluiram durante a sua administração.

O templo de Santo Adrião, que descrevemos em um dos capitulos antecedentes, está situado a 300 metros, pouco mais ou menos, da povoação; proximo d'elle construiu-se uma das casas para as escólas primarias destinadas ao sexo masculino. O districto de Mossamedes tem tres escólas, duas na villa e uma na Huilla, as quaes em 1867 eram frequentadas por 42 alumnos e em 1868 por 54.

N'este ultimo anno, ia fundar-se uma escóla em Capangombe.

Vimos que, ha mui poucos annos, a egreja era considerada como o edificio principal da villa. Hoje, porém, o melhor edificio ali é o da alfandega. E até se póde dizer que, pela regularidade, solidez e custo, é uma das mais notaveis construcções em toda a provincia de Angola.

O edificio da alfandega, cujo plano e execução se devem egualmente ao sr. Leal, como já dissemos, foi começado em dezembro 1863 e concluido em abril 1868, no tempo da administração do sr. Graça. Occupa uma área de 1:081 metros quadrados, tendo de frente 23 metros, de fundo 47 e de pé direito 6. É de alvenaria, mas as portas e janellas tem guarnecimento de cantaria. A cobertura é de telha.

Consta o edificio de cinco salas e dois grandes armazens com um pateo no centro. A porta da entrada olha para a bahia, e a da saída para a *praça da Colonia*.

Em frente do edificio, e parallelamente a elle, levantou-se um telheiro de madeira. Tem 9 metros de largura e 23 de fundo, e é apoiado em doze pilares de madeira que assentam em sócos de cantaria. Serve o telheiro para abrigar os escaleres da alfandega, e as mercadorias que tenham de desembarcar a horas em que a repartição esteja fechada.

A construcção do edificio da alfandega custou, aproximadamente, 12:000$000 réis.

X

No territorio do municipio de Mossamedes ha 11 fazendas para cultura de algodão, e 5 engenhos para moagem da canna de assucar.

A exportação do algodão da provincia de Angola, segundo os calculos apresentados nos *Relatorios* do sr. ministro da marinha, Mendes Leal[1], foi no anno 1863, aproximativamente, de 115:368 kilogrammas, assim nos vapores da fallida companhia União Mer-

[1] *Loc. cit.*, pag. 77.

cantil, como em navios de vela, isto é, muito mais do triplo da maior exportação dos quatro annos antecedentes [1].

Não podemos comparar a producção do algodão em cada um dos districtos de que se compõe a provincia de Angola, porque nos faltam os necessarios elementos, e porque, se os tivessemos, deviamos omittil-os, para não dar ainda maior extensão a estes apontamentos, que já se vão tornando porventura enfadonhos; mas é certo que a producção tem ído sempre em consideravel augmento, e que, dois annos depois, isto é, em 1855, como adiante se verá, só pela alfandega de Mossamedes se exportaram 96:715 kilogrammas de algodão, na importancia de 61:995$400 réis.

É já admiravel este desenvolvimento da cultura da preciosa planta textil em Mossamedes, mas não é tudo: no primeiro semestre do anno 1866, a exportação subiu a 105:239 kilogrammas, na importancia de 67:538$918 réis, isto é, foi superior em 5:543$518 réis á exportação de todo o anno 1865.

E não só melhorou em quantidade, como vemos, mas tambem em qualidade; pois, segundo informações bem fundadas, o algodão em Mossamedes já é mui considerado nas fabricas de Portugal pela sua excellente qualidade, e gosa egualmente de bom credito em Inglaterra, pelo que tem mais valor no mercado que o de outras procedencias. A importancia da nossa producção colonial, sobre tudo em Inglaterra, onde as industrias sabem o que lhes convém e só apreciam o que é bom e util, lisonjeia-nos, na

[1] A exportação do algodão da provincia, nos quatro annos antecedentes, foi: em 1859, 29:488 kilogrammas: em 1860, 24:734 kilogrammas; em 1861, 11:795 kilogrammas; em 1862, 33:729 kilogrammas.

verdade, e póde servir de estimulo e incitamento para os futuros povoadores da Africa Occidental, tão desprezada, tão esquecida, e, principalmente, tão desconhecida e tão mal apreciada.

Em 1865, a importação pela alfandega de Mossamedes foi de 86:067$606 réis.

A exportação foi de 148:831$485 réis, que podêmos assim decompor:

Em bois vivos	68	1:220$000
» pedras de filtrar	62	155$000
	Kilogr.	
» algodão..............	96:715	61:995$400
» batatas	32:697	1:111$000
» carne sêcca	837	114$000
» cêra	49:939	25:892$585
» coiros	19:061	2:554$200
» marfim	3:804	6:301$400
» peixe sêcco	104:490	6:029$600
» urzella	6:775	962$800
	Litros	
» aguardente...........	256:275	34:405$000
» azeite de peixe.......	113:820	8:034$500
	Barricas	
» assucar	7	56$000
Total.........		148:831$485

A producção da aguardente foi de 425:000 litros, mas 168:725 consumiram-se no districto, e só os 256:275 restantes é que puderam exportar-se.

Em 1868, a producção agricola e industrial do districto foi:

	Mossamedes	Bumbo	Huilla
Algodão, kilogrammas...	128:030	68:970	–
Aguardente, litros.......	220:000	16:380	–
Farinha de milho, litros..	6:800	130:390	–
Feijão, litros...........	27:200	73:355	5:788
Milho, litros............	146:455	115:345	8:500
Batatas, kilogrammas....	120:000	22:500	17:100
Cará, kilogrammas......	342:240	100:500	–
Assucar, kilogrammas...	–	675	–
Café, kilogrammas.......	–	960	–
Trigo, litros............	1:292	–	9:384
Cevada, litros..........	1:632	–	374
Sola, kilogrammas.......	–	–	580:800
Cabedal, kilogrammas...	–	–	114:750
Tecidos d'algodão, metros	3:000	–	–
Cobertores.............	75	–	–
Cal, litros..............	244:800	236:604	–
Tijolos, milheiro........	113	22	2:5
Telhas, milheiro........	–	50	7
Peixe, kilogrammas.....	425:239	–	–
Sal, [1] litros............	54:400	–	–

O districto de Mossamedes tem egualmente abundancia e riqueza de minas.

«Para se fazer, porém, idéa da riqueza mineral do paiz (diz o sr. ministro da marinha, Mendes Leal), e do muito que n'este ramo promette, bastará mencionar que só nos mappas de que se acompanha a memoria do municipio de Mossamedes se indicam descobertos na respectiva área 64 jazigos de minerio de cobre e 5 de salitre, valor tanto mais consi-

[1] O sal foi produzido em tres salinas.

deravel quanto a salubridade relativa d'aquelle districto mais facilitará os trabalhos.»

Em 1865 havia no districto: gado vaccum (para serviço), 484 cabeças; dito cavallar, 32; dito asinino, 53; dito muar, 5.

Os meios de transporte, no indicado anno, constavam de 72 carros, 25 carroças e 4 carrinhos.

No mesmo anno, a industria já estava muito bem representada em Mossamedes, pois vemos que ali existiam os seguintes estabelecimentos: de tecidos de algodão [1], 1; de fabrico de assucar, 2; de distillação de aguardente, 8; de sola, 1; de tijolo e telha, 3; de caieiro, 2; de serralheria, 2; de folha branca, 1; total dos estabelecimentos industriaes, 20.

Em 1868 temos o seguinte quadro dos estabelecimentos industriaes e commerciaes nos tres concelhos do districto:

	Mossamedes	Bumbo	Huilla
Officinas de funileiro	2	–	–
» de ferreiro	3	2	–
» de tecelão	1	–	–
Moinhos	1	13	6
Engenhos de aguardente e assucar	9	2	–
Engenhos de farinha de mandioca	10	11	–
Machinas de descaroçar algodão	15	18	–
Fornos de cal	2	1	–
» de tijolo e telha	2	9	1
Pescarias	20	–	–
Armazens de seccos e molhados	8	1	6
Armazens de molhados	8	–	4
» de fancaria	5	–	–
» de padaria	4	–	–

[1] Esta fabrica foi creada por incitamento do sr. governador Leal, e os seus productos mereceram premio na exposição industrial do Porto.

Em Mossamedes ha abundancia de pescaria [1], e tambem se não observa falta de caça, principalmente no sertão. As embarcações miudas, que se destinavam ao serviço da pesca, em 1865, eram: escaleres, 50; baleeiras, 7: e ao serviço publico da alfandega e outros: lanchas, 12; escaleres, 8; baleeiras, 5; total, 82.

Em 1868 havia, em serviço particular e publico, o seguinte: palhabotes, 3; lanchas, 12; baleeiras, 8; botes de pesca, 40; total, 63.

Terminaremos esta memoria com que em outra parte dissemos, [2] quando tratámos de Mossamedes.

A prosperidade e o engrandecimento das nossas possessões de além-mar dependem, principalmente, das boas administrações que lhes derem, e para isso é necessario que os governos da metropole as considerem pelo que ellas valem ou podem valer; que não as tratem com desamor; que se não esqueçam da sua existencia; e que, emfim, vejam que o futuro das colonias póde estar, e está, por muitas razões, ligado com o futuro da monarchia e com a nossa independencia.

[1] No relatorio do sargento-mór Gregorio José Mendes, ácerca da exploração que fez de Benguella a Mossamedes, se lê: «Junto á praia assentei o campo, e fabricando uma jangada, consegui a pesca de excellentes *tainhas, pargos e corvinas.*» A variedade dos peixes é, todavia, maior.

[2] Vide o *Archivo Pittoresco*, vol. x, pag. 21.

DOCUMENTOS

N.º 1

(Vide pag. 229)

Fica a bahia de Mossamedes (nome que lhe foi posto em 1785 pelo tenente-coronel de engenheiros L. C. C. P. Furtado, quando foi estudar toda essa costa), antiga angra do Negro, e em lingua do gentio Bissungo Bittoto, entre as pontas do Girahúlo (cabo Euspa), e a Grossa ou do Noronha.

Estende-se a ponta do Girahúlo, que é rasa, pouco saída e muito cortada a pique, em 15° 11′ 30″ S. [1], e 12° 12′ 30″ E. Muito perto d'essa ponta, e em linha que vae d'ella á fortaleza, se pruma em $30^{m},5$, e se encontram depois, successivamente, 24, 82, 92, 99, 55, 238 e 293 metros.

Segue d'ali a beira-mar, toda pedrada e negra, obra de 3 milhas para S E 4 $^{1}/_{4}$ S. até a ponta Redonda, a qual tira o nome do feitio que tem, e é tão alta e tão ingreme, que se acham 36 metros, fundo de pedra, nas suas visinhanças; cresce muito rapidamente o fundo para S 4 S E. d'essa ponta, e tanto que se pruma em 261 metros a milha d'ella; e mais para S., n'esse mesmo alinhamento, se acham 20 e 14 metros perto da costa meridional.

[1] 15° 7′ 30″ S., diz Kerballet.

Pouco para E. da ponta Redonda se abre o Saco do Girabúlo, enseada com praia de areia, e depois se vae arqueando a bahia para S., e formando um reconcavo, todo guarnecido tambem de praia de areia, até á ponta Negra. Sobre esta, que é alta, pedregosa e escura, se levanta a fortaleza de S. Fernando, começada a construir em 1840, e que póde montar 8 peças[1].

Vae arenosa e de meã altura toda a costa desde a ponta Negra, e se encurva para formar o Saco do S., enseada que termina pela banda de O. na ponta Grossa ou do Noronha. No recanto do Saco, onde começa a terra de subir, se levanta a chamada Torre do Tombo, morro argilloso, macio e talhado a pique para a banda do mar, onde se lêem os nomes de varios navios que tem aportado a Mossamedes, e os de muitas pessoas que visitaram aquelle sitio [2].

[1] Tem hoje 22 peças e póde montar 30. Tem tambem uma boa casa de pedra e cal, mandada construir pelo sr. major Graça.

[2] As inscripções, a que se refere o sr. Alexandre de Castilho, são de certo as que se encontram na correspondencia do tenente-coronel Pinheiro Furtado, o que prova que já no seculo XVII se aventuravam por aquella costa alguns navegadores. Eis as inscripções:

KEMY — 1723.
+
I I⁻I S — 1766.
Luiz de Barros passou por aqui em 1765 annos.
André Chevalier G Y 1666.
Jan Dier.
* Francisco de Barros.
Bernardo Quado Aso do Febro passou por aqui em 1665.
* $\frac{W}{6}$FRN+PM.
Thomaz Decombro 1762 e em 1770.
José da Rosa 1645.
MR. 1649.
W TAYLOR, 1768.
18—1770.
De Tonchom 1665.

Segue-se a ponta do Noronha, que é alta, pedregosa, cortada a prumo, amarellada e sita a 2 milhas e 3 decimos da ponta Grossa; sobre ella, e em 15° 13′ 30″, torreia uma guarita com o seu pau de bandeira.

Passada a ponta do Noronha recurva-se muito a costa, e fórma uma enseada, que termina da banda do S. na ponta da Annunciação, ou da Conceição, que é rasa, negra e só a custo se percebe do mar. Fica esta em 15° 16′.

Milha e seis decimos O ½ N O. da ponta do Noronha fica o extremo septentrional do baixo da *Amelia* (nome que lhe foi posto por ter naufragado ali, em 1842, a escuna de guerra portugueza *Amelia*), muito perigoso por quebrar só de vez em quando, apesar de ter pelo geral uns tres metros de agua, e 0m,9 em alguns sitios. É todo de rocha e areiola, tem na falda occidental 2m,2, 3m,5, 4m,5 de agua, e 7m,9 e 11 na septentrional; perto d'elle e da banda do O. se encontram 22 metros e mais, e separa-o do continente um canal por

Rio Conene.
Monde en... 65.
S*F 1770.
Aqui esteve o patacho do Goya 1665.
Manuel Rodrigues Coelho.
Martin em 1770.
Aqui esteve o piloto Matheus Pires Silva da Pederneira 1665.
Thomaz de Souza.
O capitão José da Rosa Alcobaça passou por aqui indo para o Conene no patacho Nossa Senhora da Nazareth em 4 de janeiro de 1765.
O capitão Manuel de Lima.
Aos 6 de fevereiro saltou o sargento Domingos de Moraes n'esta bahia, que é formosa, em companhia do seu capitão, José da Rosa, em 1665.
JAN: DIMMESEN 1669.
VNSSENGAE PEL 1669.
ADRIIEENDIRERSEN.
Além d'estes nomes, muitos de modernos se encontram presentemente. Os srs. F. da Costa Leal, major Graça, e outros cavalheiros, deixaram memoria de si n'aquelle morro.

onde só devem navegar lanchas. Ha, porém, quem affirme ter visto navios de guerra inglezes passar por entre o baixo e a praia da Amelia, que lhe fica fronteira; julgâmol-o, porém, muito arriscado, assim por poder acalmar ali o vento e encostarem as aguas para cima do baixo, como por haver sempre seu rolo de mar.

Dilata-se o baixo da Amelia por entre 15° 14′ e 15° 18′ S., e vae até a umas tres milhas da costa.

Afoitamente se póde navegar por aquellas paragens, em quanto estiver a ponta Negra descoberta da do Noronha, marca larga do extremo septentrional do baixo, e que passa uns oito decimos de milha para N. d'elle.

Indo do S. em demanda do ancoradoiro de Mossamedes, monte-se a ponta da Annunciação á distancia de 3 milhas e meia, e siga-se para N., sem chegar á terra, até descobrir a ponta Negra; deite-se depois para esta, ou um tanto para N. d'ella, a fim de ir pelos 24 metros de fundo nas visinhanças da do Noronha, e não por menos, porque póde acalmar o vento á sombra da ponta.

Indo do N. deve-se dar resguardo á ponta do Girahúlo, por encostarem muito para lá as aguas e não se poder fundear.

Ha quatro ancoradoiros na bahia de Mossamedes: o dos navios de guerra e navios em franquia, em 26 metros, no alinhamento das pontas Grossas e do Noronha, a egual distancia das duas, e a meia milha da terra mais proxima: é bom sitio para velejar, pois se póde sair de bordada. Diminue muito gradualmente a fundura desde esse surgidoiro até a uns dois decimos de milha da terra, onde se encontram 5^{m},4.

Embarcações que tencionem demorar-se muito podem fundear a quarto de milha da praia, pouco para N. da Torre do Tombo, e em 9 metros ou 6^{m},4.

Acha-se terceiro ancoradoiro, bom para os navios mercantes que tiverem de carregar ou descarregar, em 16 ou 18 metros perto da praia onde se levanta a povoação.

Ha, finalmente, o fundeadoiro das embarcações de pesca, e outras de pequeno lote quasi no rolo da praia fronteira á villa.

No recanto N E. despeja, em tempo de chuvas, o rio Béro ou das Mortes, cujo leito atravessa o sitio das Hortas. Correm com tal velocidade as aguas d'este rio, em algumas occasiões de grande cheia, que se levam para cima de 8 milhas por hora. Do extremo da margem esquerda do rio Béro parte para N O. um baixo com perto de milha de comprido. Tem o rio boa agua de beber, e sem custo a deixa tomar, quando calêma; será, porém, necessario ír recebel-a de manhã cedo, antes de calar a viração, porque mais tarde açoita o mar aquellas paragens e é custoso de voltar ao surgidoiro: devem as embarcações que a empregarem na faina da aguada fundear perto da foz do Béro e da banda do N E. da restinga. Acha-se tambem optima agua abrindo cacimbas no terreno das Hortas.

Nas alturas de Mossamedes se erguem as banquetas chamadas Mesas dos Cavalleiros ou dos Carpinteiros, parecidas com outras que se prolongam desde o parallelo de 14° 30′ para S., mas distinctas por serem tres e eguaes. São boas marcas para navio que estiver amarrado.

Por sobre a terra alta visinha da fortaleza, e pelo areial para E. da ponta Negra, se avista a villa de Mossamedes. No areial é que fica a maior parte das casas, bem alinhadas, quasi todas de um andar só e em ruas espaçosas. Entre a fortaleza e a Torre do Tombo estão a egreja, um hospital militar, pequeno mas aceiado, e outros edificios.

Rapido ha sido o desenvolvimento da villa, o que em grande parte se deve attribuir á bondade do clima, muito parecido com os mais sadios da Europa. Sente-se ali frio, anuvia-se o tempo e são humidas as noites em julho e agosto, mezes em que a altura média barometrica anda por 760 a 765 millimetros. De annos a annos desaba ali fortissimo terral de E., que traz grande cópia de pó muito incommodo e produz graves doenças.

Nas suas visinhanças, e especialmente para o lado do N E., se levantam muitas libatas de negros, quasi todas mucubaes, cultivando especialmente o milho, e possuindo grandes manadas de gado vaccum.

Ha bom desembocadoiro no areial fronteiro á povoação baixa, e ao abrigo da ponta Negra; deve-se, porém, fugir de uma lagea que fica ao lume d'agua e pela parte de dentro d'aquella ponta.

(Descripção e roteiro da costa occidental de Africa, etc. pag. 260 a 263.)

N.º 2

(Vide pag. 259)

Secção militar. 1.ª Repartição n.º 180—Mossamedes 26 de novembro de 1869—Secretaria geral—Ill.mo e ex.mo sr.: Rogo a v. ex.ª queira elevar ao conhecimento de s. ex.ª o governador geral a exposição dos factos occorridos n'esta villa na noite de 24 e no dia 25 do corrente, que tiveram por precedentes uma fuga de nove praças do batalhão de caçadores n.º 3, no dia 20, e que hontem voltaram capturadas por uma escolta que as foi procurar.

Áo tocar a recolher, na noite de 24, constou-me que os soldados do batalhão estavam insubordinados. Dirigime á fortaleza immediatamente, e lá encontrei o commandante do corpo, major Antonio Maria Ribeiro, que tivera conhecimento da agitação, a qual se manifestára apenas por vozearia dentro da cazerna já fechada. Como este estado se prolongava, mandei abrir a porta, entrei, ordenei a todos que se deitassem, o que cumpriram, e restabeleceu-se por algum tempo a ordem. Depois de novamente fechada a porta, parecia estar tudo socegado, mas notou-se alguma agitação nos quarteis da 4.ª e 5.ª companhia; fui, com o commandante e alguns officiaes em direcção áquelle ponto, mas apenas tinhamos dado alguns passos fóra da fortaleza recomeçou a vozearia na cazerna, foi arrombada a porta, bem como a da arrecadação do armamento, e sairam todas as praças tumultuariamente para a parada.

A este tempo já eu e o commandante com alguns officiaes tinhamos chegado a entrar na fortaleza, mas aos

gritos e ameaças dos insurgentes achei-me só, porque o commandante tinha sido arrebatado por alguns soldados que pretendiam defendel-o. Senti um tiro fóra da fortaleza, que depois soube ter sido dado contra o commandante, segundo elle mesmo me disse, mas sem lhe causar damno algum. Ao mesmo tempo vozes partindo da cazerna diziam—fogo!—. Corri ao encontro dos insurgentes, e suspendi-os, conseguindo que não fosse disparada nenhuma espingarda. Exigi que alguns explicassem a causa d'esta desordem, e dentre elles dois ou tres, que eram apoiados por todos os outros, disseram, que a causa do descontentamento que elles manifestavam tinha os fundamentos seguintes:

«Serviço violento, castigos muito rigorosos, maus tra-«tamentos de toda a especie que lhes dava o capitão «Francisco Martins de Miranda, pessimas accommoda-«ções, falta absoluta de camas, e até a privação, para «muitos, de capotes que estavam em arrecadação, ao «passo que elles dormiam no chão humido sem cober-«tura alguma, descontos excessivos nos prets, não re-«cebendo alguns, os que vieram do deposito discipli-«nar, mais do que 300 réis cada mez, ao passo que ha «outros que, com quanto recebam mais alguma coisa, «não é quanto devia ser, porque tendo em deposito mui-«to mais de 9$000 réis se julgavam com direito ao seu «pret por inteiro; um d'elles declarou ter em deposito «mais de 30$000 réis, e soffrer sempre descontos; que «o que elles pretendiam era vingar-se no capitão Mi-«randa e no sargento Luiz Bernardo (Todo Bom) dos «maus tratos que, dizem elles, estes lhes dão.»

Com estas queixas em altas vozes, e com gestos bastante hostís pretendiam os insurgentes immolar o capitão Miranda, que foi prevenido a tempo para não se apresentar.

Prometti-lhes que seriam attendidas as suas queixas, mas quando as fizessem moderadamente e no logar competente, que era a secretaria, onde eu estaria no dia seguinte ás 7 horas da manhã e tomaria conhecimento das representações que se me fizessem.

Consegui fazer retirar para a cazerna todos os amotinados, mas não tendo bastante confiança em que elles se aquietassem; a porta estava arrombada e derrubada, e não havia meio de obstar a que elles saissem, porque todos estavam amotinados. O capitão João Teixeira Pinto é que ficou de inspecção em logar do capitão Miranda, e toda a noite eu e o dito capitão Pinto estivemos vigiando, e por vezes contendo os amotinados, que nunca chegaram a estar perfeitamente socegados.

Os habitantes da villa sobresaltaram-se e procuraram defender-se do melhor modo que podessem, avisando os agricultores e pedindo-lhes auxilio, mas eu não consenti que viesse pessoa alguma armada; porque os moradores não eram ameaçados, a questão era toda militar. Entretanto os soldados que eu já contava socegados, e que me tinham promettido não se amotinarem mais, viram ao longe um morador a cavallo acompanhado por alguns servos, e circulou no quartel a noticia de que vinham os agricultores armados e com os seus servos para os prender. Armaram-se immediatamente, apoderaram-se da artilheria que assestaram do modo que melhor lhes pareceu, e tomaram o caracter de sublevados, isto pelas 6 horas da manhã de hontem. Do paiol, que abriram, tiraram quanta polvora quizeram; alguma já ali foi novamente recolhida.

Logo que isto observei, dirigi-me á fortaleza para os conter, mas em vez de me receberem como na noite antecedente, com demonstrações de affeição, impediram-me a entrada na fortaleza, e declararam-se em completa anarchia. Não estava lá official algum, o commandante não tinha tornado a apparecer desde a vespera; estava com elles um sargento mulato de nome Machado Pinto, e a força toda, mesmo as companhias 4.ª e 5.ª que teem quartel fóra, e as guardas da guarnição, que tinham feito recolher.

Um dos principaes influentes dirigiu-me a palavra, pedindo-me em nome de todos os insurgentes que tomasse o commando do batalhão, ao que me recusei; de-

clarou-me que então elles se julgavam independentes para praticarem tudo quanto lhes parecesse, e que não tinham obediencia a pessoa alguma; tornaram a insistir para que eu fosse o seu commandante, mas que não queriam lá mais official nenhum. Recusei sempre, mas tentando persuadil-os a que entrassem na razão. Declararam que estavam resolvidos a manter-se n'aquella situação, e que iam em breve correr rios de sangue.

Tive de me retirar, assegurando-me elles que a minha casa seria respeitada, mas que nada afiançavam a respeito de outras, nem dos edificios publicos. Era bem difficil a situação, e só restava para a villa a defeza pessoal, porque as companhias moveís não teem armamento, e aquelle de que a auctoridade poderia dispôr, estava em poder dos sublevados.

Foi minha esposa quem salvou a villa de soffrer grandes desgraças, porque immediatamente soube o que se passava correu á fortaleza, sendo recebida pelos insurgentes em fórma e com armas apresentadas. Dirigiu supplicas aos soldados, fallou-lhes ao coração, quebrou-lhes o ardor e o sentimento rancoroso; e aquelles furiosos que pretendiam exercer vinganças, commoveram-se e pediram para que eu fosse o seu commandante, acceitando-me sem condições, exceptuando a de não continuar a servir no batalhão o capitão Miranda e o sargento Luiz Bernardo (Todo Bom).

As circumstancias eram melindrosas; era preciso terminar uma crise assustadora; tomei desde logo o commando do batalhão, mandei tocar a officiaes, e entrou tudo na ordem. Fiz restituir aos seus antigos logares as peças d'artilheria, entraram nas arrecadações as armas, fiz concertar as portas arrombadas, e publiquei a ordem á força armada que inclusa envio a v. ex.ª por copia.

Durante o dia correram infinitos boatos tendentes a assustar os moradores e a crear desconfianças entre os soldados. A maior parte das familias retirou-se da villa para os suburbios, e eu com o official de inspecção estivemos na fortaleza onde havia uma certa agitação.

Ao toque de recolher faltaram algumas praças, que soube depois tinha sido de proposito para não annuirem a qualquer movimento que se tentasse; feita a chamada e lida a ordem, mandei fechar a porta, e ao toque de silencio tudo se accommodou. Hoje ao toque de alvorada, a que assisti, não houve coisa alguma de extraordinario, e á hora em que escrevo (10 da manhã) está tudo no mais completo socego.

Cumpre-me agora pedir á sua ex.ª o governador geral as mais promptas e energicas providencias para restabelecer a disciplina que se acha offendida. Eu tomei a deliberação de assumir provisoriamente o commando do batalhão, porque os soldados no estado de exaltação em que se achavam, podiam commetter algum desacato para com o seu commandante, mas é forçoso que este reassuma os seus legitimos poderes, e que os principaes amotinados soffram a justa punição dos seus crimes.

Estou empregando os meios de obter a captura dos cabeças de motim, mas é preciso usar de toda a prudencia para o conseguir. Não basta porém limitar a isto as medidas de repressão, é indispensavel, na minha humilde opinião, que a maior parte das praças que actualmente está aquartelada em Mossamedes tenha passagem a outros corpos, e que seja diminuida a guarnição, cujo numero é demasiado para as necessidades do serviço, e para o alojamento pessimo que tem.

Quando eu commandava interinamente o batalhão requisitei camas, e foi-me respondido que ellas viriam, mas ainda não foram recebidas.

Por muitas vezes eu tenho demonstrado a necessidade de se fazer um aquartelamento, e posto que esteja auctorisado para fazer as obras que propuz não tenho os meios precisos...

São 11 horas. O batalhão de caçadores n.º 3 acaba de accusar como principal auctor de todos os motins, e pede para que elle seja preso, e d'aqui expulso, o soldado da 4.ª companhia n.º 117, Antonio d'Almeida Pinto, um dos mais conhecidos insubordinados dos corpos

da provincia; e todas as praças, arrependidas do mau passo que deram, pedem perdão da sua falta, e estão promptas a servir debaixo das ordens do seu commandante o major Ribeiro.

Annui immediatamente a tão louvavel desejo de se mostrarem humildes, e vou já depositar o provisorio commando nas mãos do seu commandante effectivo.

Estou persuadido que cessou o conflicto completamente, e agora sou eu que rogo a sua ex.ª haja por bem de ser indulgente com os amotinados arrependidos, esperando ao mesmo tempo que sejam dadas algumas providencias para melhorar as condições de alojamento das praças.

A indisposição com o capitão Miranda é muito grande e geral, por isso até ulteriores ordens de sua ex.ª fica dispensado de fazer serviço.

Quanto ao sargento Luiz Bernardo irá destacado para qualquer ponto na primeira opportunidade.

Confio em que sua ex.ª o governador geral se dignará approvar o meu procedimento, relevando-me o ter assumido provisoriamente um poder, que só a força das circumstancias me obrigou a acceitar pelo espaço de 26 horas.

Mando partir esta tarde para essa cidade um escaler do Estado com o preso amotinador Antonio d'Almeida Pinto, a fim de que sua ex.ª se digne dispôr d'elle como julgar mais conveniente, sendo acompanhado por um cabo e dois soldados do mesmo corpo.—São remettidas tambem duas pistolas, uma carregada, e a outra que foi pelo mesmo Pinto descarregada contra o major Ribeiro, como disse no principio d'este officio.

Passo ás mãos de v. ex.ª a copia n.º 2 de ordem á força armada, de hoje, na qual declaro que o major Ribeiro continua no exercicio das suas funcções de commandante do batalhão de caçadores n.º 3.

Deus guarde, etc. (Assignado) *Joaquim José da Graça*, governador do districto.

Secção militar. 1.ª Repartição n.º 181—Mossamedes

1 de dezembro de 1869—Secretaria geral—Ill.^mo e ex.^mo sr.: Em additamento ao meu officio n.° 180, de 26 do mez pp., no qual dava noticia da sublevação das praças do batalhão de caçadores n.° 3, aquarteladas n'esta villa, rogo a v. ex.ª se sirva de elevar ao conhecimento de sua ex.ª o governador geral da provincia, que tudo se acha hoje pacificado, mas que tive de proceder á captura de alguns individuos que tinham sido instigadores dos motins.

Não havendo n'esta villa prisão segura mandei transferir os presos para Benguella, officiando para este fim ao chefe d'aquelle concelho. Foram transportados a bordo da lancha *S. João do Sul*, propriedade de João Duarte de Almeida, mas afretada pela casa de Torres & Bastos, que não quiz pagamento algum por este transporte, nem mesmo o aprovisionamento da tripulação, o que n'esta data lhe agradeço em carta official.

A pressa com que escrevi o relatorio dos acontecimentos de 24, 25 e 26 de novembro, fez com que fossem ommittidas muitas circumstancias, que actualmente já não tem importancia, visto que tudo está terminado; mas a principal, que eu só levemente mencionei, foi a de ter ficado a villa de Mossamedes abandonada pelos seus habitantes, retirando-se quasi todos para as hortas do Quipolle, Casados, Aguada e Cavalleiros. Não foram menos de quarenta as familias que se retiraram, receiando um saque promettido pelos insurgentes; e foi tal o terror, que ainda algumas familias não regressaram, posto que todo o perigo está passado.

Continuam as pesquizas para se chegar a descobrir os auctores da sublevação; o principal era o soldado Pinto que foi para Loanda, mas os quatro que remetti para Benguella tambem eram muito influentes, sendo muito perigoso o 2.° sargento Francisco Machado Pinto, e mais ainda o soldado da 3.ª n.° 96, Antonio Benedicto, que está condemnado a degredo para S. Thomé.

Inclusa passo ás mãos de v. ex.ª uma relação dos presos remettidos para aquella cidade.

Tem sido recolhida muita polvora em cartuxame de

fuzilaria, e tambem de artilheria, e a proposito do roubo da polvora devo esclarecer um ponto que eu considero importante.

Na madrugada de 24 para 25 tinha eu chegado a casa por me parecer que os sublevados estavam em socego, quando o alferes José Caetano Côrte Real me veio dar aviso da parte do commandante do batalhão, que estava em casa, de que tinham passado alguns cunhetes de polvora da fortaleza para a sanzalla. Saí logo, e passando pela porta do commandante este me confirmou ter visto passar os cunhetes. Dirigi-me á fortaleza, eram 3 horas, e ordenei ao alferes Côrte Real que me acompanhasse. Este não hesitou. O capitão Pinto lá estava, e esteve sempre, até que, suppondo eu tudo terminado, saí. Durante o dia 25, e na manhã do dia 26, o alferes Côrte Real esteve onde eu estive, e como tinha estado o capitão Pinto. Outros officiaes não vi; de alguns sei que estiveram nas hortas. O ajudante no dia 25, e o tenente quartel-mestre desde 24, estiveram vigilantes, e sempre que os chamei compareceram promptos.

Estou intimamente convencido que tudo entrou no estado normal. O que muito convém agora é espalhar por pontos afastados alguns suspeitos de cumplicidade nas influencias, para serem depois chamados quando, em resultado das investigações a que se está procedendo, se reconhecer que estão criminosos, isto é, mais criminosos, porque o crime foi commettido por quasi todos.

A desaccumulação é o acto que me parece mais proprio nas presentes circumstancias. Não é urgente a reunião de tantas praças n'esta villa, e as condições do aquartelamento não comportam um tão elevado numero. As praças de pret existentes em Mossamedes nos dias 24, 25 e 26 de novembro, eram 220. Licenças registadas são pouco solicitadas, porque os soldados não sabem officios, e para trabalhos de campo não se ageitam, nem querem sujeitar-se.

É quanto, por agora, posso dizer para que sua ex.ª o

governador geral tenha uma exacta informação do que tem occorrido, e se digne providenciar como lhe parecer justo.

Deus guarde, etc. (Assignado) *Joaquim José da Graça*, governador do districto.

VI

VISTA ALEGRE

I

Quem fundou a Vista Alegre? D'onde lhe veiu este nome?

Faz naturalmente taes perguntas quem, visitando de proposito a fabrica de porcelanas dos srs. Ferreiras Pintos, para admirar o desenvolvimento d'esta industria em o nosso paiz, a pouco mais de um kilometro de Ilhavo, e a uns cinco sul de Aveiro, entra na Vista Alegre, e vê logo um magnifico templo, um bello palacete e uma lindissima e bem arborisada quinta.

Mas ninguem responde senão com a tradição, que diz que tudo foi obra do bispo de Miranda D. Manuel de Moura Manuel, que para ali se partira da côrte, reinando o sr. rei D. Pedro II, porque os amores bem publicos do illustre prelado com uma nobre dama concitaram contra elle as animadversões e as invejas dos cortezãos, e o obrigaram áquella especie de deportação, que uns asseguram fôra intimada e outros affirmam fôra voluntaria.

O que é porém mais que certo é que o bispo amou uma nobre dama, cujo nome ignorâmos, e tão apai-

xonadamente, que para ella e em seu proveito instituiu e vinculou a capella, que depois passou á corôa, até que no primeiro quartel do presente seculo appareceu em praça e foi comprada pelo sr. José Ferreira Pinto Basto, pae dos actuaes proprietarios.

O bispo D. Manuel tinha já ali alguma vivenda, ou escolheu o termo da villa de Ilhavo, pela excellencia da sua posição e pelo encanto que offerecem a todos as margens das rias de Aveiro, para fugir do bulicio do mundo e das cruelissimas commoções que nos elle dá na adversidade? Parece que sim.

Consta de um livro antigo [1], que D. Manuel de Moura Manuel, quando se recolheu a Ilhavo, já tinha n'aquelles sitios uma propriedade, conhecida pela denominação de *quinta da Ermida*, de certo por uma ermidinha erecta a S. Caetano, com quem o povo das circumvisinhanças teve em tempo muita devoção.

Como se transformou aquelle nome no de Vista Alegre, que tem conservado, desde então, até hoje?

Á falta de documentos, que nol-o confirmem, presuppomos que o povo se foi acostumando áquella mudança depois de construida a bella fonte, que fica proxima e na parte posterior da egreja, bem edificada na margem do Vouga, e com tão *alegre vista*, como póde inferir-se dos ultimos versos com que termina a sua inscripção, mandando que o viajante beba das santas aguas que d'ali manam:

> Bebe, pois, bebe á vontade
> acharás que é (muitas vezes)
> tão util para a saude
> quão para a *vista alegre.*

Assentado isto, pela poesia que encerram estas

[1] *Santuario Mariano*, tom. IV, liv. 2.º, tit. XXIII, pag. 391.

tradições para o povo, trataremos da fundação da egreja, que é obra em que o illustre prelado pôz todo o cuidado e é digna de vêr-se.

Partindo-se da côrte, como dissemos, para a quinta chamada da Ermida com a dama do seu coração, o bispo tratou logo, ao que parece, de lançar os fundamentos do templo, cuja fabrica é realmente perfeita, e dedicou-o á Senhora da Penha de França.

Tem esta egreja tres altares de boa architectura e levantados com excellentes marmores. São todos dedicados á Mãe de Deus e sobresaem n'elles bons retabulos. Nos dois collateraes, que ficam no corpo da egreja, ha imagens grandes e perfeitas.

A imagem da Senhora da Penha de França, que se vê na capella-mór, dentro de um nicho ou charola, tem pouco mais ou menos, 45 centimetros, e assenta em peanha de 20 centimetros. Dizem que para esta imagem serviu de modêlo a que se venera em Lisboa na sua egreja da Penha de França.

Além d'esta, tem a capella-mór mais duas imagens, em ponto grande e bem acabadas, e são Nossa Senhora e S. José, tendo no centro o Menino Deus. A collocação, porém, d'estas imagens é debaixo da charola da padroeira do templo.

Por sobre o fecho do arco da capella-mór ha uma imagem do Christo, que não é de inferior esculptura.

Do lado do Evangelho existe uma tribuna de notavel trabalho de talha. Destinava-se para as pessoas da familia dos proprietarios ou senhores da quinta, e tem communicação com o interior do palacete.

Emfim, em toda a fabrica da egreja, como dissemos, se nota bom gosto, riqueza e conhecimentos artisticos, que devia possuir o prelado em alto grau, visto que era elle quem dirigia a obra desde os alicerces.

II

Indo já bem adeantados os trabalhos da egreja, lembrou-se D. Manuel de Moura de mandar erigir, na capella-mór, dois tumulos, um para si, do lado da epistola, e outro para a nobre dama, á qual já nos referimos, do lado do Evangelho. No mausoleo, que destinava para mais tarde se guardarem as suas cinzas, quiz o preclaro bispo empregar artista insigne, porque a execução d'esta obra, como a concebera, não se podia entregar a um obreiro vulgar. Mas não o encontrava facilmente no reino.

A tradição refere o que succedeu por essa occasião ao bispo, e por ser em extremo curioso e pouco sabido, e não ter apparecido nunca impresso, deixal-o-hemos aqui.

Scismava o illustre prelado no modo de realisar a sua idéa, em quanto aos tumulos e ao acabamento da capella-mór, quando um dia appareceu ao pé d'elle um homem inteiramente desconhecido nos sitios. Este homem disse-lhe:

—Sei em que pensa. Carece de quem lhe faça taes e taes obras e não encontra artistas para ellas..

—Quem é vocemecê? perguntou o bispo.

—Um estranho.

—D'onde veiu?

—De muito longe.

—Quem lhe disse que eu não encontrava artistas para as obras que desejo fazer?

—Adivinhei-o.

—Então vocemecê adivinha?

—Sim, senhor.

—Pois deixe-me em paz.

—Não quer ouvir-me?

—Para que? Com quem estou fallando?

—Ouça-me, porque quem eu sou pouco importa. Precisa ou não de um esculptor bom?

—É certo.

—Eu sou esculptor e creio que não dos peiores.

—Como posso sabel-o?

—Dando-me o trabalho.

—Não póde ser. Seria loucura dal-o a um artista adventicio, cujo merito se desconhece.

—Não quer contractar-me?

—Não. Vá-se em paz.

Em verdade, pouca ou nenhuma confiança podia inspirar a qualquer um artista, inteiramente desconhecido, que se ia assim offerecer para executar uma obra que se queria acabada com primor.

Mas o desconhecido fiava-se em alguma coisa, porque em dias seguidos foi ter com o bispo e instou para que se lhe déssem todas as obras. A ultima vez passou-se esta scena:

—Está o sr. bispo resolvido a fazer o que lhe peço?

—Não.

—Ha de arrepender-se.

—De que?

—De não ajustar comigo o trabalho.

—Engana-se... Não me arrependerei.

—Accordemos em uma coisa, sr. bispo.

—Diga lá.

—Faço uma pequena esculptura para vêr e analysar, e submetto-me ao seu juizo.

—Não estou para servir de juiz, n'este caso...

—Não achará tão cedo um artista como eu.

—Resignar-me-hei.

—Faço a experiencia, sr. bispo?

—Faça o diabo... e deixe-me.

Estas ultimas palavras foram ditas de modo, que o pobre desconhecido não teve desejo de continuar a conversação e retirou-se cabisbaixo.

No dia seguinte, conforme refere a tradição, as pessoas de Ilhavo, que frequentavam a casa do prelado de Miranda, ou ali tinham trabalho nas diversas obras que se executavam n'aquella propriedade, viram com admiração que, em frente da egreja, o artista desconhecido erguera no centro do largo, que depois se aformoseou bastante, uma especie de cabana de palha onde se occultára á vista de todos.

O que fazia ali o desconhecido? Ninguem o sabia.

Algum curioso, dos mais atrevidos, se conseguia aproximar-se da cabana do adventicio, apenas ouvia, pelo som do cinzel sobre a pedra que se lavrava, que se ali fazia alguma obra de esculptura. Mas o que seria?

Decorreram muitos dias. Ao cabo d'elles, o adventicio saiu da sua cabana e dirigiu-se novamente ao prelado:

—Sr. bispo, disse-me que fizesse o diabo...

—Não me recordo, interrompeu o bispo.

—Está feito.

—Está feito... o que?

—O diabo.

—O diabo?

—Sim, senhor...

—Então o que é?

—A imagem de Satanaz.

—Vem zombar comigo, senhor?

—Não, sr. bispo. Fallo serio.

—Entendamo-nos. O que quer dizer?

—Quero dizer, que cumprindo com o seu desejo, que era uma ordem, e vingando-me do seu

despreso, que excitára o orgulho de um artista que se présa, esculpturei uma figura para lhe mostrar até onde chegam os meus recursos.

—É verdade?

—Quer vêl-a, sr. bispo?

—Estou com curiosidade de a vêr.

—Pois queira ter a bondade de acompanhar-me.

E o bispo, em companhia do adventicio, foi examinar a figura de Satanaz, e tão perfeita a observou, considerada artisticamente, que deu as mãos á palmatoria e confessou que o desconhecido era com effeito um esculptor primoroso.

N'aquelle mesmo dia, o artista adventicio tomou conta das obras da egreja e executou os dois tumulos e outros trabalhos da capella-mór, que o viajante curioso admira no templo de Nossa Senhora da Penha de França, da Vista Alegre.

Mas com este desconhecido ainda succedeu que, não se sabendo nunca de que nação viera, nem a que familia pertencia, logo que as obras principaes se concluiram desappareceu de repente, sem que o bispo pudesse gratifical-o, como desejava, nem o povo soubesse por onde desapparecêra, apesar das minuciosas indagações que se fizeram. Este facto, accrescenta a tradição popular, veiu corroborar a idéa de que o adventicio tinha algum pacto com os espiritos diabolicos. Mas se tinha feito esse pacto, não podia de certo acabar alguma das cruzes que ornam a egreja e são obra d'elle. A graça das tradições, que vão passando de geração em geração, é serem ás vezes contradictorias, e é o povo, sempre bondoso e crente, recebel-as assim sem commentarios.

O mais exacto, comtudo, é que o artista fosse assassinado e enterrado por malfeitores, que lhe qui-

zessem roubar o que já lhe tinha dado o bispo e não seria pequena somma.

Da estatueta de Satanaz, se existiu, ninguem hoje dirá que destino teve.

Voltando ao interior do templo, temos pois, além do que fica descripto, os dois tumulos de bello marmore e bem trabalhados. O que encerra as cinzas da dama, é mais simples de ornamentação, mas tambem não deixa de ter primores artisticos.

O que contém as cinzas do bispo é realmente magestoso. [1] É uma grande urna funeraria, que assenta sobre tres leões de farta juba. Em cima se representa o bispo, de corpo inteiro, revestido de casula e mitra. Está deitado, mas não descança a cabeça na rica almofada, que lavraram na tampa da urna.

[1] No Tratado Elementar de Geographia, por D. José Urcullu, (1837) lê-se, a pag. 90 do tomo II, o seguinte:

«Quando o proprietario (José Ferreira Pinto Basto) comprou, não ha muitos annos, este sitio, só existia n'elle uma capella e as ruinas de um edificio que tinha sido seminario episcopal. Aquella no exterior é simples e elegante com duas torres que estão em bella harmonia com o corpo do edificio. A porta principal está do lado do oriente olhando para a estrada de Ilhavo, e n'um dos quatro lados de um campo, no qual se celebra uma feira do dia 13 de cada mez. No seu interior a capella é lindissima. No lado esquerdo está a sacristia, acima d'ella a tribuna para a familia com communicação para o interior da casa; no lado direito ha um mansoleo ou monumento de marmore erigido á memoria do prelado fundador; o qual pelas bellezas que encerra e pela sua admiravel execução não é inferior aos que temos visto na celebre e antiquissima abbadia de Westminster, em Londres. O Tempo levanta o panno mortuario que cobre o sepulchro para que os homens possam contemplar aquelle que pelas virtudes edificou o mundo durante a sua vida. Varios anjos levam as insignias das suas dignidades. A figura do prelado está cheia de nobreza e resignação christãs; o desenho é correcto, o cinzel firme e livre. A data do extensissimo epitaphio ou inscripção lapidar é de 1697.»

Um dos braços é que descança n'essa almofada; e como que querendo erguer-se do tumulo, com a cabeça meio levantada e o outro braço erguido, parece estar apontando para o Tempo, que, descobrindo tudo, está ali para descobrir as virtudes e os merecimentos do illustre prelado, e pedir que se lhe faça inteira justiça. O Tempo é em alto relevo, no fundo e no alto do nicho onde está o tumulo, e figura estar afastando o panno que devia cobrir o sepulchro e de certo esconderia as boas acções do prelado. Todo o trabalho esculptural está bem delineado e primorosamente executado. Era na verdade mui habil o artista que se encarregou de tal obra.

Em frente do mausoleu do bispo, lado do Evangelho, ou antes, entre a tribuna e o tumulo da dama, lê-se, gravada em marmore preto, a seguinte inscripção:

DEO OP.TO MAX.O

Deiparæ Virgini
Diei ultimæ

Supremo Judicio	Supremus Judex:
Rectrici Universi	Rector Universitatis:
[1] Episcopo animarum	Animosus Episcopus:

In
Mortis asylum, [2] voti titulum, gratitudinis trophœum,
Hoc templum, Hanc aram, Hunc tumulum,
Dedicat, Sacrat, Signat,
Ill.mus et R.mus Dõnus
D. Emmanuel de Moura Manuel

[1] Petr. 2. 25.
[2] Genes. 28. 22.

Qui
AB. Ferdinando Castellæ Rege progenitus,
[1] Sanctorum soboles, [2] electum genus est:
Armis, et literis, [3] ordine, et cursu manens,
[4] Stella micans, et dimicans fuit:
Aulæ supernæ cum Pontificibus ascriptus,
[5] Simili gloria Sacerdos Christi erit.
Favente natura, comite virtute, auxiliante gratia.
Cui
Ortum dedere Serpæ ter maximi conjuges
Lupus Alvares de Moura,
Comendator de Trancoso,
Trium Eclesiarum Patronus, Trium Maioratuum Dõnus;
Et D. Maria de Castro,
Ex Imperiali Emmanuelium stirpe pari nobilitate decorata.
Quem
Serenissimi Portugaliæ Reges
Destinarunt caduccs, Selegerunt consilio:
Sancti Officii Tribunal
Judicem habuit Deputatum Iuquisitorem dignissimum:
Academia Conimbricensis
Collegam educavit, Rectorem coluit:
Ecclesiæ Lusitanæ
Canonicum nutrierunt alumnum, et sponsum receperunt Episcopum.
Tot gradus Providentia Supponente,
Ut merītis augeretur, quod Sanguini debebatur.
Cujus
Magnitudinem, Integritatem, Sapientiam,
Multiplex Fama loquitur,
Hoc Opus Salomonicum testatur.
Quo
[6] Arca coronata, Suffulciens Propitiatorium,

[1] Tob. 2. 18, 1 Petr. 2. 9. et alludit ad Poetum.
[2] Judic. 5. 20.
[3] Dan. 12. 3.
[4] Apocal. 20. 6.
[5] Exod. 25. 11. et 37. 2. proprie Exod. 26. 34.
[6] Numeror. 17-10. et 2.º 8.

Custodit miraculosum simulachrum
[1] Virgæ Virginis, quæ rupit rupem.
De cujus Nativitate, quam celebrat, gaudens
Sub cujus umbra quam desiderat, sedens,
Loculo fecit locum;
Munimentum construxit monumento.
Herculeas columnas, vel potius Machabaicas,
Saxeas fixit, non terreas finxit,
[2] Ut viderentur ab omnibus navigantibus mare:
Non Plus Ultra.
Hujus tanti viri si effigiem quæris,
Inspice utrumque antrum:
Franci-hispanicum scilicet, et Bethlemiticum.
Quibus
[3] Ut Simon dormit; Ut [4] Pastor vigilat;
[5] Immo etiam vigilat, cum dormit:
Nam illic spiritus inter [6] vigiles associatur
[7] Cælesti militiæ,
Dum hic corpus, virginis protectione securum
Requiescit in pace
Hoc Epitaphium insculptum Fuit Anno
Domini 1697.

Esta inscripção, que não está em muito boa linguagem, póde traduzir-se d'este modo:

A DEUS OPTIMO MAXIMO

A' Virgem Mãe de Deus
Ao derradeiro dia

Ao supremo juizo	O supremo juiz
A' rainha do universo	O reitor da universidade,
Ao pastor das almas	O animoso bispo

[1] Cantic. 2. 3.
[2] 1 Machab. 13. v.º 29.
[3] Marc. 14. 37.
[4] Luc. 2. 8.
[5] Cantic. 5. 2.
[6] Dan. 4. 10.
[7] Luc. 2. 13.

Para
refugio da morte, monumento do voto, tropheo de gratidão
Este templo, este altar, este tumulo
dedicou, consagrou e erigiu
O Ill.mo e Rev.mo Sr.
D. Manuel de Moura Manuel
O qual
Descendente do beato Fernando de Castella e de real stirpe
De geração de santos, e de raça eleita:
No seu posto sempre firme, foi, nas armas e nas letras,
Estrella fulgurante e combatente.
Alcançado as maiores honras com os Pontifices,
Com o favor da natureza, com o auxilio da virtude, e
com o soccorro da graça
Foi não menos gloriosamente sacerdote de Christo,
Nascido em Serpa, teve por paes os muito illustres conjuges
Lopo Alvares de Moura
Commendador de Trancoso
Patrono de tres egrejas, senhor de tres morgados,
e D. Maria de Castro,
da familia imperial dos Manueis igualmente illustre pela nobreza.
Os serenissimos reis de Portugal
O nomearam sumilher da cortina e seu conselheiro.
Do tribunal do Santo Officio
Foi juiz deputado e inquisidor dignissimo
A Universidade de Coimbra
Teve-o por discipulo e respeitou-o como reitor
As egrejas lusitanas
o educou como alumno canonico, e o recebeu como bispo.
Concedendo-lhe a Providencia tantas dignidades
Para que os direitos do seu illustre nascimento se augmentassem
com os seus meritos.
A sua magnitude, integridade e sabedoria
São pela fama geralmente celebradas,
E dellas dá testemunho esta obra digna de Salomão.
Onde se vê a arca coroada, sustentando o propinatorio,
na qual se guarda a miraculosa imagem
da vara da Virgem, fendendo o rochedo.
Celebrando, jubiloso, a sua Natividade

E acolhendo-se á sua sombra desejada
escolheu logar para o seu jazigo
Construiu abrigo para o seu tumulo
Herculeas, ou antes machabaicas columnas,
de pedra e não de terra formadas, erigiu
para serem de todos os navegadores avistadas.
Não mais avante.
Se queres ver a imagem de tão insigne varão
Olha para uma e outra gruta
a franco-hispanica, e a bethlemica
Onde
Como Simão dorme, como pastor vigia
Ou para melhor dizer, vigia em quanto dorme
Porque o seu espirito anda associado ás sentinellas
Da celeste milicia
Emquanto o corpo, sob a protecção da Virgem,
Descança em paz.
Este epitaphio foi gravado no anno
do Senhor 1697.

III

Infere-se, pelo que posto fica, que D. Manuel de Moura Manuel occupou não só altos cargos [1], mas gosou em elevado grau do favor do sr. rei D. Pedro II. A sua posição e os seus merecimentos tornaram maiores e mais tenazes os odios que o perseguiram quando a côrte descobriu os amores do illustre prelado.

O bispo D. Manuel foi nomeado para a diocese de Miranda em 1689, quando falleceu D. frei Antonio de Santa Maria, religioso capucho da provincia de Santo Antonio, antigo deão da real capella e bispo eleito do Maranhão, que governava aquella diocese.

[1] Vid. documento n.º 1 no fim d'esta memoria.

Durou o governo espiritual de D. Manuel em Miranda não menos de dez annos, pois que a data do seu obito está designada em 1699, [1] mas não teve ali permanencia regular. Consta de memorias ineditas que elle passava o tempo, ora em Coimbra, ora em Miranda, e ora em Ilhavo (na quinta da Ermida).

Em uma d'estas excursões, o bispo adoeceu e mandou chamar um medico. Deu-se isto proximo de Vizeu, conforme se vê da *Collecção de documentos* da Academia Réal da historia portugueza [2]. Mas não falleceria talvez D. Manuel d'essa enfermidade, que poderia ser de pequena circumstancia, se não se désse o facto referido pela tradição que nos communicou um amigo em carta, que temos presente e diz assim:

«Chamando um medico, veiu este no conhecimento de que o bispo tinha sido inquisidor no tempo e na inquisição em que a mãe d'elle medico fôra condemnada ao fogo. Para se vingar da crueldade inquisitorial propinára ao bispo um veneno de que lhe resultou a morte.»

Finalmente proximo de Vizeu, em um logar chamado dos Ferreiros, ficou sepultado até que as suas cinzas foram trasladadas para a egreja da Vista Alegre.

Existia em Ilhavo, no anno 1830, uma mulher do povo, já bastante edosa, que contava ter repetidas

[1] Ha contradicção entre esta data e a do epitaphio; mas, a julgar a primeira exacta, devemos suppor que a do epitaphio não designa a do obito do bispo. Além d'isso, sendo certo que os bispados não estavam vagos por muito tempo, a data da posse do successor de D. Manuel parece dizer-nos que o fallecimento succederia pouco antes. Nos apontamentos de Figueirôa, ineditos, a data do obito é 1699.

[2] Vid. documento n.º 2.

vezes ouvido a sua avó d'ella que, sendo esta ainda moça, vira e seguira de Ilhavo até a Vista Alegre o acompanhamento do corpo do bispo, quando em umas andas, sob a fórma de liteira, fôra trasladado para a sua capella de um logar, onde se dizia ter fallecido, nas visinhanças de Vizeu.

Se a morte não o arrebatasse, fundaria o bispo de Miranda, na Vista Alegre, um bom instituto para educação de meninas pobres e orphãos, pois consta que trabalhára para isso, e já tinha destinado uma dependencia do palacete para esse estabelecimento pio.

No principio d'este seculo, ou antes, a egreja, estando já em poder do estado, conservou-se em tal abandono, que não só o povo chegou a levantar a tampa do mausoleo do bispo com o intuito de roubar algumas joias com que o prelado fosse sepultado; mas se fez ali, não sabemos por ordem de quem, uma especie de palheiro. Registamos este facto com o profundo sentimento com que o ouvimos.

O successor de D. Manuel, no bispado de Miranda, foi em 1701 D. João Franco de Oliveira, que tinha sido bispo de Angola, e arcebispo da Bahia, metropolitano de todo o estado do Brazil desde 1692.

IV

A fonte, a que já nos referimos e a que dão o nome de Carapichel, fundada em 1696, conforme a data que na mesma vimos gravada, é de construcção elegante e de excellente agua; mas tem-n'a conservado com pouco cuidado. Fica por detraz da egreja, em plano inferior com uma differença de nivel de mais de quatro metros, pouco mais ou menos, e para ella se desce por uma suave rampa.

Tem esta fonte uma inscripção mui curiosa, em caracteres gothicos, que nos démos ao trabalho de copiar inteira por lhe encontrarmos graça e belleza, e por nos persuadirmos de que não se nos depararia outra de egual extensão em todo o reino. Contêm oitenta e quatro versos. Não asseguràmos todavia que seja fidelissima a copia, por isso que os versos estão em parte apagados e quasi inintelligiveis.

Quando estavamos entretidos n'este trabalho, depois de termos visitado a fabrica de porcelana, e em quanto um nosso companheiro de viagem [1] ia vêr a quinta com os proprietarios, disse-nos um criado, admirado do que faziamos, que o sr. D. Pedro V, de saudosissima memoria, por occasião de visitar a Vista Alegre tambem quizera tirar por sua mão e guardára uma copia da inscripção da fonte. É de crer pois que entre os papeis do estudioso monarcha se encontre esta memoria da sua digressão á propriedade dos srs. Ferreiras Pintos.

A fonte está proxima da praia e talvez que primitivamente fosse mais concorrida pelas virtudes, que de suas aguas se apregoavam. Hoje ninguem se lembra de certo d'aquelle benefico liquido, e para ali jaz o monumentosinho sem que o povo honre o intuito e o pregão de seu fundador. Ao sr. Ferreira Pinto pedimos nós que désse á fonte,—padrão de santo affecto á Virgem protectora da egreja e de nobre amor ao logar onde se erigira,—o esplendor que devia ter em tempo, tornando-a accessivel

[1] Tinhamos ido á Vista Alegre em companhia do nosso amigo sr. Ayres de Sá Nogueira, com quem nos encontráramos em Aveiro, e a s. ex.ª devemos o estabelecermos relações com um dos intelligentes, honrados e laboriosos proprietarios da fabrica, o sr. Domingos Ferreira Pinto Basto.

e agradavel a todos que visitassem a Vista Alegre; e o esclarecido industrial nos disse que se não esqueceria do pedido.

A inscripção é a seguinte:

Esta fonte, ó navegante,
cuja liquida corrente
cristaes prodiga desata
attenções vistosa prende.
Esta nympha que ao Vouga
só em leguas mais de sete
adoça as aguas salgadas
feita Nayade ou Nereyde.
Esta agua que o bem commum
á vara liberal deve
de um sabio pastor sacro
militar, juiz, regente.
Esta veia cuja origem
a do Paraiso excede;
pois da casa da Senhora
mais bem nascida descende.
Contém todas as virtudes
das fontes mais excellentes
e dá remedios á vida
depois de dar morte á sede
Se a frequentas por agrado.

sendo aos narcisos enfeite
é das graças Natalis
e das musas Hippocrene
E Arethusa de Alpheo
mas por modo differente:
pois de um rio a outro rio
aquella foge, esta segue.
Egeria de melhor Numa
que magnifico e prudente
na arca o numen invoca
no tanque a prata dispende.

Biblis que, sem culpa, ao rio
irmão por parte de Thetis
murmurando a esquivança
vae abraçar docemente.
Fonte emfim do sol contigua
ao templo de Deus dos Deuses
contra a calma a fonte fria
para o frio fonte quente
Se a buscas por medicina
é qual a de Circe ou Téthys.

fonte que as doenças cura
cristal que a vista esclarece
Eguala a fonte de Marsyas
com benefica antithesis:
pois se aquella pedras cria
est'outra pedras derrete.
Não se turba com as vozes,
antes para que a celebrem,
sarando-as como a de Samos
as louva como a de Eleusis.
Ao que estuda em suas margens
activa a memoria sempre
como a fonte de Béocia,
opposta ao curso do Lethes.
A quem da fonte Salmacis
bebeu as aguas ardentes
esta agua banhando as fontes
livra do amor, qual Seleno
E quando perdido a brindes
aches no Vouga ou Lyncestis
esta qual fonte de Erigon

faz com que o vinho aborreces.
Se por devoção visitas
sua affluencia perenne
é choro com que olhos pios
na capella á Virgem servem.
E' fonte de Jerichó

que as plantas da rosa vestem
e que outro Eliseu com Moura
fez suave, lenta e fertil.
E' fonte prophetisada,
se tanto póde dizer-se
pois sae do templo santo
e vae regando a torrente.
Do mar de graças Maria
o rio e fonte procedem
mas lá junto á lapa mana
cá da mesma penha desce.
Bebe, pois, bebe á vontade
acharás que é (muitas vezes)
tão util para a saude
quão para a vista alegre.

V

Antes de entrarmos na fabrica de porcelanas dos srs. Ferreiras Pintos, releve-se-nos que registemos uma opinião em honra dos portuguezes, que

Por mares nunca de antes navegados

trouxeram com a gloria dos descobrimentos outra gloria não menos imperecivel, e tal é, em nosso humilde entender, o conhecimento dos usos e costumes dos povos que se iam descobrindo, cujas riquezas e industrias vieram do extremo Oriente ao extremo Occidente com as galas do seu genio e o esplendor das suas maravilhas.

Sendo certo que o descobrimento d'aquellas nações ignotas, cheias de vida e energia, deu luz aos povos occidentaes, nós, os portuguezes, fomos como que o receptaculo d'essa luz; e assim como hoje

os cabos electricos transmittem, pelo fundo dos mares, do velho para o novo mundo, o que os negocios do commercio, da industria e da politica dos estados, querem que transmittam, assim tambem os portuguezes conduziram nos seus galeões e naus, do novo para o velho mundo, ao raiar e no decorrer do decimo sexto seculo, tudo o que era mister saber-se, tudo o que poderia demonstrar o estado dos povos asiaticos, com os quaes haviam estabelecido boas e duradouras relações, embora á custa de rudes trabalhos e cruentos sacrificios.

Entre as provas do desenvolvimento da industria asiatica, que os portuguezes trouxeram a Lisboa na volta de alguma das expedições ao mar das Indias, conta-se pois a louça da China e do Japão. A Europa, como é geralmente sabido, pasmada da ousadia de Vasco da Gama e de outros dos nossos atrevidos navegadores, ficou admirada dos preciosos productos da arte ceramica que vinham nas armadas onde fluctuava a bandeira das quinas, e encantada pela fórma e pelas côres da magnificencia d'essa arte na Asia.

Estabelecido isto, que ainda não vimos negado em nenhum dos auctores, que consultámos, assentemos tambem que o nome de *porcelana*, com que a louça da China e do Japão se introduziu por esse tempo na Europa, tem origem portugueza.

Houve quem julgasse que a denominação seria chineza, porém está averiguado que na lingua do vasto imperio celeste não se encontram as syllabas ou os sons de que se compõe a palavra *porcelana*.

Suppõem outros que este nome lhe dariam os portuguezes por causa de uma curiosa concha, vulgarmente chamada *concha de Venus*, que, pela sua fórma e pelo seu brilhante esmalte, se assemelharia

a um vaso d'aquella louça, e esta é a opinião do illustre professor visconde de Villa Maior [1] (hoje reitor da universidade), que segue a etymologia determinada pelo sabio Brougniart [2], auctor de uma das mais notaveis obras relativas ás artes ceramicas.

Mas permittindo-nos dissentir de tão auctorisadas opiniões, diremos, fundados egualmente em auctores que se nos figuram merecer credito e na razão com que devemos raciocinar, que não achâmos meio de conciliar a materia, a fórma e o nome da *concha de Venus* [3] com a palavra *porcelana*, nem com a louça que tem esta denominação, que muitos escriptores francezes e inglezes querem que signifique *taça* ou *escudella*.

Não acceitando tambem esta interpretação, que os indicados escriptores estrangeiros dariam na presupposição de que acertavam com a verdadeira origem, e não podendo pedir á sciencia o que ella declara ignorar, pelo orgão de eruditos e esmerilhadores, porque não havemos de pedir á tradição popular, em quanto não se averigue a verdade por effeito de bem dirigidas e bem succedidas investigações, porque não havemos de pedir—repetimos—que nos dê a sua etymologia, a qual, se não é a verdadeira, é, em o nosso entender, a que mais parece aproximar-se da verdade?

Vejamos. A primeira louça da China e do Japão

[1] Vid. *Relatorio sobre a exposição universal de Paris*—Artes chimicas.—Parte II, pag. 321.

[2] Brougniart falleceu em 1847. Foi professor de historia natural e director da fabrica de porcelana de Sévres. Escreveu, entre outras obras de merecimento, o *Traité des arts céramiques*, em dois volumes.

[3] O padre D. Raphael Bluteau, no *Diccionario*, segue a mesma opinião, o que não admira attendendo ao pouco escrupulo que se nota em muitos artigos d'esta sua obra.

veiu para Portugal no primeiro decennio do seculo XVI. Transportou-a, segundo a tradição, um navio de que era commandante um antigo maritimo por nome Pero Solano. Soube-se isto na Europa, e da Hespanha e França vieram para Lisboa, dentro de pouco tempo, pedidos da louça de *Pero Solano.* D'aqui nasceria pois, por corrupção de vocabulo, a *persolana,* que encontramos desde as mais antigas memorias transformada na palavra *porcelana.*

A introducção d'esta especie de louça na Europa causou tal admiração na industria ceramica, e excitou tão nobremente os brios dos mais afamados industriaes, que desde então se começaram as experiencias para imitar o precioso artefacto oriental, mas só passados dois seculos é que se obtiveram resultados satisfatorios, porque vemos que a celebre fabrica de Saxonia principiou a produzir regularmente porcelana depois de 1711, a de Vienna em 1720, a de Berlim em 1751, a de Sévres em 1765, e a de Worcester em 1768.

O aperfeiçoamento da porcelana da Saxonia, no primeiro quartel do seculo XVIII, foi o resultado de se ter descoberto a argila branca de Ane, como da de Sévres marca a época do descobrimento do kaolino de Saint-Yrieix.

VI

As primeiras experiencias, que se fizeram em Portugal para o fabrico da porcelana, datam do ultimo quartel do seculo passado e devem-se ao zelo do general Bartholomeu da Costa, que tem o seu nome vinculado e perpetuado em um dos maiores e mais grandiosos monumentos do reino, admirado de nacionaes e estranhos, qual é a estatua do sr.

rei D. José I, erecta na praça do Commercio, de Lisboa. Entre os labores dos importantes estabelecimentos confiados a seu cargo, lembrou-se o illustre general de fabricar a porcellana dura, porém não tirou os effeitos desejados, apesar de empregar o kaolino dos arredores de Aveiro, do qual se está servindo com optimo resultado a fabrica da Vista Alegre. [1]

Suppômos que se tentaram ainda outros ensaios para obter a porcelana dura, imitando a chineza, mas não podemos fazer menção especial das pessoas que os tentaram, porque nos faltam os necessarios esclarecimentos. Só sabemos que, indo já adeantado o primeiro quartel do presente seculo, o sr. José Ferreira Pinto Basto, pae dos actuaes proprietarios da Vista Alegre, como já dissemos, e industrial tão distincto, esclarecido e patriota, como tem sido seus filhos e successores, entrou com incrivel perseverança e exemplar solicitude no caminho das experiencias, despendendo tempo, consumindo dinheiro e gastando a vida. O jardim do palacio situado no largo das Duas Egrejas [2] foi o primeiro laboratorio d'estas experiencias.

Mas, como faz mais quem quer do que quem póde, e como para o progresso das industrias é tudo a vontade estavel dos que, sendo laboriosos e intelligentes, n'ellas querem amestrar-se, o sr. José Fer-

[1] No *Relatorio*, já citado, do sr. visconde de Villa-Maior, lê-se a pag. 330:

«D'estes ensaios (de Bartholomeu da Costa), que parece haverem sido feitos na fabrica real do Rato, existem ainda vestigios em Lisboa; e recordo-me de ter visto já uma medalha de biscoito de porcelana representando em relevo a estatua equestre (a de D. José I), medalha que fôra moldada pelo proprio Bartholomeu da Costa.»

[2] É conhecido pela denominação de palacio dos Ferreiras

reira Pinto Basto, mandando descobrir as argilas de que necessitava a diversos pontos do reino, aproveitava ao mesmo tempo a propriedade que havia comprado na Vista Alegre, para transformal-a na fabrica que ali hoje vemos e visitamos com satisfação.

Findava o primeiro semestre do anno 1824 e reinava o sr. D. João VI. Foi a este monarcha que o sr. Ferreira Pinto pediu que fossem concedidos ao estabelecimento fabril, que se acabava de fundar, os privilegios de que gosava a fabrica dos vidros da Marinha Grande, da qual já tratámos [1], ou a fabrica mais favorecida, segundo consta de uma real provisão d'aquella época [2].

O local, onde estabelecera a fabrica, o cuidado com que elle seguia e dirigia todos os trabalhos, o descobrimento de argilas proprias para o fabríco da porcelana, a recommendação com que mandára seus filhos a França, afim de ali consultarem os grandes mestres da industria, o desvelo com que contractára artistas assim na Allemanha como na França e na Gran-Bretanha, as excellentes qualidades do povo de Ilhavo, tudo indicava ao sr. Ferreira Pinto que devia de ser rapido o desenvolvimento da sua fabrica; porém foram decorrendo os annos e o estabelecimento da Vista Alegre produzia pouco, imperfeito e caro, condições que não podiam attrahir a

Pintos. Tem frente para o largo das Duas Egrejas e olha de um lado para a rua do Thesouro Velho e do outro para a rua do Outeiro. Está proximo da praça do monumento levantado ao grande épico Luiz de Camões. Estiveram n'elle ha pouco tempo as repartições do ministerio do reino, e antes o hotel de Italia, o credito movel portuguez e o banco ultramarino.

[1] Vide pag. 151 d'este volume.

[2] Vide o documento n.º 3, no fim.

procura, nem favoreciam a offerta nos mercados que se explorassem.

Durou esta lucta, em verdade mui gioriosa para a industria nacional, não menos de tres lustros. N'ella empenhára, com effeito, o sr. José Ferreira Pinto Basto uma parte consideravel de seus haveres e a sua existencia. Se os honrados filhos d'aquelle talentoso industrial não fossem educados no meio de labores e sacrificios que lhes eram exemplo e incentivo, e se não herdassem a vontade invencivel que lhes fôra sempre um nobre estimulo, de certo que a fabricação da porcelana chineza cessára logo que desceu á sepultura o fundador da fabrica da Vista Alegre.

O sr. José Ferreira Pinto dedicava tamanho e tão sincero affecto aos seus operarios que, para dirigir-lhes convenientemente a educação e precavel-os dos ocios que são origem de tantos males, instituiu em proveito d'elles uma escola, onde se ensinava a ler, escrever e contar, desenho e musica. Quando havia representações no pequeno theatro da fabrica ou festividades na egreja de Nossa Senhora da Penha de França, lá iam os operarios com a sua bem regida orchestra alegrar os convidados na sala do espectaculo ou povoar de harmonias o sagrado templo da Virgem.

Não succedeu, felizmente, que a industria acabasse com o fundador. Em 1840, um anno depois do passamento do sr. José Ferreira Pinto, a fabrica entrava em novo periodo. Começava a produzir mais, melhor e mais barato. D'aquella epoca por diante, póde-se dizer afoitamente, a producção da porcelana encetára o caminho do progresso, e devia seguir por elle desassombradamente, tanto quanto lh'o permittissem as necessidades e exigencias do consumo,

em o nosso paiz, tão pouco inclinado a galardoar e reconhecer, como é possivel galardoar-se e reconhecer-se, no alargamento das transacções commerciaes, os serviços da industria nacional.

VII

Está bem situada a fabrica.

Além da proximidade da ria e da barra, ganha ainda maior importancia pela visinhança de Ilhavo, povoação mui laboriosa de mais de 8:000 almas. Vae-se da capital do districto para a Vista Alegre por uma estrada bem construida e excellentemente arborisada, como quasi todas as que cortam o districto de Aveiro.

Quer sigamos a estrada, quer nos dirijamos indolentemente pela ria, deslisando em um barquinho que mal prosegue em serenas aguas, assim da ria como da estrada, gosâmos boa vista e bellos panoramos com vastos horisontes.

Quando por segunda vez fômos á Vista Alegre era em dia de feira. Já nos causára agradavel impressão vermos a ria—cujos canaes muitos comparam a Veneza—cruzada por dezenas de barcos carregados de homens e mercadorias; mas, ao desembarcarmos, devemos confessar que nos surprehendeu o movimento dos feirantes e compradores, a abundancia do que ali constitue o principal commercio, a facilidade das transacções, a concorrencia e a variedade dos concorrentes. Junte-se a isto a formosura de um dia de inverno, limpo de nuvens; o encanto da *vista alegre* que nos rodeava; a jovialidade de um nosso companheiro de viagem; e a benevolencia dos cavalheiros que nos aguardavam,

—e confessemos que o nosso espirito naturalmente propenso á melancolia, não podia deixar de alentar-se no meio de tantas coisas e de tantas pessoas que nos captivavam e desenfadavam.

Mas entremos na fabrica.

Temos em primeiro logar a oeste o palacio, que serve de residencia ao sr. Domingos Ferreira Pinto Basto e a sua familia, que ali estão commodamente alojados em dois andares; e logo em seguida, pelo lado posterior, a sala da pintura, que é bastante vasta, as officinas de vidrar e de fabricar estojos e potes refractarios, a casa do deposito de argilas, e os cinco pequenos fornos ou muflas. Entra-se para o palacio por um grande pateo arborisado, que tem mais de 80 metros de largura e 90 de comprimento.

N'este pateo está o armazem da venda das peças de porcelana, vidros e cristal. Saindo d'aqui para outro pateo mais pequeno, mas tambem com algumas arvores, visitâmos a officina da lapidação, outro armazem para deposito de porcelana pintada, os depositos de refugo e das ferramentas, diversos telheiros e a estancia das madeiras, que tem mais de 60 metros de comprimento e 50 de largura. Póde por isso receber esta estancia não menos de 8:000 steres de lenha, e está ao abrigo de um extenso pinhal, que pertence aos srs. Ferreiras Pintos, mas do qual elles não se servem pela conveniencia de lhes proteger contra os vendavaes a lenha armazenada.

Ainda contiguo á estancia temos as casas que servem de officina aos carpinteiros e onde se escolhem os materiaes, lavam as argilas e fazem outros trabalhos de pequena monta.

As casas de habitação dos empregados da fabrica estão ao sul e a leste do palacio. Vêem-se entre

ellas a hospedaria, e diversos armazens, celleiros e lojas, onde se depositam ou guardam alguns materiaes ou utensilios.

Ficam ao norte as officinas de esculptura e de manipulação das argilas, as casas de deposito de formas e moldes de gesso para o fabrico das peças de porcelana, e de moldes de bronze e ferro para o fabrico das peças de vidro, a sala dos modelos, e a casa dos fornos onde se fabricam vidros e cristaes. N'esta ultima casa ha 5 fornos de estender e levantar vidraça, 3 de fusão e 1 de afinação para as peças de cristal. Estão proximos: outra casa com 2 fornos para coser porcelana e o armazem para deposito das peças de vidro e cristal.

Saindo da officina de lavagem das argilas, que fica para o lado da estancia de lenha, entramos nas officinas de serralheria e de trituração, em que se vêem as 4 galgas e os pisões mechanicos. Na segunda d'estas officinas montou-se a machina de alta pressão, que não só dá movimento aos pisões e galgas, mas tambem faz trabalhar o torno da serralheria. Tem esta machina a força de 14 cavallos-vapor, e consome em dia de trabalho 6 steres de lenha de pinho.

Em seguida a estas officinas, ha ainda a dos potes refractarios para fundição da massa do vidro, tijolos refractarios, cadinhos, e estojos de argila plastica em que se conduzem as peças de porcelana para dentro dos fornos; a de fabricação dos moldes de gesso; e a casa da amassadura, que tem quasi 3 metros de comprimento e 2 de largura.

O theatrinho da fabrica, de que já fallámos no capitulo antecedente, está situado a leste do palacio.

Não entrando na analyse do processo da fabricação, por desnecessaria n'este logar, diremos, em re-

sumo, que as materias primeiras que está empregando a Vista Alegre são de S. Vicente e Balrico, das visinhanças de Ovar; da Horta, junto ao Eixo, do concelho de Aveiro, e de Silvalde, do concelho da Feira; parte do feldspatho procede do Minho, e o gesso para os moldes vem de Soure.

A fabrica recebe apenas de fóra os productos chimicos empregados na pintura, que procedem de Lisboa ou do Porto, e as tintas de todas as côres, assim como pinceis e polidores para o oiro, que são directamente encommendados e comprados em França.

VIII

Em 1865 o pessoal da fabrica compunha-se do seguinte:

Homens	108
Rapazes	15
Mulheres e raparigas	32
Total...	155

No principio do anno 1869 o pessoal constava do seguinte:

Homens	120
Rapazes	10
Mulheres e raparigas	30
Trabalhadores na quinta	15
Total...	175

O trabalho é regularmente de sol a sol, e na estação calmosa ha a costumada sesta de duas horas.

Os salarios regulam, para os homens, de 200 até 800 réis; para as mulheres, de 80 até 160 réis, e para os menores de 50 até 120 réis.

Em 1865 a fabrica produziu as seguintes peças:

Qualidade	Quantidade	Preços dos objectos fabricados
Porcelana branca........	52:804 peças	Terrinas, 360 a 1$200; travessas, 240 a 1$200; bules, 240 a 480; manteigueiras, 120 a 400; assucareiros, 200 a 400; tijelas, 30 a 240; chavenas, 30 a 70; pires, 30 a 70; pratos, 45 a 80; bacias de mãos e jarros, 600 a 900.
Porcelana branca........	6:420 »	Objectos de esculptura, lisos, 160 a 16$800; objectos de laboratorio, 90 a 1$900.
Porcelana pintada	21:775 »	Apparelhos de chá, 37$000 a 240$000; serviços de jantar, 30$000 a 240$000; tendo os apparelhos de chá 43 peças, e os serviços de jantar 208 peças.
Porcelana pintada	400 »	Objectos de esculptura, 960 a 16$000.
Cristal.................	23:667 »	Garrafas, 140 a 600; copos 40 a 90; calices, 40 a 100.
Vidro branco e de cores..	5:710 kilogrammas.	196 a 436 por kilogramma.
Tijolos refractarios.......	100 milheiros......	3$000 a 90$000 cada milheiro.
Potes refractarios........	120 potes	6$000 a 7$000 cada pote.
Cadinhos pequenos	100 cadinhos.......	200 a 400 cada cadinho.
Formas de gesso.........	1:600 fôrmas......	120 a 2$000 cada fôrma.
Caixas de tijolo refractario	12:000 caixas......	50 a 300 cada caixa.

Tomando para base esta producção total, a importancia do fabrico n'aquelle anno devia ter sido a seguinte: [1]

Materias primas e tintas, réis....	4:937$777
Combustivel....................	6:000$000
Salarios e ordenados	11:440$000
Carretos......................	549$632
Despezas eventuaes	1:500$000
Imposto industrial e de viação...	38$400
	24:465$809
Producção.....................	48:812$328
Producto liquido..............	24:346$517

No decennio comprehendido de 1850 a 1860, segundo esclarecimentos que nos deram na fabrica, a producção regulava, termo medio, deste modo:

Porcelana branca, réis......	10:000$000
Dita pintada e doirada......	3:000$000
Total, réis...	13:000$000

Depois d'aquella época, o valor da producção foi augmentando ao ponto que actualmente póde calcular-se, em numeros redondos, assim:

Porcelana branca, réis......	16:000$000
Dita pintada e doirada......	6:000$000
Total, réis...	22:000$000

[1] Estes algarismos foram extrahidos das *Informações para a Estatistica industrial*, publicadas pela repartição de pesos e medidas — districto de Aveiro, 1867—pag. 442 e 443.

O auctor declara porém, que o calculo da producção já não estava exacto quando o apresentou a um dos primeiros empregados da fabrica, por isso que o fabrico se havia reduzido muito. Por consequencia, os algarismos que pômos em segundo logar são os que mais se aproximam da verdade.

Os valores existentes no estabelecimento e os dos edificios estão computados em quantia superior a 300:000$000 réis.

A fabrica da Vista Alegre, além do bem fornecido armazem do proprio estabelecimento, abriu este anno (1870) um deposito dos seus productos em Lisboa, em um primeiro andar da travessa de S. Nicolau, proximo do tribunal da Boa Hora, e tem outro deposito no Porto. Ali se póde ver e admirar a variedade e a belleza dos artefactos. E podemos chamar bellos a alguns d'estes productos, porque tivemos occasião de ver no armazem e nas officinas muitos que nos encantaram pela qualidade e pela fórma.

Comparando as peças que se nos apresentavam com eguaes estrangeiras, que todos considerarão como primorosas, não lhe encontrámos com verdade notavel differença. Pelo contrario, a qualidade da massa e sua transparencia, a fórma, a pintura e doiradura, pareceram-nos que já davam á producção da fabrica da Vista Alegre o realce que tem a de outras fabricas de fóra. Nem de outro modo se explicava o conceito que mereceu aos jurys illustrados que lhe concederam premios.

Os productos da Vista Alegre foram com effeito premiados nas exposições nacionaes de Londres e Paris, em 1851 e 1855, e na internacional do Porto de 1865.

As transacções da fabrica realisam-se para todas as terras do reino, onde é rara a casa onde se não veja a porcelana da Vista Alegre, sobretudo a branca, por estar mais vulgarisada.

O nosso rei artista, o senhor D. Fernando tem em tão subida conta o trabalho da fabrica da Vista Alegre, que já ali mandou fazer a tampa de uma

jarra do Japão, que devia egualar com outra que possuia sua magestade. Fez-se a imitação e cremos que saíu perfeita.

E a proposito de porcelana pintada, contaremos que alguns revendedores, na supposição (infelizmente fundada!) de que o nome da fabrica da Vista Alegre, e por consequencia a nacionalidade, não seria incentivo para certos compradores, que só gostam do que vem de fóra, sem se importarem se a industria nacional póde produzir tão bem e tão bello, tem apresentado, recommendado e vendido como franceza a porcelana portugueza! De modo que certos apparelhos, que figuram em muitas mesas e são gabados como de procedencia estrangeira, procedem nem mais nem menos que da excellente fabrica da Vista Alegre.

FIM

DOCUMENTOS

N.º 1

(Vide pag. 307)

Em um livro manuscripto e inedito, attribuido com todo o fundamento ao reitor Francisco Carneiro de Figueirôa, o qual existe na secretaria da Universidade de Coimbra, e em que se dá noticia dos reitores desde a mudança da Universidade por D. João III, se lê o seguinte ao chegar ao 30.º reitor:

XXX

Manuel de Moura Manuel, dr. em Canones, natural de Serpa, filho de Lopo Alvares de Moura, commendador de S. Luzia de Trancoso, e de D. Maria de Castro, que tinha sido collegial de S. Paulo, conego doutoral de Lamego, e inquisidor, e era deputado do conselho geral, e da junta dos tres Estados, e conego doutoral de Braga, sendo um dos tres nomeados pela Universidade foi provido no logar de reitor por el-rei D. Pedro o 2.º, de que se lhe passou provisão em 25 de agosto de 1685; e tomou posse e juramento em 16 de novembro do dito anno, e ao mesmo tempo lhe fez el-rei mercê de sumilher da cortina.

Por carta de 11 de junho de 1687 deu el-rei noticia á Universidade de que tinha ajustado casamento com a serenissima senhora D. Maria Sofia Isabel de Nebourg,

(sic) o qual se mandou celebrar com as demonstrações costumadas, e no claustro de 21 de agosto do dito anno se leu outra carta d'el-rei, em que fazia saber á Universidade que tinha chegado a rainha com feliz successo, e se mandou tambem fazer a mesma demonstração de luminarias, repiques, e fogo, e foram eleitos para beijarem a mão a el-rei em nome da Universidade o dr. Diogo de Andrade Leitão, lente de Vespora de leis, e o dr. João de Soveral, lente de Clementinas.

No seu tempo nasceu o principe D. João em 30 de agosto de 1688, e se festejou o seu nascimento com as mesmas demonstrações, e foi a Universidade a S. Clara com prestito de capellos, e prégou fr. Antonio Corrêa, lente de prima de Theologia, e foram beijar a mão a el-rei em nome da Universidade o reitor d'ella, por se achar em Lisboa, e Nuno da Silva Telles, que lhe succedeu no logar. Nasceu tambem el-rei nosso senhor, e se festejou o seu nascimento, que foi em 22 de outubro de 1689 na mesma fórma, e prégou no prestito o doutor fr. José de Oliveira, lente de Theologia, e foram beijar a mão a el-rei os mesmos commissarios.

Fez el-rei D. Pedro mercê ao reitor de o nomear para bispo de Miranda, e já lhe tinha feito em 28 de abril de 1689, e por carta de 26 de agosto do mesmo anno lhe ordenou que fosse tratar da sua sagração, por lhe terem chegado as Bullas, conservando ainda o logar de reitor; e como tal depois de sagrado presidiu na nomeação do novo reitor, que se fez no 1.º de fevereiro de 1690, e no mesmo claustro foi eleito para vice-reitor fr. Theodoro de Amaral, monge de S. Bernardo, lente de Vespora de S. Theologia, e este foi o ultimo dia de seu governo. Falleceu em Vizeu no anno de 1699, e está sepultado em Ferreiros.

N.º 2

(Vide pag. 308)

Na collecção dos documentos, estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza etc., vol. 1.º, se lê em o n.º 11 o seguinte:

«D. Manuel de Moura Manuel, clerigo do habito de S. Pedro, sendo reitor da Universidade de Coimbra, inquisidor do conselho geral do santo officio, e sumilher da cortina do senhor rei D. Pedro II e governou a sua diocese até o anno de 1699 em que falleceu na cidade de Vizeu, indo de jornada para a sua quinta de Aveiro, e jaz sepultado em Ferreiros, termo da mesma cidade. Era natural de Serpa, e irmão de Ruy de Moura Manuel, avô dos filhos de João Antonio de Alcaçova da Costa, e de Jeronymo de Castilho, ambos filhos de Lopo Alvares de Moura, commendador de Santa Luzia de Trancoso e senhor do morgado da côrte do Serrão, da illustrissima familia dos Mouras, e de sua mulher D. Maria de Castro, filha de D. Rodrigo Manuel, commendador das Alcaçovas.»

N.º 3

(Vide pag. 318)

D. João, por graça de Deus, rei do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, senhor de Guiné, etc., etc.

Faço saber que José Ferreira Pinto Basto me representou por sua petição, que elle pretendia erigir para estabelecimento de todos os seus filhos com egual interesse, ainda mesmo os menores logo que cheguem a idade competente, uma grande fabrica de louça, porcelana, vidraria e processos chimicos, na sua quinta chamada da Vista Alegre da Ermida, freguezia de Ilhavo, comarca de Aveiro, visinha á barra, pedindo-me que eu houvesse por bem de auctorisar este estabelecimento na

fórma proposta e conceder-lhe a isenção de direitos de todos os materiaes que necessarios lhe forem para a sua laboração; assim como tambem das manufacturas que exportar para o Brazil, ou para qualquer parte d'este reino e dos paizes estrangeiros, e todas as mais graças, privilegios e isenções de que gosam, ou gosarem de futuro as fabricas nacionaes, e particularmente a dos vidros da Marinha Grande, no que lhe forem applicaveis; e tendo eu consideração ao dito requerimento, e constando-me por informação do corregedor da comarca, a que mandei proceder, que o projectado estabelecimento deve ser de grande utilidade para os povos pela vastidão dos seus differentes ramos; que é construido em edificio proprio, em que já se têem feito avultadissimas despezas; que o seu local é o mais vantajoso por ficar nas margens de um rio navegavel, rodeado de pinheiros e outras materias combustiveis, assim como de excellentes barros, areias finas e brancas, e seixo crystallisado, tudo proprio para as vidrarias e porcelanas, como se tem verificado por felizes ensaios; e finalmente que o supplicante é um dos negociantes mais ricos e grande proprietario de muitos predios, tanto n'aquella comarca, como nas do Porto e Penafiel, sendo além d'isso dotado de um genio emprehendedor, a quem as difficuldades não embaraçam, nem desanimam as despezas; por todos estes motivos: hei por bem de approvar o mesmo estabelecimento na fórma pedida, concedendo-lhe todas as graças, privilegios e isenções de que gosam ou vierem a gosar as outras fabricas de identica natureza: e mando a todas as justiças e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta pertencer, que assim o cumpram e façam cumprir como n'ella se contém, sem duvida ou embaraço algum.

El-rei nosso senhor o mandou pelos ministros abaixo assignados, deputados da real junta do commercio, agricultura, fabricas e navegação.—*Anselmo de Sousa Machado Correia e Mello* a fez.—Lisboa, em 1 de julho de 1824.—D'esta 800 réis.—No impedimento do deputado secretario, *José Antonio Gonçalves* a fez escrever.—(As-

signados) *José Manuel Placido de Moraes—José Antonio Gonçalves.*

Seguem-se os registos da real junta do commercio de 22 de fevereiro de 1826; da alfandega de Lisboa de 23 de fevereiro de 1826; da alfandega do Porto de 1 de maio de 1826; da alfandega de Vianna de 5 de maio de 1826; da alfandega de Aveiro de 19 de maio de 1826; da alfandega da Figueira de 22 de maio de 1826; da alfandega de Villa do Conde de 9 de junho de 1825.

D. João, por graça de Deus, imperador do Brazil, e rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, senhor de Guiné, etc., etc.

Faço saber aos que esta provisão virem, que subindo á minha imperial e real presença, pela real junta do commercio, a consulta a que mandei proceder sobre o requerimento de José Ferreira Pinto Basto, em que pedia privilegio exclusivo por vinte annos, para o fabrico de porcelana, vidraria e processos chimicos da sua fabrica, estabelecida e approvada por provisão de 1 de julho de 1824, na sua quinta de Vista Alegre, sita no termo e freguezia de Ilhavo, comarca de Aveiro, supplicando igualmente a prohibição absoluta de se exportarem as materias primas da mesma porcelana, para que outros emprehendedores não usem tirar commodo dos assiduos trabalhos, fadigas e grandes despezas, que empregou na descoberta das referidas materias nas visinhanças do Porto e Aveiro, sendo elle o primeiro descobridor. E constando pela mencionada consulta e averiguações que lhe precederam, estar o supplicante nas circumstancias de obter as graças que implora: fui servido conformar-me com o parecer d'ella, por minha immediata resolução de 5 de dezembro do dito anno: e hei por bem conceder ao supplicante o exclusivo que pede por tempo de vinte annos, ampliando o de quatorze, que a lei em geral permitte; em attenção á utilidade e circumstancias particulares d'este estabelecimento; ficando-lhe outrosim concedida a absoluta prohibição de se exportarem as mate-

rias primas para a porcelana, descobertas pelo supplicante, e confirmados os mesmos privilegios e prerogativas de que gosam as mais fabricas do reino como se expressa na primeira provisão. E mando ás justiças e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta pertencer, que a cumpram e guardem conforme n'ella se contém, fazendo transito pela chancellaria mór do reino.

Pagou de novos direitos 540 réis, que se carregaram ao thesoureiro d'elles a fl. 165 v. do livro 40.º e se registou o conhecimento a fl. 119 v. do livro 96.º

O imperador e rei nosso senhor o mandou pelos ministros abaixo assignados deputados da real junta do commercio, agricultura, fabricas e navegação.—*José Antonio Ribeiro Soares* a fez em Lisboa, a 3 de março de 1826.—D'esta 800 réis.—Na ausencia do deputado secretario a fez escrever e assignou, *Luiz Antonio Rebello*—*José Antonio Gonçalves.*

Seguem-se os mesmos registos copiados na provisão anterior.

INDICE

ERRATA ESSENCIAL

Na pag. 45, lin. 15, onde se lê: no principio do segundo seculo — leia-se: no principio do segundo quartel do presente seculo.

CURIOSIDADE

Contém esta obra:

Linhas de corpo n.º 10	7.012
Ditas dito n.º 9	2.434
Ditas dito n.º 8	1.445
Ditas dito n.º 7	228
Somma	11.119

em 352 paginas.

Calculando, termo medio, que as linhas de corpo 10 tem 41 letras, 44 as de corpo 9, 49 as de corpo 8, e 55 as de corpo 7, temos que n'este livro haverá quasi 480:000 letras, com as quaes se comporiam dois volumes em 8.º de mais de 200 paginas, empregando só o corpo 10, que é o mais grado.